



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RIO DE JANEIRO
2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições:
da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19 de outubro de 2016; da Decisão Normativa TCU nº 156/2016, de 30 de novembro de 2016; da Portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017; e por meio de instruções obtidas no sistema e-Contas, do TCU, disponível em seu *website*.

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Coordenação de Informações Corporativas
Rio de Janeiro
2017

1	SUMÁRIO	2
1.4	Lista de Quadros	4
1.5	Lista de Anexos	4
2	APRESENTAÇÃO.....	6
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
3.2	Finalidade e competências	9
3.3	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	10
3.5	Ambiente de atuação	12
3.6	Organograma	18
3.7	Macroprocessos finalísticos.....	33
3.8	Composição acionária do capital social.....	36
3.9	Participação em outras sociedades	36
3.10	Principais eventos societários ocorridos no exercício	38
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	39
4.1	Planejamento organizacional.....	39
4.1.2	Descrição sintética dos objetivos do exercício	40
4.1.3	Estágio de implementação do planejamento estratégico	42
4.1.4	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	43
4.3	Desempenho orçamentário	43
4.3.8	Informações sobre a realização das receitas	43
4.3.9	Informações sobre a execução das despesas.....	47
4.3.9.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	47
4.3.9.2	Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	49
4.3.9.3	Programação de Despesas	82
4.3.9.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	85
4.4	Desempenho operacional.....	87
4.14	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	92
5	GOVERNANÇA	95
5.1	Descrição das estruturas de governança	95
5.1.1	Atendimento à Lei das Estatais	104
5.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados	106
5.4	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	112
5.7	Atuação da unidade de auditoria interna	112
5.8	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	147
5.9	Gestão de riscos e controles internos.....	147
5.10	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	150
5.11	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	153
5.14	Participação acionária de membros de colegiados da entidade.....	154
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	155

6.1	Gestão de pessoas	155
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	155
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	170
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	171
6.1.8	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	178
6.1.10	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	180
6.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	193
6.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	193
6.3	Gestão da tecnologia da informação.....	195
6.3.1	Principais sistemas de informações	213
6.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	230
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	231
6.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	231
7	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	233
7.1	Canais de acesso do cidadão.....	233
7.2	Carta de Serviços ao Cidadão	235
7.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	235
7.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	236
8	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	237
8.1	Desempenho financeiro do exercício	237
8.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	246
8.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	246
8.12	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas.....	256
9	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	257
9.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	257
9.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	262
9.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	268
9.9	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	268
9.14	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	271
11	ANEXOS E APÊNDICES	290
	Anexo I – Protocolo de Indicadores CMDE	291
	Anexo II – Ofício Circular nº 95/2017-MP.....	310
	Anexo III – Regimento Interno AD.....	314
	Anexo IV – Contribuições de Participantes e da Patrocinadora.....	318
	Anexo V– Estudo Atuarial FRG.....	323
	Anexo VI– Aprovação do Orçamento 2016 FRG	365

1.4 LISTA DE QUADROS

Quadro A.3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	18
Quadro A.3.7 – Macroprocessos Finalísticos.....	33
Quadro A.3.8 – Composição Acionária do Capital Social.....	36
Quadro A.3.9 – Investimentos permanentes em outras sociedades	36
Quadro A.4.3.9.1– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	47
Quadros A.4.3.9.2 – Ações do Orçamento de Investimento	49
Quadro A.4.3.9.3 – Programação de Despesas	82
Quadro A.4.3.9.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	85
Quadro A.5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	149
Quadro A.5.10.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	150
Quadro A.5.10.2 – Remuneração dos Administradores.....	151
Quadro A.5.10.3 – Remuneração Variável dos Administradores	153
Quadro A.5.14 – Participação acionária de membros de colegiados	154
Quadro A.6.1.1.1 – Força de trabalho	155
Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	155
Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	156
Quadro A.6.1.1.4 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos	157
Quadro A.6.1.1.5 – Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	159
Quadro A.6.1.1.6 – Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade	160
Quadro A.6.1.1.7 – Qualificação da força de trabalho quanto à idade	160
Quadro A.6.1.1.8 – Absenteísmo Doença Não Ocupacional	161
Quadro A.6.1.1.9 – Absenteísmo Doença Ocupacional.....	164
Quadro A.6.1.1.10 – Indicadores de Recursos Humanos.....	169
Quadro A.6.1.2 – Despesas do pessoal	170
Quadro A.6.1.10.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	180
Quadro A.6.1.10.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	183
Quadro A.9.1 – Acompanhamento das determinações do TCU	258
Quadro A.9.2 – Acompanhamento das determinações do Órgão de Controle Interno	263
Quadro A.9.14.1 – Despesas com Publicidade	271
Quadro A.9.14.1.1 – Publicidade Institucional	272
Quadro A.9.14.1.2 – Publicidade Legal	277

1.5 LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Protocolo de Indicadores CMDE	ref. cap 4
Anexo II – Ofício Circular nº 95/2017-MP	ref. cap 5
Anexo III – Regimento Interno AD	ref. cap 5
Anexo IV – Contribuições de Participantes e da Patrocinadora	ref. cap 6
Anexo V – Estudo Atuarial FRG	ref. cap 6
Anexo VI – Aprovação do Orçamento 2016 FRG	ref. cap 6

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕESupload no e-Contas TCU

10 Rol de Responsáveis

13 Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna.....372

14 Parecer de colegiado.....376

18 Relatório de instância ou área de correição.....378

19 Relatório de auditor independente.....383

20 Declarações de integridade.....388

20.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões389

20.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas390

2 APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2016 de Furnas Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo as disposições: da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19 de outubro de 2016; da Decisão Normativa TCU nº 156/2016, de 30 de novembro de 2016; da Portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017; e por meio de instruções obtidas no sistema e-Contas, do TCU, disponível em seu *website*.

Esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976.

O relatório está estruturado de acordo com o estabelecido no Sistema e-Contas para Furnas e atendendo às orientações gerais estabelecidas pela DN 154/2016. Compõem o relatório a Visão Geral da Unidade, o Planejamento Organizacional e Resultados, a Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, as Áreas Especiais da Gestão, o Relacionamento com a Sociedade, o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, além da Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

Os itens do ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 59/2016 **que estão relacionados no e-Contas, porém não se aplicam** a Furnas Centrais Elétricas S.A são os seguintes:

1.3 Lista de siglas e abreviações

Justificativa: Descrição das siglas se encontra no corpo do Relatório.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Justificativa: Não se aplica. Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de Distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Justificativa: A depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa é calculada de forma linear e considera as taxas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Aneel. Não há caso de exaustão na Empresa.

É importante destacar que este Relatório obedece à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como às orientações de elaboração ali disponibilizadas como tópicos de ajuda.

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 30.05.2017, por meio da RD nº 003/2960.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Furnas relativas ao exercício de 2016 foram publicados em 13 de abril de 2017, no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), encontrando-se disponíveis, também, no *website* da Empresa (www.furnas.com.br).

Principais Realizações

Para Furnas, como para todas as empresas Eletrobras, o exercício de 2016 representou uma correção de rumo. Dado o novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013, que continuará afetando negativamente a Empresa, inclusive ao reduzir as receitas provenientes de concessões de geração ainda a serem renovadas segundo os critérios da nova legislação, Furnas se dedicou a rever prioridades e reorientar seu planejamento de longo prazo.

Em estratégia mais alinhada com a *Holding*, a Empresa voltou o foco principal de sua gestão para a sustentabilidade financeira. Em tempos de escassez de crédito, torna-se essencial garantir que os investimentos sejam realizados exatamente na medida da disponibilidade de caixa e de financiamento, assegurando-se, assim, a estabilidade das finanças corporativas. Nesta linha, e em contraponto ao rumo que vinha sendo seguido até então, o Plano de Negócios e Gestão de Furnas para o quinquênio 2017-2021, aprovado em dezembro de 2016, projeta redução de investimentos e venda de ativos. Concomitantemente, aperfeiçoam-se os mecanismos de gestão das participações em empreendimentos de geração e transmissão, visando garantir a realização dos resultados projetados e o fluxo de dividendos. Tudo isto, naturalmente, sem abrir mão dos pilares que têm norteado a trajetória da Empresa: excelência operacional e respeito a seus colaboradores, ao meio-ambiente e às comunidades do entorno de seus empreendimentos.

O exercício de 2016 apresentou resultado singular. A receita bruta atingiu inéditos R\$ 20,4 bilhões, reflexo da incorporação, nas demonstrações financeiras, de R\$ 14 bilhões correspondentes à indenização pelos ativos de transmissão cuja concessão foi renovada em 2013 sob a Lei nº 12.783/2013, valor este finalmente reconhecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Tal fato, em que pese provocar, no exercício, efeito meramente contábil, antecipa reflexo no caixa para os próximos exercícios. A previsão é de recebimento, a partir de meados de 2017 e ao longo de oito anos, das parcelas relativas à indenização, recursos de vital importância em nosso planejamento quinquenal.

O EBITDA de R\$ 15 bilhões e o resultado líquido de R\$ 9,5 bilhões, igualmente recordes, são também evidência contábil da indenização. Entretanto, para além dos números, que tendem a turvar a análise, e descontando-se o efeito desta indenização, ainda assim o resultado do exercício seria positivo. Há que se ressaltar a recuperação desses indicadores pelo progressivo aumento da eficiência e redução de custos, estes, em termos reais, 6,5% menores que em 2015.

No setor, o cenário econômico ainda é desfavorável. O consumo de energia elétrica registrou mais um ano de queda, com redução de 0,9% frente a 2015. Esta depressão do mercado consumidor, entretanto, começa a dar sinais de que pode estar próxima do fim. Para 2017, os agentes econômicos esperam recuperação, ainda que modesta, do crescimento econômico e, portanto, da demanda de energia, o que, aliado a um cenário hidrológico mais favorável, traduz-se em melhores perspectivas para as empresas de geração hidráulica, incluindo Furnas.

No que tange ao ambiente regulatório, o ano de 2016 trouxe outra notícia positiva para os geradores hidráulicos, cuja exposição ao *Generation Scaling Factor (GSF)* foi responsável por grandes prejuízos nos exercícios anteriores. A partir de 2017, segundo a Lei nº 13.360/2016, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico pago pelo consumidor. Reduz-se, assim, um importante fator de risco para o negócio.

Ainda na arena regulatória, no negócio de transmissão, abre-se a perspectiva de que esteja mais próximo o reconhecimento do direito à receita pela compensação de reativo, o que deve traduzir-se

em cifras bastante expressivas, uma vez que Furnas é responsável por quase 50% desta atividade no âmbito do Sistema Interligado Nacional.

Há razões concretas para otimismo e confiança. O futuro, entretanto, é construído a cada dia e depende de ações que requerem coragem, determinação, decisões difíceis e, sobretudo, muito trabalho. É o desafio que devemos encarar.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.2 Finalidade e competências

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

- “a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.
- i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.”

Criada em 28 de fevereiro de 1957 pelo Decreto nº 41.066, Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. O objetivo era construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão associado interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e privadas,

Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto Federal nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da União da mesma data), autorizou Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Empresa, lavrada em 28 de fevereiro de 1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no do Estado de Minas Gerais, em 14 de março de 1957, arquivada por despacho de 12 de março de 1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 1971, com vigência a partir de 1º de junho de 1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 7 de março de 1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15 de junho de 1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara, que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29 de junho de 1971 (página 10.196).

A Empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

No Estatuto Social da Empresa consta a seguinte divisão do capital social: Art. 5º. O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentas e dez mil, seiscentas e setenta e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras (Código de Ética, Política de Sustentabilidade, Política de Risco, Política Ambiental, Programa Anticorrupção e Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração, Fiscal, da Auditoria Interna e da Diretoria Executiva, Políticas de Logística de Material, de Informática, de Gestão de Pessoas, de Responsabilidade Social, de Gestão da Frota de Veículos, de Segurança Empresarial, de Segurança da Informação, de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, de Segurança Patrimonial, Ambiental, de Recursos Hídricos, de Recursos Florestais, de Propriedade Intelectual, de Gestão Sociopatrimonial, de Gestão de Resíduos, de Educação Ambiental, de Contratação, de Gestão de Riscos e Controles Internos, Atos Normativos e Instrumentos de Comunicação. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde 2010, as Políticas de Sustentabilidade e de Risco, o Código de Ética e o Programa Anticorrupção definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apoiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas, por Diretoria, até o nível de Divisão, além da Relação de Coordenadores de Processo e de Programas Especiais, de Gestores de Projetos e Suplentes, de Gestores do Projeto Pro-Furnas II, Integrantes do PRO-Furnas - Projeto de Reestruturação Organizacional de Furnas, Coordenadores e Gestores de Projeto do Programa de Geração de Valor de Furnas – PGV. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando de sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno, e apresenta a seguinte composição:

- Administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividade: Administração; Finanças; Operação e Manutenção; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.
- As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo a posição corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Gerência/Assessoria, Divisão, Coordenação e Gestores de Projetos.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos citados, afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

- Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para a colocação de material em disponibilidade na Empresa, definindo a classificação do material quanto ao estado e condição, fixando as competências dos Órgãos envolvidos no processo. Este manual envolve:

equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

- Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.
- Manual de Contabilidade – define e divulga os princípios de funcionamento do Sistema de Contabilidade, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa e define as entidades de informação do Sistema de Contabilidade.
- Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.
- Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva e do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.
- Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para isto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos, responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas.
- Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

3.5 Ambiente de Atuação

O consumo de energia elétrica no Brasil, em 2016, totalizou 460,0 mil GWh, valor divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), representando uma retração de 0,9% quando comparado ao ano anterior. O cenário econômico teve reflexos negativos sobre o mercado de energia elétrica durante 2016. Os efeitos da queda da atividade econômica, sentidos desde 2015, continuaram exercendo pressão sobre todas as classes de consumo de energia elétrica no ano que findou. A classe residencial, representante de 29% do total, foi a única, dentre as principais classes, a apresentar crescimento, apesar de o aumento de 1,4% refletir uma quebra de tendência, visto que no início da década a taxa se mostrava continuamente acima dos 5%.

Refletindo a redução da atividade econômica, os segmentos comercial e industrial sofreram queda em 2016. O primeiro, equivalente a 19% do consumo total, apresentou decréscimo de 2,5%, interrompendo uma trajetória de crescimento médio de cerca de 6% desde o racionamento em 2001. O consumo industrial, que corresponde a 36% do mercado, registrou queda de 2,9%, decréscimo menos acentuado que os -5,7% de 2015 frente a 2014, indicando uma possível recuperação em alguns setores eletrointensivos.

Regionalmente, os resultados negativos ficaram nitidamente atrelados às áreas de maior desenvolvimento econômico. Assim, as regiões Sudeste e Sul, responsáveis respectivamente por 50% e 18% do mercado brasileiro, registraram retração de 1,8% e 0,3% no consumo, dado o comportamento recessivo dos parques industriais em geral. O Nordeste, respondendo por 17% do consumo, apresentou recuo de 0,3%, fruto tanto do decaimento do setor industrial quanto da desaceleração do segmento comercial. A região Centro-Oeste registrou retração de 1,0% no consumo de energia elétrica; esta mesma região consome 8% da energia nacional. Por fim, a Região Norte, responsável por 7% do mercado, foi a única a registrar algum crescimento (de 2,0%), onde, para além da estagnação da indústria, apresentou alguns bons números relativos às classes residencial e comercial.

O atual marco regulatório do Setor Elétrico estabelece dois ambientes para comercialização de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A contratação de energia no ACR se realiza através de leilões públicos que são definidos pelo Ministério de Minas e Energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e operacionalizados pela própria Agência ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em tais Leilões são firmados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), pelos Agentes Vendedores vencedores dos certames e os Distribuidores de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, após a realização de Audiências Públicas, contendo cláusulas e condições fixas, que não são passíveis de alteração pelos agentes contratantes. Furnas participa dos mencionados Leilões e, desta forma, comercializa (vende) energia para os Agentes de Distribuição do SIN. A relação com tais Agentes se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

O Mercado Livre ou ACL é o ambiente do setor elétrico no qual os Agentes, à exceção dos Concessionários de Serviço Público de Distribuição, realizam as operações de compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais, com condições livremente negociadas ou precedidos por processos públicos (leilões, chamadas públicas etc). A relação com tais Agentes também se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

Em 2016, a CCEE, juntamente com a ANEEL, operacionalizaram dois certames de energia, sendo um Leilão de Energia Nova A-5 (LEN A-5), em abril, e um Leilão de Energia de Reserva (LER), em setembro. Ao todo, foram negociados 297 MW médios, adicionando ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 438 MW de potência. O início de suprimento para os empreendimentos vencedores do A-5 será em 1º de janeiro de 2021 e, para os projetos do 1º LER, em 1º de março de 2018.

No que tange aos certames de Transmissão, em 2016 foram realizados dois leilões de empreendimentos de transmissão que agregarão à rede básica do sistema de transmissão do SIN cerca de 9.500 km de linhas de transmissão e 13.200 MVA de capacidade de transformação. Ao todo, serão investidos R\$ 18 bilhões. As Receitas Anuais Permitidas (RAP) dos certames somarão, por ano, R\$ 3,4 bilhões. Os projetos licitados deverão entrar em operação comercial no prazo de 42 a 60 meses a partir da assinatura dos respectivos contratos de concessão.

Para 2017, o Ministério de Minas e Energia (MME) planeja a realização de dois leilões de empreendimentos de geração de energia, sendo um Leilão de Energia de Reserva (LER) e um de relicitação de usinas hidrelétricas com prazos de concessão vencidos. Além desses, está em estudo pelo MME, juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), um certame para Descontratação de Energia de Reserva proveniente de projetos não performados que estejam em atraso ou com baixa viabilidade econômica.

No segmento de Transmissão, para 2017 estão previstos dois certames para licitação de empreendimentos. O primeiro, denominado Leilão 005/2016, licitará 7.400 km de linhas e 13.170 MVA de capacidade de transformação. Os projetos demandarão investimentos de cerca de R\$ 12,7 bilhões, com geração de 27.400 empregos diretos. Quanto ao segundo Leilão, está prevista a licitação de 3.985 km de linhas de transmissão e 17.015 MVA de transformação, que demandarão investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

Em resumo, Furnas atua, no setor elétrico, como:

- Concessionária de instalações de Geração e de Transmissão – nesta qualidade, interage com os agentes oficiais estabelecidos pela legislação que regulamenta esta atividade, a saber, Aneel, CCEE e, ONS. Como concessionária de transmissão, recebe uma tarifa, denominada Receita Anual Permitida (RAP). Como concessionária de geração, pode comercializar a garantia física de suas usinas, bem como a energia adquirida de terceiros, nos ambientes de contratação regulado e livre (ACR e ACL), ou receber uma Receita Anual de Geração (RAG), no caso dos empreendimentos renovados nos termos da Lei 12.783/2013, que corresponde ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescido de encargos e tributos.
- *Holding* de participações em empreendimentos de Geração e Transmissão via Sociedades de Propósito Específico (SPEs) – nesta qualidade, interage apenas com suas investidas e com os demais sócios destas empresas.
- Prestadora de serviços diversos, ligados, direta ou indiretamente, a sua atividade de O&M acima referida.

Concorrem, neste mercado, empresas estatais e privadas, inclusive grupos estrangeiros, em geral associados a empresas brasileiras, tanto privadas quanto estatais. Tem sido frequente, após as mudanças regulatórias de 1998 e 2004, a associação de agentes privados e estatais para constituição de consórcios e de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para disputa de empreendimentos em leilões de Geração e Transmissão.

Integram seu parque gerador 25 usinas próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 20 são hidrelétricas, sendo quatro próprias, seis sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e oito em regime de participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com potência instalada total de 16.586 MW; b) três são eólicas em regime de participação em SPEs, com potência instalada total de 187 MW; e c) duas são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 17.303 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.660 MW.

O parque transmissor concentra 25.563 km de linhas, das quais 5.438 km sob a forma de participação em SPEs, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 120.773 MVA, já incluídos 15.975 MVA referentes a 20 subestações de suas investidas.

O destaque do exercício de 2016 foi a entrada em operação das três últimas unidades geradoras (UGs) da UHE Teles Pires e de nove novas UGs unidades geradoras da UHE Santo Antônio, agregando, conjuntamente, 1.744 MW de potência instalada à capacidade de geração do País.

A produção de energia foi de 53.632 GWh, dos quais 28.637 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 24.995 GWh por usinas de investidas.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2016, a compra de 3.426 GWh e a venda de 38.111 GWh, em total comercializado de 41.537 GWh.

Ao longo do exercício de 2016, Furnas investiu um total de R\$ 1.804 milhões, dos quais R\$ 500 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 1.304 milhões em SPEs nas quais possui participação.

O desempenho de Furnas ao final do exercício, nas demonstrações consolidadas, apresenta EBITDA de R\$ 15,2 bilhões, calculado segundo a metodologia da CVM, e resultado líquido de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões. Estes números foram influenciados, de forma extraordinária, pelo reconhecimento, por parte da Aneel, de receita adicional de cerca de R\$ 14 bilhões (base Dez/2016) relativa aos ativos reversíveis de Transmissão ainda não depreciados ou amortizados da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e cuja concessão foi prorrogada no contexto da Lei nº 12.783/2013.

A excelência de seu quadro técnico credenciou a Empresa a se engajar, nos últimos anos, em grandes projetos, com destaque para sua participação na implantação da UHE Santo Antônio, da linha de transmissão em corrente contínua de 600 kV que liga aquela usina ao Sudeste, e da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará, igualmente para o Sudeste, a energia da usina de Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

Novos negócios

Em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas pratica a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

Em dezembro de 2016, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 97 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de Transmissão e Geração em diversas fontes, bem como 60 cadastros ativos de empreendedores, dos quais se destacavam 13 de energia solar fotovoltaica e 11 projetos eólicos. No total, cerca de 4.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica a gás natural, eólica e solar fotovoltaica, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

Resumo dos Cadastros – Empreendedores

Número de Cadastros

Número de Cadastros	
Tipo de Cadastro	Nº de Cadastros
Empreendedores	60
Investidores	97
Total	157

Número de Empresas Cadastradas

Número de Empresas Cadastradas	
Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	30
Investidores	97
Total	127

Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	30	50,0
Solar Fotovoltaica	13	21,7
Eólica	11	18,3
UTE Gás Natural	4	6,7
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	2	3,3
Alienação de Ativos	30	50,0
Linha de Transmissão (LT)	2	3,3
Eólica	16	26,7
PCH	7	11,7
UHE	3	5,0
Solar Fotovoltaica	1	1,7
UTE Resíduos Sólidos	1	1,7
Total	60	100,0

A formação de novas parcerias segue normas e critérios para a governança em negócios de geração e transmissão, inclusive no que se refere à coordenação do envolvimento das áreas internas de Furnas em todo o processo. Os trabalhos englobam análise técnica, seleção de parceiros, estruturação societária e financeira, elaboração de instrumentos contratuais e societários, coordenação da aprovação de planos de negócio e das atividades das SPEs constituídas e, por fim, assinatura dos contratos de concessão ou de outorga de autorização.

Ambiente Regulatório

O ambiente regulatório de 2016 foi marcado por mudanças legislativas que significaram profundas alterações nas regras do setor elétrico brasileiro, com destaque para a publicação da Lei nº 13.360/2016. Esta lei, fruto de conversão da Medida Provisória nº 735/2016, tratou de diversos temas do setor elétrico. São destacados, a seguir, os pontos mais importantes com impacto no negócio de Furnas.

O parâmetro utilizado para o cálculo do valor da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), paga por toda usina hidrelétrica, foi alterado, passando de 6,75% para 7% da energia produzida pelo empreendimento. Ainda em 2015, a Lei nº 13.203/2015 havia transferido a competência, até então da Aneel, para o MME, sobre a avaliação de casos relativos ao excludente de responsabilidade.

A nova lei revogou a transferência de competência para o MME, voltando a ser exercida pela Aneel. A lei agora estabelece que a Agência, caso reconheça o excludente, recomponha o prazo de outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade, bem como adie a entrega do

empreendedor caso o mesmo tenha energia vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os fatos que devem ser entendidos como excludentes de responsabilidade por parte da Aneel agora estão descritos detalhadamente na lei, aumentando a previsibilidade e a segurança jurídica em relação à interpretação da Agência sobre o tema.

Outra grande alteração nas regras do setor elétrico trazida pela Lei nº 13.360 foi a possibilidade de as distribuidoras venderem seus excedentes contratuais no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O tema ainda deverá ser regulamentado pela Aneel, que terá que definir algumas questões como, por exemplo: o que efetivamente será excedente contratual; se a venda será *ex post* ou se as distribuidoras poderão pactuar contratos de longo prazo; e compartilhamento de ganhos financeiros com os consumidores.

Os leilões promovidos no ACR também sofreram alterações. Para leilões de energia de empreendimentos existentes, o início de suprimento passa a ser até o 5º ano subsequente ao do leilão e não mais o 2º, como anteriormente.

Empreendimentos de energia nova terão seu início de suprimento entre três e sete anos após o ano da licitação e passam a ser efetivamente os empreendimentos que não tenham entrado em operação comercial até a data de realização do certame. Na regra anterior, enquadravam-se empreendimentos com menos de um ano de operação comercial na data do leilão.

A Lei nº 13.360 trouxe novas regras também no que tange à licitação de empresas sob controle direto ou indireto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A principal delas foi a inclusão da possibilidade de a União promover licitação associada à transferência do controle societário da concessionária, outorgando novo contrato de concessão pelo prazo de 30 anos.

Outro ponto abordado pela lei foi a determinação de que a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito, bem como da importação de energia sem garantia física, será feita no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por meio de encargo específico pago pelo consumidor, a partir de 2017. O novo normativo ainda será regulamentado pela Aneel, que já abriu nova fase de audiência pública para discussão do tema.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

A Lei nº 13.203/2015, fruto de conversão da MP 688/2015, estabeleceu as condições para transferência do risco hidrológico dos geradores de energia elétrica para os consumidores, por meio das bandeiras tarifárias.

A transferência voluntária do risco dos geradores para o consumidor se deu mediante o pagamento de prêmio de risco e a cessão dos direitos e obrigações dos geradores referentes à liquidação da energia secundária e ao deslocamento de geração hidrelétrica decorrentes dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), no Mercado de Curto Prazo. Outra condição imposta pelo governo para a repactuação foi a desistência das ações judiciais em que eram requeridas a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Os geradores que aderiram à repactuação tiveram ressarcidos os valores correspondentes à exposição, no Mercado de Curto Prazo, incorrida durante o ano de 2015, mediante o reconhecimento de um ativo regulatório, o qual está sendo compensado ao gerador através da postergação no pagamento do prêmio de risco e/ou postergação de concessões.

Furnas aderiu à repactuação do risco hidrológico e, destarte, renunciou e desistiu da ação judicial em relação aos riscos hidrológicos relacionados ao MRE (GSF), tendo efetuado o pagamento do saldo devedor relativo aos valores cobertos por essa decisão de 2015, acrescidos de juros e atualização monetária, conforme metodologia aprovada pela ANEEL através do Despacho nº 758/2016. Esses pagamentos ocorreram parceladamente entre as liquidações dos meses de janeiro/2016 a maio/2016.

Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste – Lei nº 13.182/2015

Em 3 de novembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, objeto da conversão da Medida Provisória nº 677/2015, a qual autorizou Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica.

A Lei estabeleceu também que, conforme condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara será prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020, afastado o prazo de antecipação previsto no Art. 12 da Lei nº 12.783/2013.

Deverão ser realizados leilões para a venda da garantia física associada à UHE Itumbiara, sendo celebrados contratos entre Furnas e os consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, da classe industrial, produtores de ferroligas, de silício metálico ou de magnésio.

Desta forma, Furnas vem realizando leilões para contratação da energia da UHE Itumbiara até 2035, em conformidade com os dispositivos da supramencionada Lei, cumprindo esclarecer que há a previsão de redução uniforme dos montantes de energia contratada a partir de fevereiro de 2030 e até fevereiro de 2035.

Os recursos do FESC virão de aportes de Furnas, oriundos da diferença entre a receita dos contratos acima mencionados e o valor da Receita Anual de Geração (RAG) calculado pela Aneel. O valor a ser aportado ao fundo será de: 88% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2020 a 26 de fevereiro de 2030; e 100% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2030 a 26 de fevereiro de 2035.

Os recursos do FESC deverão ser investidos, de acordo com a deliberação do Conselho Gestor do Fundo, em empreendimentos de Geração e Transmissão, respeitado o mínimo de 50% no Sudeste e no Centro-Oeste. Tais recursos serão de titularidade de Furnas, para implantação de empreendimentos por meio de SPEs nas quais tenha participação acionária de até 49%.

3.6 Organograma

Quadro A.3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas ⁽¹⁾	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação ⁽²⁾
Assembleia Geral dos Acionistas	Ver descrição abaixo	-	-	-
Conselho Fiscal	Ver descrição abaixo	Rodrigo Vilella Ruiz	Conselheiro	ago/16
		Ticiane Freitas de Sousa	Conselheiro	jun/11

Áreas/ Subunidades Estratégicas ⁽¹⁾	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação ⁽²⁾
		Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Conselheiro	abr/12
Conselho de Administração	Ver descrição abaixo	Wilson Ferreira Junior	Conselheiro	ago/16
		Ricardo Medeiros	Conselheiro	ago/16
		Armando Casado de Araújo	Conselheiro	ago/16
		Samuel Assayag Hanan	Conselheiro	ago/16
		Francisco de Assis Leme Franco	Conselheiro	mai/16 a jul/16
		Felipe Sousa Chaves	Conselheiro	abr/16

Superintendência de Auditoria Interna (AD)	Ver descrição abaixo	Paulo Roberto Gomes	Auditor	jun/14
Diretoria Executiva	Ver descrição abaixo	Ricardo Medeiros - DP	Diretor	ago/16
		Claudio Guilherme Branco da Motta - DE	Diretor	set/16
		Claudio Danusio de Almeida Semprine – DN	Diretor	jun/16
		Djair Roberto Fernandes - DO	Diretor	set/16
		Julio Cesar Jorge Andrade - DA	Diretor	ago/16
		Caio Pompeu de Souza Brasil Neto (I) - DF	Diretor	set/16
Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Eduardo Marques Moreira	Superintendente	nov/13
Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)	Ver descrição abaixo	João Luiz Fontes de Almeida	Superintendente	nov/13
Superintendência de Comercialização (CE.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Roberto Alves Correia	Superintendente	mai/13
Superintendência de Operação (SO.O)	Ver descrição abaixo	Mario Fernando Ellis	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Oeste (PO.O)	Ver descrição abaixo	Geraldo Magela Aoun	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)	Ver descrição abaixo	Angelo Marcio Fernandes Pereira	Superintendente	nov/13
Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção (EM.O)	Ver descrição abaixo	Roberto Junqueira Filho	Superintendente	abr/13
Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)	Ver descrição abaixo	Gilson Machado Bastos	Superintendente	out/16
Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)	Ver descrição abaixo	Rodrigo Junqueira Calixto	Superintendente	nov/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas ⁽¹⁾	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação ⁽²⁾
Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (G.A.E)	Ver descrição abaixo	Mário Marcio Rogar	Superintendente	set/16

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

⁽¹⁾ Refere-se a “as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão”. Para elaboração do relatório, foi considerado que estas áreas são as áreas líderes dos macroprocessos finalísticos.

⁽²⁾ Na coluna “Período de Atuação” está indicada a data de início de atuação no cargo, que se estende até dezembro/2016.

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral é constituída pelo presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando

aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente, que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;

- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 do estatuto de Furnas.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral para preencher o cargo completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da Empresa, pelo menos uma vez por ano, com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da Companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos no Estatuto Social.

O valor em reais estabelecido no inciso I do Art. 21º do Estatuto Social de Furnas será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Superintendência de Auditoria Interna (AD)

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Superintendência de Auditoria Interna:

- definir políticas e objetivos da Auditoria Interna;
- coordenar e implementar metodologias e ferramentas necessárias para as atividades da Auditoria Interna;
- planejar, executar e controlar a realização de trabalhos de auditoria interna, conforme programação específica, previamente definida, emitir relatório com recomendações para os achados de auditoria no exercício e parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais do exercício anterior;
- acompanhar a definição e implementação de ações correntes decorrentes de trabalhos realizados;
- promover a realização de trabalhos especiais de auditoria, determinados pela Alta Administração da Companhia, não previstos na programação anual;
- acompanhar o atendimento aos órgãos externos de fiscalização e controle, como TCU e CGU, a fim de verificar o cumprimento das demandas dirigidas à Companhia, monitorar as recomendações expedidas por estes órgãos até a sua implementação ou analisar e avaliar as justificativas para descumprimento e providências adotadas pelo gestor;
- liderar o macroprocesso de Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do parágrafo anterior para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;
- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no País ou no exterior;
- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 do Estatuto Social;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;
- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e controlar as atividades de engenharia nos empreendimentos de Geração, Transmissão e Telecomunicações.

- Promover a aplicação e a atualização dos critérios de projeto, especificações e informações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia.
- Acompanhar e controlar o desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade.
- Planejar o fornecimento dos itens necessários aos projetos sob sua responsabilidade.
- Participar da viabilização de novos empreendimentos fornecendo informações técnicas de projeto, incluindo soluções tecnológicas e seus orçamentos.
- Prestar apoio às outras diretorias no que tange aos serviços de engenharia, atendendo a sua demanda;
- Representar a Empresa perante a ANEEL, MME, EPE no que se refere a estudos de planejamento da expansão do Sistema Interligado Nacional, melhorias e reforços nos empreendimentos de Furnas e interligações.
- Analisar a viabilidade da solicitação, em articulação com a DO e DN, e coordenar a ampliação dos acessos ao sistema de transmissão da Empresa, por agentes de geração ou consumidores livres.
- Coordenar a elaboração de estudos técnicos e econômicos, com o objetivo de assegurar um desempenho ótimo do sistema de transmissão da Empresa, indicar os critérios gerais e o grau da confiabilidade adequado e determinar as características elétricas gerais dos equipamentos de geração e transmissão.
- Coordenar a elaboração dos estudos de planejamento, investigação e viabilização técnica de empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas de interesse da Empresa e dos estudos técnicos relativos à expansão do sistema gerador de energia elétrica.
- Coordenar a elaboração de estudos, projetos e a prestação de serviços relativos à Eficiência Energética junto a empresas, consumidores, fornecedores, consultores e concessionárias de energia elétrica.
- Coordenar o processo laboratórios para testes e ensaios, e tecnologia de materiais e equipamentos;
- Conduzir a implantação da política de eficiência energética no âmbito de Furnas.

Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)

São atribuições deste órgão:

- Coordenar a formulação de diretrizes e políticas para compatibilizar as atividades de gestão ambiental e fundiária, com as exigências legais e com as diretrizes da Empresa, para empreendimentos de geração e transmissão;
- Coordenar a elaboração de estudos ambientais e fundiários para viabilização de novos negócios de geração e transmissão, conforme demandas da Empresa;
- Gerenciar o processo da Gestão Sociopatrimonial dos empreendimentos em operação, em faixas de servidão de linhas de transmissão, em margens de reservatórios e demais propriedades de Furnas;
- Coordenar o licenciamento e os estudos ambientais dos empreendimentos em implantação e em operação, conforme demandas da Empresa;
- Coordenar a liberação fundiária para implantação de empreendimentos de geração e transmissão, conforme demandas da Empresa.

Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)

São atribuições deste órgão:

- Planejar e coordenar a execução das Obras de geração e transmissão de interesse de Furnas;

- Controlar os resultados de escopo, custo, prazo e qualidade relativos à implantação das Obras de geração e transmissão de interesse de Furnas;
- Promover a implantação, recuperação, modernização e repotenciação dos empreendimentos de geração e transmissão e a promoção de seus serviços tecnológicos associados, incluindo parcerias com terceiros ou prestação de serviços;
- Atuar de forma conjunta com a SE.E para a especificação e definição das Obras, serviços, orçamentos e demais insumos necessários para a sua contratação e execução.
- Coordenar, no âmbito da DE, a contratação de Obras na modalidade empreitada integral e contratação semi-integrada ou turn-key;
- Definir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, os serviços de engenharia do proprietário para acompanhamento e controle dos empreendimentos das Obras de interesse de Furnas;
- Promover soluções tecnológicas nos empreendimentos de Furnas em construção ou operação;
- Promover as ações necessárias à consecução das metas referentes aos empreendimentos, estabelecidas nos planos de negócio da Empresa;
- Participar nos estudos de viabilização de novos negócios, em articulação com os demais órgãos envolvidos, participando de estudos de novos projetos, elaboração de contratos e formatação de parcerias.

Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)

São atribuições deste órgão:

- Prospectar e avaliar novos negócios em Geração, Transmissão, e Fontes Alternativas, em conformidade com o Plano de Expansão;
- Elaborar estudos e cenários prospectivos sobre o mercado de energia elétrica que servirão de insumo para a Comercialização e os Estudos da Geração;
- Informar à EPE/MME, por determinação legal, os dados de consumo de energia de Furnas, mensalmente, e suas respectivas projeções, anualmente;
- Administrar o Cadastro da Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios, visando a seleção de projetos que comporão o portfólio de investimentos futuros da Empresa, consolidados no Plano de Expansão;
- Coordenar as apresentações de Furnas, com vistas ao Desenvolvimento de Novos Negócios, para entidades e empresas, nacionais e estrangeiras.
- Coordenar as atividades necessárias para a estruturação de novos negócios de geração e transmissão conquistados nos Leilões promovidos pela Aneel;
- Coordenar a elaboração dos Planos de Negócio de novos negócios de geração e transmissão conquistados nos Leilões promovidos pela Aneel;
- Assessorar as atividades necessárias para a estruturação de novos negócios desenvolvidos por meio da aquisição de ativos;
- Assessorar a elaboração dos Planos de Negócio de novos negócios desenvolvidos por meio da aquisição de ativos;
- Dar suporte à Gerência de Geração Convencional e Transmissão e à Gerência de Geração por Fontes Alternativas no âmbito de suas participações em leilões de energia e transmissão;
- Coordenar o processo de Pesquisa e desenvolvimento tecnológico, gestão e desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

São atribuições deste órgão:

- Comercializar serviços relacionados à geração e transmissão de energia elétrica e de telecomunicações.
- Coordenar a elaboração de políticas corporativas referentes à participação de Furnas em Sociedades de Propósito Específico - SPE, de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- Coordenar o fluxo de informações relacionadas à gestão de participações, bem como atuar para garantir o atendimento e a efetividade das informações demandadas pelos sistemas de controle interno e externo.
- Coordenar as ações de gestão das participações, que sejam inerentes às sociedades constituídas em regime estatal.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

São atribuições deste órgão:

- Coordenar a elaboração de políticas corporativas referentes aos processos de comercialização de energia e da transmissão.
- Planejar, coordenar e controlar as atividades de comercialização de energia e da transmissão.
- Elaborar estratégias de negociação para comercialização de energia e da transmissão.
- Coordenar as análises dos impactos de novas políticas, atos legais propostos ou emitidos e regulamentação do setor elétrico e de combustíveis para geração de energia elétrica, propondo gestões e alterações junto aos órgãos competentes, quando couber.
- Propor, em conjunto com as demais áreas da Empresa, ações junto aos órgãos competentes nos assuntos regulatórios.
- Gerir os riscos associados à comercialização de energia.
- Representar a Empresa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das suas atribuições de Comercialização de Energia e da Transmissão.
- Coordenar a elaboração de estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização de energia.
- Coordenar a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações.
- Participar, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, elaboração das normas e instruções de manutenção, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes.
- Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.
- Prestar apoio, à Superintendência de Operação na elaboração de normas de instruções de operação e nas revisões mensais da programação de manutenção das unidades geradoras.
- Acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Companhia conduzidos pela DE, bem como a atualização dos documentos técnicos.

- Acompanhar, em articulação com a EM.O, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE.
- Acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados à construção, montagem de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso.
- Acompanhar, junto com a DE, de atividades de comissionamento de novas instalações, equipamentos e sistemas de transmissão e geração de energia, com o objetivo de formar histórico de manutenção, identificar eventuais pendências de implantação e erros de projeto.
- Coordenar a atuação das Gerências de Produção no apoio aos órgãos próprios da Companhia, nas atividades de meio ambiente, gestão de resíduos, gestão patrimonial, gestão fundiária e outras atividades não relacionadas às atividades fim da DO, bem como participar da elaboração de atos normativos relacionados aos temas.
- Representar Furnas nos Comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, sob a coordenação da SO.O e em articulação com outros órgãos da Empresa.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

São atribuições deste órgão:

- Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações.
- Participar, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, elaboração das normas e instruções de manutenção, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes.
- Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.
- Prestar apoio, à Superintendência de Operação na elaboração de normas de instruções de operação e nas revisões mensais da programação de manutenção das unidades geradoras.
- Acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Companhia conduzidos pela DE, bem como a atualização dos documentos técnicos.
- Acompanhar, em articulação com a EM.O, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE.
- Acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados à construção, montagem de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso.
- Acompanhar, junto com a DE, de atividades de comissionamento de novas instalações, equipamentos e sistemas de transmissão e geração de energia, com o objetivo de formar histórico de manutenção, identificar eventuais pendências de implantação e erros de projeto.
- Coordenar a atuação das Gerências de Produção no apoio aos órgãos próprios da Companhia, nas atividades de meio ambiente, gestão de resíduos, gestão patrimonial, gestão fundiária e outras atividades não relacionadas às atividades fim da DO, bem como participar da elaboração de atos normativos relacionados aos temas.
- Representar Furnas nos Comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, sob a coordenação da SO.O e em articulação com outros órgãos da Empresa.

Superintendência de Operação (SO.O)

São atribuições deste órgão:

- Coordenar e controlar, em articulação com o ONS, a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas.
- Planejar, coordenar, controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas, compreendendo a programação energética e estudos elétricos, elaboração de diretrizes para a operação eletroenergética, otimização eletroenergética visando o desempenho ótimo do sistema de geração e de transmissão de Furnas, coordenação de intervenções no sistema, em articulação com o ONS e operação do sistema de telecomunicações sob a responsabilidade da DO.
- Desenvolver, no âmbito de sua área de atuação, as atividades necessárias ao relacionamento operacional e ao cumprimento dos compromissos operacionais de Furnas com os demais agentes do setor elétrico.
- Estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços em instalações em operação, em articulação com a EM.O.
- Participar, em conjunto com os órgãos próprios da DO, da elaboração dos programas de manutenção de unidades geradoras e equipamentos do sistema de transmissão de Furnas, visando sua compatibilização com o planejamento eletroenergético da operação do sistema e com as estratégias de comercialização de energia definidas pela DN.
- Promover o planejamento da produção de energia, no horizonte de planejamento da operação, propondo as alternativas de operação dos reservatórios hidráulicos, a complementação térmica e os intercâmbios de energia com outras empresas, visando à utilização ótima das fontes geradoras e atendendo às exigências da legislação e de acordos internacionais, em articulação com o Operador Nacional do Sistema – ONS.
- Promover estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema.
- Coordenar a representação de Furnas nos comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, apoiando e orientando as diversas áreas de produção.
- Participar da avaliação das solicitações de acesso ao sistema de transmissão de Furnas, em conjunto com a SE.E, apoiando os órgãos próprios da CE.N na elaboração dos respectivos contratos.
- Coordenar a realização das atividades que estejam relacionadas com a operação, o planejamento eletroenergético da operação, a programação energética, dos processos que envolvam o acesso, a conexão e o compartilhamento de instalações do sistema de transmissão.
- Acompanhar projetos relacionados com a expansão do sistema elétrico, prestando assistência à DE no que diz respeito à adequação desses projetos às necessidades da operação e produção energética.
- Promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, nos sistemas de proteção, supervisão, controle, automação e nos esquemas de controle de emergência, propondo medidas corretivas para minimizar ou eliminar tais ocorrências.
- Desenvolver, testar e implantar os sistemas de atuação em tempo real, nos terminais remotos e os sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados.
- Coordenar a elaboração de normas e instruções de manutenção para os sistemas de proteção sob a responsabilidade dos diversos órgãos da DO, em articulação com as Superintendências de Produção.
- Apoiar os órgãos próprios da DE na definição de projetos e no desenvolvimento de novos sistemas e ampliações, para atender a necessidade de proteção, supervisão, controle e automação das subestações, usinas e Centros de Operação no âmbito da DO.

- Representar Furnas junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das atividades de Operação, Planejamento Eletroenergético da Operação, Estudos Elétricos e Programação Energética da Operação.

Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção - EM.O

São atribuições deste órgão:

- Definir políticas, estratégias e planos de gestão dos ativos físicos do Sistema Elétrico e de Telecomunicações de Furnas visando otimizar custos, maximizar o desempenho e minimizar os riscos associados.
- Coordenar a identificação, em conjunto com os demais órgãos da Diretoria de Operação e Manutenção, as causas de anormalidades no desempenho dos ativos, propondo, especificando, contratando e implementando as melhorias de projeto aplicáveis.
- Acompanhar, junto à Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos, assuntos ligados a projetos e especificações, reclamações de garantia e pendências relativas a equipamentos e sobressalentes, bem como vícios ocultos de projetos, visando proporcionar informações necessárias à identificação de problemas operacionais que requeiram reanálise de concepções de projetos e de especificações.
- Fornecer apoio às gerências de produção da Diretoria de Operação e Manutenção, na logística de suprimentos, no planejamento, na programação e execução de ensaios e testes bem como em treinamentos relacionados a instrumentos, equipamentos, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.
- Participar, informando os aspectos críticos de caráter operacional dos componentes, em articulação com os órgãos da Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos, da concepção e implantação de novos empreendimentos e de reforços e melhorias nas instalações existentes.
- Coordenar a elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações de Furnas, em articulação com as Superintendências de Operação e Produção.
- Coordenar a elaboração dos planos de melhorias e de revitalizações motivados pelo final de vida útil ou obsolescência dos equipamentos e o seu cadastramento em sistema próprio do ONS.
- Estabelecer, em articulação com a SO.O, as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias e de revitalizações das instalações em operação.
- Coordenar e representar Furnas nos assuntos relacionados à engenharia de manutenção junto a entidades externas.
- Orientar as Superintendências de Produção no cumprimento dos requisitos demandados pelos órgãos regulatórios e pelo ONS.

3.7 Macroprocessos finalísticos

Quadro A.3.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso ⁽¹⁾	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento de novos negócios	Prospecção de Oportunidades Estruturação e Viabilização do Negócio	- participação em leilões de novos negócios - constituição de SPE	SN.N
Gestão de Participações	Gestão Societária de Participações Gestão Econômico-Financeira	- gestão das SPEs	SP.N

Macroprocesso ⁽¹⁾	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	de Participações		
Estudos e projetos de geração	Desenvolvimento de Projeto de Geração Serviços de Segurança de Barragens Desenvolvimento de Estudos Técnicos da Geração Planejamento da Expansão da Geração Projetos de Melhoria do Sistema de Geração	- projetos de geração - projetos de melhorias de geração	SE.E
Implantação de Empreendimentos de Geração	Gestão e Fiscalização de Obras de Geração Execução de Obras de Geração	- construção dos empreendimentos de geração	SI.E
Estudos e Projetos de Transmissão	Desenvolvimento de Projeto de Transmissão Desenvolvimento de Estudos Técnicos de Transmissão Planejamento da Expansão da Transmissão Projetos de Melhoria do Sistema de Transmissão	- projetos de transmissão - projetos de melhorias de transmissão	SE.E
Implantação de Empreendimentos de Transmissão	Gestão e Fiscalização de Obras de Transmissão Execução de Obras de Transmissão	- construção dos empreendimentos de transmissão	SI.E
Meio Ambiente e Gestão Fundiária	Gestão Ambiental Gestão Fundiária	- Licenciamentos ambientais - Regularização fundiária	GA.E
P&D e Serviços Tecnológicos	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Laboratórios Para Testes e Ensaios Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras Tecnologia de Materiais e Equipamentos	- Execução de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento - Serviços de tecnologia	SE.E
Comercialização de Serviços	Prospecção de Mercado Identificação e Especificação do Portfólio de Serviços Negociação e Venda de Serviços Gestão de Contratos de Serviços	- Pesquisa de mercado - Gestão de contratos de comercialização de serviços	SP.N
Comercialização de Energia e Transmissão	Compra e Venda de Energia Gestão de Contratos de Comercialização de Transmissão Relacionamento Comercial	- Gestão de contratos de energia	CE.N
Operação de Geração e Transmissão	Operação em Tempo Real de Instalações de Geração Operação em Tempo Real de Instalações de Transmissão Operação em Tempo Real de Instalações de Geração e Transmissão	- Operação dos empreendimentos	PO.O e PS.O
Manutenção de Geração e Transmissão	Engenharia de Manutenção de Geração e Transmissão Planejamento da Manutenção de	- Planejamento e execução das manutenções dos empreendimentos de	PO.O e PS.O

Macroprocesso ⁽¹⁾	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Telecomunicação de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Sistemas de Controle de Transmissão em Corrente Contínua Execução da Manutenção de Sistemas de Proteção e Controle da Geração e Transmissão Controle das Conformidades Técnicas nas Instalações em Operação de Geração e Transmissão Apoio à Operação e à Manutenção	geração e de transmissão	
Operação de Sistema	Pré-Operação de Ativos do Sistema Pós-Operação de Ativos do Sistema Operação dos Sistemas de Telecomunicação Engenharia de Proteção e Automação do Sistema Engenharia de Operação do Sistema Operação em Tempo Real do Sistema Hidrometeorologia Engenharia de Manutenção de Sistemas de Proteção	- supervisão e controle da operação do sistema elétrico e do sistema de telecomunicações; - programação das intervenções no sistema elétrico; - planejamento da operação elétrica; - programação da operação energética; - ajuste dos sistemas de proteção e controle; - análise de perturbações.	SO.O
Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A			

⁽¹⁾ Cabe ressaltar que, embora tenha sido definida uma arquitetura de processos na qual é possível identificar os macroprocessos de negócio e seus líderes, não foi realizado o mapeamento completo dos macroprocessos. Há iniciativas de mapeamento de alguns processos atendendo a demandas específicas. Cabe, ainda, esclarecer que o mapeamento existente não contempla a informação de “principais clientes” (referido no manual de orientação).

3.8 Composição acionária do capital social

Quadro A.3.8 - Composição Acionária do Capital Social

Furnas COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2016				
Denominação completa				
Furnas - Centrais Elétricas S.A.				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	77,876386	77,876386	77,871286
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. São Paulo - DAEE	0,113274	0,113274	0,117534
	Fundos de Pensão			
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021549	0,021549	0,022359
	% Governo	78,011209	78,011209	78,011179
Free Float	Pessoas Físicas	0,000793	0,000793	0,000822
	Pessoas Jurídicas	0,000026	0,000026	0,000027
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,000819	0,000819	0,000849
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028	78,012028
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	21,684322	21,684322	21,673053
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. São Paulo - DAEE	0,140749	0,140749	0,146042
	Fundos de Pensão			
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021550	0,021550	0,022360
	% Governo	21,846621	21,846621	21,841455
Free Float	Pessoas Físicas	0,042062	0,040979	0,042452
	Pessoas Jurídicas	0,099289	0,100372	0,104065
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,141351	0,141351	0,146517
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972	21,987972
Total		100%	100%	100%
Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F				

3.9 Participação em outras sociedades

Quadro A.3.9 – Investimentos permanentes em outras sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014					
Denominação Investidora	Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.				
Ações Ordinárias (% de participação)					
Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
ENERPEIXE S.A.	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
BAGUARI ENERGIA S.A.	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014					
Denominação Investidora	Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.				
Ações Ordinárias (% de participação)					
Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	49,47	49,47	49,47	49,47	49,47
MADEIRA ENERGIA S.A.	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
INAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	19,60	19,60	19,60	19,60	19,60
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50
TELES PÍRES PARTICIPAÇÕES S.A.	24,72	24,72	24,72	24,72	24,72
CIA. TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00
CIA. TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50
CIA. TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
CIA. DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50
TRANSENERGIA GÓIAS S.A.	99,00	99,00	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
MGE TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90	49,90	49,90	49,90
LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS V A IX – Fortim : (Central Eólica S.Januário, Central Eólica N.Sra. Fátima, Central Eólica. Jandaia, Central Eólica. S. Clemente, Central Eólica Jandaia I).	99,99	99,99	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS I, II, III, IV, X – Aracati : (Central Eólica Goiabeira, Central Eólica Ubatuba, Central Eólica Santa Catarina, Central Eólica Pitombeira, Central Eólica Horizonte).	-	-	-	49,00	49,00
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50	24,50	
VALE DO SÃO BARTOLOMEU S.A.	39,00	39,00	39,00	39,00	-
TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	49,00	49,00	-
LAGO AZUL TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	49,90	49,90	-
MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	49,90	49,90	-
COMPLEXO FAMOSA S.A.: (Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Rosada S.A.; Central Eólica Pau Brasil S.A e Central Eólica São Paulo S.A.).	49,00	49,00	49,00	49,00	-
COMPLEXO BALEIA: (Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A.; São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A; São Galvão Eólica S.A).					
COMPLEXO PUNAÚ: (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., Punaú I Eólica S.A.) .	49,00	49,00	49,00	49,00	-

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014					
Denominação Investidora	Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.				
Ações Ordinárias (% de participação)					
Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
COMPLEXO EÓLICO ITAGUAÇU DA BAHIA: (Parque Itaguaçu da Bahia, Parque Santa Luiza, Parque Santa Madalena, Parque Santa Marcela, Parque Santa Vera, Parque Santo Antônio, Parque São Bento, Parque São Cirilo, Parque São João e Parque São Rafael).	49,00	49,00	49,00	-	-
COMPLEXO ACARAÚ: (Parque Eólico Santa Rosa, Parque Eólico Uirapuru e Parque Eólico Ventos do Angelim)	90,00	90,00	90,00	-	-
COMPLEXO SERRA DO MEL: (Parque Serra do Mel I, Parque Serra do Mel II e Parque Serra do Mel III)	90,00	90,00	90,00	-	-
COMPLEXO FAMOSA III: (Parque Arara Azul, Parque Bentevi, Parque Ouro VerdeI, Parque Ouro Verde II e Parque Ouro Verde III)	90,00	90,00	90,00	-	-
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BELO MONTE S.A.	24,50	24,50	24,50	-	-
TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	49,90	49,90	49,90	-	-
ENERGIA OLÍMPICA S.A.	49,90	49,90	49,90	-	-
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	33,30	33,30	33,30	-	-
Fonte: Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N					

3.10 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Por recomendação da SEST (Nota Técnica SEI nº 1020/2015-MP), Furnas constituiu a *holding* Brasil Ventos Energia S.A. (BVE) em janeiro/2016, como subsidiária integral, para consolidar suas participações em empreendimentos de energia eólica.

Coube à BVE constituir as 8 (oito) sociedades que administrarão os empreendimentos dos Complexos Famosa III e Acaraú, o que ocorreu em março/2016, com participação de 90% (noventa por cento) da BVE, sendo os 10% (dez por cento) restantes pertencentes aos sócios privados."



4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

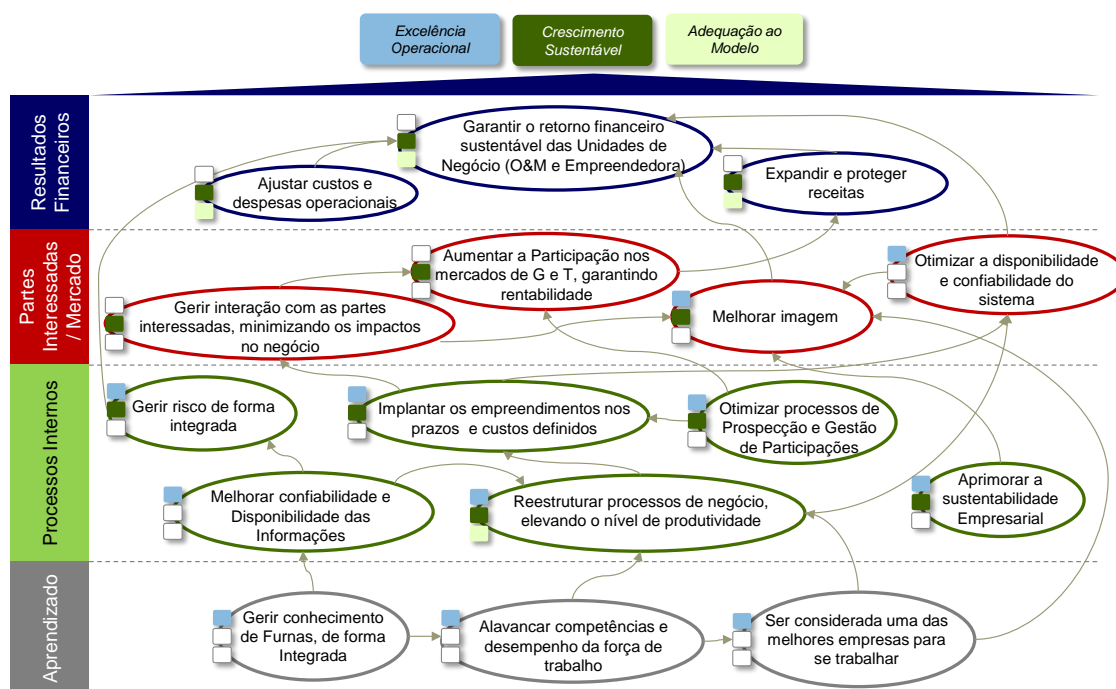
4.1 Planejamento organizacional

O Plano Estratégico de Furnas conta com três direcionadores estratégicos emanados da Diretoria Executiva:

- Excelência operacional: Furnas considera, em sua atuação como empresa de Operação e Manutenção (O&M), a excelência operacional como primordial, tendo em vista a importância de seu parque industrial no contexto do sistema elétrico do País, e deste para a vida nacional.
- Crescimento com sustentabilidade: o objetivo da Empresa é o crescimento de seus negócios ou, em outras palavras, disputa de *market-share*, porém sem sacrifício: a) do meio-ambiente; b) das comunidades de alguma forma afetadas por seus empreendimentos e instalações; e c) de sua rentabilidade atual e futura.
- Adequação ao modelo regulatório: Furnas tem como norte a adequação permanente de sua atuação e de seus negócios à dinâmica da regulação do setor.

O Mapa Estratégico, ilustrado na figura a seguir, possui 16 objetivos, agrupados nas perspectivas de resultados financeiros, partes interessadas/mercado, processos internos e aprendizado. Ele apresenta os desafios que a Empresa terá de superar para alcançar sua visão de futuro, com horizonte de 2018.

Mapa Estratégico Corporativo de Furnas
Versão Revisada 2014



Algumas ameaças presentes no contexto macroeconômico, como a queda da atividade econômica, bem como as consequências da Lei 12.783, podem caracterizar-se como riscos para o alcance dos objetivos estratégicos. Com o intuito de rechaçar tais ameaças, no início de 2016, foram identificados desafios estratégicos de curto prazo, que foram traduzidos em iniciativas estratégicas a serem acompanhadas por cada Diretoria.

Os painéis de cada Diretoria, denominados de planos táticos, são compostos por objetivos gerenciais e suas respectivas iniciativas desdobradas até o nível de Superintendência. O acompanhamento destas iniciativas é realizado durante as Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

As iniciativas estratégicas podem abranger revisão de macroprocessos, adequação nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos delineados. A título de exemplo, temos:

- Implantar Orçamento Base Zero (OBZ);
- Executar Programa rumo ao Gap Zero (SOx);
- Implantar o programa de Gestão de Ativos;
- Elaborar e implementar um Sistema de Integridade Corporativa de Furnas com Programa Abrangente de "Compliance".

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A descrição dos objetivos estratégicos presentes no Mapa Estratégico, agrupados por perspectiva, é apresentada a seguir:

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Resultados Financeiros

Garantir o retorno financeiro das unidades de negócios de O&M e Empreendedora

Consiste em assegurar o retorno financeiro esperado sobre os investimentos em Novos Negócios, por meio de SPEs, e sobre as atividades de O&M dentro da nova realidade pós MP579; através de uma gestão integrada, ativa e contínua de todas as unidades de negócio.

Expandir e proteger receitas

Se fundamenta:

- Obter reconhecimento junto à ANEEL da revisão do modelo de remuneração pelo O&M dos ativos;
- Otimizar a estratégia de comercialização de energia;
- Garantir a precificação adequada dos serviços prestados (serviços de engenharia e estudos de viabilidade);
- Otimizar as receitas de geração e transmissão das SPE via dividendos;
- Reivindicar junto a ANEEL, a remuneração pelas Melhorias realizadas nos ativos das concessões prorrogadas antecipadamente;
- Evitar perda de receita em função das parcelas variáveis;
- Recuperar o valor contábil dos ativos através das indenizações.

Ajustar custos e despesas operacionais

Obter redução dos custos e despesas operacionais através da implantação de iniciativas que promovam incremento de produtividade e da excelência operacional de Furnas

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Partes Interessadas

Aumentar a Participação nos mercados de G e T, garantindo rentabilidade

Aumento da participação nos mercados de geração e transmissão através da entrada em empreendimentos com taxas de retorno iguais ou superiores ao previsto no planejamento financeiro de Furnas (Plano Diretor)

Gerir interação com as partes interessadas, minimizando os impactos no negócio

Conduzir a administração do relacionamento de Furnas com as partes interessadas no negócio, destacando-se os seguintes exemplos: Órgãos Licenciatórios, Órgão Regulador, Sociedade, Governo, Parceiros, Fornecedores e Acionistas

Otimizar a disponibilidade e confiabilidade do sistema

Operar sustentavelmente e assegurar a correta realização de manutenções no sistema elétrico de Furnas, garantindo com que o serviço de geração e transmissão não sofra interrupções não planejadas

Melhorar imagem

Se baseia em um processo de cultivo de relações positivas com as partes interessadas e na qualidade da prestação de serviços de geração e transmissão de energia, tendo impacto direto e indireto na opinião pública e na imagem da empresa

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (1/2)

Otimizar processos de prospecção e gestão de participações

Estruturar de maneira mais sustentável e rentável, as estratégias de prospecção de novos parceiros e empreendimentos sob o modelo de SPEs, assim como aprimorar e dar maior visibilidade para a gestão

Implantar os empreendimentos nos prazos e custos definidos

Aprimorar os processos de execução e gerenciamento de implantação dos empreendimentos, de modo que o cronograma, planejamento de recursos e retorno esperado sejam respeitados e atendidos

Gerir risco de forma integrada

Medir, integradamente na empresa, o grau de incerteza na obtenção do retorno esperado, destacando-se as naturezas de riscos: Operacional, Financeiro, Corporativo, etc.

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (2/2)

Melhorar confiabilidade e disponibilidade das informações

Potencializar o processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que represente uma melhora, quantitativa e qualitativa, no acesso a informação em Furnas, proporcionando melhor assertividade e agilidade no processo decisório

Reestruturar processos de negócio, elevando o nível de produtividade

Mapeamento e reestruturação dos processos de negócio de Furnas, tendo como base a consolidação dos centros de serviços compartilhados, causando um elevado impacto na qualidade e agilidade dos serviços e reduzindo o nível de retrabalho e de custos em um cenário integrado de processos

Aprimorar a sustentabilidade empresarial

Uso correto e coeso dos recursos naturais e dos ativos de Furnas nos âmbitos sociais, energéticos e ambientais, visando o crescimento econômico, porém, sem degradar o meio ambiente e comprometer a satisfação das necessidades de gerações futuras

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Ser considerada uma das melhores empresas para se trabalhar

Ser vista como uma empresa de excelência/referência na capacitação e relacionamento com sua força de trabalho, assim como na manutenção de um ambiente de trabalho prazeroso e desafiador, motivando seus colaboradores e estimulando o desejo de se trabalhar em Furnas

Gerir conhecimento de Furnas, de forma integrada

Viabilizar o compartilhamento e registro de informações e conhecimento entre todas as áreas da empresa a fim de promover a melhoria contínua na execução dos processos de negócio

Alavancar competências e desempenho da força de trabalho

Identificar e desenvolver as competências profissionais, englobando os conhecimentos, habilidades e atitudes para que o desempenho da força de trabalho seja maximizado

4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Desde maio de 2014, Furnas vem monitorando o desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos através da realização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

As RAEs contam com a participação dos Diretores, Assistentes de Diretoria e Superintendentes, e seu objetivo é promover a discussão acerca dos resultados da Empresa a partir de indicadores e

iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada Diretoria. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, os desafios de cada área são compartilhados com os executivos da Empresa, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos.

Como parte da Gestão Estratégica, ao final de cada ciclo de monitoramento, o mesmo público das RAEs é reunido em um *workshop* para uma reflexão sobre possíveis lacunas e pontos de melhoria nos painéis que traduzem a estratégia escolhida, baseada nas ameaças e oportunidades identificadas a partir da análise do contexto macroeconômico de curto e médio prazos.

Durante o ano de 2016, foram realizadas 4 RAEs:

- 05/01/2016;
- 31/03/2016;
- 08/06/2016;
- 27/10/2016.

Ao final do ano, 09/12/2016, foi realizado o *workshop* de revisão dos painéis estratégicos para dar início ao ciclo de monitoramento de 2017.

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A definição da Missão, assim como da Visão, foi um dos primeiros resultados da elaboração do Planejamento Estratégico de Furnas, tendo, posteriormente, servido de alicerce para as demais definições da Estratégia.

O alinhamento da Missão – “atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade” – ao Plano Estratégico pode ser claramente evidenciado pelo Mapa Estratégico, onde os objetivos estratégicos ali presentes traduzem a Missão empresarial e de como poderemos atingir a Visão de futuro estabelecida para a Empresa.

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

Composição de saldo		2016			2015	
		Realizado até dezembro	Remanejamento Ofício nº 8.931 de 14/12/2016.	Variação Percentual	Realizado até dezembro	Variação Percentual
Vendas de Energia		6.059.031.356	18.323.254.734	-66,9%	6.563.372.762	-7,7%
Dividendos e JCP		1.371.681	4.647.880	0,0%	734.316	86,8%
Renda de Financiamentos LP		65.121.307	65.777.688	-1,0%	59.954.223	8,6%
Outras Receitas Operacionais		146.482.875	150.441.863	-2,6%	180.714.875	-18,9%
Total		6.272.007.219	18.544.122.165	-66,2%	6.804.776.176	-7,8%

Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F

Venda de energia

A variação está relacionada com a contabilização da RBSE, conforme publicação da Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia de 22 de abril de 2016, que regra sobre o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de

2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). O montante contabilizado corresponde a R\$ 13 bilhões.

Dividendos e JCP

O remanejamento foi efetuado com base no realizado até o mês de abril, anualizado para dezembro. Entretanto, tal expectativa não se realizou.

Outras receitas operacionais

Conforme explicado no ano anterior, em 2015 houve a contabilização das penalidades contratuais aplicadas aos fornecedores inadimplentes no valor de R\$ 111.698.666. Conforme dados contábeis, em 2016 não houve a contabilização de penalidades desta importância.

Abertura mensal das receitas

PDG Exercício de 2016	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até Dezembro
Venda de Energia	477.053.739	475.447.130	483.861.571	502.445.320	472.694.235	481.024.984	526.271.362	523.238.324	542.947.250	547.810.857	532.494.764	556.179.498	6.121.469.034
Dividendos e JCP	-	446.074	-	228.334	212.118	189	-	282.555	9.407	1.091	-	191.913	1.371.681
Renda de Financiamentos - LP	5.142.403	5.095.458	5.508.052	5.146.186	5.435.127	5.523.234	5.841.619	5.483.902	5.339.571	5.578.898	5.425.531	5.601.326	65.121.307
Outras Receitas Operacionais	25.152.486	8.605.199	7.187.330	3.511.598	11.303.544	15.118.477	19.710.414	12.978.881	14.554.223	9.565.341	9.577.771	9.217.611	146.482.875
PDG Exercício de 2015	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até Dezembro
Venda de Energia	561.368.668	542.907.576	582.949.779	554.427.529	461.872.637	464.192.188	657.716.841	556.050.537	586.574.559	533.956.297	514.741.404	546.614.747	6.563.372.762
Dividendos e JCP	-	-	11.624	303.851	8.690	4.761	4.898	11.275	103	3.472	251.160	134.482	734.316
Renda de Financiamentos - LP	4.930.734	4.564.679	4.856.950	4.927.538	5.118.894	4.786.655	5.014.966	5.014.837	4.766.775	5.184.093	5.366.899	5.421.203	59.954.223
Outras Receitas Operacionais	23.721.358	4.201.483	6.274.571	110.466.529	5.567.054	6.844.377	6.092.551	3.359.218	3.933.113	2.836.418	3.158.975	4.259.228	180.714.875

Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F

Nota:

- Os valores orçamentários realizados baseiam-se nos valores contábeis registrados na demonstração do resultado (DRE) regulatória que seguem as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
- Cabe destacar que a DRE regulatória é diferente da DRE societária que é publicada e exigida para fins estatutários.
- A seguir, um comparativo das receitas segundo as práticas regulatórias e societárias:

	Nota	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE RECEITA							
Fornecimento de energia elétrica		22.594	-	22.594	15.445	-	15.445
Suprimento de energia elétrica		4.412.231	-	4.412.231	4.716.369	-	4.716.369
Energia elétrica de curto prazo		230.088	-	230.088	507.223	-	507.223
Disponibilização do sistema de transmissão	41.11	1.456.556	(1.456.556)	-	1.324.335	(1.324.335)	-
Financeira – retorno sobre investimento	41.12	-	14.218.772	14.218.772	-	215.262	215.262
Receita de construção	41.13	-	258.760	258.760	-	627.942	627.942
Outras receitas	41.14	192.493	1.184.558	1.377.051	196.861	1.068.150	1.265.011
		6.313.962	14.205.534	20.519.496	6.760.233	587.019	7.347.252
Fonte: Superintendência de Contabilidade – SC.F							

4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

4.3.9.1- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.3.9.1- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	867.778.664	100	1.022.774.548	100	766.575.739	100	921.097.736	100
a) Convite	2.331.659	0,3	4.008.598	0,4	2.237.197	0,3	3.558.032	0,4
b) Tomada de Preços	23.568.440	2,7	28.151.593	2,8	21.809.309	2,8	26.588.776	2,9
c) Concorrência	109.633.614	12,6	207.404.443	20,3	112.712.181	14,7	170.802.025	18,5
d) Pregão	732.244.951	84,4	783.209.914	76,6	629.817.052	82,2	720.148.903	78,2
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	240.267.467	100	491.643.059	100	244.197.296	100%	445.367.780	100
h) Dispensa	156.974.426	65,3	402.873.796	81,9	166.487.046	68,2	366.995.151	82,4
i) Inexigibilidade	83.293.041	34,7	88.769.263	18,1	77.710.250	31,8	78.372.629	17,6
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					1.243.468.441	100	1.082.391.643	100
k) Pagamento em Folha					1.232.955.481	99	1.072.458.797	99
l) Diárias					10.512.960	1	9.932.846	1
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	1.108.046.131	100	1.514.417.607	100	2.254.241.476	100	2.448.857.159	100

Observações:

Além das despesas acima listadas por Modalidade de Contratação, ocorreram os seguintes dispêndios registrados na base de dados de Suprimentos:

1) 2015 – Despesa Executada

- R\$ 3.385.156 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 15.542.428 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 466.212.651 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 70.566.803 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- Os valores de compras de pequeno vulto (R\$ 42.553.793) foram informados no relatório do ano passado no item Outros (total de R\$ 598.260.831 em “Outros”). Como no relatório deste ano não há mais esse item, os valores de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos a Dispensa de Licitação.

2) 2015 – Despesa Paga

- R\$ 3.992.596 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 11.063.232 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 466.212.651 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 70.154.064 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.

- R\$ 167.750.579 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram informados no relatório do ano passado no item Outros. Como no relatório deste ano não há mais esse item, os valores de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

3) 2016 – Despesa Executada

- R\$ 8.425.977 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 15.150.263 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 399.409.302 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 81.878.377 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- R\$ 660.323.558 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

4) 2016 – Despesa Paga

- R\$ 7.872.081 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 20.999.390 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 399.409.302 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 66.807.561 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- R\$ 607.633.310 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

Fonte: Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A ,Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F (pagamento de pessoal) e Divisão de Sistema Corporativo - DDSC.A(diárias), ES.P (cálculos)

4.3.9.2 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadros A.4.3.9.2 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1G96.0001			Tipo: Projeto			
Título	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)						
Iniciativa	04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
8.407.059	7.407.059	5.908.587	Adicionar 52,5 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica	MW	3%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional:

A Usina Hidrelétrica Batalha está localizada no Rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com 52,5 MW de potência instalada, composta de duas turbinas Kaplan, de 26,25 MW cada, e de sistema de transmissão associado, composto da conexão da UHE Batalha à SE Paracatu por meio de linha de transmissão em 138 kV de interesse restrito, com 75 km de extensão (MG/GO).

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16.12.2005. O Contrato de Concessão nº 002/2006 – MME foi assinado em 15.08.2006.

Este empreendimento em 2014, atingiu 100% de execução física global.

As duas unidades geradoras da usina entraram em operação comercial em 17 de maio de 2014.

Em 2016, destacamos as seguintes atividades:

- Serviços de topografia na área de interferência do reservatório.

- Serviços de recuperação das áreas degradadas no interior do canteiro de obras da usina.
- Relocação de redes rurais.
- Ações ambientais de monitoramento e conservação da fauna e monitoramento da água do reservatório.
- Gestão ambiental e fundiária

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1G98.0030			Tipo: Projeto			
Título	Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)						
Iniciativa	000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033	Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
42.500.000	27.900.000	19.494.915	Adicionar 333,7 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica	MW	2%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

A UHE Simplício está localizada no Rio Paraíba do Sul entre os municípios de Sapucaia e de Três Rios, no Rio de Janeiro e de Chiador e de Além Paraíba, em Minas Gerais, com 333,7 MW de potência instalada total, sendo 3 turbinas tipo Francis, de 101,9 MW cada, totalizando 305,7 MW na UHE Simplício, e 2 turbinas tipo Kaplan, de 14 MW cada, totalizando 28 MW na PCH Anta. O Sistema de Transmissão Associado é composto da conexão da UHE Simplício ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com 120 km de extensão, entre a Subestação de Simplício e a Subestação de Rocha Leão. A interligação da UHE Anta a UHE Simplício é feita por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com aproximadamente 30 km de extensão.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº. 003/2006 – MME foi assinado em 15/08/2006.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW ao sistema elétrico interligado através de três unidades geradoras na UHE Simplício e duas unidades geradoras na PCH Anta.

Esse empreendimento, em 2016, atingiu 98,02 % de execução física global.

As três unidades geradoras da UHE Simplício entraram em operação comercial junho/2013. Faltam entrar em operação as duas unidades geradoras da PCH Anta.

Em 2016, destacamos as seguintes atividades:

- Foi concluída a execução de serviços de construção e adequação de Estações Telemétricas, localizadas nos municípios de Três Rios e Sapucaia/RJ e município de Chiador/MG;
- Execução de obras complementares de terraplanagem e drenagem no AHE Simplício Queda Única localizadas nos municípios de Além Paraíba e Chiador/MG.
- Foram executados serviços referentes a construção do Trecho II da ciclovia de Anta, no município de Sapucaia;
- Foram executados serviços de manutenção e operação das ETEs – Estações de Tratamento de Efluentes de Anta, Sapucaia e Sapucaia de Minas;
- Executados serviços de transporte de chorume do aterro sanitário para ETE de Sapucaia.

1. PCH Anta:

- As atividades de obras civis foram concluídas;
- Em função do atraso provocado pela rescisão contratual com a Empresa responsável pelo fornecimento, montagem eletromecânica e comissionamento das Unidades Geradoras da UHE Anta, o novo cronograma para a entrada em operação passou a ser:
 - UG1 – prevista para maio/2018.
 - UG2 – prevista para setembro/2018.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3292.0031			Tipo: Projeto			
Título	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)						
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia						
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	12.000.000	29.108	Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4%	Usina modernizada %	1%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orcamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com potência instalada de 1.216 MW a UHE Furnas está localizada no Rio Grande entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, em Minas Gerais.

A modernização da UHE Furnas consiste na atualização tecnológica das unidades geradoras contemplando a implantação de novos sistemas de controle, de comando (possibilidade de operação remota), de supervisão, de monitoramento e de proteção da usina.

A modernização da ultima Unidades Geradoras da Usina Hidrelétrica de Furnas foi concluída em 20 de janeiro de 2015 com a entrada em operação comercial da unidade Geradora 07. As Unidades geradoras foram modernizadas e concluídas seguindo a seguinte ordem: UG 06 (22/12/06), UG 05 (20/02/08), UG 04 (30/10/09), UG 03 (25/11/10), UG 02 (20/01/12), UG 01 (16/08/13), UG 08 (28/12/14) e UG 07 (20/01/15), proporcionando a manutenção de 1.216 MW de Potência Instalada em modernização de geradoras hidráulicas do Sistema Elétrico Brasileiro. A Modernização da Subestação 345 kV foi concluída em 16/12/2014.

Em 2016 tiveram andamento retiradas de pendências. Com isso, o pagamento final do contrato de modernização foi postergado.

Essa ação atingiu 99,99 % de realização global

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3414.0033			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)						
Iniciativa	04U6 - Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	3.015.000	98.481	Adicionar 350 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	% Usina ampliada MW	1%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Corresponde a realização de estudos para definição de uma nova concepção para implantação do Ciclo combinado na UTE Santa Cruz, considerando os dois Turbogeneradores a gás existentes e um novo turbogenerador a vapor de 150MW, com os seus sistemas associados.

O projeto de Implantação do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz considerou a implantação desse ciclo usando dois novos turbogeneradores a gás interligados aos dois turbogeneradores a vapor existentes na usina. Com a não disponibilização do Gás Natural a época e a avançada vida útil desses dos turbogeneradores a vapor, que entraram em operação na década de 60, foi constatado que os equipamentos relacionados ao Ciclo Combinado não teriam condição de operar em conjunto com os novos turbogeneradores a gás.

Assim, os valores de realizações financeiras no período referem-se a contratação de serviços consultoria e custos com mão de obra própria para realização de testes e elaboração de documentos técnicos necessários para definir a viabilidade da utilização das caldeiras de recuperação de calor existentes e apoio para a contratação da execução de serviços, fornecimento de equipamentos e de materiais, para implantação do Ciclo Combinado em sua nova concepção.

Hoje esse estudo prevê a geração da UTE Santa Cruz na nova concepção para dezembro de 2020.

O empreendimento encontra-se com 98,30% de execução física.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L2.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste						
Iniciativa	000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas - UHE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033		Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica	Sistema ampliado	10%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L5.0001			Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica						
Iniciativa	000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	Parque implantado	10%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L6.0001			Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa						
Iniciativa	000Y - Implantação de Usinas de outras fontes alternativas						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas	Usina implantada	10%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14LE.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação						
Iniciativa	04U6 - Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica 0005 - Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	Capaciedade ampliada	10%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.121X.0031			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN					
Objetivo		Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
425.000	3.345.000	372.682	Implantar 180 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional	Sistema implantado	1%	1%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com aproximadamente 180 km de extensão, localizada no estado de Minas gerais, a LT Bom Despacho 3/Ouro Preto 2, em 500 kV, tem origem na Subestação Bom Despacho 3 e término na Subestação Ouro Preto 2, ambas da CEMIG. Foi definida como uma das obras de reforços necessárias para proporcionar uma nova rota de injeção para a região da Mantiqueira no Estado de Minas Gerais de forma a garantir níveis adequados de atendimento ao mercado consumidor, levando em conta o crescimento de carga previsto.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão nº. 003/2009 – Aneel foi assinado em 28/01/2009, integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 99% de execução física global em 2016.

A Linha de Transmissão foi energizada em 10/06/14 e desligada em seguida em função da falta da Licença de Operação. No dia 20/02/2016 foi energizada a LT 500 kV Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 e os respectivos módulos de entrada de linha em 500 kV nas SEs Bom Despacho 3 e Ouro Preto 2, passando o empreendimento a operar de forma provisória em função de decisão judicial em caráter liminar. Em 2016, destacamos as seguintes atividades:

- Foram realizados programas ambientais; pagamentos relativos a indenizações e gestão fundiária, referentes a implantação da Linha de Transmissão. Além de despesas relativas ao acompanhamento dessas atividades.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.12DB.0030			Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)						
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
12.891.985	12.891.985	9.827.282	Implantar 99 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional	Obra executada	21%	21%	2%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Com aproximadamente 99 km de extensão, localizada no estado do Espírito Santo, a LT Mascarenhas – Linhares, em 230 kV, circuito simples, tem origem na Subestação Mascarenhas e término na Subestação Linhares, ambas localizadas no Estado do Espírito Santo. Foi definida como necessidade de reforços na Rede Básica que atende aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tanto em linhas de transmissão quanto em transformações de fronteira. Contribuirá principalmente para melhorar o atendimento às cargas da região norte do Espírito Santo, este atendimento também fica garantido em situações de emergência de uma das linhas, sem necessidade de corte de cargas ou medidas operativas.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão Nº. 006/2010 – Aneel foi assinado em 12/07/2010.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2016, atingiu 76 % de execução física global.

A LT Mascarenhas – Linhares teve sua construção iniciada em julho de 2014.

Em 2016 destacamos a realização das seguintes atividades:

- Linha de Transmissão: execução de serviços de obras civis; montagens eletromecânicas e fornecimento de materiais.
- Subestação Linhares: fornecimento de equipamentos e execução de serviços de obras civis.
- Subestação Mascarenhas: fornecimento de equipamentos e execução de serviços de obras civis.
- Gestão ambiental.
- Gestão fundiária.
- Indenizações fundiárias.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L3.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste						
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
20.936.375	17.854.928	20.936.375	Implantar 50 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional.	Sistema ampliado	66%	3%	1%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em dezembro/2017.

Análise Situacional

Essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

LT 230 kV Xavantes – Pirineus:

Com 50 km de extensão, localizada no estado de Goiás, a LT kV Xavantes – Pirineus, em 230 kV, segundo circuito simples, tem origem na Subestação Xavantes (CELG) e término na Subestação Pirineus (Furnas), ambas localizadas no Estado de Goiás. Definida como instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, a construção da linha espera-se atender o crescimento da carga na região de Goiânia (GO), mantendo a qualidade do serviço prestado.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel nº 004/2011 Lote D de 02/09/2011.

O Contrato de Concessão nº. 014/2011-Aneel foi assinado em 09/12/2011.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 63 % de execução física global em 2016.

A construção foi iniciada em 01/03/2014.

Em 2016, destacamos a realização das seguintes atividades:

- Implantação dos TAPs que permitiram a operação geminada do circuito 2, com o circuito 1.
- Pagamento de materiais e serviços para a implantação da Linha de Transmissão.
- Pagamentos com indenizações a terceiros associados.
- Gestão fundiária.

Em março de 2016, foram concluídas as atividades de construção dos TAP's para operação geminada com o circuito 1 em paralelo. A linha de transmissão foi energizada, geminada ao circuito C1 (CELG), através dos TAP's nas duas pontas.

A conclusão do empreendimento depende dos serviços para a finalização das obras das SEs Xavantes e Pirineus que estão aguardando a contratação. O processo licitatório foi realizado, tendo um ganhador e o processo de contratação encontra-se em andamento, aguardando a assinatura do contrato.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em abril/2018.

SE Zona Oeste:

- Pagamentos remanescentes com a implantação da subestação.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4101.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
29.179.251	10.912.153	29.179.251	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2016 ocorreram fornecimentos de equipamentos dos Sistemas de Segurança Eletrônica e Controle de Acesso (CITV / Segurança Patrimonial), que tem como objetivo realizar o monitoramento remoto de obras em Construção. Atualmente está em andamento a implantação em 11 Subestações de Furnas. Também foram realizados serviços de Serviços de Recuperação do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais das Instalações de Furnas, localizadas em Aparecida de Goiânia/GO.

Em 2016 foram realizadas diversas ações visando melhorias, modernização, adequação e manutenção dos seguintes bens imóveis da Empresa:

- Execução de obra de revitalização do piso industrial no Laboratório de Alta Tensão.
- Substituição de cerca de arame farpado por tela de aço galvanizado em torno dos prédios da Oficina da Divisão de Ensaaios e Apoio à Manutenção - DEAM.O, localizada na Vila de Furnas, município de São José da Barra/MG.
- Aquisição de Equipamentos para Segurança Patrimonial, Predial, Instalação e Configuração do Sistema, solicitado pela DSUM.A - Divisão de Suprimento Minas Gerais e pela GES.O (Gerência de Centro Técnico de Ensaaios e Suporte a Manutenção), situadas no município de São José da Barra/MG.
- Finalização do projeto de instalação de 1.000 metros de cerca em tela losangular galvanizada, arame farpado, concertina clipada de 45 cm, para modernização do entorno da Subestação de Vitória.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4102.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.918.728	34.341.908	33.918.728	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2016, foram realizadas aquisições de equipamento para sala de reunião e vídeo conferencia, equipamento fotográfico para registro de imagem digital, equipamentos de comunicação, scanner de parede, ferramenta de apoio, GPS e mobiliário, para atendimento a diversas áreas da diretoria de Engenharia. Além de equipamentos de precisão e de serviços de apoio, ferramentas especiais, calibração de instrumentos, equipamentos de informática, sistema de monitoramento e mobiliários, para serem usados nos laboratórios de engenharia de Furnas, situado nas áreas Goiânia e Rio de Janeiro.

Em 2016 foram adquiridos diversos equipamentos, instrumentos e implementos necessários às atividades de operação e manutenção do Sistema Elétrico de Furnas:

- Fornecimento de quatorze caminhões com plataforma de trabalho aéreo, veículo 4x4 para diversas unidades operativas de Furnas.
- Aquisição de sistema ressonante para ensaios elétricos de alta tensão (400 kVac, 800 kVA, 50/60 Hz).
- Aquisição de veículos do tipo picape para manutenção e inspeção das linhas de transmissão.
- Aquisição de equipamentos e veículos pesados para as atividades de manutenção das instalações de Furnas, tais como: Lança Articulada Autopropelida, triturador de galhos a ser utilizado na manutenção nas estradas de acesso às áreas de torres, fresadora universal para as unidades geradoras a gás, dentre outros.
- Aquisição de Equipamento de Testes para Diagnóstico de Transformadores de potência.
- Aquisição de equipamento Bomba de Alto Vácuo Unidade Móvel.
- Aquisição de Máquina de Tratamento de Óleo Isolante – Termovácuo.
- Aquisição de caminhões ano 2016, zero km, em substituição a outros caminhões obsoletos.
- Aquisição de máquinas de ar seco para a realização de serviços de despressurização de transformadores e reatores.
- Aquisição de Máquina Tratamento Óleo Isolante.

Identificação da Ação							
Código	25.126.0807.4103.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais			Código: 0807	Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
25.557.913	25.955.641	25.557.913	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	*
* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.							
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F, Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atualização e concessão de licença de software, fornecimento de imagens de satélite, treinamento e suporte para o sistema geográfico de informações de Furnas (GISFurnas).
- Prestação de Serviços de Renovação e Aquisição de Licenciamento, Suporte Técnico e Capacitação da plataforma dos softwares ESRI.
- Aquisição de equipamentos, materias e serviço de obra civil para atendimento à atualização tecnológica do sistema de detecção de descargas atmosféricas - SISDAT.
- Aquisição do direito de uso definitivo, não exclusivo, de licenças de software da fabricante ORACLE, com os serviços de suporte técnico, garantia e atualizações de versões.

- Prestação de serviços de atualização e treinamento do software Topograph.

Em 2016 foram adquiridos equipamentos de informática, tais como: plotter multifuncional para estação CADTEC, notebook e workstations móveis, SWITCH, desktop, hardware. Este investimento teve como objetivo a substituição por obsolescência e a atualização e padronização dos equipamentos de informática vinculados a processos, buscando garantir a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, foram feitas aquisições de:

- Sensores para viabilizar as leituras do nível d'água, em função da impossibilidade de registro de leitura, para níveis muito baixos, por meio dos tubulões usualmente adotados nas estações fluviométricas. Esta aquisição evita uma obra complexa e de alto custo para o rebaixamento das tomadas d'água dos tubulões.
- Máquinas de processo de configuração do supervisor e unidade de controle do compensador estático de campos.
- Hardware (câmera IP) para sistema de supervisão / visualização remota das subestações de Vitória.

Ainda em 2016, foram desenvolvidas as seguintes atividades :

- Aquisição de Licenças SAP para atender o projeto PROERP
- Aquisição de microcomputadores
- Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software.
- Projeto de Gestão de documento que contém a gestão de documentos da área de engenharia utilizando cessão do direito de uso de licenças do software EMC EPFM e a gestão de documentos do restante da empresa com a implantação e a prestação de serviços de gestão de documentos técnicos e documentos administrativos com software EMC Captiva e a prestação de serviços de desenvolvimento, documentação e sustentação de sistemas de Informação.
- Implantação do Planejamento Econômico-financeiro, Orçamentário de Furnas
- Fábrica de Sharepoint
- Aquisição de Software de Gestão de auditoria
- Aquisição de Licenças Adobe
- Aquisição de Switches para Rede corporativa
- Aquisição de Licenças SAP para o mascaramento de dados
- Expansão dos Servidores Proxy(Bluecoat)
- Aquisição de licenças do software Primavera
- Configuração e Parametrização de Licenças Suite Rational

Identificação da Ação							
Código	25.752.2119.8549.0001			Tipo: Atividade			
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119 Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
53.459.208	57.613.112	53.459.208	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2016 tiveram andamento a realização do Programa de Gestão Fundiária, Programas de Recuperação de Áreas Degradadas e demais Condicionantes Ambientais, voltados ao cumprimento de exigências inerentes à obtenção e renovação de Licença de Operação das instalações de Furnas, com destaque para:

- Atendimento dos termos de reciprocidade, de natureza administrativa, visando à mitigação e compensação ambiental dos impactos provocados pela instalação da estação de telecomunicações da Pedra da Macela no Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Torre de telecomunicações no Planalto do Parque Nacional de Itatiaia.
- Serviços de recuperação e adequação de áreas degradadas remanescentes de empreendimentos de Furnas nas áreas da UHE Funil, UHE Marimondo, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, UHE Mascarenhas de Moraes, UHE Furnas, UHE Itumbiara, UHE Corumbá e na SE Foz;
- Elaboração da Avaliação de Impactos Ambientais do Plano de Controle Ambiental e do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) para as UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes.
- Ações em programas de monitoramento ambientais complementares na UHE Simplício e UHE Batalha;
- Programa de monitoramento limnológico e da qualidade da água e controle de macrófitas;
- Programa de saúde pública e de controle de vetores;
- Programa de compensação ambiental;
- Programa de monitoramento do lençol freático;
- Programa de recomposição florestal em área de preservação permanente do reservatório;
- Programa de monitoramento da flora e comunidades vegetais remanescentes;
- Programa de monitoramento da ictiofauna e de mecanismos de transposição de peixes;
- Programa de monitoramento da fauna terrestre;
- Programa arqueológico;
- Programa de comunicação social;
- Programa de apoio aos municípios;
- Programa de educação ambiental do Termo de Ajuste de Conduta - TAC;
- Programa de gestão fundiária, em especial com ações decorrentes de liberações por via judicial;
- Execução de serviços para monitoramento das condições socioeconômicas e patrimoniais da população urbana reassentada por Furnas para atendimento de condicionante ambiental em decorrência da construção das UHEs Simplício e Batalha.

Em 2016 foi concluído o fornecimento de sinais náuticos, materiais de marinharia e a prestação de serviços de instalação e lançamento de balizamento náutico nas Usinas Hidrelétricas de Corumbá, Funil, Furnas, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Manso, Marechal Mascarenhas de Moraes, Marimondo, Porto Colômbia, Serra da Mesa e Batalha.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.200J.0001			Tipo: Atividade			
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa	04UG - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código:0036						
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033		Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
315.842.668	217.988.736	315.842.668	Adicionar 1824,8 MVA de capacidade nas subestações de transmissão existentes. Reforçar ou recapacitar 24,2 km de linha de transmissão existente no Sistema Elétrico Nacional.	* MVA e km	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

A cada ano, novos projetos são incorporados ao elenco existente (em fase de implantação), através de Resoluções Autorizativas da Aneel, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2016 foram energizados/concluídos os seguintes empreendimentos:

- LT 138 kV Tap Zin – Tap Ari Franco, Circuito Duplo: reconstrução de 24,2 km das linhas de transmissão em 138 kV Santa Cruz – Zin – Ari Franco e Santa Cruz – Zin – Cosmos, trecho entre as torres 15A e 82, em circuito duplo.
- SE Barro Alto: complementação do módulo geral da Subestação Barro Alto com um módulo de infraestrutura de manobra em 230 kV e outro em 69 kV, ambos em arranjo barra dupla a quatro chaves; instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 230/69 kV, de 3 x 16,6 MVA;

instalação de um módulo de conexão de transformador em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves; instalação de um módulo de conexão de transformador em 69 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves.

- SE da Usina Termelétrica Campos: substituição de 10 disjuntores de 138 kV nos vãos de linha para: SE Campos 1 e 2, Italva 1 e 2, Mombaça 1 e 2, nos vãos dos transformadores AT01, AT02 e AT03 e no vão de interligação de barras.
- SE Zona Oeste: implantação de 04 vãos de linha de 138 kV na SE Zona Oeste para 02 linhas de circuito duplo com 3 km cada, cabo 2x636 MCM, no futuro setor de 138 kV da SE Zona Oeste, que se conectará com a LT 138 kV Santa Cruz – Jacarepaguá I (Loop Zona Oeste na LT 138 kV Jacarepaguá - S. Cruz I, circuito duplo).
- SE Tijuco Preto: instalação do 2º autotransformador monofásico reserva - AT2 765/345-20 kV, 500 MVA.
- SE Samambaia: aquisição e instalação de 01 banco de autotransformadores monofásicos 500/345-13,8 kV, de 3 x 350 MVA; instalação de um módulo de conexão 500 kV, instalação de um módulo de conexão 345 kV, um módulo geral da subestação, um módulo de infraestrutura de manobra de 500 kV e outro de 345 kV; aquisição e instalação de 01 banco de autotransformadores 345/138-13,8 kV, de 3 X 75 MVA, e vãos de conexão de 345kV e 138 kV associados.
- SE Jacarepaguá 13R: instalação de duas entradas de linha em 138kV na SE Jacarepaguá para atendimento à LIGHT(subestações Recreio, Alvorada e Itapeba).

Em 2016 tiveram andamento os seguintes serviços:

- Supervisão, comissionamento, ensaios, parametrização SAGE (Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia), fornecimento de equipamentos para a SE Viana.
- Supervisão, comissionamento e ensaios e de fornecimento do sistema de proteção para a SE Brasília Geral.
- Fornecimento de equipamentos, supervisão de montagem e comissionamento para a SE Brasília Sul; além da aquisição de sobressalentes para a SE Serra da Mesa.
- Fornecimento de equipamentos, supervisão de montagem e comissionamento para a SE Brasília Sul;
- Fornecimento de sobressalentes para a SE Serra da Mesa.
- Relativos ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD na LT 345 kV Ouro Preto 2 – Vitória.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.20OM.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica						
Iniciativa	01G1 – Manutenção do parque gerador de energia elétrica						
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
68.900.305	50.452.389	68.900.305	Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %	* %	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2016 foram realizados os serviços de obras civis para: construção das Brigadas de Emergência nas UHEs Furnas e Marechal Mascarenhas de Moraes; construção da Oficina/Ferramentaria; construção do Escritório de Campo na UHE Marechal Mascarenhas de Moraes; construção de estradas vicinais na UHE Serra da Mesa; adequação de sistema de proteção e combate a incêndio - SPCI e, na UTE de Campos, a montagem do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA). Além disso, foram realizados serviços de obras civis nas estações hidrométricas de Porteiras, Quebra-Linha, Moquéim-Vau da Onça, Monteiro Lobato, São José do Barreiro e Chácara Marília, e instalação dos equipamentos, colocando em operação, as estações de Moura Brasil, Fazenda Santa Fé, Anta G, Três Rios, Estância Bela Vista, Arruda, Marzagão, Fazenda Brasil, Fazenda JB, Peresópolis, Usina de Casca e Chapada dos Guimarães, que integram a Rede Telemétrica do Sistema de Hidrometeorologia de Furnas- SHF.

Em 2016 tiveram andamento as seguintes atividades voltadas para manutenção do Sistema de Geração:

- Recuperação e Substituição de peças das turbinas a gás da UTE Santa Cruz. Serviços executados de modo a garantir a Confiabilidade e Disponibilidade Operacional da Usina.
- Fornecimento de material/equipamento, Projeto, Instalação, Comissionamento e Treinamento para Sistema de Detecção, Alarme e Combate a Incêndio por gás CO2 de alta pressão para as Unidades Geradoras (UG-01 a UG-08) da UHE Marimbondo.
- Fornecimento e Montagem de Duas Moto Bombas de Circulação de Água (CWP) para UTE Campos.
- Fornecimento de Sistema Automático de Injeção de produto químico para Controle de Bioincrustação em sistemas de resfriamento de unidades geradoras.
- Aquisição de Baterias Estacionárias para substituição dado o final de vida útil e/ou esgotamento energético visando atender diversas Usinas de Furnas.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.4478.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa	01G2 – Manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica						
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
300.627.049	268.822.602	300.627.049	Manter o índice de disponibilidade do sistema de transmissão igual ou superior a 99%	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

No ano de 2016, foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação, que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos elétricos, que estão superados por obsolescência, falta de sobressalentes e/ou final de vida útil.

Em 2016 foram energizados/concluídos os seguintes empreendimentos:

- SE Barro Alto: aquisição e instalação de um transformador de 230/69/13,8 kV - 16,67 MVA reserva do Autotransformador TR01; aquisição e substituição de 02 disjuntores de 230 kV, 26 seccionadores de 230 kV e 21 seccionadores de 69 kV e instalação de para-raios de 230 kV.
- SE São Gonçalo: instalação de 02 transformadores trifásicos 69/12 kV - 6,5 MVA; substituição de 03 disjuntores de 69 kV, 06 disjuntores de 15 kV, 01 seccionador com lâmina de terra, 05 seccionadores sem lâmina de terra de 69 kV e 06 seccionadores sem lâmina de terra de 15 kV.

- SE Grajaú: aquisição e substituição do banco de transformadores TR52 de 500/138 kV - 3x200 MVA; do banco de transformadores TR54 de 500/138 kV - 3x200 MVA; do banco de transformadores TR58 de 500/138 kV - 3x200 MVA; do banco de transformadores TR56 de 500/138 kV - 3x200 MVA e da unidade reserva de autotransformador monofásico TRR1 500/138 kV - 200 MVA.
- Modernização do Sistema de Proteção nas Subestações de Furnas (proteção e teleproteção):
 - Foram executados serviços de substituição de proteção diferencial de barras na Subestação de Bandeirantes 345 kV.
 - Foram executados serviços de substituição de proteção das Linhas de Transmissão em ambos os terminais das Subestações: LT 230 kV Cachoeira Dourada – Rio Verde; LT 230 kV Cachoeira Dourada – Itumbiara; LT 138 kV Brasília Sul – Ceilândia C1; LT 500 kV Itumbiara – São Simão.
 - Foram executados serviços de substituição de proteção do banco de autotransformadores, AT03 de 345/138/13,8 kV na SE Vitória.
- Construção de uma caixa separadora de água e óleo com um trecho de drenagem oleosa, impermeabilização da caixa separadora existente no banco de reatores de 13,8 kV e a retirada da tubulação de concreto na SE Adrianópolis.
- Construção da caixa separadora de água e óleo na SE Angra dos Reis.

Em 2016 tiveram andamento os seguintes serviços:

- Fornecimento de equipamentos e de materiais e execução de serviço de obras civis e montagem eletromecânica para o Sistema Nacional de Observabilidade – SINOCON, em diversas unidades do sistema de transmissão de Furnas.
- Obras civis e montagem eletromecânica para modernização dos serviços auxiliares na SE Itaberá;
- Obras civis para a: construção de parede corta fogo e de bacia de contenção na SE Campinas; construção da sala de baterias e serviços de obras civis, projeto executivo e aquisição de equipamentos para modernização dos serviços auxiliares na SE Araraquara; construção do prédio da Brigada de Emergência na SE Furnas; serviços de obras civis para construção do prédio da Brigada de Emergência na SE Poços de Caldas; construção da rampa de acesso na SE-UHE Itumbiara e também para o sistema de drenagem na SE Mogi.
- Manutenção de equipamentos e fornecimento de materiais para a instalação de painel de comando dos serviços auxiliares nas SEs de Bandeirantes e Barro Alto.
- Fornecimento dos painéis para a substituição do sistema de medição de faturamento em diversas unidades de Furnas.
- Fornecimento dos painéis para a substituição do sistema de medição de faturamento em diversas unidades de Furnas.
- Foram realizados pagamentos com indenizações a terceiros associados à implantação de Linhas de Transmissão e com a gestão fundiária.

As principais ações e atividades voltadas para assegurar as condições operacionais adequadas em 2016 foram:

- Prestação dos serviços de revitalização dos transformadores conversores da subestação de Foz do Iguaçu.

- Substituição do barramento blindado e isolado a gás hexafluoreto de enxofre, que interliga o banco de transformadores TR-56 ao setor de 500kV da subestação de Grajaú.
- Revitalização de 01 (um) reator monofásico da subestação de Itaberá e 02 (dois) reatores monofásicos da subestação de Ivaiporã, de 765/V3kV, 120 MVAR, de fabricação ASEA, respectivamente, de Furnas.
- Circuito de controle de disparo do GAP (VAP-TRIGGER) para proteção dos varistores (MOV) em bancos de capacitores série de 550kV, SE Samambaia e 800kV, SE Itaberá.
- Reparo do transformador conversor ns 57857, de +/- 600 kVdc, e de revitalização do transformador conversor ns 7197228, de +/- 300kVdc, ambos de fabricação ASEA, 300MVA, 60hz, 345/3/122/3/122kV e instalados na subestação conversora de Ibiúna.
- Aquisição de Baterias Estacionárias para substituição dado o final de vida útil e/ou esgotamento energético visando atender diversas Subestações de Furnas.
- TCs800 KV, sobressalentes e ensaios de Tipo conforme Especificações Técnicas.
- Fornecimento de Transformadores monofásicos para reserva de operação e Reator monofásico de neutro para SE Bom Despacho.
- Fornecimento de Equipamentos e Serviços para modernização do Sistema de VHF para Apoio às Equipes de Manutenção de Linhas de Transmissão de Furnas.
- Aquisição de Óleo Mineral.
- Fornecimento de Fusíveis limitadores do banco de série para SE Itaberá.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15O6.0024			Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Complexo Eólico Serra do Mel						
Iniciativa	000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	Tipo:				
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0	40.000.000	0	Adicionar 84 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	Percentual de execução física	7%	7%	0
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15O7.0029			Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia						
Iniciativa	000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	Tipo:				
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0	13.763.532	0	Adicionar 28 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	*	1%	1%	0
Fonte: : Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.215U.0001			Tipo: Atividade			
Título	Melhorias e Ampliações em Instalações de Geração de Energia Elétrica						
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia elétrica						
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %	Usina revitalizada	1%	1%	0
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F							

Análise Situacional

Em 2016 não houve atividade para essa ação

4.3.9.3 – Programação de Despesas

Quadro A.4.3.9.3 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:	UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.106.485.866	897.418.953	1.365.109.706	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)			1.231.389.314	1.053.522.748	1.254.959.806	
Dotação final 2015(B)			1.061.923.656	914.526.359	1.347.782.143	
Variação (A/B-1)*100			15,96	15,19	0,93	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			913.345.541	804.859.696	609.303.664	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		108.981.496			
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)			804.364.045	1.451.859.696	777.084.298	
Dotação final 2015(B)			795.025.403	1.255.493.497	504.424.069	
Variação (A/B-1)*100			1,17	15,64	54,05	
Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F						

Análise Crítica

Justificativas:

Coluna 1 – Pessoal e Encargos:

A variação, a maior, da dotação orçamentária inicial em relação à dotação final de 2016, refere-se às seguintes alterações ocorridas nas premissas: reajuste de 9,28% ocorrido no ACT de 2016, que anteriormente previa um reajuste de 6%; acréscimo no plano de saúde de 14,3% aumentando também a utilização pelos empregados desligados no incentivo à demissão que tiveram extensão do benefício por cinco anos e admissão de 104 concursados além do previsto inicialmente. O acréscimo de 2015 para 2016 refere-se basicamente ao acordo coletivo de trabalho.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida:

O acréscimo no Remanejamento de 2016 em relação à previsão inicial está relacionado com o aumento da captação de recursos.

A variação de 2015 para 2016 refere-se à previsão de novas captações e correção de indicadores sobre diversos contratos.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes:

O montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foram considerados Compra de Energia, Combustível Vinculado à Produção, Provisões/Depreciações, Tributos e perdas decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente.

A redução da dotação inicial para a dotação final de 2016 ocorreu, principalmente, em *royalties* e mão de obra contratada para ajustar à realização dos contratos ocorridos em 2016.

Coluna 4 – Investimentos:

Na programação de execução dos investimentos corporativos para 2016, foram estimados gastos no valor econômico de R\$ 804 milhões, onde 84,30% são representados por: gastos para reforços e melhorias nos sistemas de transmissão dos estados RJ/ES, SP/MG e GO/MT/DF, manutenção de transmissão e geração, gastos para modernização de usinas e gastos com Infraestrutura/Meio Ambiente.

Coluna 5 – Inversões Financeiras:

A variação da dotação inicial para final de 2016 foi de 80,39% e refere-se basicamente à atualização dos planos de negócios dos empreendimentos em parcerias para suprir os compromissos com os aportes de capital a serem realizados nos empreendimentos em implantação.

A variação de 2015 para 2016 ocorreu, principalmente, devido ao aumento de aporte para São Manoel e Mata de Santa Genebra, que, em 2015, foi de R\$ 70.346.963,00 e R\$ 10.229.500,00 e, para 2016, foi de R\$ 438.630.660,00 e R\$ 289.920.000,00, respectivamente.

Coluna 6 – Amortização da Dívida:

O acréscimo na dotação final em relação à inicial ocorreu em razão da inclusão de novas captações em 2016.

A variação de 2015 para 2016 refere-se, basicamente, ao acréscimo da previsão de amortização da Eletronet.

DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

VALORES EM R\$ 1,00

U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Dispêndios de Capital	3.033.308.039	Receitas	18.681.746.019
Investimentos	804.364.045	Receita Operacional	18.473.696.597
Inversões Financeiras	1.451.859.696	Receita não Operacional	208.049.422
Amortizações Operações Creditos L.P.	777.084.298	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	1.643.352
Operações Internas	322.037.128	Operações de Crédito	1.787.000.000
Operações Externas	26.155.825	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.787.000.000
Outras Fontes	428.891.345	Outros Recursos de Longo Prazo	227.019.533
Dispêndios Correntes	10.007.144.297	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	200.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.231.389.314	Demais Recursos de Longo Prazo	27.019.533
Materiais e Produtos	1.633.070.586	Total das Fontes	20.697.408.904
Serviços de Terceiros	628.466.641	Variação de Capital de Giro	(8.429.411.819)
Utilidades e Serviços	32.086.183	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(23.753.309)
Tributos e Encargos Parafiscais	4.822.721.218	Variação do Disponível	796.208.560
Encargos Financeiros e Outros	1.053.522.748		
Operações Internas	695.136.611		
Outras Fontes	358.386.137		
Demais Dispêndios Correntes	605.887.607		
Total dos Usos	13.040.452.336	Total Líquido das Fontes	13.040.452.336

Fonte: Ofício 77146, de 15.12.2016.

4.3.9.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.3.9.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Nome 1º elemento de despesa	1.232.955.481	1.072.458.797						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida	1.032.709.376	889.124.278						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	1.242.331.249	1.351.321.161						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1º elemento de despesa	499.962.142	729.364.637						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	1.383.509.142	923.019.742						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida	762.975.448	661.185.717						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F								
Justificativas de realização:								
1- Despesas de Pessoal: O acréscimo da realização de 2015 para 2016 deve-se a: admissão de 319 concursados; reajuste concedido pelo Acordo Coletivo de Trabalho; e reajuste do plano de saúde e acréscimo na sua utilização devido à extensão do plano saúde aos desligados pela aposentadoria incentivada.								
2- Juros e Encargos: A variação de 2015 para 2016 ocorreu principalmente em razão dos novos contratos de empréstimo obtidos em 2016, elevando os encargos da dívida.								
3- Outras Despesas Correntes: A redução de 2015 para 2016 referiu-se basicamente ao pagamento da rescisão de mão de								

obra terceirizada no ano de 2015.

4- Investimentos: Os principais gastos incorridos em 2015 e 2016, referentes aos investimentos corporativos, são oriundos das ações orçamentárias de Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.

Em 2016, foram executados R\$500 milhões do Orçamento de Investimento Corporativo. Desse total, 66,71% foram gastos com as ações orçamentárias destacadas acima.

Os principais gastos destas ações orçamentárias foram:

Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - fornecimento de equipamentos e materiais e execução de serviço de obras civis e montagem eletromecânica do SINOCON - Sistema Nacional de Observabilidade, serviços de obras civis em diversas subestações (Campinas, Araraquara, Mogi, Itaberá, Furnas, Poços de Caldas, Itumbiara e Adrianópolis), a manutenção de equipamentos e fornecimento de materiais para a instalação de painel de comando dos serviços auxiliares nas SE's de Bandeirantes e Barro Alto e ao fornecimento dos painéis para a substituição do sistema de medição de faturamento em diversas unidades de Furnas.

Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - pagamentos de serviços de supervisão, comissionamento, ensaios, parametrização SAGE (Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia), pagamentos relativos à aquisição de equipamentos para a SE Viana, serviços realizados relativos ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD na LT 345 kV Ouro Preto 2 - Vitória; supervisão, comissionamento e ensaios e de fornecimento do sistema de proteção para a SE Brasília Geral; ao pagamento de fornecimento de equipamentos, supervisão de montagem e comissionamento para a SE Brasília Sul; além da aquisição de sobressalentes para a SE Serra da Mesa.

5- Inversões Financeiras: A principal variação no orçamento de 2015 para 2016 é relativo a São Manoel, IE Belo Monte e Mata de Santa Genebra.

Estas três SPEs representam 71,56% do total gasto com Inversão Financeira, em 2016. Basicamente, os gastos referem-se ao cumprimento dos compromissos com aportes de capital realizados nos empreendimentos e/ou antecipação de equity por atrasos no financiamento de longo prazo.

6- Amortização de Dívidas: A variação de 2015 para 2016 refere-se, basicamente, ao acréscimo da realização de amortização da Eletronet de R\$ 130 milhões.

Nota:

A divergência existente entre as despesas de Pessoal na DRE e os valores informados no Plano de Dispendios Globais (PDG) refere-se basicamente à diferença entre o Plano de Contas da Aneel e o Plano de Contas do DEST, conforme detalhamento no quadro a seguir:

			R\$ Milhões
TIPO DE GASTO	Realizado DRE até Dez/2016 (A)	Realizado PDG até Dez/2016 (B)	Diferença (B) - (A)
PESSOAL	1.203.551	1.232.955	29.405
Comparativo PMSO DRE X PDG até Dez/2016			R\$ Milhões
PESSOAL	DRE (A)	PDG (B)	DIF (B) - (A)
Pagamento de reclamações trabalhistas	58.925	Não entra no PMSO	-58.925
Participação nos Lucros e Resultados	56.485	Não entra no PMSO	-56.485
Assistência médica	Servicos	107.652	107.652
Proj Unif. Saúde-FRG	Servicos	459	459
Reembolso médico e Aux. Doença	Outros	19.812	19.812
Seguros sociais	Outros	16.716	16.716

Benefício a aposentados	Outros	176	176
TOTAL	115.410	144.815	29.405
Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F			

Resumindo, algumas rubricas consideradas como Pessoal no PDG (assistência médica, reembolso médio, seguros sociais, etc) são lançadas em Serviços e Outros Dispendios na DRE. Além disso, a DRE considera como gasto de Pessoal o pagamento de reclamações trabalhistas e PLR.

4.4 Desempenho operacional

4.4 Desempenho operacional

O planejamento estratégico corporativo de Furnas definiu diversos fatores críticos de sucesso que estão relacionados, em maior ou menor grau, com o desempenho da Empresa. Entretanto, há um destes fatores críticos de sucesso que está mais ligado à área operacional, que é “Otimizar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema”. A receita das empresas de transmissão e geração de energia é altamente influenciada pela disponibilidade de seus ativos. Igualmente importante é manter altos índices de confiabilidade, evitando falhas em equipamentos e sistemas que venham a causar transtornos à sociedade. Desta forma, torna-se imprescindível acompanhar se a empresa está sendo eficiente na busca pela otimização da confiabilidade e disponibilidade do sistema. Para medir a evolução deste fator crítico de sucesso, foram estabelecidos indicadores estratégicos que são calculados e monitorados pela Diretoria de Operação e Manutenção (DO), além de serem apresentados nas Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

Passamos agora a descrever cada um destes indicadores e avaliar e seus resultados no ano de 2016.

Disponibilidade de Geração

Tem como objetivo medir, de forma percentual, o tempo em que as unidades geradoras que compõem o sistema de geração de Furnas estão disponíveis para o sistema elétrico interligado. Há duas razões básicas para que as unidades geradoras não estejam disponíveis: a primeira em razão das falhas nas mesmas e a segunda em função da realização de manutenções preventivas periódicas.

Tendo em vista que a baixa disponibilidade acarreta perdas financeiras para as empresas de geração, manter este indicador acima do limite de 89,4%, meta estabelecida pela Aneel como referência, é estrategicamente importante para a Empresa. No ano de 2015, este indicador ficou muito próximo do limite supracitado em função do baixo nível de água armazenada nos reservatórios. Com os níveis baixos, as unidades geradoras dessas usinas hidráulicas ficam desligadas por determinação do ONS para que a água não se esgote e a energia a ser gerada pelas mesmas é substituída pela geração das unidades geradoras das usinas termoeletricas. Já no ano de 2016, com a otimização das manutenções preventivas, houve uma melhora significativa deste indicador, atingindo o valor de 92,11%, superando inclusive a meta desafiadora que Furnas estabeleceu para este indicador que é de 92%. Este patamar de desempenho melhor reflete a realidade da empresa no que diz respeito à disponibilidade de geração, pois no ano de 2016 fatores externos, tais como os níveis dos reservatórios, não influenciaram tão significativamente este indicador.

Disponibilidade de Linhas de Transmissão

Da mesma forma como na geração, no sistema de transmissão, baixos valores de disponibilidade acarretam pesadas perdas financeiras para os agentes de transmissão, especialmente em função do

mecanismo da Parcela Variável. No ano de 2015, as linhas de transmissão de Furnas tiveram disponibilidade de 99,75%, desempenho este acima do limite estabelecido pela Aneel – 99,5%, e próximo da meta desafiadora estabelecida pela empresa – 99,8%. Já no ano de 2016, houve ligeira variação deste indicador para menos, atingindo o valor de 99,68%, permanecendo, ainda, acima do limite estabelecido pela Aneel. As causas para esta variação do indicador estão relacionadas ao número atípico de eventos envolvendo quedas de torres de transmissão ocasionadas por fortes ventos, acima dos limites de projeto das linhas. Tais eventos só não impactaram mais o indicador pelo fato de que Furnas possui um plano de atendimento de emergência de linhas de transmissão que proporciona um rápido restabelecimento das linhas quando da ocorrência deste tipo de evento.

Ressalta-se ainda que a disponibilidade das linhas de transmissão é impactada pelos desligamentos programados, necessário para a realização das manutenções preventivas que garantem a confiabilidade destes ativos de transmissão.

Disponibilidade de Transformadores

A disponibilidade de transformadores de Furnas em 2016 foi de 99,3%, desempenho este muito superior à meta de 97,0%, estabelecida pela ANEEL e por Furnas. Se considerarmos a avançada idade dos ativos e sua exigência extrema em termos de carregamento e temperatura de operação, solicitados pelo ONS em diversos momentos, os valores verificados mostram a eficiência dos programas de manutenção preventiva e preditiva praticados por Furnas.

Entretanto, merece destaque o investimento que Furnas tem empenhado na substituição ou revitalização de alguns destes ativos, estrategicamente, com o objetivo de manter a confiabilidade do sistema Furnas.

Esta ação reflete diretamente neste indicador, sendo observado um crescimento de cerca de 1,5% de 2013 até 2016.

Gestão ambiental

Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, por isso, conduz suas ações respeitando o meio ambiente. A atuação da Empresa é orientada por sua política ambiental e por sua política de gestão de resíduos. Além disso, desde 2013 Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, que estabelece metas de redução de Gases do Efeito Estufa (GEE).

Desapropriações

As desapropriações de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica seguem as premissas do ordenamento jurídico vigente, dentre as quais se destaca a recomposição do patrimônio dos expropriados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXIV, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Não houve remanejamento de famílias atingidas em empreendimentos de Furnas, à medida que essas atividades foram todas concluídas em 2015.

Em 2016 houve liberação de sete propriedades relativas à linha de transmissão Mascarenhas-Linhares.

Em atendimento às condicionantes ambientais da UHE Batalha e da UHE Simplício, Furnas deu continuidade aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para as famílias

hipossuficientes rurais, através da EMATER (DF/MG/RJ), visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis em que foram reassentadas. Esses serviços são prestados por período mínimo de três anos, segundo as condicionantes ambientais do IBAMA, data que é computada a partir da assinatura de cada contrato.

Ordenamento da estrutura fundiária

Informações sobre a regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

A desapropriação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a aquisição para promoção de reassentamentos populacionais, segue as premissas do ordenamento jurídico vigente, entre as quais se destaca a recomposição do patrimônio dos expropriados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXIV, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Furnas não utiliza o Programa Terra Legal, pois não tem atuado na região da Amazônia Legal.

Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

Em relação à indenização por danos causados nas culturas agrícolas, foram pagos R\$ 39.943,38 (trinte e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos), referentes à linha de transmissão Xavantes-Pirineus e R\$ 137.685,60 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) referentes à LT Mascarenhas- Linhares.

Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não houve a implantação de reassentamentos no exercício, tendo o último deles sido implantado para remanejamento da população impactada pela LT 230 kV Xavantes /Pirineus em 2015.

Desenvolvimento de projetos de assentamento

Não houve a implantação de reassentamentos no exercício, tendo o último deles sido implantado para remanejamento da população impactada pela LT 230 kV Xavantes /Pirineus em 2015.

Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico

Todos os imóveis que têm a finalidade de remanejamento populacional (auto-relocação e reassentamento) sempre são providos do devido abastecimento de água para consumo doméstico.

Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Em atendimento às condicionantes ambientais da UHE Batalha e da UHE Simplício, Furnas deu continuidade aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para as famílias hipossuficientes rurais, através da EMATER (DF/MG/RJ), visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis em que foram reassentadas. Esses serviços são prestados por período mínimo de três anos, segundo as condicionantes ambientais do IBAMA, data que é computada a partir da assinatura de cada contrato.

Os custos de Furnas para prestação de serviços de ATER em 2016 foram:

UHE BATALHA: R\$ 582.995,27

UHE SIMPLÍCIO: R\$ 232.191,79

Esses dois empreendimentos, bem como as aquisições de novas propriedades para os respectivos reassentamentos, tiveram seus processos de liberações de áreas para construção das obras concluídos em 2012 (UHE Simplício) e 2014 (UHE Batalha), contudo, o custeio aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) promovidos, perduraram na vigência do exercício 2016.

Licenciamento ambiental

Para assegurar a conformidade dos empreendimentos de Furnas, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício, foram obtidas licenças de operação nas seguintes unidades: UHE Porto Colômbia (Retificação); LT 500 kV Marimbondon-Araraquara; SE Marimbondon II (Seccionamento); LT 500kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2; LT 25 kV Eletrodo de Terra - Foz do Iguaçu Circuito 2 (Regularização); SE Jacarepaguá.

A subestação de Ibiúna obteve a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, regularizando seus processos de captação de água e lançamento de efluentes.

Monitoramento, controle e proteção ambiental

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Empreendimentos	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Angra, Bandeirantes, Brasília Sul, Brasília Geral, Campos, Grajaú, Pirineus, Samambaia, São José e Vitória	Bandeirantes, Brasília Sul, Brasília Geral, Cachoeira Paulista, Campinas, Campos, Foz do Iguaçu, Guarulhos, Ibiúna, Imbariê, Iriri, Ivaiporã, Macaé, Mogi das Cruzes, Poços de Caldas, Rio Verde, Rocha Leão, Samambaia, São José e Tijucó Preto	Barro Alto, Brasília Geral, Cachoeira Paulista, Campos, Foz do Iguaçu, Ibiúna, Niquelândia, Rocha Leão, São José e Vitória
Usina Hidrelétrica (UHE)	Corumbá e Simplício	Batalha, Corumbá, Funil, Furnas, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto, Manso, Mascarenhas, Porto Colômbia e Serra da Mesa	Batalha, Corumbá, Funil, Furnas, Itumbiara, Luís Carlos Barreto, Manso, Mascarenhas, Porto Colômbia, Serra da Mesa e Simplício
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Santa Cruz e Campos	Santa Cruz e Campos

Gestão da qualidade ambiental

Idem a “Gestão ambiental” e “Monitoramento, controle e proteção ambiental”.

Uso sustentável e gestão da biodiversidade

Reflorestamento - Foram produzidas 1.236.189 mudas nos viveiros das usinas hidrelétricas de Marimbondo, Estreito, Funil, Itumbiara e Furnas e no horto da Sartori (contratada pela Empresa). Em praticamente todos os empreendimentos de Furnas houve algum plantio em 2016.

Conservação da Ictiofauna - Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados nos rios Grande e Paranaíba. Em 2016, foi realizada a produção de 26.155 alevinos, em sua maioria, de peixes da piracema.

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Painel Corporativo de Furnas é alinhado anualmente aos indicadores que estão presentes no CMDE (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial).

O CMDE constitui-se em um contrato celebrado entre a Eletrobras e as suas controladas baseado no cumprimento de metas empresariais específicas para cada empresa para um conjunto de indicadores econômico-financeiros, operacionais e de gestão. O contrato que compreende as metas pactuadas para o período 2013-2017 data de 02 de maio de 2014.

Indicadores CMDE 2013-2017

Os indicadores presentes no CMDE 2013-2017 estão relacionados na figura abaixo, assim como as metas estabelecidas para cada um deles.

Sentido Melhor Desempenho	Nome do Indicador	Unidade	CMDE 2013-2017								
			Peso	Realizado 2010*	Realizado 2011*	Realizado 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS											
↓	<u>PMSC Ajustado (Controladora)</u> ROL Ajustado (Controladora)	%	3	40,5%	41,3%	64,6%	92,2%	44,3%	38,2%	35,8%	37,7%
	PMSC Ajustado (Controladora)	R\$ Milhões	-	2.658,02	2.903,55	3.818,84	3.348,10	1.605,78	1.558,21	1.824,18	1.691,47
	ROL Ajustado (Controladora)	R\$ Milhões	-	5.180,93	5.580,39	5.909,33	3.833,25	3.625,78	4.075,52	4.540,84	4.482,81
↓	<u>Dívida Líquida (Controladora)</u> EBITDA (Controladora) Ajustado	Índice	2	2,16	2,44	4,53	***	5,49	4,37	4,93	5,61
	Dívida Líquida (Controladora)	R\$ Milhões	-	2.548,04	4.086,22	5.427,82	7.827,54	8.145,84	8.917,37	12.188,80	14.673,87
	EBITDA (Controladora) Ajustado	R\$ Milhões	-	1.182,47	1.678,33	1.108,05	-39,82	1.484,33	2.093,38	2.474,41	2.616,91
↑	<u>Lucro Líquido</u> Patrimônio Líquido	%	3	4,8%	1,0%	-18,0%	-2,3%	6,7%	7,4%	10,2%	10,4%
	Lucro Líquido (LL)	R\$ Milhões	-	695,52	299,88	-2.128,13	-280,53	848,41	987,83	1.424,34	1.529,65
	Patrimônio Líquido (PL)	R\$ Milhões	-	13.281,02	13.404,65	11.830,13	11.569,59	12.571,37	13.392,48	13.944,52	14.697,58
↑	<u>Investimento Realizado (Consolidado)</u> Investimento Aprovado (Consolidado)	%	2	80,0%	87,4%	91,3%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
	Investimento Realizado (Consolidado) - Projeção	R\$ Milhões	-	1.585,68	2.019,39	2.620,97	2.175,78	2.400,34	2.258,99	3.933,02	2.774,09
	Investimento Aprovado (Consolidado) - projeção	R\$ Milhões	-	1.982,91	2.310,20	2.872,12	2.417,51	2.777,05	2.509,99	4.370,03	3.082,32
↑	<u>EBITDA (Controladora) Ajustado</u> ROL (Controladora) Ajustado	%	2	22,9%	30,0%	20,3%	-1,1%	40,0%	50,0%	54,5%	58,4%
	EBITDA (Controladora) Ajustado	R\$ Milhões	-	1.182,47	1.678,33	1.108,05	-39,82	1.484,33	2.093,38	2.474,41	2.616,91
	ROL (Controladora) Ajustado	R\$ Milhões	-	5.180,93	5.580,39	5.909,33	3.833,25	3.625,78	4.075,52	4.540,84	4.482,81
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Econômica)	Pontos	0,25	44,0	59,0	47,1	48,6	50,2	51,8	53,4	55,1
INDICADORES OPERACIONAIS											
↑	Disponibilidade de Geração (DISPOR)	Índice	2	0,935	0,927	0,925	0,925	0,925	0,925	0,925	0,925
↑	Disponibilidade de Linhas de Transmissão (DISPLT)	%	2	N/A	N/A	N/A	99,30%	99,30%	99,30%	99,30%	99,30%
↓	Parcela Viável Descontada em Transmissão (PV)	%	2	1,91%	1,20%	1,71%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS											
↑	Valor obtido na Pesquisa de Clima (Organizacional)	%	1	70,2%	67,6%	N/D	66,0%	N/A (**)	68,0%	N/A (**)	70,0%
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)	Pontos	0,25	60,0	62,0	67,9	67,9	67,9	67,9	67,9	67,9
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)	Pontos	0,25	46,0	43,0	48,4	49,9	51,3	52,9	54,5	56,1
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Alterações climáticas)	Pontos	0,25	-	42,0	47,6	48,3	48,9	49,6	50,3	51,0

N/D = Não disponível; N/A = Não se aplica

(i) ROL Ajustado (Controladora): não inclui Receita de Construção (ii) EBITDA (Controladora) Ajustado: inclui Resultado das Participações

(ii) PMSC Ajustado - inclui Compra de Energia e Combustíveis e Doações e Contribuições; Não inclui custo de construção, Royalties, Encargos de uso de rede e Taxa de Fiscalização. O Montante de PLT não coberto pelo lucro é incluído como despesa de pesquisa.

** Os indicadores de Satisfação de Colaboradores é calculados a cada dois anos.

*** Indicador inviabilizado de cálculo pois o EBITDA é negativo.

metas pactadas

As tabelas abaixo apresentam as medições dos indicadores - econômico-financeiros, operacionais e socioambientais - ao final do ano de 2016 e suas respectivas metas para o mesmo período.

Legendas:



Sentido Melhor Desempenho

● Acima da meta

● Abaixo da meta

Indicadores Econômico-Financeiros:

Furnas		Indicadores econômico-financeiros		
		2016	Meta	
↓	PMSO Ajustado / ROL Ajustada	16,9%	35,8%	●
↓	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,6	4,93	●
↑	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	49,1%	10,2%	●
↑	Investimento Realizado / Investimento Aprovado	79,6%	90,0%	●
↑	EBITDA Ajustado / ROL Ajustada	77,9%	54,5%	●
↑	Pontuação Obtida ISE Bovespa (Dimensão Econômica)	57,5	53,4	●

Indicadores Operacionais:

Furnas		Indicadores operacionais		
		2016	Meta	
↑	Disponibilidade de Geração - DISPGR	0,963	0,925	●
↑	Disponibilidade de Linhas de Transmissão – DISPLT	99,58%	99,30%	●
↓	Parcela Variável Descontada em Transmissão - PV	2,67%	5,00%	●

Indicadores Socioambientais:

Furnas	Indicadores socioambientais	
	2016	Meta
Valor obtido na Pesquisa de Clima Organizacional	-	-
Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)	78,87	67,9
Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)	59,55	54,5
Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Alterações Climáticas)	72,85	50,3

Os protocolos de cada indicador com as informações necessárias para sua medição, como periodicidade e fórmula de cálculo, estão no **Anexo 1**.

5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

- **Estrutura Societária**

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADRs) Nível II, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2016, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

- **Estrutura de Governança Corporativa**

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

- **Assembleia Geral de Acionistas**

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2016, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2015 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Em 7 de janeiro e 21 de setembro, ocorreram Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) para deliberar sobre a Prorrogação da Concessão da UHE Itumbiara e, em 1º de agosto, para eleição de membros do Conselho de Administração.

- **Conselho de Administração**

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2016, este colegiado reuniu-se 25 vezes.

- **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três

anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2016, foram realizadas 70 reuniões.

- **Conselho Fiscal**

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2016, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2016. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2015 a março de 2016.

- **Gestão de Riscos**

As atividades relacionadas à identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa. A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

A metodologia denominada Gestão Dinâmica dos Riscos Corporativos (GDRC), utilizada por Furnas, possibilita uma avaliação dinâmica do grau de exposição ao risco corporativo, permitindo que a Empresa realize ajustes e atinja suas metas de redução de tal exposição.

As medidas de mitigação de riscos são implementadas por meio de controles e/ou ações que visam reduzir a exposição da Empresa a riscos, logo quanto maior for o grau de mitigação, mais preparada estará a Empresa caso ocorra um evento de risco, e mais próxima estará de sua exposição residual, ou seja, aquela após a total implementação de controles e ações mitigatórias possíveis.

Em 2016, foram avaliados 11 eventos de risco constantes da Matriz de Riscos Corporativos de Furnas. Somados aos 7 eventos de risco avaliados em 2015, no total foram avaliados 18 dos 82 eventos de risco da Matriz.

A Matriz de Riscos é composta por 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 25 categorias e 82 Eventos de Risco, dos quais 11 foram priorizados em 2016, a saber: Renovação das Concessões; Marco Regulatório; Administração Fiscal-Tributária; Fluxo de Caixa; Seguros; Compra e Venda de Energia; Disponibilidade de Geração e Transmissão;

Formação e Gestão do Contencioso; Emissão de Gases do Efeito Estufa; Mudanças Climáticas; e FCPA / LACBRA (Foreign Corrupt Practices Act - EUA / Lei Anticorrupção Brasileira).

- **Controles Internos**

Os sistemas de controles internos da Empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2016, foram selecionados 30 processos, associados a: Gestão de Materiais; Gestão de Participações; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira; Compra e Venda de Energia; Processo de Tecnologia; Gestão de Contingências; Gestão Contábil; Gestão Tributária; Empréstimos e Financiamentos; Gestão de Ativo Fixo; Benefício Pós-emprego; e Controles em Nível de Entidade.

Programa Rumo ao GAP Zero (PGZ)

No decorrer de 2015, o Conselho de Administração aprovou um inédito programa, denominado Rumo ao Gap Zero, que mobiliza a Empresa e explicita o chamado “tom de cima”, o total e explícito compromisso e participação direta dos seus colegiados estatutários no processo.

Em execução, o programa prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, melhoria da interação e comunicação da área responsável com os gestores encarregados da implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais e, não menos importante, aumento da visibilidade e poder da área de gestão de riscos e controles internos, com acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação; e Testes propriamente ditos.

O mapeamento dos processos permite um melhor entendimento das atividades, bem como a definição de atribuições e responsabilidades, principalmente quando aspectos interfuncionais estão envolvidos.

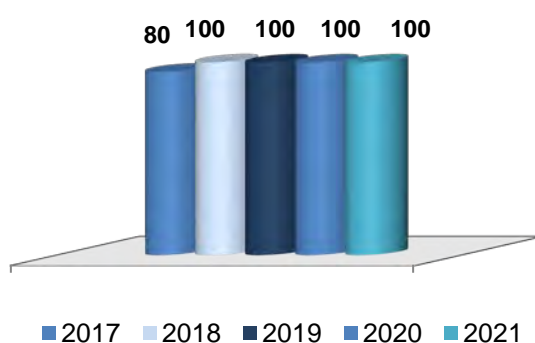
A etapa relativa ao programa de remediação tem como objetivo evidenciar, por meio de documentos, que os planos de ação formalizados pelos gestores são eficazes no controle e mitigação de riscos.

Quanto aos Testes, também se subdividem em etapas:

- teste da administração, coordenado, anualmente, pela Auditoria Interna de Furnas, objetivando a certificação da Administração da Empresa quanto à eficácia dos controles. Para tanto, a Administração deve prover a avaliação da eficácia do desenho dos controles, bem como de sua eficácia operacional, mediante validação de desenho do processo (*test of design*) e os Testes dos Controles Internos;
- teste da auditoria externa: procedimentos de validação de desenho do processo (*test of design*) e de testes que evidenciem a situação dos controles internos da organização, realizados de forma independente pela equipe de auditoria externa, em contrapartida aos testes realizados pela Administração. O parecer integrado da Auditoria Externa, emitido anualmente, contempla a análise das Demonstrações Financeiras e o ambiente de controles da Empresa.

Para o quinquênio 2017-2021, as metas são apresentadas a seguir.

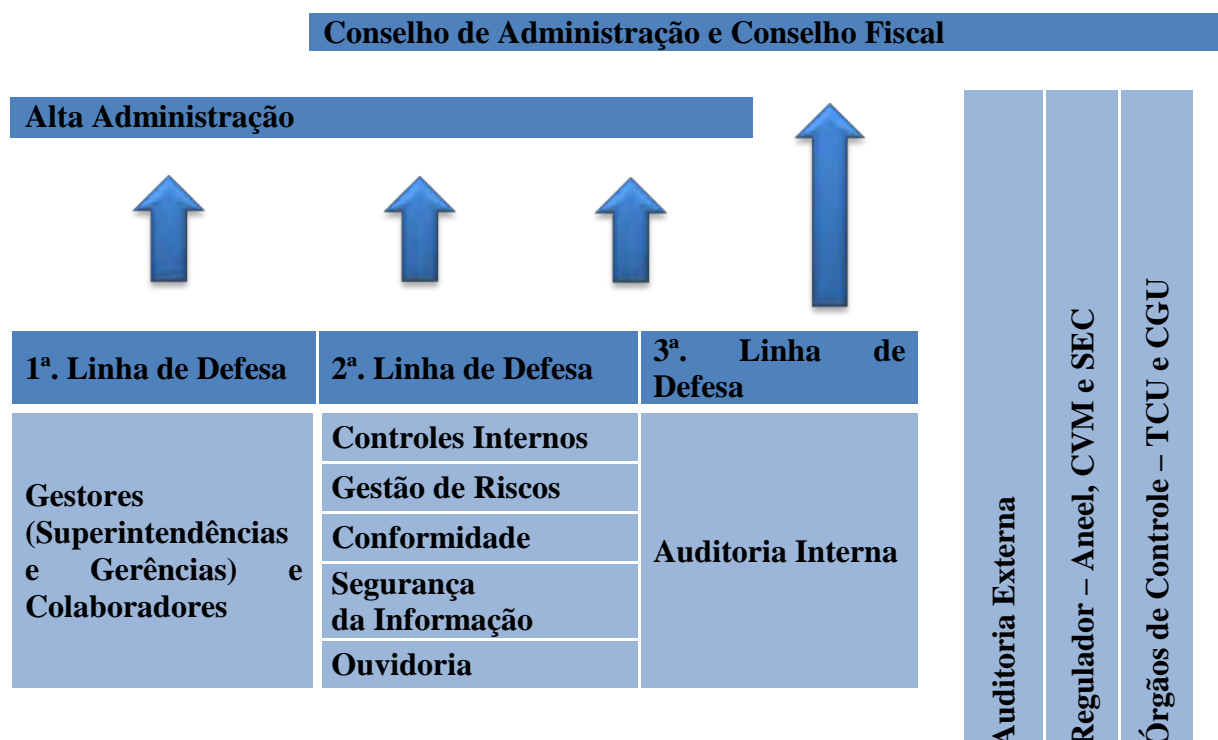
Remediação das Deficiências Significativas (%)



Furnas trabalha com o conceito de três Linhas de Defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:

- a primeira é a de Gestão Operacional, em que os gerentes operacionais gerenciam e têm propriedade sobre riscos e também são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. A gerência operacional é responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controles, além de identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos. Serve naturalmente como a primeira linha de defesa porque os controles são desenvolvidos como sistemas e processos sob sua orientação de gestão operacional, garantindo, assim, a conformidade;
- a segunda são as funções de Gerenciamento de Riscos e Conformidade, que garantem que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática, operando conforme pretendido. As responsabilidades dessas funções geralmente incluem: apoio às políticas de gestão, definindo papéis e responsabilidades e estabelecendo metas para implementação, fornecimento de estruturas de gerenciamento de riscos, identificação de questões atuais, identificação de mudanças no apetite ao risco implícito da organização e auxílio à gerência para desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento de riscos;
- a terceira é composta pela Auditoria Interna, que fornece ao órgão de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. A Auditoria Interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa.



- **Programa de Integridade (*Compliance*)**

Em 2014, a Eletrobras aprovou o Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, em atendimento à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, e à Foreign Corrupt Practices Act (FCPA - Lei contra Práticas de Corrupção no Exterior), à qual a *Holding* e suas subsidiárias estão sujeitas por terem suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Em sequência, Furnas promoveu alteração de sua estrutura organizacional de forma a garantir alinhamento com o citado Manual e, em 10 de fevereiro de 2015, a adesão ao Manual foi aprovada pela Diretoria Executiva. Desde então, Furnas vem empreendendo uma série de ações de governança de forma a atender aos requisitos das leis brasileiras e norte-americanas de combate à fraude e corrupção.

No segundo semestre de 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) deu início ao trabalho de avaliação da integridade em empresas estatais, tendo Furnas sido escolhida para participação em projeto-piloto, juntamente com Eletronorte, Banco do Nordeste do Brasil e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Este trabalho teve por objetivo avaliar as medidas de integridade existentes nessas empresas e promover seu aprimoramento com a finalidade de reduzir o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que pudessem ocorrer, além de, subsidiariamente, e a partir dos resultados obtidos, contribuir na elaboração do Guia de Integridade da CGU.

Ao final, foi emitido, pela CGU, o Relatório de Integridade nº 201504023, com sugestões de melhorias para potencializar o sistema de integridade da Empresa. Tais sugestões estão consubstanciadas no Plano de Implantação do Sistema de Integridade de Furnas.

Após reuniões de Busca Conjunta de Soluções (com a participação de profissionais da CGU e de Furnas), aquela Controladoria solicitou que fosse elaborado um Plano de Ação para aprimoramento dos mecanismos de integridade.

Assim, para atender às sugestões de melhorias propostas pela Controladoria, Furnas elaborou o Plano de Ação Global de Integridade Corporativa (PAGIC), aprovado pela Diretoria Colegiada de Furnas em 29 de março de 2016, consolidado na sinergia entre as ações pertinentes às áreas da Empresa e as ações resultantes do trabalho a ser desenvolvido pela empresa de consultoria especializada Deloitte Touche Tohmatsu, contratada em outubro de 2016 para implantação do Sistema de Integridade Corporativa.

Estima-se que as sugestões de melhorias propostas pela Controladoria estejam totalmente atendidas até dezembro de 2017, conjuntamente com a implantação do Sistema de Integridade Corporativa.

Adicionalmente, a área de Conformidade e Riscos, em cumprimento ao estabelecido no Programa de *Compliance* de Furnas, reporta mensalmente às instâncias de governança corporativa da Empresa e ao Gerente de *Compliance* da Eletrobras os casos de denúncia de violação ao Programa ou referentes a qualquer outra conduta comercial inadequada.

- **Segurança da Informação**

Com as exigências constantes da Lei 13.303/2016 e seu Decreto regulamentador, bem como tendo em conta as resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), emanadas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), foram iniciados os estudos necessários para a reestruturação da área de Segurança da Informação, visando dar cumprimento aos normativos aplicáveis bem como alinhamento às melhores práticas de mercado.

- **Secretaria de Governança Corporativa**

Criado em 2016 e vinculado ao Conselho de Administração, este órgão tem, entre outras, as atribuições de: planejar, coordenar e controlar o processo de adesão às práticas de governança corporativa exigidas ou recomendadas por entidades do Poder Público Federal, da sociedade civil e do mercado; coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, visando às melhores práticas; coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativa, executiva, fiscalizadora e consultiva; e contribuir para que a divulgação de informações pela Empresa esteja alinhada aos princípios de governança.

- **Auditoria Interna**

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2016, foram realizados 34 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais 3 trabalhos referentes a 2015, o que resultou na emissão de 85 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, com resultados que visaram subsidiar a alta administração de importantes informações nas tomadas de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Empresa no exercício de 2016, em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, para atendimento às demandas que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

- **Comitês Internos**

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 29 Comitês Internos apoiam as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial; Informática; Recursos Humanos; Pesquisa e Desenvolvimento; Segurança da Informação; Comissão de Ética; Novos Negócios; Sustentabilidade Empresarial; Gestão de Riscos; Relacionamento com a Aneel; e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

- **Políticas Internas**

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem, dentre outros, os seguintes temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Sociocultural; Gestão de Frota de Veículos; Segurança da Informação; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; Comunicação; e Gestão de Riscos e Controles Internos.

- **Princípios Éticos e Compromissos de Conduta**

Aprovado em 15 de junho de 2010 pela Resolução de Diretoria Executiva nº 596, o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras completou seis anos em junho de 2016. Em 9 de dezembro de 2016, Dia Internacional contra a Corrupção, foi lançada a versão atualizada do Código, após revisão que teve por objetivo renovar e reforçar a importância da dimensão ética na atuação das Empresas Eletrobras, reconhecendo a evolução dos conceitos e da legislação que embasam os temas relativos à integridade no Brasil e no exterior.

O objetivo foi a adequação do Código à nova legislação brasileira voltada para questões de Ética e Integridade Corporativa, como as leis nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); nº 12.529/2011 (Lei da Concorrência); nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses); nº 12.846/2013 (Lei da Empresa Limpa) e seu Decreto regulamentador nº 8.420/2015; nº 13.303/2016 (Lei das Estatais); e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 (que trata de Governança e Gestão de Riscos).

Furnas reafirma a certeza de que os princípios contidos no Código devem ser consolidados pela prática diária, estabelecendo os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento. O Código de Ética e Conduta está disponível na página de Furnas na *internet* em português e inglês.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

No Portal da Ética, na *intranet*, encontram-se o Código de Ética e Conduta, a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por *e-mail*, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2016, a Comissão de Ética recebeu 54 denúncias, das quais, em 31 de dezembro de 2016 e após a devida análise, 6 encontravam-se em andamento. Os demais casos foram analisados, as devidas ações tomadas, e arquivados.

- **Ouvidoria**

A Ouvidoria de Furnas representa um instrumento de interação da Empresa com seus públicos interno e externo, atuando como canal institucional de comunicação e como mediadora na busca de solução de conflitos extrajudiciais, assim como instrumento de avaliação organizacional.

Desse modo, assegura que as expectativas e necessidades dos *stakeholders* sejam conhecidas e consideradas pelos gestores, contribuindo para a eficácia dos processos internos e da gestão de riscos da Empresa. Além de atender às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley*, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União (OGU), estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

Tem ainda o papel de assegurar ao cidadão o direito de acesso à informação, examinando e atendendo às demandas oriundas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, onde fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

O Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção.

Em 2016, foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 822 demandas, sendo 703 manifestações postadas na Ouvidoria e 119 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As 703 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (193), solicitação (371), sugestão (15), denúncia (116), elogio (7) e agradecimento (1). No que tange à origem, das

703 manifestações registradas em 2016 na Ouvidoria, destacamos que 424 (60%) são de origem externa, 236 (34%), interna e 43 (6%), não identificada.

- **Principais Relacionamentos de Furnas**

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e colabora com associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaaios Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (World Energy Council – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (Conseil International des Grands Réseaux Electriques – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (International Committee on Large Dams – Icold), Associação Internacional de Hidroeletricidade (International Hydropower Association – IHA), entre outras.

5.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Em 1º de julho de 2016, foi publicada a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais. No entanto, apenas em 28 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto nº 8.945/2016, que regulamentou o mencionado diploma legal, notadamente quanto ao regime societário das empresas.

A adequação das empresas integrantes do Sistema Eletrobras aos novos ditames legais, inclusive de seus Estatutos Sociais, está sendo conduzida pela *Holding*, em consonância com as orientações emanadas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Conforme Ofício Circular nº 839/2016-MP, de 30 de dezembro de 2016, emitido pelo órgão supramencionado, "a nova regulamentação disciplina o prazo de adaptação das empresas estatais a depender da necessidade ou não de alteração do Estatuto Social. Neste contexto, as adaptações que necessitam de alterações estatutárias seguirão calendário a ser definido pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), observado o prazo máximo de 30 de junho de 2018, conforme determina o artigo 64 do

Decreto nº 8.945/2016". A versão preliminar desse calendário, sugerida pelo Grupo Executivo da CGPAR, prevê o mês de novembro de 2017 como prazo para o Grupo Eletrobras.

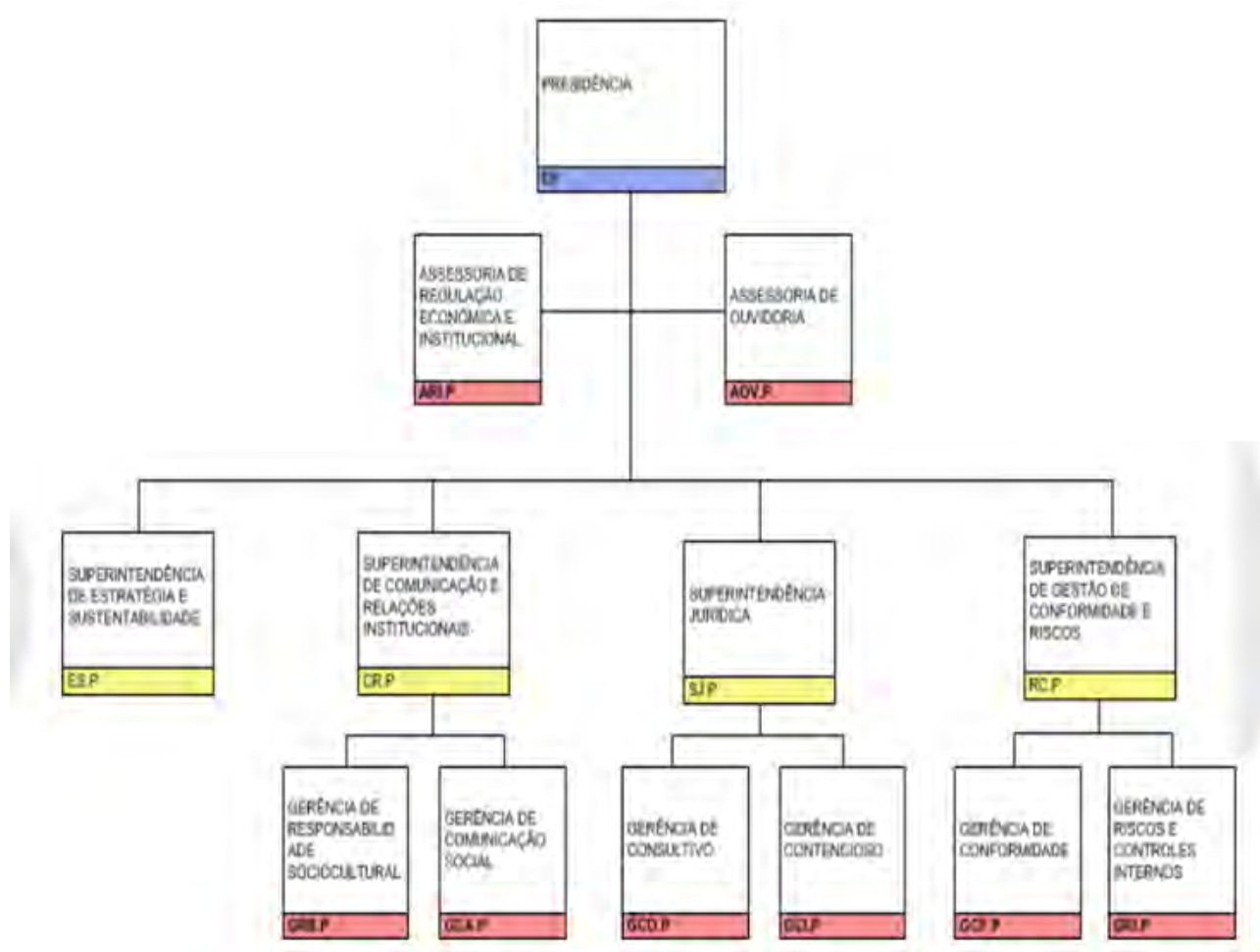
Especificamente no que tange a contratações, a Lei deu amplo tratamento à matéria, alterando procedimentos e modalidades licitatórias, preservando, todavia, a aplicação subsidiária de normas anteriores, como as Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

a) regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno (art. 9º);

A área responsável pela gestão de riscos é a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos - GRI.P, subordinada à Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P.

Quanto à previsão de treinamento periódico, no mínimo anual sobre a política de gestão de riscos, a administradores (marco temporal 31/12/2017), está sendo elaborado treinamento para o corpo funcional e a alta administração com previsão para o segundo semestre de 2017.

Quanto ao § 2º do Art. 9º, que faz referência sobre a vinculação da área responsável pela gestão de riscos ao diretor-presidente, segue abaixo, organograma da Diretoria da Presidência – DP.



Ainda com respeito ao § 2º do Art 9º da Lei das Estatais, no que tange ao Estatuto Social e às atribuições da área de gestão de riscos, bem como ao estabelecimento de mecanismos que assegurem atuação independente, informamos que as atribuições não estão contidas no referido Estatuto.

b) elaboração de Código de Conduta e Integridade – e posterior divulgação (art. 9º, § 1º);

Todos os itens do §1º do art. 9º estão contemplados pelo código de ética e manual de *compliance* de Furnas/Eletrabras.

Em 9/12/2016, Dia Internacional contra a Corrupção, foi lançada a versão atualizada do Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras. A revisão teve por objetivo renovar e reforçar a importância da dimensão ética na atuação das Empresas Eletrobras, reconhecendo a evolução dos conceitos e da legislação que embasam os temas relativos à integridade no Brasil e no exterior.

O objetivo foi a adequação do Código à nova legislação brasileira voltada para questões de Ética e Integridade Corporativa, como as leis 12.527/2011 ("Lei de Acesso à Informação"); 12.529/ 2011 ("Lei da Concorrência"); 12.813/2013 ("Lei de Conflito de Interesses"); 12.846/ 2013 ("Lei da Empresa Limpa") e seu Decreto regulamentador nº 8.420/2015; 13.303/2016 ("Lei das Estatais"); e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/ 2016 (que trata de Governança e Gestão de Riscos).

O Código de Ética e de Conduta 2016 está disponível em duas versões, português e inglês, na Intranet e na página de Furnas.

Foi ministrado um curso on-line de Integridade e Ética – Compliance, de caráter obrigatório, fazendo parte do Programa Eletrobras 5 Dimensões . Ao final cada empregado recebeu um certificado.

O item - previsão de treinamento periódico a ser inserido nos normativos deverá ser objeto de revisão do manual de *compliance* até o final do ano de 2017.

c) planejamento para a eventual necessidade de adequação da composição dos integrantes do Conselho de Administração e da diretoria, segundo as novas disposições (arts. 16 a 23);

Há um ofício circular do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que estabelece um cronograma para a adequação (Ver Anexo II – Ofício Circular nº 95/2017-MP).

d) criação de Comitê de Auditoria Estatutário (art. 24).

Por se tratar de um comitê estatutário, sua criação depende da alteração do Estatuto Social vigente. Neste sentido, cabe destacar que, desde 2009, os estatutos sociais das controladas são uniformizados pela Eletrobras. Assim, a *Holding* está coordenando a revisão dos mesmos, sendo certo que o prazo para o Sistema Eletrobras se encerra apenas em novembro de 2017, conforme Ofício Circular (Ver Anexo II – Ofício Circular nº 95/2017-MP).

5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral que designará dentre eles o Presidente. O prazo de gestão é de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente e no Estatuto Social de Furnas.

Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados.

As atas de Assembleia Geral que elegerem os Conselheiros de Administração de Furnas devem conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente podem ser eleitos e empossados aqueles que apresentarem os comprovantes necessários, dos quais se arquivarão cópias autenticadas na sede de Furnas.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, obedecido calendário anual previamente aprovado pelo colegiado e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

Conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social de Furnas, compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

I - estabelecer \$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;

II - autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

III - autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

IV - autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;

V - eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;

VI - deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

VII - aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

VIII - aprovar a estrutura organizacional de Furnas;

IX - monitorar a gestão da Empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;

X - aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XI - autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

XII - escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;

XIII - elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;

XIV - deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XV - deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XVI - deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

XVII - autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;

XVIII - convocar as Assembleias Gerais;

XIX - autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

XX - deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;

XXI - avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;

XXII - aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;

XXIII - deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;

XXIV - aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;

XXV - decidir os casos omissos no Estatuto de Furnas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por Assembleia, permitidas reeleições e exercem seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros.

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

Conforme disposto no artigo 38 do Estatuto Social de Furnas, compete ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

I - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;

VII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis a Furnas;

VIII - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI - exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;

XII - assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativos aos incisos V, VI e X;

XIII - fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

XIV - examinar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta do Diretor-Presidente e até 5 (cinco) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Os membros da Diretoria Executiva devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente e no Estatuto Social de Furnas.

As atas de reunião do Conselho de Administração que elegerem os Diretores de Furnas devem conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente podem ser eleitos e empossados aqueles que apresentarem os comprovantes necessários, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede de Furnas.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

No exercício das suas atribuições, conforme disposto no artigo 29 do Estatuto Social de Furnas, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;

II - elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;

III - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
- b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
- c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;

IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

V - decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;

VI - aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;

VII - aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;

VIII - aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;

IX - aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;

X - delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI - delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;

XII - pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

XIII - promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;

XIV - encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;

XV - propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;

XVI - elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XVII - designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

XVIII - movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;

XIX - autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração;

XX - deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis, conforme valores definidos como de sua competência para aprovação.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

I - superintender os negócios de Furnas;

II - representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

III - admitir e demitir empregados;

IV - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e

V - designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

5.4 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

No que tange à participação de representantes nas AGOs e AGEs das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que possui participação, Furnas segue a orientação definida em seu Estatuto Social e no Regimento Interno da Diretoria. A deliberação sobre os atos societários das SPEs, dentre estes a apreciação das demonstrações financeiras, a atualização de capital subscrito ou autorizado, entre outros, é respaldada por pareceres dos órgãos de assessoria internos e a aprovação é efetivada por pelo menos dois Diretores de Furnas ou pelos procuradores legalmente estabelecidos.

No que tange à designação de representantes para os colegiados das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), Furnas segue a orientação definida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, consolidadas em Instrução Normativa. Trata-se da IN.001.2015 - “Diretores e Conselheiros de Furnas em Sociedades de Propósito Específico - SPE ou Sociedades”, que contém regras para:

- a) Indicação de representantes;
- b) Atuação dos representantes nos respectivos colegiados;
- c) Acompanhamento da atuação dos representantes.

5.7 Atuação da unidade de auditoria interna

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão;

Ver Regimento Interno (Anexo III – Regimento Interno AD). Não está disponibilizado na Internet.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

Ver Regimento Interno (Anexo III – Regimento Interno AD) – Art. 2º e 3º.

c) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Não há.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Ver Capítulo III do Regimento Interno (Anexo III – Regimento Interno AD).

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Em atendimento ao Art. 17, § 1º da Instrução Normativa nº 24, de 17.11.2015, emitida pela Controladoria Geral da União – CGU, os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Diretor e o respectivo Superintendente da área envolvida mensalmente.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Em atendimento ao Art.17, § 1º da Instrução Normativa nº24 de 17.11.2015 emitida pela Controladoria Geral da União – CGU, os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Diretor e o respectivo Superintendente da área envolvida mensalmente.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Em 17.02.2016, a Diretoria Executiva de Furnas, por meio da Resolução de Diretoria – RD 003/2871, aprovou a designação de Coordenador de Auditoria no Programa de Integridade Corporativa, tendo como atribuições:

- Avaliar o programa de conformidade, garantindo o cumprimento ao Manual de Compliance referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras e ao Código de Ética;
- Monitorar a integridade e a efetividade da Matriz de Riscos na Companhia, através de uma avaliação da gestão de riscos e do mapeamento do grau de maturidade alcançado, com o intuito de verificar a incorporação da gestão de riscos à tomada de decisões estratégicas da entidade;
- Avaliar os controles internos da Companhia, atuando naquilo que se referir aos requisitos de auditoria para o atendimento à Lei Sarbanes-Oxley - SOx, participando, ainda, sistematicamente, das atividades relativas à facilitação para a obtenção da certificação anual SOx da Eletrobras;
- Avaliar e monitorar a estratégia de Segurança da Informação, visando garantir a confidencialidade, a integridade, a legalidade e a disponibilidade das informações à Administração da Empresa.

Com relação aos trabalhos executados no exercício de 2016, destacamos:

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
001.2016	Conselho de Administração	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação)	39*	Analisar os processos licitatórios dos pregões eletrônicos PE.GCM.A.00120.2015 e PE.GCM.A.00121.2015 quanto aos ditames da Lei nº 8.666/93, Lei nº 5.450/05, Decreto Lei nº 10.520/2002 e das Normas internas de Furnas, visando a atender objetivamente ao solicitado pelo Conselho de Administração que na Ata nº 474ª RCA de 27.11.2015, recomendou que o processo de contratação das empresas de mão de obra terceirizada para cumprimento do Acordo Judicial celebrado no STF seja encaminhado à Auditoria Interna, para verificação de sua conformidade	03.01.2016
002.2016	Superintendência de Comercialização – CE.N	Receita Operacional (Compra e Venda de Energia)	35*	Assegurar que os procedimentos, relacionados aos faturamentos de compra e venda de geração de energia, sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente. Analisar a adequada contabilização dos valores decorrentes de receitas operacionais de geração; Regularidade das glosas e reduções ocorridas nas receitas de geração de Furnas; Analisar a implementação das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização.	21.01.2016
003.2016	Conselho de Administração	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Processo Licitatório)	27*	Analisar o processo licitatório do pregão eletrônico PE.GCM.A.00122.2015 quanto aos ditames da Lei nº 8.666/93, Lei nº 5.450/05, Decreto Lei nº 10.520/2002 e das Normas internas de Furnas, visando a atender objetivamente ao solicitado pelo Conselho de Administração que na Ata nº 474ª RCA de 27.11.2015, recomendou que o processo de contratação das empresas de mão de obra terceirizada para cumprimento do Acordo Judicial celebrado no STF seja encaminhado à Auditoria Interna, para verificação de sua conformidade.	21.01.2016
004.2016	Real Grandeza – Fundação de Assistência e Previdência Social – FRG	Tecnologia da Informação	30*	Análise da exposição aos riscos relacionados à governança corporativa de TI; Adequação e eficácia dos controles na gestão de TI; Salvaguarda dos backups; segurança dos servidores de desenvolvimento, produção e homologação, destacando o planejamento da manutenção existente e os procedimentos de salvaguarda da informação.	29.01.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
005.2016	Presidência - DP	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação)	27	Análise da adequação do processo licitatório nas contratações de Furnas, com base nos procedimentos das Instruções Normativas, IN.001.94 Rev.4, IN.002.2012 Rev.5, IN.002.2013, IN.006.93 Rev.6, IN.006.2015, IN.019.85, Circular Geral nº 005.2009 e Circular Geral nº 028.2012, em consonância com: Lei nº 8.666/93, Lei nº 5.450/05, Lei 10.522/2012 (art.6º. – III) e Decreto Lei nº 10.520/2002. Análise dos processos licitatórios de pregão eletrônico e dispensa de licitação no que tange a: Emissão de requisição; Alçada de aprovação da requisição; Numeração dos documentos que compõem o processo licitatório; Justificativas para emissão de Dispensa de Licitação; pareceres jurídico e financeiro; Valores propostos pelas licitantes; aprovações das Resoluções de Diretoria; Aprovações das Reuniões do Conselho de Administração; Apresentação de Certidões Negativas de Débito junto ao INSS e FGTS e consulta ao CADIN quando da assinatura do contrato; Existência de publicações legais. Devido à relevância e ao vulto dos processos analisados foram também verificados os itens: Aprovação do instrumento contratual e verificação da data da assinatura do mesmo; Garantias contratuais para DL's; Emissão de Termo de Recebimento.	01.02.2016
006.2016	Real Grandeza – Fundação de Assistência e Previdência Social – FRG	Investimentos e Governança Corporativa	30*	Análise da gestão da carteira de investimentos face às determinações do Comitê de Investimentos da Fundação Real Grandeza – CIRG e a Política de Investimentos para o exercício de 2015; Análise dos limites dos investimentos em face da legislação vigente, bem como dos relatórios de acompanhamento dos limites de enquadramento dos investimentos para o período de janeiro a julho 2015; Análise do procedimento de cobrança das inadimplências dos empréstimos com base nos saldos registrados em 31.07.2015; Análise das atas de reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como das providências adotadas pela Diretoria Executiva para o cumprimento das determinações emanadas no período de janeiro a julho de 2015; Análise dos Relatórios da Auditoria Interna da FRG em 2015; Análise do processo de cadastramento de	29.02.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				participantes realizado pela FRG em abril de 2015; Análise da gestão dos contratos de prestação de serviços de consultoria NAQ.156/2014, NAQ.180.2015, NAQ.182.2015 e NAQ.184.2015.	
007.2016	Superintendência Jurídica – SJ.P	Gestão do Contencioso (Processo nº 055738-29.2004.8.19.001)	25	A nossa avaliação, com fulcro no objetivo explicitado, refere-se à verificação dos fatos ocorridos na tramitação do processo em epígrafe. A ação decorreu em razão do atraso do início de operação comercial da Usina Nuclear de Angra II, de setembro de 1999 a Julho de 2002, Furnas ficou exposta ao antigo MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA – MAE, sendo que durante tal período de atraso, foi originado um débito para com a TRACTEBEL no valor de R\$20.766.527,30, conforme contabilização do antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE, em agosto de 2000. Furnas firmou com a Eletrobrás Termonuclear S.A (Eletronuclear) contrato de compra e venda de energia elétrica pelo qual comprou da Eletronuclear a totalidade de energia elétrica gerada pela Usina Nuclear de Angra II, com potência instalada de 1309 MW e início de operação comercial programado para setembro de 1999. Ocorre que Furnas deixou de disponibilizar a energia nos montantes homologados pela ANEEL no prazo estipulado, alegando que a Eletronuclear não cumpriu o cronograma de construção da Usina Nuclear de Angra II, pois o início da operação comercial da usina veio ocorrer somente em julho de 2000. Em agosto de 1997 foi celebrado contrato entre Furnas e Eletrobrás Termonuclear S.A (Eletronuclear) regulando a compra e venda da energia associada à Usina Nuclear de Angra I, e fazendo referência à contratação de energia da usina de Angra II, quando esta entrasse em operação comercial. Em dezembro de 1998, a Resolução ANEEL nº 450 definiu os montantes de energia a serem considerados nos Contratos Iniciais da Região Sudeste/Centro-Oeste e incluiu as disponibilidades de energia das usinas Angra I e Angra II nos contratos a serem celebrados por Furnas. À época, a previsão de entrada em operação da Usina de Angra II era setembro de 1999. Neste contexto Furnas celebrou Contratos Iniciais com as	17.03.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>distribuidoras do Sistema Interligado Nacional e também com duas geradoras, quais sejam ELETRONORTE (compra) e GERASUL, atual TRACTEBEL (venda), os quais se iniciaram em setembro de 1999. Ocorre que a UTN Angra II apenas entrou em fase de testes em julho de 2000 e, desta forma, a ASMAE (Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE), imputou penalidades a Furnas associadas ao período de setembro de 1999 a julho de 2002. A Empresa não concordou com a penalização imposta e buscou soluções tanto por via administrativa quanto judicial. Visando superar o impasse, foram realizadas intensas tratativas envolvendo o MME, Aneel, Eletrobrás, Eletronuclear, Furnas e demais agentes do mercado, na busca de soluções para o equacionamento da questão. Finalmente foram celebrados acordos entre a Empresa e os demais agentes signatários dos Contratos Iniciais, aí incluída a Gerasul (Tractebel). Furnas liquidou o valor principal, através de assinatura do Memorando de Entendimento, restou controverso à época, o tipo de correção a ser aplicado ao débito. Por conta disso, a TRACTEBEL ajuizou a ação ordinária, objetivando o pagamento por Furnas do valor relativo à correção monetária calculada pela IGPM da Fundação Getúlio Vargas, havida no intervalo entre a data de vencimento das faturas emitidas, até a data de 30 de janeiro de 2003, mas juros de 1% ao mês e multa moratória de 5%, tendo os pedidos sido julgados procedentes, com exceção da multa moratória de 5%.</p>	
008.2016	Conselho Fiscal	Remuneração de Administradores	24	<p>Análise com base na planilha de cálculo elaborada pela Gerência de Centro de Serviços Compartilhados Escritório Central - CSE.A, face aos limites estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária - AGO de 29.04.2015 para pagamentos a título de honorários mensais aos membros da Diretoria Executiva, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência, bem como participação nos lucros e/ou resultados e contribuição a entidade previdenciária da qual a empresa seja mantenedora.</p>	22.04.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
009.2016	Superintendência de Operações Financeiras – SF.F	Gestão de Empréstimos	28	Análise dos saldos contábeis e relatório financeiro dos contratos ECF 2882, ECF 2979, Cédula de Crédito Bancária nº 306.401.091, Financiamento nº 07.2.0953.1, e Cessão de Créditos nº 140022715 que representam 27% da população (R\$ 3.384.410.400,00), excluídos deste total os contratos analisados no Relatório de Auditoria nº 003.2015; Análise e inspeção documental dos dossiês de empréstimos e financiamentos, contendo: Proposta de Resolução de Diretoria, Resolução de Diretoria, Resolução do Conselho de Administração, Ata de Assembleia de Acionistas, Parecer Jurídico e Parecer Financeiro; Análise dos pagamentos realizados no exercício 2015. No caso de inadimplência, dos juros e multa aplicáveis e dos respectivos controles que garantam a exatidão dos valores registrados e pagos; Análise do controle de acesso ao módulo CFM-LOANS do sistema SAP; Análise dos controles de atualização dos indexadores dos contratos de empréstimos e financiamentos registrados no sistema SAP, transações OB83 e OB08; Análise da destinação dos recursos obtidos face ao objeto da contratação; Análise do cumprimento das obrigações contratuais.	31.03.2016
010.2016	Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N	Gestão de Participações (TGO)	33	Analisar o atendimento às recomendações do Manual de SPE da Eletrobras; A implementação das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos de fiscalização e verificação de penalidades; O parecer emitido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST - Nota Técnica SEI nº 4954/2015-MP; Os aportes realizados no exercício de acordo com o Plano de Negócio, os percentuais correspondentes e se estão corretamente contabilizados; O acompanhamento do retorno esperado do investimento; As aprovações dos Planos de Negócios pelas alçadas competentes; A ocorrência de perda de receita; O cumprimento do cronograma para entrada em operação do empreendimento; O quantitativo de empregados na Companhia e seu vínculo empregatício; O cumprimento do orçamento financeiro.	31.05.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
011.2016	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Controle de Estoques)	27	O trabalho realizado nos Almoxarifados de Jacarepaguá e Santa Cruz teve como escopo a verificação do(a): Inventário por amostragem dos itens em estoque, selecionados segundo os seguintes critérios: Almoxarifado de Jacarepaguá: Centro Logístico Jacarepaguá (CJCP): 10 itens de estoque no valor de R\$269.376,00, que corresponde a 37,51% do valor total deste centro, referente a itens com saldo acima de R\$5 mil. Centro Logístico Grajaú (CGJU): 15 itens de estoque no valor de R\$1.777.106,92, que corresponde a 74,08% do valor total deste centro, referente a itens com saldo acima de R\$ 17 mil. Almoxarifado de Santa Cruz: 17 itens de estoque no valor de R\$3.135.224,19, que corresponde a 35,06% do valor total deste centro, referente a itens com saldo acima de R\$28 mil. Condição de armazenagem do estoque e cumprimento das normas aplicáveis; Segurança dos bens e das instalações, bem como a existência de cobertura de seguro.	31.05.2016
012.2016	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A	Controle Patrimonial	39**	Evidenciar a efetiva ocupação e cessão dos imóveis das Vilas Residenciais da Usina de Mascarenhas de Moraes e Usina Luiz Carlos Barreto, por terceiros (pessoas alheias a Furnas), atendendo a solicitação da Eletrobras e denúncias registradas na Ouvidoria de Furnas. Verificar os registros contábeis dos imóveis na conta de imobilizado de Furnas.	31.05.2016
013.2016	Superintendência Jurídica – SJ.P	Gestão do Contencioso (Processo nº 0144980-89.1979.4.03.6100)	25	Valores registrados contabilmente como provisão para Contencioso. Processo de gerenciamento e acompanhamento das ações judiciais. Controles existentes para assegurar o correto registro dos valores depositados em decorrência de determinações judiciais. Pagamentos com o objetivo de assegurar que foram realizados em conformidade com as políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente.	31.05.2016
014.2016	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E	Gestão de Investimentos	23	Verificar o cumprimento dos procedimentos para o tratamento de resíduos, de acordo do a IN 005.2015; Constatar o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGR, nas seguintes unidades: SE Adrianópolis, SE Jacarepaguá e UTE Santa Cruz. Verificar a liberação de pagamento mediante ao efetivo cumprimento do cronograma	31.05.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				de execução dos Termos de Reciprocidade 9000001391 e 9000001392 firmados entre Furnas e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Análise do Investimento Corporativo - Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica- que corresponde a 5,85% do total orçado para o exercício de 2016.	
015.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Contábil (Lançamentos Manuais – CTB1) – SOx	8	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Contábil (Subprocesso: Lançamentos Manuais - CTB1) foram testados três controles.	31.05.2016
016.2016	Superintendência de Operações Financeiras – SF.F	Gestão de Empréstimos (Empréstimos e Financiamentos Obtidos – EMP2) – SOx	12	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Empréstimos e Financiamentos (Subprocesso: Empréstimos e Financiamentos Obtidos - EMP2) foram testados 12 controles.	31.05.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
017.2016	Superintendência de Comercialização de Energia – CE.N	Venda de Energia (Venda de Energia – REC1) – SOx	1	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Venda de Energia (Subprocesso: Venda de Energia - REC1) foram testados sete controles.	31.05.2016
018.2016	Superintendência de Operações Financeiras – SF.F	Gestão Financeira (Pagamentos – FIN3) – SOx	5	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Financeira (Subprocesso: Pagamentos - FIN3) foram testados 12 controles.	31.05.2016
019.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Contábil (Provisões – CTB5) – SOx	11	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de	31.05.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Contábil (Subprocesso: Provisões - CTB5) foram testados cinco controles.	
020.2016	Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F	Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE	39**	Verificar, por meio de questionário enviado a área e consolidação das respostas por validação documental, a adimplência da estrutura de gerenciamento, acompanhamento e avaliação do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE, com as atividades necessárias ao cumprimento da cláusula contratual designada "Das Obrigações da Controlada" (Furnas), conforme detalhado a seguir: Estrutura de gerenciamento, acompanhamento e avaliação do CMDE; Sistema de Informação para acompanhamento do CMDE e Responsável(is); Relatório Preliminar Mensal e Trimestral de Acompanhamento das Metas do CMDE; Empreendimentos e Orçamento Empresarial; Relatório Anual da Administração e Base de Dados onde são mantidos os projetos de investimento relacionados aos objetos sociais	30.06.2016
021.2016	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Pequeno Vulto, Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, Pregão Eletrônico e Gestão Contratual)	27	Análise dos processos de Pequeno Vulto, Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, Pregão Eletrônico e Gestão Contratual, efetuados na Gerência de Centro de Serviços Compartilhados Brasília – CSB.A e como base de teste o período de 01.07.2015 a 31.03.2016. Analise nos processos de aquisição no que tange a: requisição devidamente aprovada pela alçada competente; numeração dos documentos que compõem o processo licitatório; justificativas para emissão; pareceres jurídico e financeiro; valores propostos pelas licitantes; apresentação das Certidões; existência de publicações legais; aprovação do instrumento contratual; visita a empresas participantes do processo de Pequeno Vulto; garantias contratuais; termo de recebimento. Verificar no processo de contratação as cláusulas contratuais quanto: ao regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento; vigência; critérios de medição; data-base e	30.06.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				periodicidade do reajuste de preço; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução. Análise das duas últimas medições e a apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS. Os valores da análise foram extraídos do SAP/R3, o qual perfizeram o montante de R\$15.297.790,20, que representa 14,29% do total de R\$107.047.727,00.	
022.2016	Superintendência de Operações Financeiras – SF.F	Gestão Financeira (Recebimentos – FIN2) – SOx	4	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Financeira (Subprocesso: Recebimentos - FIN2) foram testados 10 controles.	29.07.2016
023.2016	Superintendência de Operações Financeiras – SF.F	Gestão Financeira (Disponibilidades – FIN1) – SOx	3	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Financeira (Subprocesso: Disponibilidades - FIN1) foram testados oito controles.	29.07.2016
024.2016	Superintendência de Comercialização de Energia – CE.N	Venda de Energia (Faturamento de Energia – REC2) – SOx	2	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras	29.07.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Venda de Energia (Subprocesso: Faturamento de Energia - REC2) foram testados 16 controles.	
025.2016	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A	Gestão da Folha de Pagamento (Folha de Pagamento – RHM1) – SOx	6	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão da Folha de Pagamento (Subprocesso: Gestão da Folha de Pagamento - RHM1) foram testados 12 controles.	29.07.2016
026.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Contábil (Reconciliação e Fechamento Contábil Mensal – CTB2) – SOx	9	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e	29.07.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Contábil (Subprocesso: Reconciliação e Fechamento Contábil Mensal - CTB2) foram testados quatro controles.	
027.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Contábil (Demonstrações Financeiras – CTB3) – SOx	10	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Contábil (Subprocesso: Demonstrações Financeiras - CTB3) foram testados sete controles	29.07.2016
028.2016	Superintendência Jurídica – SJ.P	Gestão de Contingências (Gestão do Contencioso – CTG1) – SOx	39**	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão de Contingências (Subprocesso: Gestão do Contencioso - CTG1) foram testados 20 controles.	29.07.2016
029.2016	Superintendência de Desenvolvimento de Novos	Gestão de Participação (Acomp. dos Invest.	14	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos	29.07.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
	Negócios – SN.N Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N	Permanentes – PTC1) – SOx		de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão de Participação (Subprocesso: Acompanhamento dos Investimentos Permanentes - PTC1) foram testados 17 controles.	
030.2016	Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N	Gestão de Participação (Gestão de Desempenho das SPE – PTC6) – SOx	14	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão de Participação (Subprocesso: Gestão do Desempenho das Sociedades de Propósito Específico (SPE) - PTC6) foram testados sete controles.	29.07.2016
031.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Tributária (IRPJ/CSLL, PIS/PASEP e COFINS – TBT1) – SOx	15	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos	29.07.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Tributária (Subprocesso: IRPJ/CSLL, PIS/PASEP e COFINS - TBT1) foram testados seis controles.	
032.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Tributária (Retenção na Fonte e INSS – TBT2) – SOx	16	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Tributária (Subprocesso: Retenção na Fonte e INSS - TBT2) foram testados nove controles.	29.07.2016
033.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Tributária (ICMS – TBT3) – SOx	17	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Tributária (Subprocesso: ICMS - TBT3) foram testados quatro controles.	29.07.2016
034.2016	Diretoria de Administração – DA	Benefício Pós-Emprego	39**	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna	29.07.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
		(Elaboração de Laudo Atuarial – PRC1) – SOx		em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Benefício Pós Emprego (Subprocesso: Elaboração de Laudo Atuarial - PRC1) foram testados cinco controles.	
035.2016	Superintendência de Comercialização de Energia – CE.N	Compra de Energia (Compra de Energia Curto Prazo – CPR2) – SOx	39**	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Compra de Energia (Subprocesso: Compra de Energia (Curto Prazo) - CPR2) foram testados sete controles.	29.07.2016
036.2016	Presidência – DP Diretoria de Finanças – DF Diretoria de Administração – DA	Entity Level (Atividades de Controle – ELC3) - SOx	22	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos	25.08.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo <i>Entity Level</i> (Subprocesso: Atividades de Controle -ELC3) foram testados três controles	
037.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A	Tecnologia (Operações de TI – TEC3) – SOx	21	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas:Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo de Tecnologia (Subprocesso: Operações de TI - TEC3) foram testados 20 controles.	25.08.2016
038.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A	Tecnologia (Gerenciamento de Mudança – TEC1) – SOx	18	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão de Tecnologia (Subprocesso: Gerenciamento de Mudanças - TEC1) foram testados 16 controles.	25.08.2016
039.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A	Tecnologia (Controle de Acesso Físico e de Ambiente	19	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos	25.08.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
		– TEC3) – SOx		de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão de Tecnologia (Subprocesso: Controle de Acesso Físico e de Ambiente - TEC2.1) foram testados nove controles.	
040.2016	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Gestão de Materiais (Compras – MAT3) – SOx	13	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo de Gestão de Materiais (Subprocesso: Compras - MAT3) foram testados 18 controles.	25.08.2016
041.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A	Tecnologia (Controle de Acesso Lógico – TEC2.2) – SOx	20	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de	26.08.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo de Tecnologia (Subprocesso: Controle de Acesso Lógico - TEC2.2) foram testados 39 controles.	
042.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão de Ativo Fixo (Controle Patrimonial – IMZ1) – SOx	7	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo de Gestão de Ativo Fixo (Subprocesso: Controle Patrimonial - IMZ1) foram testados 25 controles.	29.08.2016
043.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão de Ativo Fixo (<i>Impairment</i> e Contrato Oneroso – IMZ3) – SOx	39**	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas; Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo de Gestão de Ativo Fixo (Subprocesso: <i>Impairment</i> e Contrato Oneroso - IMZ3) foram testados cinco controles.	29.08.2016
044.2016	Superintendência de Planejamento	Gestão de Investimentos	23	Este trabalho de auditoria tem por escopo a Análise das	31.08.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
	e Engenharia da Manutenção – EM.O	(Investimentos em Geração)		Alterações de Ordem (Aditamentos) nº 01 a 08 do contrato nº 15.308 e nº 01 a 13 do contrato nº 15.309 firmados entre Furnas e Siemens Energy Inc.. Os Contratos foram firmados em 30.09.2004, têm vigência até 29.09.2017 e corresponde ao montante em dólar de US\$37.327.933,00 e US\$26.428.273,00, respectivamente. Foram analisados os seguintes itens: Regularidade do processo de dispensa e inexigibilidade de licitação; tempestivas publicações legais; atendimento às exigências das legislações vigentes e normas internas de Furnas; investimento corporativo dos Contratos de Manutenção dos Turbogeneradores 11 e 21 da UTE SANTA CRUZ - que compõem a Ação Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica.	
045.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Gestão Tributária (PIS/PASEP e COFINS)	26	Os exames compreenderam a verificação do processo de apuração e o recolhimento do PASEP e COFINS, seus riscos e respectivos controles associados conforme apresentado na matriz de objetivos de controle SOx, para o período compreendido entre janeiro de 2014 e maio de 2016, por amostragem, tendo sido selecionados 11 meses. Identificar as causas dos pagamentos de multas por atraso e/ou por erro quando do recolhimento desses tributos. Cabe ressaltar que está em curso, sob a responsabilidade da Superintendência Jurídica - SJ.P, processo administrativo referente a crédito tributário decorrente da cobrança de suposto não pagamento de PASEP e COFINS sobre receitas recebidas em razão do uso de rede elétrica de Itaipu e juros sobre capital próprio, do período compreendido de outubro de 2010 a março de 2012, com valor de causa estimado em R\$117 milhões, conforme registrado no sistema Themis. O escopo do nosso trabalho não abrangeu a análise do processo supracitado.	30.08.2016
046.2016	Superintendência Jurídica – SJ.P Superintendência de Tecnologia da Informação ST.A Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Inexigibilidade e Dispensa de Licitação)	27	Análise da Regularidade dos processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação vigentes em 2016, no que tange à:Requisição devidamente aprovada pela alçada competente; Justificativas para a contratação; Apresentação de atestado de exclusividade e/ou notória especialização; Existência de Pareceres Jurídico e Financeiro; Publicação no Diário Oficial; Regularidade Fiscal; e Resolução do Conselho de	30.09.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Administração – RCA/Proposta de Resolução de Diretoria - PRD e Resolução de Diretoria - RD.	
047.2016	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P	Auditoria Contínua (Horas-Extras e Sobreaviso)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores totais pagos a título de horas-extras garantindo a veracidade, legitimidade e integridade das informações utilizadas. Análise das quantidades de horas extras realizadas nos meses de janeiro de 2015 a agosto de 2016 para verificar o estrito cumprimento da Circular-Geral 025.09 de 08.05.2009 e do disposto nos arts. 59, 61 e 66 do Decreto-Lei nº 5.452 – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.	30.09.2016
048.2016	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P	Ações Sociais (Patrocínios)	31	Análise da regularidade dos processos de contratação por concorrência, de acordo com os normativos internos, e as exigências das legislações vigentes; Análise dos valores pagos em decorrência da prestação dos serviços nos contratos realizados pelas empresas ARCOS Propaganda Ltda., Fox Produções Ltda., Empresa Brasileira de Comunicação - EBC e Fundação Getúlio Vargas - FGV, bem como as devidas aprovações pelas alçadas competentes; Análise das seguintes cláusulas no contrato da empresa ARCOS Propaganda Ltda.: Quarta - Recursos Orçamentários; Quinta - Obrigações da Contratada; Sétima - Fiscalização e Aceitação; Oitava - Remuneração; Nona - Desconto de Agência; Onze - Liquidação e Pagamento de Despesas; Doze - Garantia de Execução Contratual.	24.10.2016
049.2016	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Controle de Estoques)	27	Trabalho realizado nos Almoxarifados das Usinas de Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia, Luiz Carlos Barreto e Mascarenhas de Moraes, teve como escopo a verificação dos seguintes tópicos: Testes de Existência (Sistema x Físico) dos itens em estoque, por amostragem, de forma a confrontar a informação do SAP com o encontrado fisicamente; Teste de Integridade (Físico x Sistema) dos itens em estoque, de forma a confrontar o quantitativo dos itens escolhidos fisicamente com a informação do SAP; Condição de armazenagem do estoque e cumprimento das normas aplicáveis; Segurança dos bens e das instalações, bem como a existência de cobertura de seguro, e Processo de desativação dos itens inservíveis e sua destinação.	31.10.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
050.2016	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Processo Licitatório (Concorrência)	27	Em razão do resultado da auditoria na CR.P, com a emissão do RAU.048.2016, efetuamos análise no processo de concorrência CO.GCM.A.00021.2014 vencido pela empresa ARCOS Propaganda Ltda., no que tange a: requisição devidamente aprovada pela alçada competente; numeração dos documentos que compõem o processo licitatório; justificativas para emissão; pareceres jurídico e financeiro; valores propostos pelas licitantes; apresentação das certidões; existência de publicações legais; aprovação do instrumento contratual; garantias contratuais.	10.11.2016
051.2016	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A	Cessão de Empregados	24	Análise, em base de teste, dos processos de cessão e renovação de cessão de empregados, atentando para os objetivos citados além da verificação da cobrança e dos respectivos recebimentos dos valores devidos pelas entidades cessionárias, no período de janeiro à setembro de 2016. As cessões de empregados perfazem um total de 74 processos, sendo 22 requisitados para Furnas, 32 cedidos e 20 anistiados. Foram selecionados 27 processos de cessão, representando 36% do total, distintos dos processos analisados quando da emissão do RAU 027.2015, de 21.12.2015.	24.11.2016
052.2016	Superintendência de Comercialização – CE.N Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F Superintendência de Contabilidade – SC.F Superintendência Jurídica – SJ.P	Receita Operacional (Outras Receitas Operacionais)	34	Abrangência dos trabalhos, com a análise e avaliação a base de teste: Dos seis contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST), selecionamos para análise os dois maiores, que perfazem o valor de R\$ 88.141.346,62, que correspondem a 95,88% do total de R\$ 91.930.118,44. Dos 22 contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), selecionamos para análise seis que perfazem o valor de R\$ 3.169.456,38, que correspondem a 65,34% do total de R\$ 4.851.016,34. Para a receita de transmissão, avaliamos: Existência de processo formal definido que assegure a Furnas o controle sobre os valores decorrentes da gestão dos contratos de transmissão; Glosas sofridas nas receitas de Furnas identificando a existência de processos de contestação dos mesmos, ou justificativas devidamente aprovadas pelas alçadas competentes; Garantias do pagamento dos encargos; Atendimento às exigências das	30.11.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				legislações vigentes para contratação no âmbito público e normas internas de Furnas. e inadimplências – Base 30.06.2016	
053.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Tecnologia da Informação (Contratos de TI)	35	Análise dos controles de gestão técnica e administrativa quanto ao gerenciamento de serviços e gestão de soluções de TI, efetuados na ST.A, tendo como base de teste o período de 01.04.2016 a 31.07.2016; Análise da qualificação técnica dos colaboradores das empresas contratadas, dos laudos técnicos, das guias de recolhimento de INSS e FGTS referente às medições analisadas. Verificação do atendimento às cláusulas contratuais quanto: ao regime de execução ou a forma de fornecimento; ao preço e às condições de pagamento; à vigência; aos critérios de medição; à data-base e periodicidade do reajuste de preço; às garantias oferecidas para assegurar sua plena execução; acordo de nível de serviço e acordo de confidencialidade. Os contratos selecionados para análise totalizaram R\$62.223.753,59, que representa 56,47% do total de R\$110.182.387,54 dos contratos TI, conforme apresentado no SAP/R3.	30.11.2016
054.2016	Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SN.N	Gestão de Participações (Participações em Sociedades)	33	O escopo definido por Furnas visa complementar o trabalho efetuado pela Auditoria Interna da COPEL. Análise do Processo de Gestão da SPE (MSG) no tocante: Ao atendimento às recomendações do Manual de SPE da Eletrobras; Aos aportes realizados no exercício de acordo com o Plano de Negócio, os percentuais correspondentes e se estão corretamente contabilizados; As aprovações dos Planos de Negócios pelas alçadas competentes; Aos mecanismos de apuração do retorno esperado do investimento; Ao cumprimento das obrigações contratuais, relacionadas aos empréstimos/financiamentos, suas condições, prazos, e valores; Ao quantitativo de empregados na Companhia e seu vínculo empregatício, a terceirização de atividades fim e a composição do quadro de pessoal.	27.12.2016'
055.2016	Diretoria de Finanças – DF	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens,	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DF e nas superintendências e assessorias subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP	
056.2016	Superintendência de Contabilidade – SC.F	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados SC.F e nas gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
057.2016	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações – DN	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DN, superintendências e assessorias subordinadas no período de 01.01.2014 a 15.12.2016 conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DA e nas superintendências e assessorias subordinadas, no	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
058.2016	Diretoria de Administração – DA	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DA e nas superintendências e assessorias subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
059.2016	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados ST.A e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP	27.12.2016
060.2016	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados CS.A e gerências	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
061.2016	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na RH.A e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
062.2016	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GS.A e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
063.2016	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DE e nas superintendências e assessorias subordinadas, no período de	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
064.2014	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados SE.E e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
065.2016	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados GA.E e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
066.2016	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados SI.E e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016,	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
067.2016	Presidência – DP	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DP e superintendências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
068.2016	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na CR.P e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
069.2016	Superintendência Jurídica – SJ.P	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na SJ.P e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016,	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP	
070.2016	Diretoria de Operação e Manutenção – DO	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados DO e superintendências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registradas na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
071.2016	Superintendência de Planejamento e Engenharia da Manutenção – EM.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na EM.O e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
072.2015	Superintendência de Operação – SO.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na SO.O e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016,	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
073.2016	Superintendência de Produção Sudeste – PS.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na PS.O e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
074.2016	Gerência de Produção Vitória – GRV.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRV.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP	27.12.2016
075.2016	Gerência de Produção Rio – GRR.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRR.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
076.2016	Gerência de Produção Nova Iguaçu – GRN.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRN.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
077.2016	Gerência de Produção Paraná – GRP.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRP.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
078.2016	Gerência de Produção São Roque – GRQ.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRQ.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
079.2016	Gerência de Produção São Paulo – GRL.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRL.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
080.2016	Superintendência de Produção Oeste – PO.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na PO.O e gerências subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
081.2016	Gerência de Produção Triângulo Mineiro – GRT.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRT.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	
082.2016	Gerência de Produção Goiás – GRG.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRG.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP	27.12.2016
083.2016	Gerência de Produção Brasília – GRB.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRB.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016
084.2016	Gerência de Produção Minas – GRM.O	Auditoria Contínua (Reembolso de Despesas sem Comprovação)	38	Permitir a visão integral sobre o comportamento dos valores pagos a reembolso de despesas sem comprovação, conforme definido no item 3 do Anexo III – Despesas de Viagens, Outros Compromissos e Despesas sem Comprovação da Instrução Normativa IN. 019.85 – Rev. 31 de 28.06.2016. Identificação dos valores pagos a título de despesas sem comprovação aos funcionários lotados na GRM.O e divisões subordinadas, no período de 01.01.2014 a 15.12.2016, conforme registrados na transação ZWF100 (Relatório de Pagamentos) – Tipo de Despesa PE04 – Reembolso de Refeição/Condução Urbana Sem Prestação de Contas no módulo FI do Sistema Integrado de Gestão – SAP/ERP.	27.12.2016

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
085.2016	Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N	Pesquisa & Desenvolvimento (Gestão Contratual)	30	Análise do Projeto de P&D ANEEL "Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Linhas de Transmissão em Ultra Alta Tensão" - Projeto LabUAT, formado pelas empresas Furnas Centrais Elétricas S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, e como Entidade Parceira, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL. Análise do Projeto no que tange a: Aprovações do projeto pelas alçadas competentes; Prestação de contas dos valores recebidos em face a legislação vigente; Cumprimento do cronograma estipulado no projeto; Processo de gerenciamento do projeto; Aportes realizados pelas empresas participantes e Plano de Trabalho apresentado	29.12.2016

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna - AD

* Atividade referente ao PAINT 2015

** Atividade não prevista no PAINT 2016

A Auditoria Interna mantém um controle de recomendações pendentes de implantação, com base nos prazos estabelecidos nos Relatórios de Auditoria, avaliando mensalmente o *status* de cada uma, a partir da data de emissão do mesmo. Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos em sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

Os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados mensalmente ao Conselho Fiscal de Furnas e ao Diretor da área envolvida e, anualmente, através do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Das 132 não conformidades identificadas nos trabalhos realizados, 80 (61%) estão regularizadas e 50 (38%), pendentes de implantação da recomendação, porém ainda dentro do prazo para resposta, e 2 (1%) pendentes de implantação da recomendação com prazo vencido.

5.8 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A apuração de possíveis irregularidades praticadas por empregados da Empresa é realizada por meio de Sindicância Disciplinar, cuja instauração se dá por determinação da Diretoria Executiva mediante iniciativa de um de seus membros ou de acordo com as várias formas estabelecidas na IN. 014.2015.

Para conduzir qualquer processo de investigação da natureza acima descrita, são indicados três membros, todos funcionários da Empresa. Quanto a prazos e desdobramentos das recomendações das comissões, estes são supervisionados pelo Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF).

Os processos em curso durante o exercício de 2016 estão listados no item 18 (Relatório de instância ou área de correição) deste Relatório.

É importante ressaltar que a investigação de atos de pessoas jurídicas sob suspeita de serem lesivos a Furnas é atribuição da Comissão Executiva de Correição (CEC), conforme detalhado no item 9.3 deste Relatório.

Quanto ao sistema CGU-PAD, este ainda não se encontra em utilização em Furnas. As informações sobre sindicâncias são mantidas em uma planilha "excel", a qual contém todas as informações significativas sobre cada caso. Ainda que a planilha não substitua o sistema CGU-PAD, esta vem cumprindo a finalidade de manter a CGU informada sobre o andamento dos casos. No momento, como o sistema exige treinamento e capacitação, e o CAOEF não dispõe de pessoal capacitado para atendimento a essa demanda, está sendo travada discussão interna visando encontrar solução para o caso até o final do exercício, após a reestruturação organizacional de Furnas.

5.9 Gestão de riscos e controles internos

Em Furnas, os riscos são identificados pelos gestores do risco (*Risk Owners*), que determinam qual fator de risco deve ser priorizado. O registro desses KRIs (fatores de risco) é realizado identificando, mesmo que de forma qualitativa, seu impacto ou sua magnitude em valores financeiros, relativos ao faturamento da Empresa, sua probabilidade de ocorrência e a vulnerabilidade da Empresa face esse evento crítico de risco.

A vulnerabilidade é obtida a partir da aferição do grau de implantação dos controles e seus pesos relativos associados ao processo de mitigação do risco.

A operacionalização do sistema de avaliação, medição e monitoramento das ações de mitigação e acompanhamento dos diversos controles estabelecidos pela Empresa é realizada de forma descentralizada, onde a principal fonte de informação é o *Risk Owner*.

A Metodologia da Gestão Dinâmica dos Riscos Corporativos (GDRC) utilizada por Furnas permite uma avaliação dinâmica do grau de exposição ao risco corporativo, permitindo que a Empresa realize ajustes e atinja suas metas de redução de tal exposição. As medidas de mitigação de riscos são implementadas através de controles e/ou ações que reduzirão a exposição a riscos da companhia, logo, quanto maior for o grau de mitigação, mais preparada a Empresa estará caso ocorra um evento de risco e mais próxima estará de sua exposição residual, ou seja, aquela após a total implementação de controles e ações mitigatórias possíveis.

Anualmente é realizada nova avaliação junto ao *Risk Owner* de cada Evento de Risco, para reavaliação dos controles implantados, com a finalidade de se obter a continuidade da mitigação dos riscos.

Para 2017, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 (doze) eventos de riscos que foram aprovados pela Diretoria Executiva, para análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte, conforme demonstrado abaixo:

PILAR	CATEGORIA	EVENTO DE RISCO
Estratégico	Fatores Externos	Risco Hidrológico
	Imagem	Patrocínio, Convênios e Doações
Financeiro	Administração de Fundos e Bens da União	Fundos de Pensão
	Crédito	Captação de Recursos
Operacional	Gestão de Pessoas	Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal
	Segurança Patrimonial	Segurança Patrimonial
	Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC)	Gestão da Informação
	Socioambiental	Controles Ambientais
	Geração	Revisão Tarifária na Geração
	Transmissão	Revisão Tarifária na Transmissão
	Engenharia e Construção	Gestão de Obras
Conformidade	Reporte	Demonstrações Contábeis e Financeiras

Os sistemas de controles internos da Empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs no nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. No ano de 2016, foram selecionados 30 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de

Recursos Humanos, Gestão Financeira, Compra e Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Benefício Pós-emprego e Controles em Nível de Entidade.

Quadro A.5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes: A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Superintendência de Gestão Conformidade e Riscos. Com relação à Lei Sarbanes Oxley (SOx), e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos, em que o Presidente e o Diretor Financeiro da Eletrobras devem certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos independentemente da avaliação executada pelos auditores externos, foi realizada a avaliação dos Controles Internos da Administração pela Auditoria Interna, juntamente com a Consultoria Deloitte, contratada pela Eletrobras para o exercício de 2016. Cabe esclarecer que os procedimentos e instruções operacionais referidos na avaliação 5 dizem respeito ao corporativo como um todo, e não apenas a atividades de Operação e Manutenção (O&M), visto que estas, pelo grau de exigência técnica e regulatória que lhe é associado, encontram-se padronizadas e postas em documentos formais, em nível de excelência.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					
Fonte: Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos – GRI.P					

5.10 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro A.5.10.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração						
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)			
	Início	Fim	Média mensal	Total	Abono especial*	Total no Exercício
FLAVIO DECAT DE MOURA	15/02/2011	31/07/2016	4.235,24	29.646,68		29.646,68
FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI	25/04/2008	29/02/2016	4.235,24	8.470,48		8.470,48
SAMUEL ASSAYAG HANAN	01/08/2016		4.588,18	21.176,20	1.764,68	22.940,88
RICARDO MEDEIROS	01/08/2016		4.588,18	21.176,20	1.764,68	22.940,88
JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO	05/08/2011	31/07/2016	4.235,24	29.646,68		29.646,68
LEONARDO DOS SANTOS PESSOA	01/05/2015	30/04/2016	4.235,24	16.940,96		16.940,96
ARMANDO CASADO DE ARAÚJO	01/08/2016		4.588,18	21.176,20	1.764,68	22.940,88
VLADIMIR MUSKATIROVIC	02/04/2010	31/07/2016	4.235,24	29.646,68		29.646,68
FRANCISCO DE ASSIS LEME FRANCO	11/05/2016	14/07/2016	3.529,37	7.058,73		7.058,73
EDVALDO LUIS RISSO	01/03/2016	31/07/2016	4.235,24	21.176,20		21.176,20
FELIPE SOUSA CHAVES	01/05/2016		4.588,18	33.881,92	2.823,49	36.705,41
WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR	01/08/2016		4.588,18	21.176,20	1.764,68	22.940,88
Conselho Fiscal						
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)			
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício	Abono especial*	Total no Exercício
FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS	01/05/2012		4.235,24	50.822,88	4.235,24	55.058,12
SONIA REGINA JUNG	02/04/2010	30/04/2016	4.235,24	16.940,96		16.940,96
TICIANA FREITAS DE SOUSA	16/06/2011	18/05/2016	4.235,24	21.176,20		21.176,20
RODRIGO VILELLA RUIZ	01/05/2016		4.235,24	33.881,92	2.823,49	36.705,41
GUILHERME FURST	19/05/2016		4.235,24	29.646,68	2.470,56	32.117,24
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A						

*Abono especial pago aos conselheiros ativos no final do exercício seguindo orientação do DEST – Remuneração dos membros de órgãos estatutários das estatais de 12/11/2013.

Quadros A.5.10.2 - Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	6	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.157.550,88	3.117.154,46
a) salário ou pró-labore	2.450.428,86	2.912.513,75
b) benefícios diretos e indiretos	381.137,96	89.349,29
- Ticket refeição	62.424,52	58.046,29
- Auxílio Creche/Reembolso Educacional	0,00	13.303,00
- Auxílio Moradia	66.700,00	18.000,00
- Ajuda Custo Transferência pela nomeação	252.013,44	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00
d) outros (Férias)	325.984,06	115.291,42
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	3.157.550,88	3.117.154,46
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A		

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	271.055,34	303.130,92
a) salário ou pró-labore	271.055,34	303.130,92
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	271.055,34	303.130,92
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A		

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	161.997,93	150.656,16
a) salário ou pró-labore	161.997,93	150.656,16
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	161.997,93	150.656,16
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A		

Quadro A.5.10.3- Remuneração Variável dos Administradores

Identificação do Órgão: Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Órgão: Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho fiscal		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2016	2015
I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00
<i>a) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>b) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>d) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	0,00
<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
III – Total (I + II)	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		

5.11 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Furnas submete-se a auditoria independente contábil, com periodicidade trimestral (três primeiros trimestres do ano) e anual (ao final do exercício), com o objetivo de atendimento a divulgação de sua Controladora, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como obrigatoriedade constante na Lei 11.638/2007.

A contratação é efetuada pela própria Eletrobras e visa atender a todo o Grupo de empresas do Sistema, possuindo alternância de empresa de auditoria a cada cinco anos e regras em relação à proibição de que a empresa contratada para a auditoria independente seja contratada também para outros serviços, como contabilidade, consultoria na área de administração, etc.

5.14 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista com capital fechado, sendo controlada pela Eletrobras, que detém 99,56% do capital social da Companhia.

As ações de Furnas quando negociadas, se dão em mercado de balcão, ambiente privado, de forma bilateral, onde uma delas é obrigatoriamente acionista, não sendo de conhecimento de Furnas valores e formas de pagamentos pactuados entre o acionista vendedor e o comprador.

Quadro A.5.14 – Participação acionária de membros de colegiados

Posição: 31.12.2016			
1 - Conselho de Administração			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
	-	-	-
2 - Diretoria			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO	500	500	1.000
3 - Assistentes de Diretoria, Superintendentes, Gerentes de Departamento e de Divisão			
NOME	Quantidade		
	ON	PN	TOTAL
ANDRE ROBERTO SPITZ	500	500	1.000
FERNANDO BARRETO REZENDE	1		1
HAROLDO BATULI RICARDO	500	500	1.000
JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DE MORAES	500	500	1.000
JOSE VICENTE FORTINI	1	1	2
LUIZ ANTONIO CABRAL MONTEIRO	500	500	1.000
LUIZA MARIA DE SOUZA CARIJO	500	500	1.000
MARCO ANTONIO FERNANDES DA COSTA	1		1
MARCUS VINICIUS VAZ	498	500	998
MARIO MARCIO ROGAR	500	500	1.000
PAULO ROBERTO GOMES	1	-	1
RICARDO CARNEIRO GURGEL NOGUEIRA	500	500	1.000
RODRIGO FIGUEIREDO SORIA	2	-	2
SERGIO WILSON FERRAZ FONTES	1	-	1
Fontes: Gerência de Centro de Relacionamento e Controle - CRC.A, Divisão de Empréstimos e Financiamentos - DEFI.F			

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

- Composição da força de trabalho

Quadro A.6.1.1.1 - Força de trabalho

Força de Trabalho da UPC				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	3508	306	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		3.508	306	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3.487	303	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		21	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.135	3.508	306	20
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.				

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2015 e 2016, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

- Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.6.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.225	2.283
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.212	2.275
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	13	8
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.225	2.283
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.		

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2015 e 2016, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Quadro A.6.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	26	24	15
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		26	24	15
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	327	0	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		327	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	353	24	18
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.				

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2015 e 2016, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

- Política de capacitação e treinamento do pessoal**

Ver Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados em Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos a seguir.

- Despesas associadas à manutenção do pessoal**

Ver item 6.1.2 a seguir.

- Irregularidades na área de pessoal

Quadro A.6.1.1.4 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2016	2015	2014		
ADMINISTRADOR	28	32	35		7
ADVOGADO	19	23	27		4
AJUD DE TECNICO	1	1	2		0
ANALISTA DE SISTEMAS	31	34	35		3
ARQUITETO	2	2	3		0
ARQUIVISTA	3	3	3		0
ASCENSORISTA	2	3	3		1
ASSESSOR DE COMUNICACAO	1	2	2		1
ASSESSOR DE SUPRIMENTOS	1	1	1		0
ASSESSOR TECNICO	174	194	218		21
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	169	190	220		20
ASSISTENTE DE TECNICO	71	79	90		4
ASSISTENTE SOCIAL	8	9	10		0
AUX DE ADMINISTRACAO	9	9	11		0
AUX DE MANUTENCAO	16	20	34		1
AUX DE PROC DE DADOS	1	1	1		0
AUX DE TECNICO	25	26	34		1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3	3	6		0
BIOLOGO	3	6	7		3
BOMBEIRO HIDRAULICO	0	0	1		0
COMANDANTE DE AERONAVE	1	1	1		0
CONTADOR	5	7	11		2
DENTISTA	0	0	1		0
DESENHISTA	0	0	1		0
DESENHISTA PROJETISTA	1	1	1		0
ECONOMISTA	2	4	5		2
ELETR DE LTR	17	18	18		0
ENC DE PRODUCAO	5	5	5		0
ENFERMEIRO	6	6	6		0
ENGENHEIRO	83	86	98		4
ENGENHEIRO AGRONOMO	2	2	3		0
ESP EM MAN ELETROEL	3	4	4		1
ESP EM MAN ELETROM	13	13	13		0
ESTATISTICO	0	1	1		1
GRAFICO	3	5	5		2
MARCENEIRO	1	1	2		0
MEC DE MAQ E VEICULOS	2	2	2		0
MEDICO	7	7	8		0
MOTORISTA	19	20	21		1
NUTRICIONISTA	1	1	1		0
OPER SIST ELETR E TELECOM	3	6	6		3
OPERADOR DE COMPUTADOR	0	0	1		0
OPERADOR DE GUINDASTE	1	1	1		0
OPERADOR DE HSE	67	70	72		1
OPERADOR DE MAQ DE TERRAPL	0	0	1		0
OPERADOR DE TERMEL	4	4	5		0
PEDREIRO	1	1	2		0
PROFESSOR DE EDUC FISICA	0	0	1		0

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2016	2015	2014		
PROGRAMADOR	3	3	3		0
QUIMICO	2	2	3		0
QUIMICO ANALISTA	1	1	1		0
SECRETARIA	2	5	5		3
SERVENTE	1	1	1		0
SOCIOLOGO	0	2	2		2
SUPERV DE PRODUCAO	1	1	1		0
TEC DE CONTABILIDADE	0	0	0		0
TEC DE LABOR CLINICO	2	2	2		0
TEC DE NIVEL MEDIO	191	199	209		14
TEC DE SEG DO TRABALHO	16	16	18		1
TEC EM PROC DE DADOS	23	23	25		0
TECNICO DE ENFERMAGEM	9	10	11		1
TECNICO ESPECIALIZADO	1	2	2		1
TELEFONISTA	0	3	3		3
TOPOGRAFO	3	3	3		0
ZELADOR	1	1	2		0
Total	1.070	1.178	1.330	0	108
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A					

Quadro A.6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066.

Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta, ainda, do acordo o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 234 terceirizados com início de lotação anterior a 21.12.1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2016, foram desligados 333 terceirizados, tanto por meio de acordo individual como por motivos diversos, atingindo a meta de forma antecipada (aproximadamente 25% do total inicial de 1.305). Da mesma forma, iniciaram-se as convocações, tendo já sido convocados 563 concursados. O acompanhamento dos desligamentos e convocações efetivamente realizados pode ser verificado no quadro a seguir:

Ano	Não efetivos anteriores a dez/93 a serem efetivados ⁽¹⁾		Não efetivos após dez/93 a serem substituídos		Concursados de 2009 a serem convocados	
	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2012			-	40 ⁽³⁾	-	238
2013			-	139	110	29
2014			130	12	110	19
2015			196	142	110	277
2016			196	27	110	272
2017			391		110	
2018			392		-	
Total	234 ⁽²⁾		1.305	360	550	835

(1) O termo terceirizado utilizado nos Acordos Judiciais pactuados no âmbito do Mandado de Segurança STF 27.066 foi substituído por não efetivos para manter a coerência com informações prestadas anteriormente.

(2) 26 não efetivos anteriores a dez/93 se desligaram.

(3) 40 saídas = 36 desligamentos em 2012 + 4 desligamentos realizados retroativamente.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

- Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los

Ver item 6.1.3 a seguir.

- Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade;

Quadro A.6.1.1.6 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2016										
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	51	79	1451	1215	582	115	15	3508
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	51	79	1451	1215	582	115	15	3508
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	4	95	219	31	4	353
1.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	26	0	0	0	26
1.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	4	69	219	31	4	327
3. Totais (1+2)	0	0	51	79	1455	1310	801	146	19	3861
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 - Analfabeto;										
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;										
3 - Ensino Fundamental incompleto;										
4 - Ensino Fundamental;										
5 - Ensino Médio ou Técnico;										
6 - Ensino Superior;										
7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;										
8 - Mestrado;										
9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;										
10 - Não Classificada.										
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.										

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2015 e 2016, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Quadro A.6.1.1.7 - Qualificação da força de trabalho quanto à idade

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2016						
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					Total
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
1. Provimento de Cargo Efetivo	138	908	1018	1127	317	3508
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	138	908	1018	1127	317	3508
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	59	125	135	33	353
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	8	8	4	26
2.3. Funções Gratificadas	0	54	117	127	29	327
3. Totais (1+2)	139	967	1143	1262	350	3861
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.						

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2015 e 2016, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

- **Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.**

Absenteísmo:

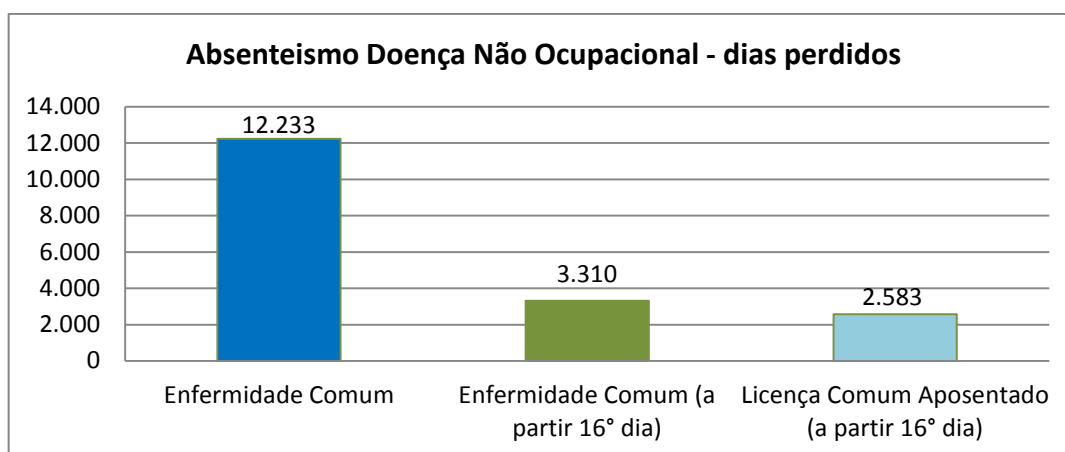
1) Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Na tabela a seguir, estão sendo considerados os empregados efetivos e contratados mão de obra direta.

Quadro A.6.1.1.8 - Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Absenteísmo Doença Não Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade Comum	4.525	12.233
Enfermidade Comum (a partir 16º dia)	49	3.310
Licença Comum Aposentado (a partir 16º dia)	48	2.583
Total	4.622	18.126
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		



Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- **Caminhadas e Corridas de Rua**

Objetivo: Estimular a prática regular de exercícios físicos, a fim de promover a saúde dos colaboradores, com adoção/manutenção de hábitos saudáveis, promoção da integração e socialização da força de trabalho.

Resultados:

Corrida de rua: 46 eventos - 1.406 inscrições

Caminhadas: 8 eventos - 538 inscrições

- **Atividades físicas (sala de condicionamento, ginástica laboral, oficinas esportivas, torneios de integração)**

Objetivo: Condicionar os eletricitas e brigadistas para exercerem suas funções/atividades. Promover também a melhoria da saúde dos colaboradores identificados com alguma disfunção no perfil

nosológico e para aqueles que apresentam problema no condicionamento físico, estimulando a prática regular de exercícios e a adoção de hábitos saudáveis.

Resultados:

Sala de condicionamento físico: 947 colaboradores/mês

Ginástica laboral: 22 colaboradores/mês

Oficina esportiva: 339 colaboradores/mês

Torneio de integração: 5 torneios no ano com participação de 388 colaboradores

- Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química

Objetivo: Dar suporte aos colaboradores que são dependentes químicos (álcool, drogas e outras substâncias tóxicas) a partir de um programa multidisciplinar de acompanhamento. Trabalhando preventivamente, a dependência química é desmitificada e tratada como doença, oferecendo apoio ao colaborador e à família. Consequentemente, reduz o absenteísmo causado por doenças correlacionadas, evitando acidentes e licenças médicas frequentes, aumentando a produtividade, além de impactar no clima organizacional.

Resultado: 113 inscritos (colaboradores e dependentes)

- Campanha de Vacinação

Objetivo: Reduzir a incidência de gripe, imunizando preventivamente os colaboradores e reduzindo o absenteísmo, pois esta é uma das principais causas de afastamento.

Resultado: Não aconteceu em 2016, devido a falta de vacina no mercado.

- Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária, Fotografia etc)

Objetivo: Promover a integração e valorização aos colaboradores, despertando o interesse por alguma atividade cultural e desenvolvendo alguns aspectos do comportamento (comunicação, segurança para falar em público, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e gerenciamento do estresse) que interferem na construção de um ambiente saudável e seguro.

Resultado: 453 inscrições/participações

- Sobremesa Cultural

Objetivo: Aumentar a satisfação e promover a integração dos colaboradores em apresentações artísticas (teatro, cinema e música) que acontecem na hora do almoço, no Escritório Central e Áreas Regionais.

Resultado: 16 apresentações artísticas com platéia de 723 colaboradores

- Festival Solte a Voz

Objetivo: Integrar, valorizar e promover a cultural musical entre a força de trabalho de Furnas.

Resultado: 51 colaboradores inscritos

- Grupo de Gestantes

Objetivo: Sensibilizar e proporcionar momentos de reflexão às grávidas a partir de encontros para troca de experiências, informações e orientação sobre educação, saúde materno-infantil e sensibilização sobre a paternidade responsável, atendendo à política de equidade de gênero desenvolvida na Empresa

Resultado: 1 grupo com 7 participantes

- Atividades Alternativas de Relaxamento

Objetivo: Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu, pilates e oficinas anti-estresse).

Resultado: 1.512 participantes

Yoga: 40/mês

Pilates: 57/mês

Shiatsu: 119/mês

- Convênios

Objetivo: Proporcionar aos colaboradores opções para a busca e manutenção de hábitos biopsicossociais saudáveis. Os convênios são firmados com creches, escolas, cursos diversos, faculdades, clubes, hotéis, academias, spas e agências de turismo/ intercâmbio, lojas e restaurantes.

Resultado: 248 instituições /estabelecimentos conveniados

- Arte do Meio Dia

Objetivo: Motivar os colaboradores que desenvolvem trabalho artístico (cantores, bandas, músicos, atores de teatro etc), oferecendo espaço, infraestrutura e divulgação para uma apresentação, no horário de almoço, para a força de trabalho nas dependências de Furnas.

Resultado: 4 eventos com plateia de 400 colaboradores

- Galeria C

Objetivo: Estimular, valorizar e motivar os colaboradores, desenvolvendo talentos artísticos dentro do quadro funcional, com exposições fotográficas ou pinturas, em um espaço que é dedicado às artes visuais. Além do Escritório Central, as exposições percorrem áreas de São Paulo e Brasília.

Resultado: 6 exposições com 1.989 visitantes

- Colônia de Férias

Objetivo: Promover a satisfação dos colaboradores, oferecendo atividades lúdicas e de entretenimento para os dependentes dos colaboradores no período de férias escolares.

Resultado: 8 colônias com 320 participantes

- Energizando Talentos

Objetivo: Promover palestras e ações recreativas para filhos de colaboradores, mostrando a importância do uso de EPI (equipamento de proteção individual), apontando os riscos do trabalhos/atividades dos seus pais, para que eles possam estimular, mobilizar e cobrar o uso do EPI.

Resultado: 4 eventos com 120 participantes

- Natal Solidário

Objetivo: Promover, junto à Empresa, os valores essenciais para a prática coletiva da solidariedade para com a força de trabalho terceirizada, com o apadrinhamento dos filhos desses colaboradores, a partir da doação de roupas e brinquedos por ocasião do Natal.

Resultado: 133 crianças beneficiadas

- Triátlon/Duátlon

Objetivo: Estimular os colaboradores à prática de esportes e divulgar a marca da Empresa.

Resultado: 1 evento com 140 participantes

- Projeto Saúde do Viajante

Objetivo: Orientar os empregados sobre prevenção, riscos e cuidados que devem ser tomados em áreas endêmicas.

Resultado: Foram orientados a procurar o posto de saúde a fim de tomarem a vacina de febre amarela e foram imunizados em Furnas com as vacinas Anti tetânica e Hepatite 228 colaboradores.

- Doação de Sangue

Objetivo: Estimular os empregados a um gesto voluntário, solidário, altruísta e humanitário, valorizando as relações humanas, reconhecendo as necessidades do outro e salvando vidas. O evento é aberto a colaboradores e visitantes.

Resultado: 2 eventos

* 1º semestre: 298 cadastros e 241 coletas

* 2º semestre: 264 cadastros e 217 coletas.

- Programa Anual de Treinamento (PAT)

Objetivo: Promover a capacitação da força de trabalho por meio de treinamentos de Segurança do Trabalho e Saúde, em cumprimento aos requisitos legais e Instruções Normativas.

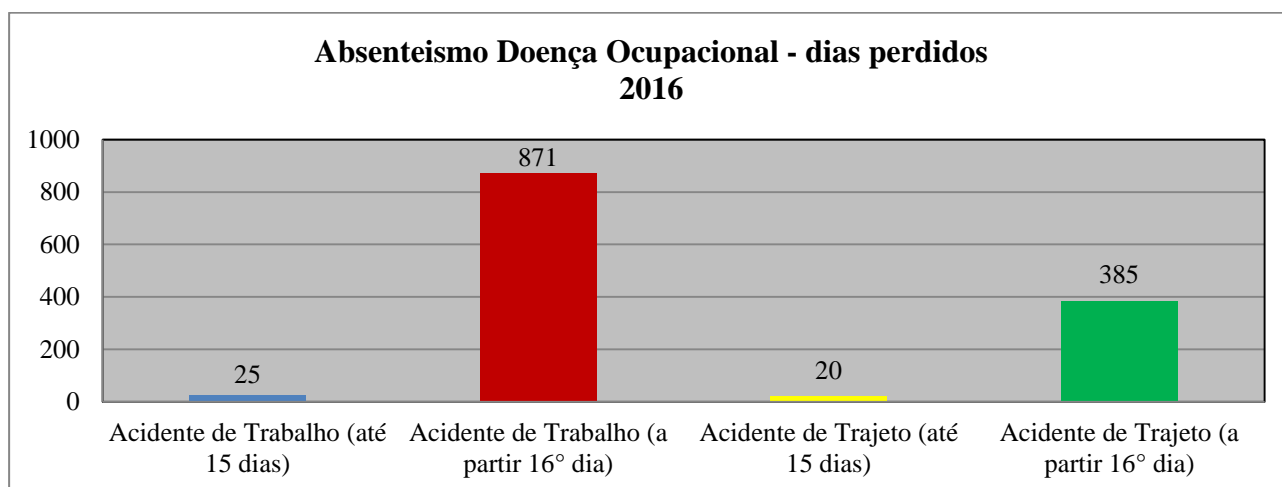
Resultado: 200 treinamentos e 3.148 colaboradores treinados

2) Absenteísmo Doença Ocupacional

Considera-se doença ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2016, não foram registrados casos de doença ocupacional.

Quadro A.6.1.1.9 - Absenteísmo Doença Ocupacional

Absenteísmo Doença Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	3	25
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	8	871
Acidente de Trajeto (até 15 dias)	2	20
Acidente de Trajeto (a partir 16º dia)	5	385
Total	21	1301
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A		



Nota: O registro de dias perdidos é decorrente da ausência do empregado em função do acidente de trabalho.

Em 2016, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- **Certificação de Operadores**

Objetivo: Assegurar que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (Norma Inmetro NIE.DINQP.014). São avaliadas as condições de saúde física e mental dos operadores por meio de exames médicos, entrevistas e testes psicológicos. É uma contribuição significativa para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelas empresas que compõem a Rede de Operação.

Foram certificados 639 operadores.

- **Treinamento em Suporte Básico de Vida**

Objetivo: Ensinar os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem os primeiros socorros em caso de acidente. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

Foram realizados 25 treinamentos e capacitados em média 13 colaboradores por treinamento.

- **Capacitação Física para a Função**

Objetivo: Programa que tem por objetivo desenvolver ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida.

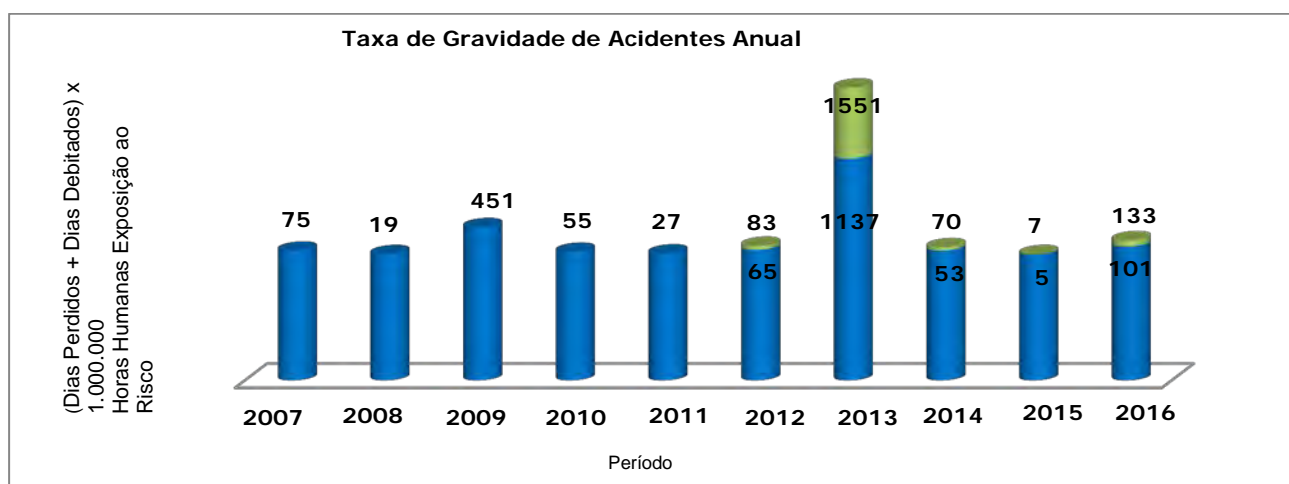
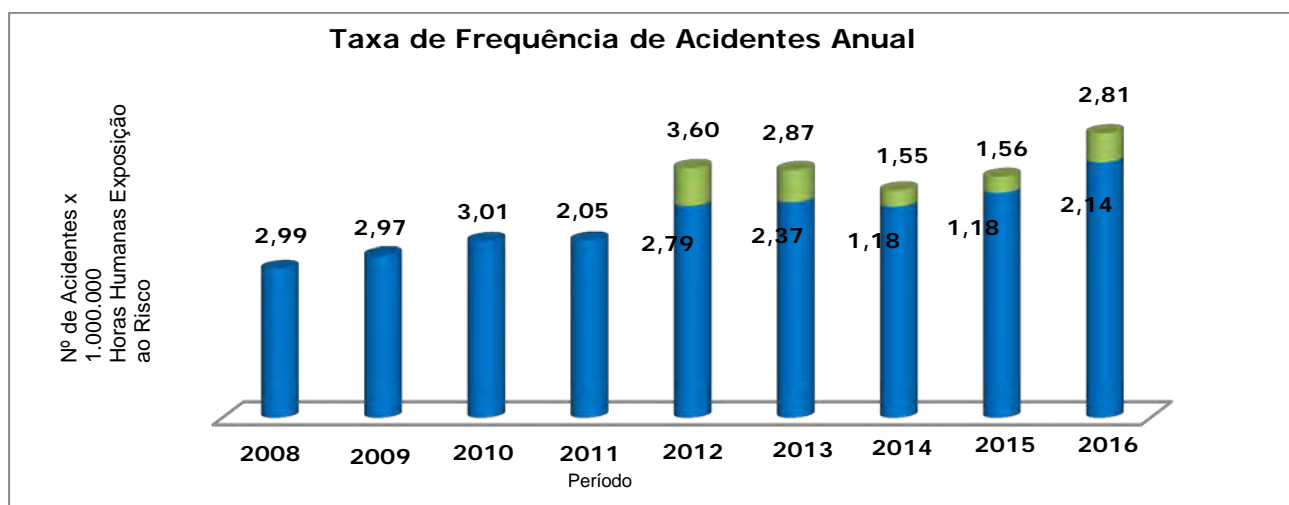
Foram capacitados em média 146 colaboradores por mês.

- **Programa de Avaliação Psicológica em Atividade de Risco**

Objetivo: Consiste na inclusão da avaliação psicológica no exame periódico para empregados em atividade de risco (opcional). Em 2016, será estendida a todos os empregados, com o objetivo de avaliar o nível de estresse e possibilitar o acompanhamento da saúde emocional dos mesmos.

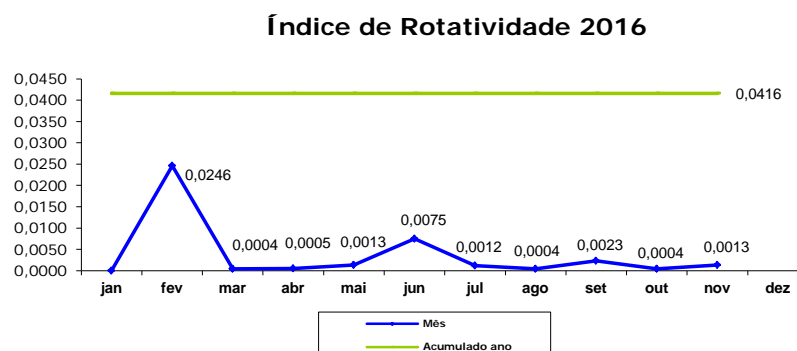
Foram avaliados 1.800 colaboradores que atuam em área de risco.

Acidentes de Trabalho



A partir de 2012, o número de horas trabalhadas é padronizado em 167 horas homem mês nas empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas homem anual / 12 meses, conforme NBR 14280.

Índice de Rotatividade (turnover)



$$\frac{(\text{total de admissões} + \text{total de demissões}) / 2}{\text{n}^{\circ} \text{ inicial de empregados}}$$

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2016, Furnas deu continuidade à capacitação de seus empregados com ações educacionais e de Gestão do Conhecimento elencadas no Plano Global de Aprendizagem.

A estruturação do Plano Global de Aprendizagem contempla ações relativas a sete eixos de capacitação:

- Relativas às Estratégias de Negócio;
- Iniciativas do PRO-Furnas;
- Específicos das Áreas de Negócio;
- Saúde e Segurança do Trabalho;
- Formação Básica dos Empregados – PDI;
- Formação das Lideranças;
- Idiomas que apoiam o negócio de Furnas.

Além disso, demos prosseguimento à construção de Trilhas de Aprendizagem como ferramenta de planejamento da formação dos empregados vinculadas aos processos de trabalho.

No exercício, foram realizados eventos que vão desde cursos técnicos de curta duração a cursos de longa duração, como por exemplo: Cursos de especialização, Pós-Graduação e MBA.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos e a média de horas de treinamento por participante em 2016, discriminadas por categoria funcional e gênero:

Resultados 2016				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
1003	3.581	7.690	49.401	70%

Cargo/Gênero	Média de Horas por Participante
Gerencial feminino	36,12
Gerencial masculino	74,61
Nível superior feminino	52,00
Nível superior masculino	36,66
Sem nível superior feminino	16,70
Sem nível superior masculino	14,02

Continuamos com a implantação de iniciativas de Gestão do Conhecimento, visando reter na Empresa os conhecimentos necessários para que esta alcance suas metas estratégicas e alavanque o crescimento profissional de seus empregados. Podemos citar as seguintes iniciativas:

- Abertura de novas Comunidades de Prática, Bases de Conhecimentos e criação de novos Fóruns de Discussão para atender as demandas da empresa;
- Continuidade do Programa de Repasse de Conhecimentos;
- Continuidade dos programas de Gestão do Conhecimento: Mentor, Educador Corporativo e Multiplicador de GC;
- Lançamento de nova plataforma que reúne as iniciativas de GC de forma integrada e participativa – IBM Connections.

Resultados de Gestão do Conhecimento em 2016

Iniciativas de Gestão do Conhecimento	Número de Participações
Comunidades de Prática	9.998
Bases de Conhecimento	293
Fóruns de Discussão	2.699
Meu Perfil (Banco de Especialistas)	5.127
Total	18.117

Programa de Repasse de Conhecimentos (PRC)

O PRC apoia diretamente os empregados que participam de programas de incentivo ao desligamento, de mobilidade interna e de cursos de longa duração no exterior.

Programa de Repasse de Conhecimentos	
Planos de Repasse de Conhecimento realizados	579
Total de Horas Gastas em Repasse de Conhecimentos	288.866

Quadro A.6.1.1.10 - Indicadores de Recursos Humanos

<u>Indicador</u>	<u>Fórmula</u>	<u>Índice Acumulado 2016</u>	<u>Referência (Dezembro/2016)</u>
<u>Participantes em ações educacionais</u>	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	68,88%	14,33%
<u>Participação de Gerentes em ações educacionais</u>	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	45,10%	19,61%
<u>Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)</u>	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$103,49	R\$54,42
<u>Custo de ação educacional por empregado treinado</u>	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$ 1.438,70	R\$ 1.495,22
<u>Carga horária média por participação</u>	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participações em ações educ.}}$	6,46	23,52
<u>Carga horária média por participantes</u>	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participante em ações educacionais}}$	13,90	27,47
<u>Carga horária média por empregados</u>	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Número de empregados}}$	9,57	3,94
<u>Percentual de Iniciativas de GC Implantadas</u>	$\frac{\text{Número de Iniciativas Previstas}}{\text{Número de Iniciativas implantadas}}$	88	88
<u>Nível de Maturidade de Furnas em relação a Gestão do Conhecimento</u>	<u>Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa</u>	2	2
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A			

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

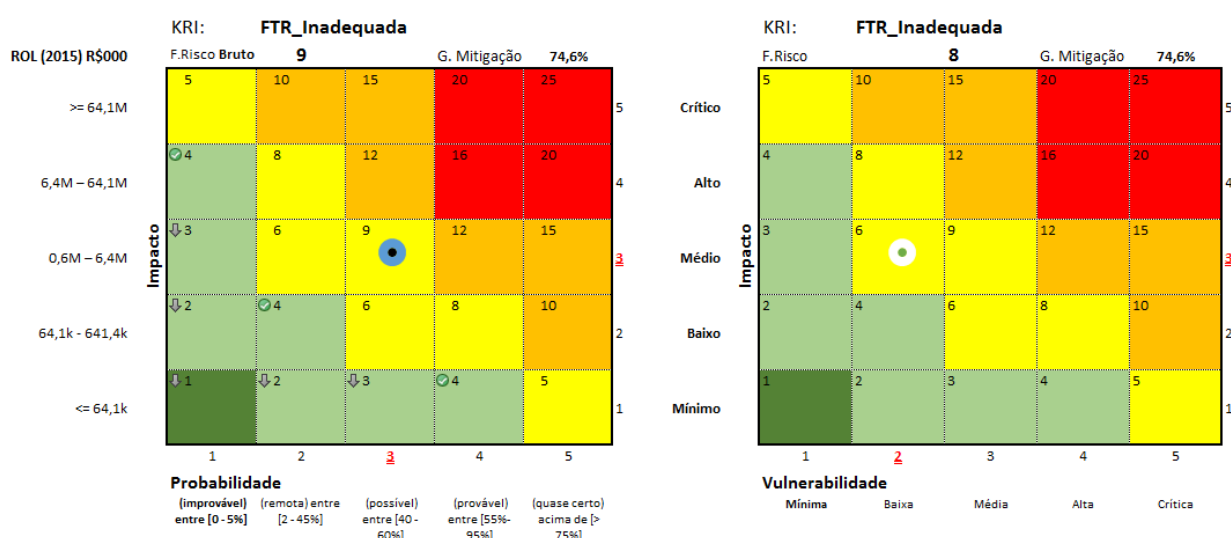
Quadro A.6.1.2 – Despesas do pessoal

Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	367.678.863,72	0,00	49.084.642,92	210.576.740,19	14.215.260,48	45.467.520,22	40.148.312,65	0,00	0,00	727.171.340,18
	2015	314.474.220,79	0,00	41.428.232,84	185.281.798,05	13.481.820,76	46.471.232,91	44.835.537,92	0,00	0,00	645.972.843,27
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	4.061.773,44					669.583,68	1.399.388,98			6.130.746,10
	2015	3.640.864,27					600.196,77	1.254.374,58			5.495.435,62
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015										
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A											

- Foram disponibilizados em 2016, na Intranet, relatórios corporativos que permitem a qualquer empregado da Empresa consultar as Unidades Organizacionais que estão carentes de pessoal para visualizar se o perfil desejado pela Unidade Organizacional é compatível com o seu perfil;
- Foi disponibilizado, também em 2016, um sistema de alocação dos empregados na Força de Trabalho de Referência - FTR. Além de permitir a alocação, o referido sistema possibilita ao gestor identificar os empregados que estão aderentes ou não ao perfil desejado na sua Unidade Organizacional. O gerente possui toda a informação para orientar a carreira do seu subordinado para que ele se desenvolva na própria área ou em outra área mais adequada ao perfil do empregado.

➤ **Inadequação FTR** - Dimensionamento inadequado da necessidade de pessoal da Companhia;



O Impacto do fator de risco FTR_Inadequada – Dimensionamento inadequado da necessidade de pessoal da Companhia, em ambos os mapas é Médio, significando que uma materialização do risco acarreta perdas setorializadas que afetam moderadamente a rentabilidade da Empresa e/ ou comprometem de forma passageira a sua imagem. No primeiro mapa a Probabilidade de ocorrência é Média. No segundo mapa a Vulnerabilidade é Baixa, o que significa que mais da metade dos controles estão implementados.

No ano de 2016 os planos de ação foram atualizados de acordo com as atividades realizadas pela área gestora:

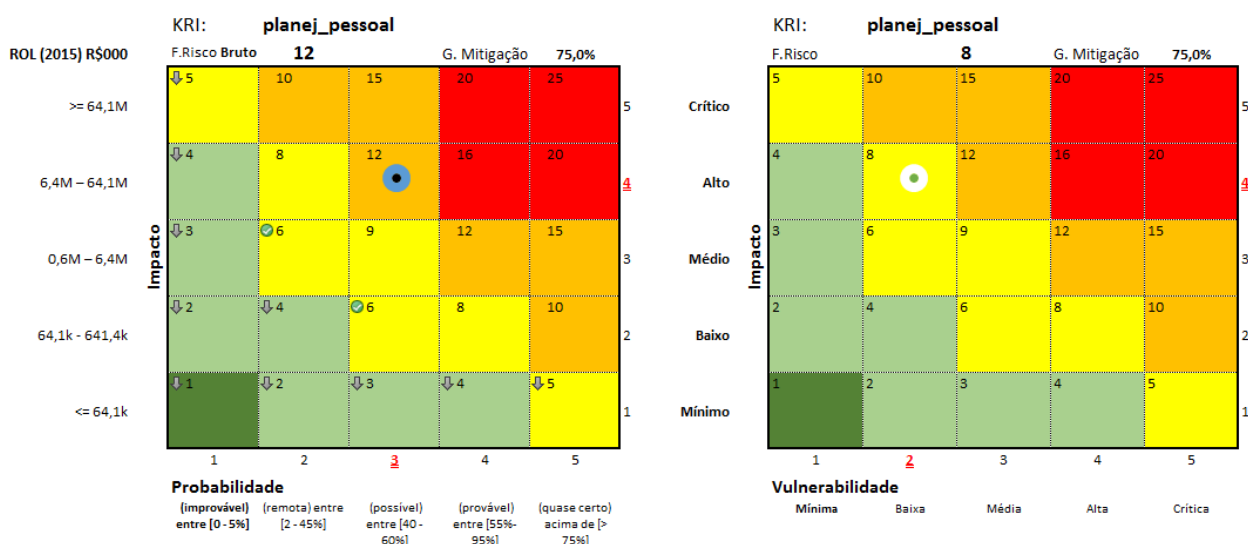
Plano de Ação:

- Os conceitos e regras para a transferência de pessoal estão documentados e divulgados no portal RH. Este documento será a base para revisar a norma de transferência de pessoal;
- Toda e qualquer transferência só é implementada com a anuência das Unidades Organizacionais envolvidas e com a autorização do RH, que verifica a necessidade de pessoal da Unidade Organizacional de destino e se o perfil do empregado é compatível com a FTR;
- As transferências são realizadas por meio do programa de Mobilidade Interna, com exceção dos casos de readaptação profissional ou nos casos em que os diretores envolvidos acordem que uma

determinada transferência é importante para o desenvolvimento do trabalho de uma determinada Unidade Organizacional;

- A Força de Trabalho de Referência – FTR, desde sua implantação, não sofreu grandes alterações, apenas alguns ajustes de perfil com o objetivo de refinar o qualitativo. Está prevista para 2017 uma reestruturação organizacional que acarretará a necessidade de revisar toda a FTR.

- **Planejamento Pessoal** - Inexistência de um planejamento para renovação do quadro funcional.



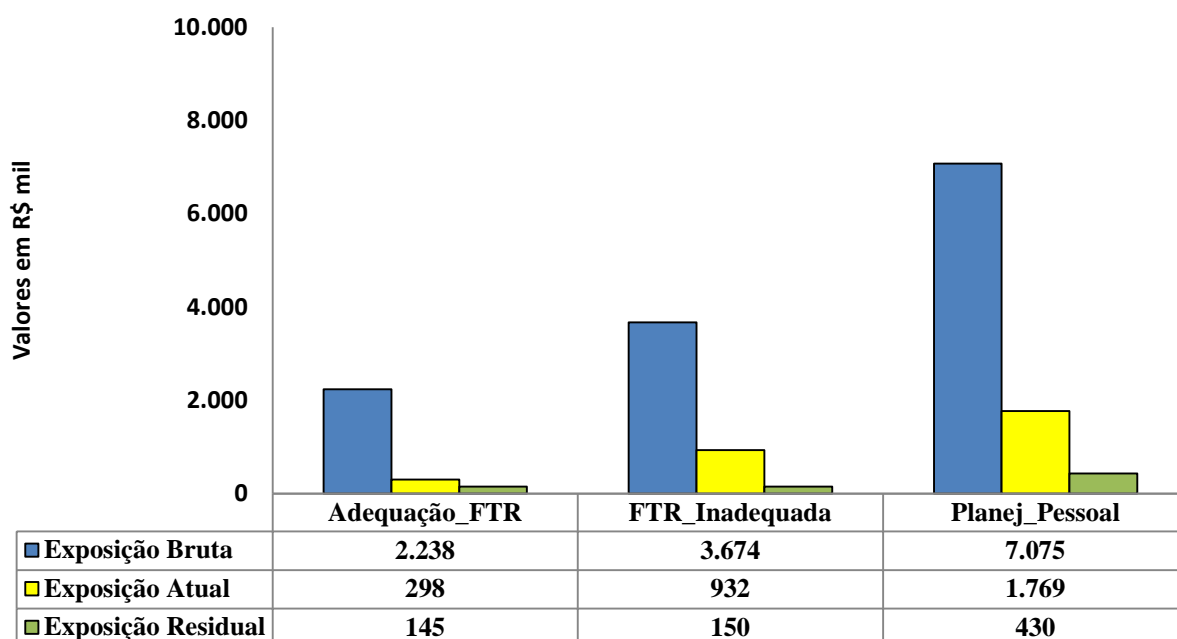
O Impacto do fator de risco Planej_Pessoal – Inexistência de um planejamento para renovação do quadro funcional, em ambos os mapas é Alto, significando que uma materialização do risco acarreta perdas acentuadas e/ou gera desgastes à sua imagem, impactando os resultados da Empresa. No primeiro mapa, a Probabilidade de ocorrência é Média. No segundo mapa, a Vulnerabilidade é Baixa, o que significa que mais da metade dos controles estão implementados.

No ano de 2016, os planos de ação foram atualizados de acordo com as atividades realizadas pela área gestora:

Plano de Ação:

- Em função dos acordos abrangidos pelo Mandado de Segurança – MS 27066, o Concurso Público realizado em 2009 teve sua vigência prorrogada até 2017, o que impossibilita a Furnas a realização de novo concurso;
- Está em fase de aprovação, junto ao Ministério de Planejamento, o Plano de Aposentadoria Extraordinário – PAE, elaborado e proposto pela *Holding*, que abrangerá todas as empresas do grupo Eletrobras.

Exposição ao risco do evento Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal



Para o fator de risco Adequação_FTR, a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 2,238 milhões. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 298 mil, ou seja, houve redução de aproximadamente 87% da exposição inicial. Caso sejam implantados mais controles pode se chegar à Exposição Residual, de R\$ 145 mil, que é o risco mínimo que ainda permanece após a implementação de todos os controles.

Para o fator de risco FTR_Inadequada, a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 3,674 milhões. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 932 mil, ou seja, houve redução de aproximadamente 75% da exposição inicial. Caso sejam implementados mais controles, pode-se chegar à Exposição Residual, de R\$ 150 mil, que é o risco mínimo que ainda permanece após a implementação de todos os controles.

Para o fator de risco Planej_Pessoal, a Exposição Bruta, antes da implantação de qualquer controle, era de R\$ 7,075 milhões. Com a implantação de controles, foi reduzida para R\$ 1,769 milhões, ou seja, houve redução de aproximadamente 75% da exposição inicial. Caso sejam implantados mais controles, pode-se chegar à Exposição Residual, de R\$ 430 mil, que é o risco mínimo que ainda permanece após a implementação de todos os controles.

Inventário do mapeamento realizado do Evento de Risco Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal.

Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal				
Evento de Risco	Vulnerabilidade	Valores em R\$ Mil		
	Grau de Mitigação	Exposição Bruta	Exposição Atual	Exposição Residual
Totais	79%	12.987	2.999	725

O evento de risco Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal, antes da implantação dos controles, apresentava uma Exposição Bruta de R\$ 12,987 milhões. Com a implantação dos controles, esta foi reduzida para uma Exposição Atual de R\$ 2,999 milhões. Com a implantação de novos controles, pode-se chegar a uma Exposição Residual de R\$ 725 mil.

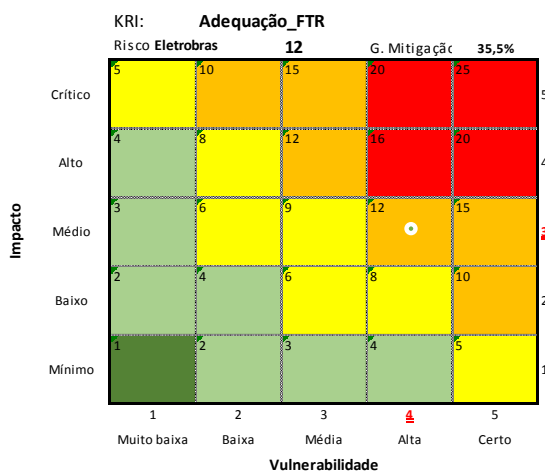
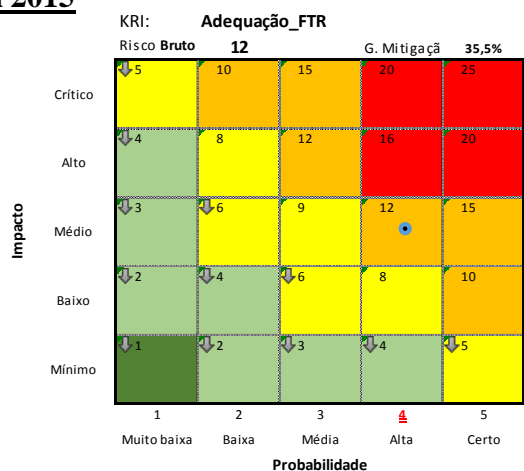
Comparativo entre as análises 2015 e 2016 para o Evento de Risco Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal

Efeito das ações de mitigação:

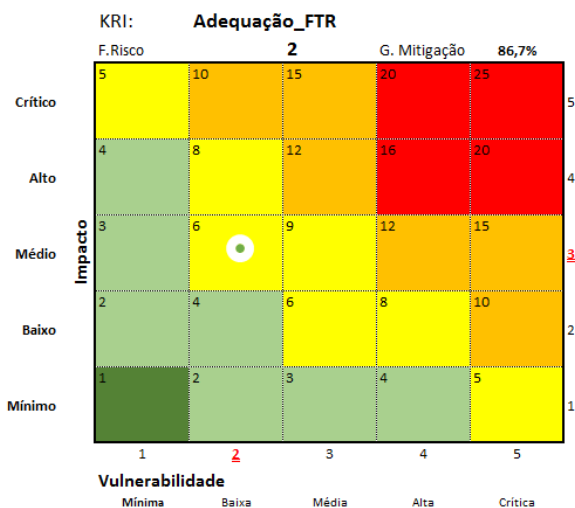
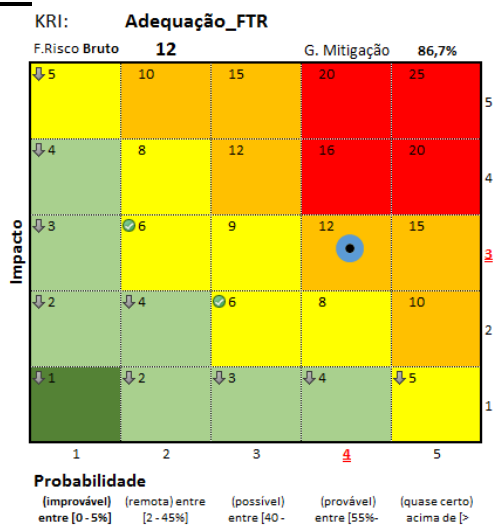
1) Para o Fator de Risco Adequação _FTR

No Mapa Térmico Impacto x Probabilidade, não houve alteração para a posição do risco, mas, no Mapa Térmico Impacto x Vulnerabilidade, houve redução do Escalar da Vulnerabilidade de 4 para 2, com a posição do risco passando de Alto para Médio.

Em 2015



Em 2016

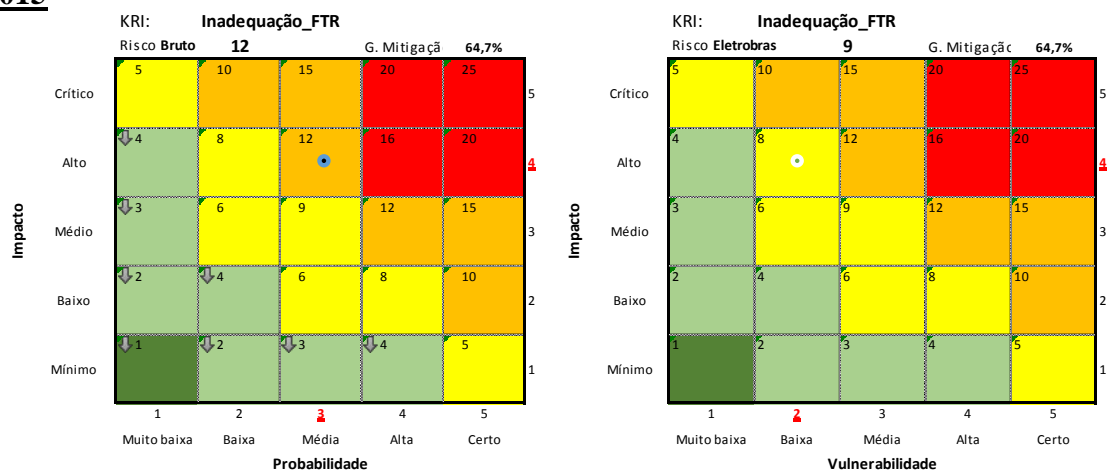


O Grau de Mitigação, entre os dois períodos, aumentou de 35,5% para 86,7%.

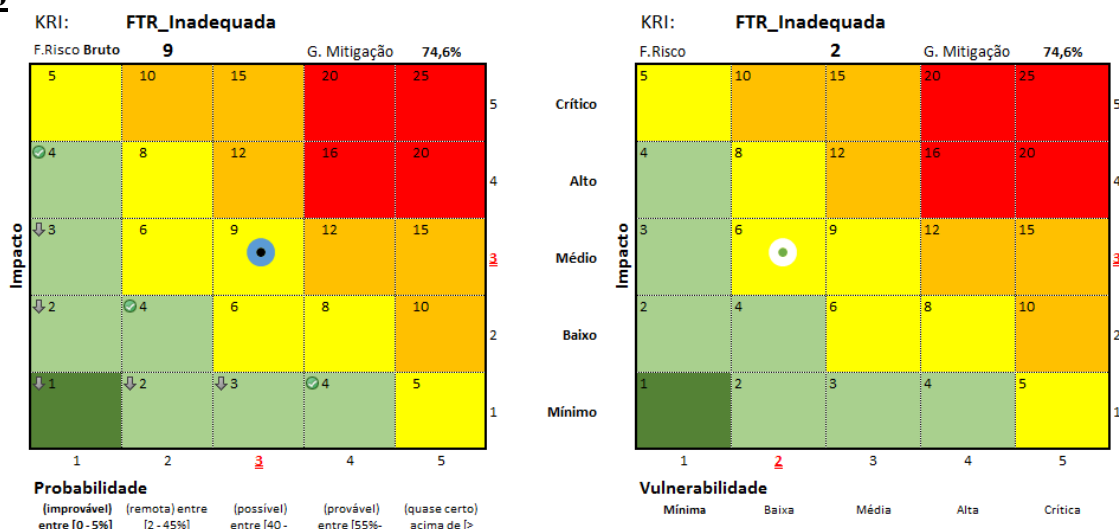
2) Para o Fator de Risco FTR_Inadequada

Com a redução do valor do Impacto, houve alteração em ambos os mapas do Escalar do Impacto, de 4 para 3. No Mapa Térmico Impacto x Probabilidade, a posição do risco passou de Alto para Médio e, no Mapa Térmico Impacto x Vulnerabilidade, a posição do risco continuou em Médio, mas o produto dos escalares passou de 8 para 6.

Em 2015



Em 2016

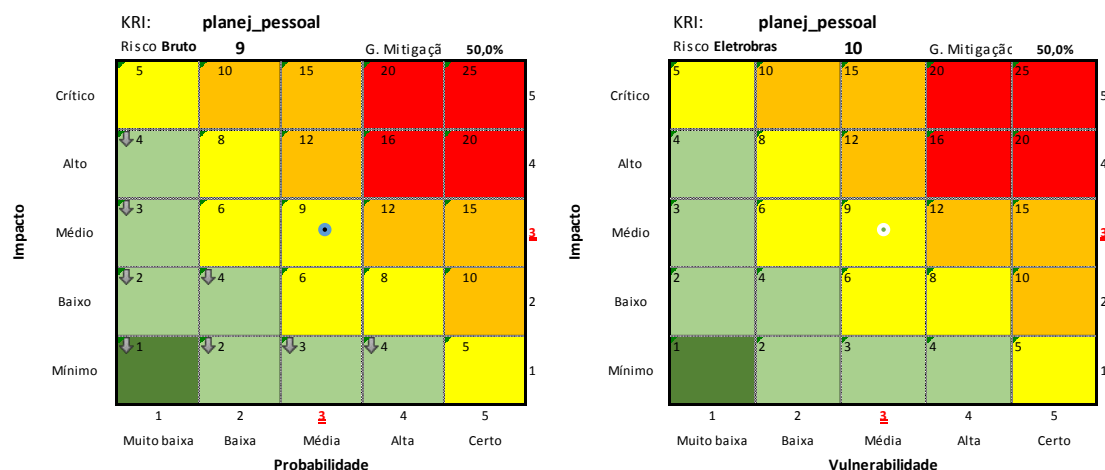


O Grau de Mitigação, entre os dois períodos, aumentou de 64,7% para 74,6%.

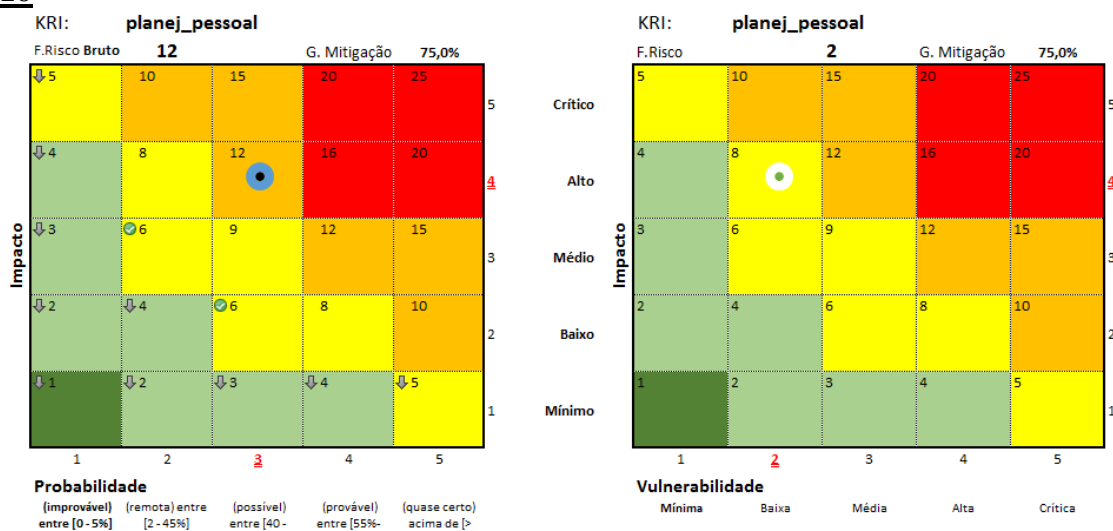
3) Para o Fator de Risco Planej_pessoal

Com a reavaliação do valor do Impacto, houve alteração em ambos os mapas do Escalar do Impacto, de 3 para 4. No Mapa Térmico Impacto x Probabilidade, a posição do risco passou de Médio para Alto e, no Mapa Térmico Impacto x Vulnerabilidade, a posição do risco continuou em Médio, mas o produto dos escalares passou de 9 para 8, pois o Escalar da Vulnerabilidade, com as ações de mitigação, foi reduzido de 3 para 2.

Em 2015



Em 2016



O Grau de Mitigação, entre os dois períodos, aumentou de 50,0% para 75,0%.

6.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

- **Identificação da entidade fechada de previdência:**

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social - FRG

- **Visão gerencial dos valores envolvidos:**

- i. Quantidade de servidores contemplados:**

Dois planos (Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD) administrados pela FRG com um total de 12.917 participantes. Veja a seguir a distribuição:

Plano de Benefício Definido			
Filiados	FURNAS	Eletronuclear	Total
Ativos	1.065	360	1.425
Aposentados	6.191	650	6.841
Pensionistas	1.571	73	1.644
Autopatrocinado	3	3	6
Benefício Proporcional Diferido	44	13	57
Total	8.874	1.099	9.973
Plano de Contribuição Definida			
Filiados	FURNAS	FRG	Total
Ativos	2.567	192	2.759
Aposentados	78	27	105
Pensionistas	28	3	31
Autopatrocinado	16	8	24
Benefício Proporcional Diferido	14	11	25
Total	2.703	241	2.944
Fonte: Gerência de Estatística e Atuária - FRG			

- ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora:**

O valor das contribuições do Plano BD foi de R\$ 12.437.446,55, enquanto que no Plano CD foi de R\$ 36.330.717,85, totalizando R\$ 48.768.164,40. Ver maiores detalhes no Anexo IV - Contribuições dos participantes e da patrocinadora.

- iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses:**

A patrocinadora repassou o montante de R\$ 48.090.944,97 para cobertura das Despesas Administrativas.

- **Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, quando houver;**

Não houve.

- **Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver;**

Ainda não finalizado até esta data.

De acordo com a Portaria Previc nº 465, de 29 de setembro de 2016, a Fundação Real Grandeza foi classificada no Perfil I, cujo prazo, dado pela Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015, para envio das demonstrações contábeis, pareceres e manifestação do Conselho Deliberativo vai até 31 de julho do exercício social subsequente ao ano de referência.

- **Conclusões do último estudo atuarial.**

Segundo os Pareceres da MERCER (Ver anexo V – Estudo Atuarial), para o Plano de Benefício Definido – BD – Em 08/03/17:

“Certificamos que o Plano BD da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2016, no entanto o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.”.

Para o Plano de Contribuição Definida – CD – Em 28/03/17:

“Certificamos que o Plano CD da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social está equilibrado dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.”

- **Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no Art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.**

Dentro do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) são consideradas algumas atividades de fiscalização da patrocinadora Furnas na Fundação Real Grandeza – FRG, cujo escopo no ano de 2016 se ateve às atividades constantes do Relatório de Auditoria Interna – RAU 006.2016, concluído em 29 de fevereiro de 2016. Podemos destacar as seguintes verificações efetuadas:

- Rentabilidade apurada no período de janeiro a julho de 2015 face às metas estipuladas pela Política de Investimentos para o exercício de 2015, bem como o cumprimento da meta atuarial para remuneração dos investimentos;
- Analisou o cumprimento das determinações emanadas pelos órgãos gestores da Fundação Real Grandeza, bem como pelos órgãos de fiscalização interno e externos;
- Verificou a realização do recadastramento total dos participantes e assistidos da Real Grandeza, a exatidão, consistência e atualização das informações cadastrais;
- Analisou a gestão de contratos de prestação de serviços, face aos normativos da Real Grandeza, legislações vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

A Auditoria Interna de Furnas constatou a necessidade de melhoria de processos e/ou normativos internos recomendando à diretoria executiva da FRG suas implementações.

Além disso, a Diretoria Executiva aprova regularmente o orçamento da Fundação Real Grandeza – Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Para o ano de 2016 a Diretoria de Furnas aprovou o orçamento da FRG, conforme ata 2878^a da Reunião Extraordinária de Diretoria (RDE) realizada em 10 de março de 2016, complementada pela Resolução de Diretoria nº 009/2966 de 05 de julho de 2017 (Ver Anexo VI – Aprovação do Orçamento 2016 FRG).

6.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/02/2017	12	12					Ativo Prorrogado
2010	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/01/2010	16/03/2017	14	14					Ativo Prorrogado
2011	L	O	8000004060	03.342.141/0001-80	20/04/2011	30/04/2016	18	18					Encerrado
2011	V	O	8000004251	00.914.430/0001-19	21/07/2011	31/05/2016	9	9					Encerrado
2011	L	O	8000004259	09.583.222/0001-59	01/07/2011	01/07/2016	24	24					Encerrado
2011	L	O	8000004408	03.342.141/0001-80	01/09/2011	30/04/2016	21	21					Encerrado
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	22/09/2011	31/05/2017	54	54					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/02/2017	29	29					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005353	64.860.087/0001-07	27/03/2012	12/08/2017	12	12					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005404	05.576.482/0001-46	16/08/2012	23/05/2016	36	36					Encerrado
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	13/04/2012	19/03/2017	53	53					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005549	39.750.831/0001-16	01/10/2012	10/04/2017	4	4					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005576	66.700.295/0001-17	05/10/2012	31/05/2016	48	48					Encerrado
2012	L	O	8000005716	39.750.831/0001-16	30/10/2012	30/04/2016	89	89					Encerrado
2012	V	O	8000005808	66.700.295/0001-17	03/12/2012	03/12/2016	10	10					Encerrado
2013	L	O	8000006053	72.073.920/0001-06	08/02/2013	30/01/2017	46	46					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000006057	01.863.518/0001-11	08/11/2012	28/02/2017	4	4					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	15/04/2013	24/10/2017	20	20					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006267	08.572.749/0001-05	16/05/2013	28/02/2017	7	7					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006354	07.863.853/0001-04	23/05/2013	23/05/2016	13	13					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006361	09.167.445/0001-35	30/05/2013	19/06/2017	21	21					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006539	31.276.470/0001-06	04/09/2013	30/09/2017	24	24					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006890	03.342.141/0001-80	13/12/2013	31/08/2016	27	27					Encerrado
2013	L	O	8000006704	07.993.467/0001-29	11/11/2013	10/11/2016	11	11					Encerrado

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	8000006713	10.213.136/0001-33	01/11/2013	03/01/2017	3	3					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007001	04.231.640/0001-63	08/02/2014	22/05/2016	15	15					Encerrado
2014	L	O	8000007232	10.413.205/0001-52	05/05/2014	10/04/2017	37	37					Ativo Prorrogado
2014	L	O	8000007249	06.305.533/0001-68	02/06/2014	10/07/2016	12	12					Encerrado
2014	L	O	8000007258	07.386.731/0001-66	01/06/2014	31/05/2016	7	7					Encerrado
2014	L	O	8000007359	07.990.946/0001-91	24/07/2014	23/05/2016	6	6					Encerrado
2013	V	O	8000006881	00.332.087/0009-51	30/12/2013	29/12/2017	29	29					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007030	08.562.228/0001-87	24/02/2014	25/02/2018	12	12					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007059	03.372.304/0001-78	01/03/2014	31/05/2017	44	44					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007294	03.372.304/0001-78	20/06/2014	31/05/2017	10	10					Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007316	08.562.228/0001-87	25/06/2014	19/06/2017	8	8					Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000008151	08.562.228/0001-87	28/04/2015	19/06/2017	34	34					Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000007555	31.546.484/0001-00	01/10/2014	30/09/2016			1	1			Encerrado
2015	V	O	8000007947	09.167.445/0001-35	10/02/2015	10/02/2017	8	8					Ativo Normal
2015	V	O	8000008363	01.863.518/0001-11	04/05/2015	03/05/2017	42	42					Ativo Normal
2015	L	O	8000008574	03.342.141/0001-80	18/11/2015	17/11/2017	34	34					Ativo Normal
2015	L	O	8000007377	06.305.533/0001-68	22/07/2014	10/04/2017	5	5					Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000007914	06.305.533/0001-68	01/01/2015	10/07/2016	20	20					Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000007510	03.372.304/0001-78	01/09/2014	31/05/2017	61	61					Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000008227	10.213.136/0001-33	03/06/2015	02/06/2017	16	16					Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000008373	05.885.789/0001-29	24/08/2015	23/08/2016	9	9					Encerrado
2015	V	O	8000008034	03.007.660/0001-92	01/03/2015	02/03/2018			5	5			Ativo Prorrogado
2015	V	O	8000007782	08.752.749/0001-05	01/12/2014	30/11/2017			2	2			Ativo Prorrogado
2015	L	O	8000007678	18.217.017/0001-60	20/10/2014	23/05/2016	4	4					Encerrado
2015	V	O	8000008061	03.229.363/0001-91	12/03/2015	11/03/2017	1	1					Ativo Normal
2015	L	O	8000007359	07.990.946/0001-91	24/04/2014	24/06/2016	5	5					Encerrado
2015	L	O	8000008533	10.243.854/0001-52	30/09/2015	30/09/2017	148	148					Ativo Normal
2015	V	O	8000008556	08.362.390/0001-51	02/11/2015	02/11/2017	3	3					Ativo Normal
2015	V	O	8000008691	08.665.023/0001-27	01/12/2015	30/11/2017	25	25					Ativo Prorrogado

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2016	L	O	8000008754	03.342.141/0001-80	04/01/2016	31/12/2017	6	6					Ativo Normal
2016	L	O	8000008817	16.733.835/0001-90	01/02/2016	31/01/2018	10	10					Ativo Normal
2016	L	O	8000008823	07.386.731/0001-66	01/02/2016	01/02/2018	33	33					Ativo Normal
2016	V	O	8000008828	21.315.603/0001-52	01/03/2016	01/03/2018	6	6					Ativo Normal
2016	L	O	8000008892	68.000.199/0001-91	23.05.2016	22.07.2018	79	79					Ativo Normal
2016	L	O	8000009181	06.305.533/0001-68	24.08.2016	24.08.2018	9	9					Ativo Normal
2016	L	O	8000009122	08.928.115/0001-52	01.09.2016	31.08.2018	85	85					Ativo Normal
2016	L	O	8000009219	63.946.214/0001-75	12.09.2016	11.09.2017	3	3					Ativo Normal
2016	V	E	8000009314	01.863.518/0001-11	10.10.2016	31.03.2017	1	1					Ativo Normal
2016	L	E	8000009305	39.750.831/0001-16	11.10.2016	02.01.2017	18	18					Ativo Normal
2016	V	O	8000009481	66.398.652/0001-34	01.11.2016	01.11.2017	12	12					Ativo Normal
2016	V	O	8000009387	66.700.295/0001-17	01.12.2016	01.12.2018	154	154					Ativo Normal
2014	V	O	8000007270	03.372.304/0001-78	26/05/2014	31/05/2017	51	51					Ativo Prorrogado
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A													

Quadros A.6.1.10.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	8000005793	05.466.147/0001-95	30/11/2012	31/12/2016	14	14					Encerrado
2012	9	O	8000005592	30.440.119/0001-46	20/04/2012	28/03/2017	6	6					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000004979	05.466.147/0001-95	22/03/2012	01/04/2017	7	7					Ativo Prorrogado
2013	9	O	8000006546	16.576.016/0001-87	04/09/2013	28/06/2016	14	14					Encerrado
2012	9	O	8000004941	02.630.719/0001-31	22/03/2012	01/03/2016	3	3					Encerrado
2013	10	O	8000006313	40.378.440.0001/00	29/05/2013	21/05/2017	23	23					Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006083	09.632.388/0001-18	07/03/2013	31/03/2017	10	10					Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006092	14.143.727/0001-32	10/04/2013	30/04/2017	20	20					Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006316	09.023.884/0001-74	15/05/2013	02/07/2017	12	12					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000005903	08.362.390/0001-51	03/10/2012	14/02/2017	11	11					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000006039	08.362.390/0001-51	06/11/2012	20/08/2016	10	10					Encerrado
2012	12	O	8000005365	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/07/2017	7	7					Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000005761	08.362.390/0001-51	20/11/2012	20/08/2016	5	5					Encerrado
2013	12	O	8000006744	09.013.436/0001-90	02/12/2013	02/12/2016	1	1					Encerrado
2013	12	O	8000006773	07.147.016/0001-70	14/11/2013	31/03/2017	11	11					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000005595	05.466.147/0001-95	25/10/2012	31/10/2017	16	16					Ativo Prorrogado
2012	2	O	8000005658	04.293.745/0001-47	28/05/2012	01/05/2017	8	8					Ativo Prorrogado

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	8000004054	07.841.574/0001-31	20/04/2011	01/05/2016	20	20					Encerrado
2013	2	O	8000006742	08.532.353/0001-44	28/11/2013	31/12/2017	8	8					Ativo Prorrogado
2012	12	O	8000005338	44.416.618/0001-02	10/08/2012	09/08/2017	2	2					Ativo Prorrogado
2013	9	O	8000006328	02.993.861/0001-43	10/06/2013	01/08/2016	22	22					Encerrado
2014	9	O	8000007082	09.583.222/0001-59	11/03/2014	10/03/2017	48	48					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007101	08.362.390/0001-51	17/03/2014	30/11/2016	20	20					Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007148	12.624.111/0001-58	14/04/2014	13/09/2016	27	27	6	6			Encerrado
2014	9	O	8000007237	12.624.111/0001-58	01/06/2014	10/03/2017	19	19					Encerrado
2014	9	O	8000007300	12.624.111/0001-58	16/06/2014	28/09/2016	12	12					Encerrado
2013	2	O	8000006393	09.632.388/0001-18	10/09/2013	30/04/2017	2	2					Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006820	05.466.147/0001-95	21/12/2013	30/04/2017	3	3					Ativo Prorrogado
2014	8	O	8000007210	08.361.068/0001-08	30/04/2014	30/10/2016	4	4	1	1			Encerrado
2014	9	O	8000007546	01.918.118/0001-66	03/09/2014	28/06/2016	65	65					Encerrado
2015	2	O	8000008021	72.549.066/0001-46	01/06/2015	30/05/2017	29	29					Ativo Normal
2015	5	O	8000008046	68.565.530/0001-10	02/03/2015	02/06/2016	130	118					Encerrado
2015	9	O	8000008047	04.148.551/0001-58	04/03/2015	03/08/2016	23	23					Encerrado
2015	9	O	8000008319	03.342.141/0001-80	01/08/2015	01/10/2017	41	41					Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008415	00.404.317/0001-93	03/09/2015	02/09/2017	23	23					Ativo Normal
2015	5	O	8000008420	05.483.564/0001-46	03/11/2015	03/11/2017	27	27					Ativo Normal
2015	9	O	8000008560	01.017.610/0001-60	15/10/2015	03/08/2017	32	32					Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008725	00.404.317/0001-93	03/09/2015	01/02/2018	14	14					Ativo Prorrogado

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2015	9	O	8000007827	01.918.118/0001-66	05/01/2015	05/01/2017	22	22					Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006800	36.068.450/0001-63	02/12/2013	30/06/2017	6	6	167	167	44	44	Ativo Prorrogado
2015	2	O	8000008772	05.344.234/0001-70	29/12/2015	30/04/2017	7	7					Ativo Prorrogado
2016	9	O	8000008781	16.733.835/0001-90	18/01/2016	17/01/2018	7	7					Ativo Normal
2016	2	E	8000008786	05.344.234/0001-70	01/01/2016	09/06/2016	6	6					Encerrado
2016	2	O	8000008793	03.590.924/0001-83	03/01/2016	31/12/2018	2	2					Ativo Normal
2016	9	O	8000008869	29.000.841/0001-80	02/03/2016	02/03/2017	41	41					Ativo Normal
2016	2	O	8000008874	05.660.868/0001-31	01/04/2016	30/07/2017	6	6					Ativo Normal
2016	2	O	8000008953	04.765.217/0001-43	01/06/2016	01/06/2018	2	2					Ativo Normal
2016	8	O	8000009006	11.397.418/0001-09	01/12/2016	01/12/2018	83	83					Ativo Normal
2016	5	O	8000009033	01.679.362/0001-13	03/06/2016	03/06/2018	7	7	112	97			Ativo Normal
2016	9	E	8000009117	00.482.840/0001-38	25/07/2016	07/02/2017	9	9					Ativo Normal
2016	2	O	8000009128	00.082.648/0001-54	18/07/2016	18/07/2017	6	6					Ativo Normal
2016	2	E	8000009163	11.312.296/0001-00	23/08/2016	09/02/2017	13	13					Ativo Normal
2016	2	O	8000009168	19.499.987/0001-69	01/10/2016	01/01/2018	21	21					Ativo Normal
2016	9	O	8000009271	10.458.785/0001-02	04/10/2016	04/10/2018	47	47					Ativo Normal
2016	8	O	8000009291	02.993.861/0001-43	19/10/2016	19/10/2018	50	50					Ativo Normal
2016	2	O	8000009341	02.973.929/0001-22	30/11/2016	01/01/2018	5	5					Ativo Normal
2016	8	E	8000009440	02.993.861/0001-43	06/12/2016	30/03/2017	19	19					Ativo Normal
LEGENDA													
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													

Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CS.A					CNPJ: 23.274.194/0018-67								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
7.	Telecomunicações;												
8.	Manutenção de bens móveis												
9.	Manutenção de bens imóveis												
10.	Brigadistas												
11.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12.	Outras												
Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A													

Quadro A.6.1.10.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: Gerência de Construção Leste GCL.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	6	O	8000004913	04.394.582/0001-99	01/03/2012	28/02/2016			14				P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – S.I.E													

Quadro A.6.1.10.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: Gerência de Construção Sul GCS.E					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	8000006536	05.466.147/0001-95	04/09/2013	04/09/2015			6	6			E
Observações: Não há exigência quanto à escolaridade dos Motoristas e sim quanto à categoria da CNH. Todos os que estão contratados possuem o Ensino Médio.													
Análise Crítica: Contrato encerrado em condições normais.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E													

Quadro A.8.1.10.2– Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: AGC.E					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	(O)	8000002259	00.039.404/0001-99	16/07/2010	16/07/2015	-	-	-	-	-	-	(E)
Observações: O grau de escolaridade dos vigilantes não foi especificado no Termo de Referência. Foi definida somente a necessidade de 10 profissionais. O Termo Contratual nº 8000002259 foi assinado com a H&F Vigilância e Segurança Ltda e tem a interveniência da CPFL Geração de Energia S/A.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Fonte: Assessoria de Apoio à Gestao de Contratos – AGC.E													

Quadro A.6.1.10.2 - Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: AGC.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	9	(O)	8000007297	04.113.605/0001-40	10/06/2014	29/06/2017	-		-		-		(P)
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Fonte:		Assessoria de Gestão de Contratos - AGC.E											

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	382	382	366	328	5.719.877,11
1.1 Área Fim	276	206	199	177	2.817.725,70
1.2 Área Meio	106	176	167	151	2.902.151,41
2. Nível Médio	62	71	58	43	536.787,30
2.1 Área Fim	61	62	52	32	432.687,59
2.2 Área Meio	1	9	6	11	104.099,71
3. Total (1+2)	444	453	424	371	6.256.664,41
Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A					

Análise Crítica
<p>Recrutamento O processo de recrutamento de candidatos a estágio, no Escritório Central, será realizado pela Gerência de Recrutamento e Gestão de Carreiras (GRC.A), segundo critérios estabelecidos pela Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.</p> <p>Nas áreas regionais, a chefia de órgão em nível mínimo de divisão será responsável pelo processo de recrutamento, cabendo à GRC.A sua coordenação.</p> <p>A GRC.A deverá tomar as providências necessárias à celebração de convênio para prestação de serviços de concessão de estágio entre Furnas e as instituições de ensino, bem como determinar as condições a serem estabelecidas nas cláusulas do convênio, observada a legislação em vigor.</p> <p>Seleção O processo de seleção constará de:</p> <p>Entrevista, no órgão que solicitou o estagiário, para verificar os conhecimentos acadêmicos, potencialidades, interesse e motivação do candidato.</p> <p>Avaliação médica, realizada pela Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde (GSS.A).</p> <p>As inscrições ficarão abertas ao longo do ano e o preenchimento das vagas dar-se-á à medida que os órgãos da Empresa solicitarem.</p> <p>O candidato ao estágio Tipo A deverá possuir, no histórico escolar, nos 2 (dois) últimos semestres, o Coeficiente de Rendimento igual ou superior a 7 (sete) ou grau equivalente.</p> <p>Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A</p>

Análise Crítica dos Quadros 6.1.10.1 e 6.1.10.2

Em função da retração do mercado, diversos contratos de serviços continuados, especialmente aqueles cujo objeto refere-se a vigilância ou limpeza predial, apresentaram ao longo dos últimos 2 anos problemas de inadimplência e/ou atraso no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas. Tal situação, em muitas ocasiões, resultou em rescisão contratual, levando a interrupção das atividades e resultando no pagamento direto de Furnas aos empregados da contratada. Entendemos que esse problema seja fruto da baixa liquidez de algumas empresas e da consequente falta de sustentação financeira para arcar com o período entre a prestação dos serviços e o efetivo pagamento pelos mesmos. De toda forma, o ano de 2016 registrou um índice de inadimplência menor que 2015, indicando, assim, uma tendência de melhora para os próximos exercícios.

O não pagamento tempestivo de verbas rescisórias é outra situação que ocorre vez ou outra. Porém, os contratos têm previsão de retenção da última parcela até a devida comprovação da quitação de todas as obrigações, inclusive do pagamento das verbas rescisórias, e a alternativa do pagamento direto por Furnas, caso restem pendências.

Foram observados, ainda, alguns casos de abandono dos serviços, sem qualquer comunicação prévia tempestiva a Furnas, por empresas de pequeno porte, ou até mesmo microempresas, muitas

vezes amadores no ramo, que conseguem vencer licitações, porém apresentam problemas durante a execução do referido contrato.

Outro fator que causa dificuldades para a administração, bastante comum nos contratos de limpeza, é a alta rotatividade de prestadores de serviço, o que causa prejuízos ao bom andamento das atividades em virtude da necessidade de adaptação dos prestadores de serviço ao ambiente de trabalho, além do baixo comprometimento dos mesmos.

Por fim, podemos destacar a melhora em 2016 da regularidade fiscal e trabalhista das empresas contratadas, as quais em 2015 apresentaram inúmeros problemas de certidões.

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Permanecem atrelados ao CNPJ 23.274.194/0001-19, conforme consta no *website* da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), 331 (trezentos e trinta e um) imóveis cadastrados em nome Furnas Centrais Elétricas S.A., dos quais 320 (trezentos e vinte) são relativos a imóveis de propriedade da Eletronuclear por serem integrantes da Vila Residencial de Mambucaba, a qual foi transferida desta Concessionária para a Eletronuclear quando da cisão da área nuclear do escopo de atribuições de Furnas.

Destacamos que, em 18.05.2016, Furnas encaminhou a correspondência GGF.E.E.111.2016 àquela Eletrobras Eletronuclear S.A., pela qual foi explicitada a situação equivocada dos cadastros da Vila Residencial de Mambucaba, com pedido de que fossem tomadas as providências de exclusão do nome de Furnas como responsável por esses imóveis junto à SPU.

Desde o ano de 2014, conforme termos do processo administrativo SPU nº 04967.003233/2014/19, estamos empenhados para a exclusão do nome de Furnas no cadastro de 18 (dezoito) imóveis, contudo, até o momento, tal providência só abrangeu 12 (doze) lançamentos cadastrais, permanecendo a pendência para 06 (seis) lançamentos, os quais encontram-se nesse universo de 331 (trezentos e trinta e um) recentemente apurados. Sem prejuízo do processo administrativo acima citado, tramita ainda, judicialmente, ação sob o número de Processo 0079674-33.2015.4.02.5101, em face da União Federal, para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes no que tange à cobrança por parte da SPU de taxa de ocupação de diversos imóveis que não pertencem ao acervo patrimonial de Furnas, bem como o pedido de restituição dos valores pagos indevidamente em épocas próximas ao pedido de emissão de certidão de regularidade fiscal junto à Receita Federal, uma vez que esses débitos impediam a emissão da referida certidão, quanto ao andamento do citado processo, de acordo com a Superintendência Jurídica de Furnas, logramos êxito em 1ª instância e estamos no aguardo de processamento de recurso junto ao TRF-2ª Região, desde 14.12.2016.

Existem ainda outros 02 (dois) imóveis, cujos cadastros encontram-se em nome de Furnas, mas cuja propriedade/posse não lhe pertence, para 01 (um) destes já tramita o processo administrativo SPU nº 10768.007612-20 (Demarcação da Linha de Preamar Médio) para a exclusão, e para o outro estamos preparando a impugnação do cadastro e conseqüentemente dos lançamentos decorrentes do mesmo.

Os únicos 03 (três) imóveis vinculados ao SPU em posse de Furnas são os relacionados ao empreendimento UTE São Gonçalo, localizado no Estado do Rio de Janeiro, cuja situação dominial perdura com seu registro em nome da CBEE, antecessora da Ampla, e em fase de regularização dominial. A seguir, os endereços e respectivos registros imobiliários patrimoniais:

- Rua Manoel Duarte, s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000324-34;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000330-82;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000326-04.

Adiante, resumo da situação dos imóveis em nome de Furnas no *website* do SPU:

RIPs em nome de Furnas no website da SPU	331
RIPs para transferência - Vila de Mambucaba - Eletronuclear	320
RIPs para exclusão - processo SPU nº 04967.003233/2014/19 e Ação Justiça Federal RJ nº 0079674-33.2015.4.02.5101	6
RIPs para exclusão - processo SPU nº 10768.007612-20	1
RIPs para exclusão – não consta no patrimônio Furnas	1
RIP's vinculados a Furnas - UTE São Gonçalo	3
Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A	

Reiteramos que permanece o compromisso de que, tão logo os imóveis acima elencados estejam regularizados em nome de Furnas, proceder-se-á a seu lançamento no SPIUnet - Sistema de Registro de Imóveis de Uso Especial da União.

Com respeito a despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, segue informação sobre o custo do posto de vigilância “24 horas” utilizado em São Gonçalo no exercício de 2016, retirado do SAP:

Contrato: 8000007510
 Empresa: Angel's Segurança e Vigilância Ltda
 Local: São Gonçalo
 Posto: 24 horas diariamente
 Custo: R\$ 230.845,01

MÊS	VALOR PAGO
Janeiro	19.553,81
Fevereiro	18.290,88
Março	19.552,32
Abril	18.921,60
Maio	19.552,32
Junho	18.921,60
Julho	19.552,32
Agosto	19.552,32
Setembro	18.921,60
Outubro	19.552,32
Novembro	18.921,60
Dezembro	19.552,32
TOTAL	230.845,01

Nota 1: Continua não havendo manutenção predial na UTE São Gonçalo, pois a mesma se encontra desativada.

Nota 2: Despesas com taxa de ocupação dos imóveis: R\$ 10.229,71 (dez mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos).

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e controles para mitigá-los, pode-se listar:

- Risco: Ocorrência de Intervenções Antrópicas
Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h
- Risco: Subtração de Bens Móveis
Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h

6.3 Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Ver resposta ao item 6.3.2.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Informática tem como objetivo promover o alinhamento, à estratégia global de Furnas, das ações associadas à Tecnologia da Informação no contexto das iniciativas de negócio e tem como atribuições:

- Estimular, na Empresa, a racionalização dos processos e da utilização de recursos de Tecnologia da Informação, dentro da perspectiva de custo-benefício.
- Obter, da alta administração de Furnas, o suporte às ações de Tecnologia da Informação, assegurando o diálogo contínuo com as áreas de negócio.
- Assessorar o órgão de Informática na alocação de recursos e priorização de projetos, garantindo o permanente alinhamento às necessidades de negócio e propondo eventuais mudanças.
- Assessorar o órgão de Informática no desenvolvimento de critérios normativos no campo da Tecnologia da Informação.
- Acompanhar o andamento e avaliar os resultados dos projetos considerados relevantes.
- Propor a constituição de grupos de trabalho para o tratamento de assuntos mais específicos relacionados à Tecnologia da Informação quando se fizer necessário.

O Comitê de Informática, vinculado à Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A), é composto pelo Superintendente da ST.A, que atua como Coordenador do Comitê e representante da Diretoria de Administração, e por um representante de cada uma das demais Diretorias da Empresa, em nível de superintendência.

- Diretoria de Administração (DA)
Luiz Fernando Cunha Lino – Coordenador
Luiz Antonio Cabral Monteiro (Suplente)

- Presidencia - DP
Consuelo Garcia
Waldenir Alexandre da Silva Cruz (Suplente)

- Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos (DE)
Ronaldo Nahar Neder
Paulo Roberto Vieira Oliveira (Suplente)

- Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações (DN)
Fabiana Cristina Rodrigues F. Teixeira
Joerlei Carvalho Alves (Suplente)

- Diretoria de Operação e Manutenção (DO)
Marcos Antonio Carvalho Gomes
José Marcio Peralta (Suplente)

- Diretoria de Finanças (DF)
Marcus Vinicius Vaz
Anselmo Garcia Sobrosa (Suplente)

O comitê de Informática se reuniu por duas vezes no último ano:

Reunião do Comitê de Informática realizada em 07/06/2016 - assuntos tratados:

1. Portfólio de Demandas
2. Equipamentos de Informática
3. Outsourcing de Impressão
4. Orçamento

Reunião do Comitê de Informática realizada em 11/07/2016 - assuntos tratados:

1. Portfólio de Demandas
2. Modelo de Priorização de Demandas
3. Instrução Normativa (IN) de Solicitação de Demandas TI
4. Equipamentos de Informática

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Descrito no item 6.3.1.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O plano de capacitação do pessoal de TI é feito bianualmente pela Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A juntamente com a Superintendência de Recursos Humanos - RH.A.

Segue abaixo a relação dos treinamentos realizados no ano de 2016.

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
Addson Da Silva Bastos	DDSN.A	21815-9	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DDSN.A	21815-9	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
Adriana Seiffert	DDSC.A	55805-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Adriana Yuan Da Costa	DBDS.A	56256-2	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	DBDS.A	56256-2	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 03	26/02/2016	10/03/2016	18
Alberto	DDSN.A	70346-1	SCRUM GATHERING RIO	23/06/2016	25/06/2016	24

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
Carlos Broda			2016			
Alexandre Costa Rodrigues	DDSN.A	55248-6	Optim - Ferramenta de Mascaramento de Dados	14/03/2016	18/03/2016	40
Alexandre Da Cruz Abrantes	DDSC.A	18772-8	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	DDSC.A	18772-8	COMO CONDUZIR NEGOCIAÇÕES EFICAZES	21/11/2016	22/11/2016	16
Alexandre De Freitas Moreira	DBDS.A	56378-5	Workshop IBM Connections (Customizações/Migrações)	19/04/2016	19/04/2016	4
	DBDS.A	56378-5	Workshop IBM Connections (Indicadores/Gamificação)	20/04/2016	20/04/2016	4
	DBDS.A	56378-5	Workshop IBM Connections (Customizações/Migrações)	29/04/2016	29/04/2016	3
	DBDS.A	56378-5	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Alexandre Oliveira De Azevedo	DDSN.A	22063-7	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Alvaro De Souza Da Silva	DDSC.A	21458-4	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	DDSC.A	21458-4	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 03	26/02/2016	10/03/2016	18
	DDSC.A	21458-4	PGE - GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE NO SETOR DE ENERGIA	14/03/2016	30/08/2017	468
Ana Claudia Rodrigues Da Silva	DASO.A	19945-6	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	22/02/2016	25/02/2016	32
	DASO.A	19945-6	PGE - GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE NO SETOR DE ENERGIA	14/03/2016	30/08/2017	468
	DASO.A	19945-6	APG AMANA-KEY - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA	23/05/2016	25/05/2016	24
Ana Cristina Medeiros Borges	DDSN.A	19059-2	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DDSN.A	19059-2	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Ana Margarida Di Carlo Conde Perez	GCN.A	17811-3	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	27/06/2016	30/06/2016	32
	GCN.A	17811-3	GARTNER SYMPSIUM IT 2016	24/10/2016	27/10/2016	32
Andre Augusto Hentzy Soares	DDRS.A	22643-7	GERENCIAMENTO DO SWITCH SAN BROCADE	29/08/2016	02/09/2016	40
Andre Luis Mendes Teixeira	DBDS.A	22447-5	Optim - Ferramenta de Mascaramento de Dados	14/03/2016	18/03/2016	40
Andre Luiz Rabelo Pereira	DDSN.A	21836-9	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DDSN.A	21836-9	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
	DDSN.A	21836-9	ENCONTRO DE	21/09/2016	23/09/2016	22

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016			
Andre Luiz Rodrigues Da Silva Vieira	DASO.A	23010-8	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	27/06/2016	30/06/2016	32
	DASO.A	23010-8	3º SMEALT - Seminário de Manutenção de Equipamentos de Alta Tensão e Linhas de Transmissão	08/11/2016	10/11/2016	27
Antonio Cruz De Almeida	DAQI.A	21506-3	APG AMANA-KEY - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA	23/05/2016	25/05/2016	24
Carlos Cesar Delgado Landini De Mattos	DDSN.A	22698-5	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DDSN.A	22698-5	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECA E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - SOPHIA	30/11/2016	02/12/2016	21
Carlos Eduardo Junqueira Correa	DDSC.A	22855-9	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Carlos Rodrigues Alves	GIR.A	16343-5	APG AMANA-KEY - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA	23/05/2016	25/05/2016	24
Claudia Arakaki Castello Branco	DDSC.A	23014-7	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECA E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - SOPHIA	30/11/2016	02/12/2016	21
Claudio Lima Figueiredo	DBDS.A	21466-6	Workshop IBM Connections (Customizações/Migrações)	29/04/2016	29/04/2016	3
Clayton Mendonca De Oliveira	DDRS.A	19118-5	CURSO DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Turma 9	22/02/2016	01/03/2016	40
	DDRS.A	19118-5	Preposto na Justiça do Trabalho e Passivo Trabalhista	25/11/2016	25/11/2016	8
Cristiana Staccioli Gomes De Oliveira	DBDS.A	17380-3	CURSO DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Turma 10	14/03/2016	16/03/2016	40
Cristiane Grossi Machado	DDSC.A	19859-6	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Dario Luiz Mateus Dourado	ST.A	22521-4	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	ST.A	22521-4	2º FÓRUM IBGP DE GOVERNANÇA DE TI	21/06/2016	22/06/2016	19
	ST.A	22521-4	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Dimitri El Jaick Bonifacio Costa	DASO.A	22639-4	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	22/02/2016	25/02/2016	32
	DASO.A	22639-4	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DASO.A	22639-4	Integridade e Ética - Compliance	09/12/2016	09/02/2017	2

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
			das Empresas Eletrobras			
Diogo Guimaraes Alves	DAQI.A	22555-2	MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL	22/06/2016	22/12/2017	360
	DAQI.A	22555-2	CONFERÊNCIA GARTNER SEGURANÇA E GESTÃO DE RISCO	02/08/2016	03/08/2016	16
	DAQI.A	22555-2	FUTURECOM 2016	18/10/2016	19/10/2016	16
Eduardo Dos Santos Rodrigues	DAQI.A	19629-6	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	DAQI.A	19629-6	Conferência Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management	10/05/2016	11/05/2016	16
	DAQI.A	19629-6	ARQUITETURA CORPORATIVA ESSENCIAL - ACE	08/12/2016	28/01/2017	60
Eduardo Schaimberg	GDS.A	17269-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	GDS.A	17269-1	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Elias Ladeira Lopes	DASO.A	22755-3	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	22/02/2016	25/02/2016	32
	DASO.A	22755-3	Fábrica de Software: Um Novo Paradigma para Desenvolvimento de Sistemas	08/03/2016	19/04/2016	21
	DASO.A	22755-3	Conferência Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management	10/05/2016	11/05/2016	16
	DASO.A	22755-3	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
	DASO.A	22755-3	MBA EM INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIO	28/09/2016	22/02/2018	370
Elisa Fagundes Cruz Correa	DDSC.A	56381-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Fabio Juarez Scherer Da Silva	DDSN.A	54354-4	Optim - Ferramenta de Mascaramento de Dados	14/03/2016	18/03/2016	40
Felipe Da Rocha Lopes	GIR.A	22497-7	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Fernanda Vieira Norat	GCN.A	62434-1	Curso de Informática - Turma 1	21/11/2016	21/02/2017	30
Fernando Antonio Silva Gomes Da Silveira	GDS.A	16336-1	Conferência Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management	10/05/2016	11/05/2016	16
Fernando Vieira Goncalves	DDSC.A	23003-3	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS	01/06/2016	27/06/2016	48
	DDSC.A	23003-3	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - Melhores Práticas 3ª Edição	22/08/2016	24/08/2016	24
Flavia	GIR.A	55164-4	GERENCIAMENTO DO	08/08/2016	10/08/2016	24

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
Barcellos Gomes Dias			STORAGE EMC VNX			
Gilvando Pupe Filho	GIR.A	16039-6	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Gisela Ribeiro De Oliveira Lima	GDS.A	22479-9	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
	GDS.A	22479-9	GARTNER SYMPSIUM IT 2016	24/10/2016	27/10/2016	32
Henrique Jose Maria	DDSC.A	16532-2	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	DDSC.A	16532-2	WORKSHOP GESTÃO DE ATIVOS SUPORTADA PELO SAP	24/11/2016	25/11/2016	16
Iara Castro Alves Da Silva	GIR.A	80388-5	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 03	26/02/2016	10/03/2016	18
Jacques Cherzman	GIR.A	17777-0	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
Jeronimo Sirotheau De Almeida Eichler	DDSN.A	22317-1	Optim - Ferramenta de Mascaramento de Dados	14/03/2016	18/03/2016	40
Joao Clemente Souza	DBDS.A	56239-1	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Joao Paulo Ribeiro Erthal	GIR.A	22703-7	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
Jorge Luiz Sampaio Morgado	GIR.A	22221-8	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Jose Alfredo Rios Sender	DDSC.A	22626-6	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Jose Luiz Ribeiro Dantas Filho	DDSC.A	21757-3	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Jose Luiz Zedane	DDRS.A	21467-3	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
	DDRS.A	21467-3	GERENCIAMENTO DO SWITCH SAN BROCADE	29/08/2016	02/09/2016	40
	DDRS.A	21467-3	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Kelly P Mello Alarcao Monteiro	DASO.A	57479-2	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
Luis Fernando Braz Braga	DASO.A	19624-0	Arquitetura Empresarial e Sistemas Corporativos	08/03/2016	30/06/2017	360
	DASO.A	19624-0	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	DASO.A	19624-0	EVENTO OPEN GROUP - PADRÕES DE ARQUITETURA	17/10/2016	18/10/2016	16

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
			CORPORATIVA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI			
	DASO.A	19624-0	COMO CONDUZIR NEGOCIAÇÕES EFICAZES	21/11/2016	22/11/2016	16
Luiz Antonio Cabral Monteiro	GCN.A	15759-2	Global English - Pre Intermediate - Part 3	04/01/2016	29/04/2016	32
	GCN.A	15759-2	CURSO DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Turma 10	14/03/2016	16/03/2016	40
	GCN.A	15759-2	GLOBAL ENGLISH - ELEMENTARY - PART 2	02/05/2016	31/10/2016	48
	GCN.A	15759-2	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	27/06/2016	30/06/2016	32
	GCN.A	15759-2	GLOBAL ENGLISH - ELEMENTARY	01/11/2016	30/08/2017	80
Luiz Fernando Cunha Lino	ST.A	13443-7	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED - PART 2	01/01/2016	30/04/2016	24
	ST.A	13443-7	IT Forum 2016	20/04/2016	24/04/2016	36
	ST.A	13443-7	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED - PART 2	04/05/2016	31/10/2016	36
	ST.A	13443-7	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED	01/11/2016	30/07/2017	48
Marcelo De Carvalho	DAQI.A	22499-1	Arquitetura Empresarial e Sistemas Corporativos	08/03/2016	30/06/2017	360
	DAQI.A	22499-1	COMO CONDUZIR NEGOCIAÇÕES EFICAZES	21/11/2016	22/11/2016	16
Marcelo De Lima Moreira	GCN.A	15121-2	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	GCN.A	15121-2	Preposto na Justiça do Trabalho e Passivo Trabalhista	25/11/2016	25/11/2016	8
Marcelo Fernandez Pineiro	GIR.A	16995-4	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED - PART 2	01/01/2016	30/04/2016	24
	GIR.A	16995-4	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED - PART 2	04/05/2016	31/10/2016	36
	GIR.A	16995-4	GLOBAL ENGLISH - ADVANCED	01/11/2016	30/07/2017	48
Marcelo Jose Diniz Correa	DDRS.A	17522-1	CISM - CERTIFIED INFORMATION SYSTEMS SECURITY MANAGER	11/04/2016	15/04/2016	40
Marcos De Oliveira Maciel	DDSC.A	18768-5	COMO CONDUZIR NEGOCIAÇÕES EFICAZES	21/11/2016	22/11/2016	16
Marcos Paulo Goncalves Caldas	DAQI.A	19956-0	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Mauricio Lopes Fortunato	DDSC.A	17803-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Mauro Arantes Junior	GDS.A	21482-0	Global English - Intermediate - Part 01	06/01/2016	06/04/2016	48
	GDS.A	21482-0	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	GDS.A	21482-0	GLOBAL ENGLISH - INTERMEDIATE	04/05/2016	31/10/2016	72
	GDS.A	21482-0	GLOBAL ENGLISH - INTERMEDIATE	01/11/2016	30/08/2017	120

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
Oberdan Alvares Silva	DDRS.A	55954-1	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
	DDRS.A	55954-1	GERENCIAMENTO DO SWITCH SAN BROCADE	29/08/2016	02/09/2016	40
Paulo Cesar De Carvalho Paiva	DDSC.A	18773-5	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Rafael Carlos De Oliveira	DAQI.A	22975-7	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
	DAQI.A	22975-7	ARQUITETURA CORPORATIVA ESSENCIAL - ACE	08/12/2016	28/01/2017	60
Rafael Marques Goncalves	DDRS.A	22523-9	COMO CONDUZIR NEGOCIAÇÕES EFICAZES	21/11/2016	22/11/2016	16
Raphael Rocha Lemos	DDRS.A	21115-1	CONFERÊNCIA GARTNER SEGURANÇA E GESTÃO DE RISCO	02/08/2016	03/08/2016	16
Reinaldo Jose Parisi Ticianeli	DDRS.A	18679-3	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
	DDRS.A	18679-3	GERENCIAMENTO DO SWITCH SAN BROCADE	29/08/2016	02/09/2016	40
	DDRS.A	18679-3	GARTNER SYMPSIUM IT 2016	24/10/2016	27/10/2016	32
Roberta Rezende De Siqueira Cordero	DASO.A	22625-9	TOGAF 9 - Arquitetura Corporativa	22/02/2016	25/02/2016	32
	DASO.A	22625-9	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	DASO.A	22625-9	GARTNER SYMPSIUM IT 2016	24/10/2016	27/10/2016	32
	DASO.A	22625-9	3º SMEALT - Seminário de Manutenção de Equipamentos de Alta Tensão e Linhas de Transmissão	08/11/2016	10/11/2016	27
	DASO.A	22625-9	ARQUITETURA CORPORATIVA ESSENCIAL - ACE	08/12/2016	28/01/2017	60
	DASO.A	22625-9	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Rodrigo Alexandro De Souza Felix	GDS.A	22648-3	Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	09/04/2015	01/10/2016	432
	GDS.A	22648-3	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	GDS.A	22648-3	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
Rodrigo Ferreira Angelini	DDSN.A	63375-3	SCRUM GATHERING RIO 2016	23/06/2016	25/06/2016	24
Sabrina Soares Pires	DDSC.A	56253-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Sheila Arruda Campos	DBDS.A	57938-7	Optim - Ferramenta de Mascaramento de Dados	14/03/2016	18/03/2016	40
	DBDS.A	57938-7	Conferência Gartner Business Intelligence, Analytics &	10/05/2016	11/05/2016	16

Usuário	Órgão	Matrícula	Ação	Início	Término	Carga Horaria
			Information Management			
Simone Barbosa De Oliveira	DDSC.A	57008-9	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Thiago Sousa Guimaraes Peixoto	DAQI.A	22974-0	Inovação e Criatividade	15/03/2016	12/05/2016	80
	DAQI.A	22974-0	ENCONTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - TI ENERGIA 2016	21/09/2016	23/09/2016	22
Timoteo Teixeira De Brito	DDRS.A	22704-4	GERENCIAMENTO DO STORAGE EMC VNX	08/08/2016	10/08/2016	24
	DDRS.A	22704-4	GERENCIAMENTO DO SWITCH SAN BROCADE	29/08/2016	02/09/2016	40
Washington Luiz C. De Oliveira	DDSC.A	57899-7	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
Wemerson Vale De Medeiros	GCN.A	22517-1	MBA em Gestão de Processos	24/08/2013	10/09/2016	432
	GCN.A	22517-1	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	GCN.A	22517-1	SAP FÓRUM BRASIL	15/03/2016	16/03/2016	16
	GCN.A	22517-1	II EDIÇÃO DO SEMINÁRIO BRASIL 100% DIGITAL	10/11/2016	11/11/2016	16
	GCN.A	22517-1	ATC - ACCREDITED TRAINING COURSE TOGAF 9 Certified - Arquitetura Corporativa	05/12/2016	08/12/2016	32
	GCN.A	22517-1	Integridade e Ética - Compliance das Empresas Eletrobras	09/12/2016	09/02/2017	2
Zangara Lourival Sasse	ST.A	21785-8	JOGO DA CONTRATAÇÃO - TURMA 02	26/01/2016	25/02/2016	18
	ST.A	21785-8	2º FÓRUM IBGP DE GOVERNANÇA DE TI	21/06/2016	22/06/2016	19
	ST.A	21785-8	II EDIÇÃO DO SEMINÁRIO BRASIL 100% DIGITAL	10/11/2016	11/11/2016	16

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

- Empregados efetivos da carreira de TI: 84
- Empregados efetivos de outras carreiras: 5
- Empregados efetivos de TI de outros órgãos/entidades: 0
- Empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 0
- Terceirizados: 54
- Estagiários: 14

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de infraestrutura de serviços de TI são baseados nos processos COBIT e ITIL.

Processo de Solicitação de Soluções e Melhorias de Tecnologia da Informação:

Foi aprovada pela Diretoria de Furnas a Instrução Normativa IN.001.2017, com o objetivo de se estabelecerem critérios para regular a solicitação de Soluções e Melhorias Corporativas de Tecnologia da Informação - TI à área de Tecnologia da Informação da Empresa.

Processo de Gestão de Mudança:

Descrição das principais atividades do processo de Mudança de Infraestrutura:

O processo de mudança tem início com a abertura de uma Requisição de Mudança (RDM), que é registrada por um técnico responsável pela mudança na ferramenta ITIL. Neste formulário são inseridas as informações necessárias para a classificação e análise de impacto e risco.

Para o impacto e o risco são atribuídos os seguintes valores: 1 (baixo), 2 (médio) e 3 (alto).

Posteriormente ao registro, a Requisição de Mudança (RDM) é encaminhada para a equipe de Gestão de Mudanças para análise preliminar. A equipe de Gestão de Mudanças analisa o preenchimento da RDM e verifica se o questionário está respondido adequadamente.

Caso as informações não estejam preenchidas corretamente, o Analista de Mudança encerra a RDM e informa na ferramenta o motivo do encerramento, obrigando desta forma que uma nova requisição de mudança seja registrada, conforme exigência SOX.

Se o somatório dos valores de impacto e risco for menor do que 4, a Requisição de Mudança (RDM) pode ser aprovada pelo analista responsável pela mudança, sendo encaminhada diretamente para a fase de implementação.

Se o somatório for igual ou maior que 4, a Requisição de Mudança (RDM) passa por uma análise técnica e aprovação pelo Grupo de Release.

Após parecer do Grupo de Release, a mudança é encaminhada para reunião do CAB – *Change Advisory Board* (Comitê de Mudança), que aprova ou não. Posteriormente, se aprovada, é submetida ao gestor da GM (Gestão de Mudança), que tem o papel formal de aprová-la.

Na reunião do CAB é realizada a análise (aprovação ou reprovação) da Requisição de Mudança (RDM). O resultado da reunião é registrado em ata, assinada por todos os participantes, ficando esta arquivada na ST.A.

Após as fases de aprovação, as mudanças solicitadas são implementadas e a RDM é encerrada.

Processo de Mudança no sistema SAP:

Conceitos:

- 1) Os “Incidentes” são erros que ocorreram no SAP e são reportados pela Empresa.
- 2) As “Solicitações de Serviço” que ocasionam mudanças no SAP são originadas, por exemplo, da criação ou modificação de papéis (acesso).
- 3) As demandas podem ser originadas das áreas de negócio, que solicitam melhorias no SAP, atendimento de demandas legais ou desenvolvimentos no BW. Podem ser também implementações de novas funcionalidades no SAP, aplicação de notas e outros.

Introdução:

As demandas são analisadas pelo Órgão Executor (DDSC.A, DASO.A, DBDS.A) na Ferramenta ITIL conforme sua origem.

A implementação da solução é feita por meio de configurações no SAP, alteração/criação de programas ou aplicação de notas SAP, gerando unidades de mudança, que podem ser “pacotes” ou “requests”.

As requests ou pacotes ficam registrados nos documentos de modificação, que estão vinculados à demanda que está sendo atendida.

Os documentos de modificação podem ser do tipo: Normal, Urgente ou Não ABAP.

Os “pacotes” são arquivos que podem ser copiados manualmente no ambiente, ou ainda podem ser modificações vindas de sistemas SAP externos.

Solicitação, desenvolvimento e homologação:

As mudanças no SAP são originadas a partir de Incidentes, Solicitações de Serviço ou Demandas registradas em ferramenta ITIL por usuário do sistema.

Após a solicitação ser registrada em ferramenta ITIL, é feita a indicação do processo que está sendo impactado na mudança.

Os desenvolvimentos do SAP são realizados em ambiente de desenvolvimento (DEV).

Após a realização do desenvolvimento para atendimento da demanda, são realizados os testes unitários pelo Órgão Executor e transportados os desenvolvimentos para o ambiente de homologação.

Para o caso de mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, é realizada a homologação dessa mudança pelo usuário que a solicitou em ambiente de homologação.

Após a homologação da solução/mudança, essas “requests” ou pacotes são aprovados pelo gerente da DDSC.A ou por um dos colaboradores constante na “lista de aprovadores” quando se trata de uma modificação normal. Cabe destacar que o colaborador responsável pelo desenvolvimento não pode aprovar a entrada do mesmo em produção.

Nos documentos de modificação do tipo normal ou não ABAP para mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, existem evidências da homologação do usuário por meio de pacotes de teste executados ou documentos anexados. Para os documentos de modificação urgentes, a evidência da homologação do usuário não é obrigatória.

Mudanças decorrentes da aplicação de notas e demandas internas da TI poderão apresentar documentação dos testes realizados, quando cabível.

Ambiente de produção:

Após devida aprovação, o transporte da mudança para o ambiente de produção é realizado pela equipe Basis por meio de ferramenta ITIL.

Para mudanças urgentes, a liberação para produção é realizada pela equipe Basis e posteriormente é aprovada pela gerência da DDSC.A ou por um dos aprovadores designados por ata de reunião da ST.A.

Caso a solução não satisfaça o usuário requisitante no ambiente de produção, o mesmo deverá abrir um incidente na ferramenta ITIL, solicitando a reversão da solução, que é atendida por meio da implementação de uma nova versão com a configuração na posição anterior a mudança.

Há segregação de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

A exceção é para o ambiente do Solution Manager, que possui apenas ambiente de desenvolvimento e de produção, não possuindo ambiente próprio para homologação (QAS), que é realizado no primeiro.

Descrição das principais atividades do processo de mudança em sistemas:

Solicitações de Mudança:

Solicitações que visam o desenvolvimento de novas soluções corporativas ou implementações de alterações são encaminhadas formalmente à Gerência de Soluções Corporativas e de Negócio (GCN.A) ou à Gerência de Desenvolvimento de Sistemas (GDS.A) pelo órgão responsável pela função (Gestor Funcional), em nível mínimo de departamento, por meio de Correspondência Interna (CI). Outra forma de solicitação é por meio de uma ata de reunião aprovada por um Gerente Funcional, e-mail, nos casos de atualização de conteúdo, ou por meio de abertura de um incidente na Ferramenta ITIL, para o caso de defeito detectado pelo analista de sistemas ou pelo usuário.

Registro de Demanda:

A GCN.A ou um Gestor Funcional encaminha a demanda via CI à área solucionadora, que faz o registro da mesma na ferramenta de gerenciamento de mudanças, de acordo com os dados da CI, e-mail ou da Ata. Em seguida, após o estudo de viabilidade, deverá ser aprovada na ferramenta de gerenciamento de mudanças por um gerente da GDS.A. Nos casos de erro e de demanda emergencial, a aprovação é automática na ferramenta de gerenciamento de mudanças, sendo ratificada, posteriormente, por um gerente da GDS.A.

As mudanças são classificadas segundo o tipo ou tamanho (Erro, Mudança Pequena, Média ou Grande). A urgência no atendimento é tratada na priorização da demanda. Nos casos de mudanças classificadas como Erro, as mesmas são consideradas como emergenciais.

Atualização de Conteúdo:

As atualizações de conteúdo são solicitações de alteração em páginas estáticas. A solicitação é feita por meio de mensagem de correio eletrônico por um colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo. Para esses casos, não é necessária aprovação gerencial, tendo em vista que essa ação não caracteriza mudança.

Observação: existe um trabalho em andamento para unificação dos processos de mudança de infraestrutura e de configuração SAP e Não-SAP.

Desenvolvimento da solução:

O desenvolvimento da solução é efetuado de acordo com a metodologia formal.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento é constituída por 04 (quatro) fases distintas (Iniciação, Elaboração, Construção e Transição), cada qual efetuando levantamento e mapeamento detalhados de todas as estruturas que irão compor a solução final. A documentação do processo é pública e encontra-se disponível para todos os colaboradores na intranet de Furnas. Existe um processo descrito para assegurar que os produtos a serem instalados estejam de acordo com os padrões estabelecidos.

Toda esta documentação é armazenada em repositório seguro e controlado e verificada pela Equipe de Qualidade, que é responsável pela adequação dos projetos à metodologia existente. Esta equipe também tem como função manter a metodologia atualizada.

Os projetos de TI para desenvolvimento de soluções corporativas são documentados e armazenados nas ferramentas de gerenciamento de mudanças, configuração e requisitos.

O controle das versões é realizado na ferramenta de gerenciamento de Configuração.

Para os casos de demanda emergencial, após desenvolver a mudança emergencial, o desenvolvedor realiza testes unitários no ambiente de desenvolvimento, para, então, liberar o transporte para o ambiente de produção.

Testes e Homologação:

Testes são efetuados pelo órgão solicitante com o apoio da equipe de desenvolvimento da GDS.A em ambiente segregado, conhecido como “Ambiente de Homologação”. Uma versão da solução não pode passar para homologação caso suas demandas associadas não estejam todas no estado de “encerradas”.

O ambiente de homologação é disponibilizado para que o usuário teste a mudança solicitada. Isto é realizado porque a metodologia exige que as mudanças sejam testadas em um ambiente de testes em separado antes da promoção para o ambiente de produção. Em caso de não conformidade, o usuário informa à GDS.A e o processo é reiniciado, conforme descrito acima. A validação da solução é formalmente efetuada pelo órgão solicitante via CI de homologação. Para os casos em que houver erro no Ambiente de Homologação, um incidente será aberto para solução do erro, sendo informado no momento de transporte para o Ambiente de Produção. No caso de Atualização de Conteúdo, o colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo aprova a homologação por meio de mensagem de correio eletrônico, informando o código da homologação que está sendo aprovado.

Treinamento de Usuários:

No caso de projeto de desenvolvimento de sistemas de TI ou mudança que implique na implantação de alguma nova funcionalidade ou grande mudança em funcionalidade existente, haverá, logo após a homologação pelo solicitante, um treinamento ou uma reunião para os usuários, onde os

conhecimentos necessários serão transmitidos. Será obrigatória a assinatura de lista de presença. A necessidade ou não do treinamento estará explicitada na documentação do projeto.

Transporte para Produção:

A formalização é registrada no aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz antes da promoção da mudança para o ambiente de produção. O acesso ao ambiente de produção não é permitido aos profissionais da equipe de desenvolvimento de TI do GDS.A, e a transferência para produção é efetuada somente pelos profissionais da equipe de produção que possuem o acesso a este ambiente. O identificador da homologação gerado pelo aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz é registrado na solicitação correspondente previamente cadastrada na ferramenta de gerenciamento de mudanças.

O analista responsável informa, nos aplicativos “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz, a CI do usuário que autoriza o transporte da mudança para a produção ou, em caso de erro, o número do incidente é informado, a fim de que a solicitação seja disponibilizada.

O gerente de divisão da GDS.A aprova o transporte para produção no aplicativo supracitado. Posteriormente, a GIR.A (Equipe de Produção) verifica as solicitações aprovadas para transporte do ambiente de homologação para o de produção e realiza a requisição. Todo o histórico do processo fica registrado no aplicativo.

O tratamento para "emergências" no processo de homologação (testes de aceitação do usuário e posterior passagem para produção) ocorre quando não há a possibilidade de se obter a aprovação gerencial da homologação. Neste caso, a aprovação é registrada posteriormente por um gerente da GDS.A nas aplicações “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz. Caso o gerente não aprove a mudança em produção, a versão anterior é recuperada pela ferramenta de gerenciamento de Configuração.

Quando houver a necessidade de migração/conversão de dados, o solicitante informará expressamente, via Correspondência Interna, que a migração ocorreu e que todos os dados continuam íntegros na nova versão. A migração de dados será realizada durante as fases de elaboração e construção do projeto de desenvolvimento de sistemas de TI ou da mudança, seguindo o processo de desenvolvimento de sistemas (PDSF - Processo de Desenvolvimento Software de Furnas).

Processo de Gestão de Incidente

Descrição das principais atividades do processo Incidente:

A solicitação de atendimento pode ser realizada por meio de contato telefônico, para a Central de Serviços; por correio eletrônico, diretamente à caixa postal da Central de Serviços; ou ainda, diretamente pela ferramenta ITIL por qualquer colaborador.

Na abertura do incidente, no momento do preenchimento do formulário de atendimento pelo solicitante, ao classificá-lo pelo tipo, urgência e impacto, será automaticamente calculada a sua prioridade e determinado o prazo para atendimento desta solicitação.

No caso de abertura do incidente na Central de Serviços, antes do registro de um novo incidente, é verificada a existência de um incidente já aberto. Neste caso, será utilizado o processo de *Call Back*, em que a reclamação do usuário é registrada no incidente identificado. Se o incidente estiver

resolvido, ele é reaberto, a reclamação é inserida no incidente, que é direcionado para o analista que o resolveu. Se o incidente estiver fechado ou não existir incidente previamente registrado, o analista deverá seguir o processo de registro de um “novo” incidente. Todas as informações e suas possíveis alterações ficam armazenadas no histórico do incidente.

No caso de mudança programada, o analista da Central de Serviços é informado da previsão de retorno do serviço e, se necessário, o incidente é redirecionado para a área solucionadora, ou, caso contrário, fechado. Não havendo parada programada, o registro do incidente prossegue normalmente.

Após a resolução do incidente, um e-mail é enviado, de forma automática ao usuário, a fim de que o mesmo confirme que o atendimento do incidente e a sua resolução. O usuário tem 48h para responder. Caso não o faça, o incidente que já está com o *status* de resolvido é fechado. Os *e-mails* respondidos ficam armazenados na caixa postal de confirmação de incidentes da Central de Serviços por, aproximadamente, 06 (seis) meses.

Os incidentes de segurança alta criticidade são tratados diferenciadamente, possuindo tempo e grupos de escalção diferentes. O Gestor de Segurança é informado da existência de incidente de segurança de alta criticidade para que possa tomar as devidas providências em relação ao mesmo

Processo de Gestão de Configuração

Descrição das principais atividades do processo de configuração:

A relação de itens de configuração é composta por aqueles considerados críticos para SOX (Itens de Configuração – IC Crítico). Quando ocorre alteração (inserção ou exclusão) de algum item de configuração crítico, uma requisição de mudança é aberta na ferramenta ITIL com tarefa(s) direcionada(s) para “Gestão de Configuração”. O IC Crítico encontra-se devidamente identificado na Ferramenta ITIL, disponível para os analistas de TI.

A realização de monitoramento visa validar a relação de itens críticos de configuração vigente. O resultado deste monitoramento é validado na Ferramenta ITIL e documentado por meio de uma RDM, que identifica as alterações realizadas na relação de itens de configuração críticos e/ou sua conformidade.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Workshops de Arquitetura

Baseado nos conceitos do framework TOGAF, foi criado pela DAQIA o processo baseado no levantamento detalhado das demandas estruturantes, que passaram a ser elaborados em conjunto com as áreas solucionadoras, as quais sustentam os ambientes em produção, para compor o portfólio de projetos estruturantes da ST.A para o próximo ciclo orçamentário. Por meio desta metodologia é possível identificar os principais problemas técnicos que se apresentam, suas possíveis soluções e a priorização dessas demandas de acordo com princípios arquiteturais que visam, em resumo, a otimização orçamentária frente às melhorias necessárias para as áreas de negócio. Com a análise aprofundada de cada demanda é dado o subsídio técnico necessário para a priorização das necessidades internas da ST.A e por conseguinte atender de forma mais eficiente às demandas da Empresa.

Desenvolvimento Descentralizado

Algumas áreas regionais de Furnas desenvolvem, de forma desestruturada, aplicações para atender demandas específicas de sua área de atuação. Procurando construir parcerias e aproveitar essa realidade para ampliar a colaboração, a ST.A elaborou um processo para dotar as áreas regionais de ferramentas e padrões para que as soluções desenvolvidas localmente possam estar minimamente alinhadas ao processo de desenvolvimento de software adotados por Furnas. Simultaneamente, promovendo a articulação de esforços e recursos necessários para apoiar e garantir o sucesso das unidades parceiras. Este processo se encontra em fase de implantação com a execução de um projeto piloto para validação e a realização de visitas às áreas regionais para mapeamento e conhecimento das soluções já desenvolvidas e das possíveis demandas ainda não atendidas pela ST.A.

Disponibilização de Informações de Inteligência de Negócio

A qualidade, integridade e confiabilidade das informações à disposição dos gestores é fator fundamental para o monitoramento dos indicadores corporativos e tomada de decisões. Por isso, foi desenvolvido em parceria com as áreas de negócios da empresa o Portal de Inteligência de Negócios (BI). Ele permite o acesso a diversos painéis e relatórios estruturados relativos aos processos de Furnas. Os dados presentes neste ambiente são extraídos diretamente do sistema SAP-ERP e outras bases de dados corporativas, o que torna fidedignas suas informações.

O Portal de Inteligência de Negócios é o primeiro passo para que Furnas conte com um instrumental de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que auxiliarão a empresa a traçar cenários futuros de negócios, ampliando sua competitividade e transparência.

Programa de Inovação da ST.A

Conforme diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, foi realizado no 2º semestre de 2016, o 1º ciclo do Programa de Inovação.

O programa objetiva estimular o pensamento inovador, explorando tecnologias que tragam benefícios aos processos de negócios da empresa e otimizem os custos de Tecnologia da Informação – TI.

O programa é composto de 6 fases:



Durante a execução do programa foram apresentadas 67 ideias, destas 5 foram selecionadas e se transformaram em projetos que estão em execução.

O programa será executado periodicamente em ciclos de 6 meses de duração.

Sistema de Apoio a Deliberações Executivas SADE

O Sistema de Apoio a Deliberações Executivas foi concebido primeiramente para apoiar a diretoria executiva com fluxo de trabalho de solicitações e aprovações de Propostas de Resoluções de Diretoria.

Em 2016 foram implementadas funcionalidades que permitiram o acesso as funcionalidades por novos colegiados, como reuniões conselho de administração e conselho fiscal e resoluções de diretorias.

Teve como benefício a agilidade dos processos, possibilitando que as votações realizadas durante as reuniões sejam feitas eletronicamente, agilizando a tramitação de documentos e todo o processo de votação da diretoria da empresa.

Gestão de Frota

A Gestão de Frota é uma solução corporativa SAP, desenvolvida durante o ano de 2016 e disponibilizada para a empresa a partir de 01/02/2017, que permite que a Coordenação de Transportes atenda às solicitações de veículos terrestres realizadas pelos funcionários que necessitem desse recurso.

Possibilita também a gestão da manutenção, abastecimento e apuração de custos de toda a frota da empresa, além da gestão de motoristas oficiais e empregados autorizados a exercer essa função (Função Acessória).

Traz como benefícios a gestão da frota de forma distribuída, abrangendo todas as áreas da empresa eliminando todas as aplicações locais.

Definição, Implantação e Piloto do Processo Ágil de Desenvolvimento de SW de Furnas

O PDSFa segue a base do método Scrum. Scrum é um framework Ágil, simples e leve, utilizado para a gestão do desenvolvimento de produtos complexos imersos em ambientes complexos.

O processo de desenvolvimento Ágil é uma nova metodologia de desenvolvimento de software que proporciona maior agilidade no desenvolvimento de software de Furnas, produzindo entregas mais frequentes e com maior participação dos usuários de negócio.

Através deste trabalho, passamos a valorizar:

1. Indivíduos e interação entre eles mais que processos e ferramentas
2. Software em funcionamento mais que documentação abrangente
3. Colaboração com o cliente mais que negociação de contratos
4. Responder a mudanças mais que seguir um plano

Sistema de Videoconferência

A implantação de novos terminais de alta definição no Sistema de Videoconferência trouxe economia através da redução dos gastos com deslocamentos e viagens, e agilidade na tomada de decisão quando há necessidade de participação de áreas distantes fisicamente. Somente no mês de

novembro foram realizadas 559 conexões de videoconferência com um total de 1100 horas de utilização só no mês de novembro, com 1100 horas.

Ambiente Social Colaborativo – Gestão do Conhecimento em Parceria com o RH.A

Seu objetivo é promover o compartilhamento e a aprendizagem entre os seus empregados. Nele você poderá abrir e participar de Bases e Comunidades de Prática e Bases de Conhecimento para apoiar o seu trabalho no dia a dia.

Benefícios:

- Retenção de Capital Intelectual;
- Promover e incentivar o compartilhamento de informações;
- Usar os perfis dos colaboradores como banco de especialistas;
- Maior integração entre os colaboradores;
- Surgimento de novas ideias e novos talentos.

Projetos	Valores Realizados em 2016	Prazo de Conclusão
Aquisição de Licenças SAP para atender o projeto PROERP	3.314.211	2018
Software de Gestão de Auditoria Continuada	286.350	2018
Aquisição de licenças Adobe	297.133	2018
Fábrica de GED	3.269.232	2018
Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software.	356.481	2017
Configuração e Parametrização de Licenças Suite Rational	155.260	2017
Aquisição de estações de trabalho	1.176.000	2017
Fábrica de Sharepoint	612.106	2018
Aquisição de Licenças SAP para o mascaramento de dados	195.083	2018
Expansão dos Servidores Proxy(Bluecoat)	757.217	2018
Aquisição de Licenças do software Primavera	573.300	2020
Aquisição de Switches para Rede corporativa	672.743	2018
Implantação Software de Planejamento, Orçamento e Fluxo de Caixa	641.489	2016

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Não há.

6.3.1 Principais sistemas de informações

1- ERP SAP ECC 6.0

Gestor: Henrique José Maria

Manutenção feita por funcionários de quadro próprio e contrato.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro A.8.3.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 1/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2016
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000004090	Manutenção, suporte e Fábrica ABAP - Desenvolvimento de melhorias do ambiente SAP/ERP.	96.534.094/0002-39	ACCENTURE DO BRASIL LTDA	13/05/2011	12/05/2016	32.653.995	2.197.385
8000008958	Manutenção, suporte e Fábrica ABAP - Desenvolvimento de melhorias do ambiente SAP/ERP. (Novo Contrato para o Serviço)	04.351.954/0005-23	MEGAWORK	25/04/2016	25/04/2018	7.849.512	2.727.562
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A							

Segue breve descrição dos diversos módulos que compõem o sistema.

Módulo PS

Descrição: Módulo SAP de Gerenciamento de Projetos

Funções:

- Controlar os Projetos Fisicamente (Datas);
- Controlar os Projetos Financeiramente (Orçamento).

Módulo PM

Descrição: Planejamento e Controle de Manutenção de Equipamentos.

Funções:

- Gerenciamento da manutenção de equipamentos e locais de instalação (Subestações, Usinas, Linhas de Transmissão, Instrumentos e Laboratórios Químicos, Hidrometereologia, Sismologia, Centro de Operação e Telecomunicação);
- Gerenciamento dos custos utilizados em mão de obra (interna e externa), materiais, serviços (interno ou terceiros) utilizados na manutenção.

Módulo SD

Descrição: Faturamento de Energia.

Funções:

- Cadastro de Clientes;
- Criação de Contratos;
- Criação de Ordem de Venda;
- Cálculo da Energia Consumida para Faturamento;
- Faturamento de Energia/Serviços;
- Emissão de Nota Fiscal.

Módulo CO/FM

Descrição: Gestão Orçamentária e de Custos

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres do orçamento e controladoria;
- Gestão do planejamento e orçamento;
- Acompanhamento de custos;
- Fechamento Mensal.

Módulo HR - Time

Descrição: Controle de Frequência através do apontamento e controle de ponto.

Funções:

- Gerenciamento a frequência dos empregados baseados nas marcações, apurando itens para a folha de pagamento.

Módulo - EH&S

Descrição: Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança Industrial.

Funções:

- Gerenciamento/Controle das principais NRs.

Módulo HR - PY

Descrição: Folha de Pagamento.

Funções:

- Pagamento salarial dos empregados e tributos referentes à folha de pagamento.

Módulo HR - PA/PD

Descrição: Cadastro de Pessoal, Concessão de Benefícios e Treinamento.

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres de pessoal;
- Gerenciamento de Estruturas Organizacionais;
- Gerenciamento de Cargos;
- Gerenciamento de Posições;
- Gerenciamento de Tarefas;
- Gerenciamento de Benefícios;
- Gerenciamento de Treinamento.

Módulo FI - AA/TR/GL/AP/AR/TV

Descrição: Gestão de Finanças e Contabilidade de Ativos com Contas a Pagar, Contas a Receber, Tesouraria, Viagens, Ativo Imobilizado e Contabilidade.

Funções:

- AP:
 - Cadastro de Fornecedores;
 - Registro de Faturas;
 - Carga em massa de Faturas;
 - Adiantamento/Prestação de Contas de Funcionários não em viagem.
- TV:
 - Adiantamento de viagem;
 - Prestação de Contas e Gerenciamento de viagem.
- AR:
 - Complemento e Desbloqueio do Cadastro de Clientes;
 - Registro de Avisos de Créditos;
 - Destinações Contábeis;
 - Transferências de Clientes para Fornecedores;
 - Emissões de Cartas de Cobranças;
 - Geração de Arquivos para os Bancos.
- AA:
 - Atender Auditoria Interna;
 - Atender órgão externos de fiscalização;
 - Conferência de pontos de controle;
 - Base para tarefas internas.
- GL:
 - Atender exigências ANEEL, CVM e IFRS.

Módulo CFM

Descrição: Empréstimos e Financiamentos, Administrar Saldo de Caixa, Administrar e Gerenciar atribuições de Fluxo de Caixa e Aplicação de Recursos Financeiros.

Funções:

- Importação de extratos bancários;
- Conciliação Bancária;

- Fechamento de Caixa Diário;
- Lançamento de aplicações e resgates financeiros;
- Análise e elaboração do Fluxo de Caixa Previsto, Planejado e Realizado;
- Cadastro de Parceiros de Negócio;
- Pagamentos, Recebimentos e Contabilizações de Empréstimos e Financiamentos.

2- SIRO

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsável Técnico: Alexandre Costa Rodrigues

Fabio Scherer

Manutenção feita por equipe própria.

Criticidade: Alta

Descrição: Sistema de acompanhamento das solicitações de intervenções, indisponibilidades e restrições operativas no sistema eletro energético e de telecomunicações, envolvendo a coordenação, supervisão e execução de manobras de isolamento/normalização nas instalações.

Funções:

- Programação e Execução de intervenções;
- Cadastramento de Títulos Padrão;
- Cadastramento de Locais e Equipamentos da Operação.

3- THEMIS

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsável Técnico: Kelly Mello Monteiro

Manutenção feita por empresa contratada.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro A.8.3.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 2/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2016
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000005028	Suporte e manutenção do sistema Themis (Jurídico)	11.319.574/0001-43	KTREE	10.04.2012	10.04.2017	1.753.668	318.976
8000007730	Desenvolvimento de novas funcionalidades (Workflow de aprovação e integração SAP/ERP) no Software jurídico THEMIS	11.319.574/0001-43	KTREE	23.10.2014	23.08.2016	727.700	112.860
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A							

Descrição: Sistema de automação das atividades da área jurídica de Furnas.

Funções:

- Gestão de processos
- Agenda e prazos
- Pauta de compromissos
- Andamentos automáticos
- Alocação de horas
- Controle de despesas
- Controle de cobranças
- Emissão de relatórios
- Armazenamento de documentos
- Controle de depósitos
- Campos customizáveis
- Gestão financeira
- Faturamento
- Controle de reembolso
- Acesso via web
- Acesso para clientes
- Visão por usuário
- Gestão de arquivo físico
- Publicações

4- Sistema de Informações Espaciais dos Empreendimentos de Furnas (GISFurnas)

O GISFurnas tem por principal finalidade gerenciar e disponibilizar todas as informações geográficas e espaciais provenientes das atividades/processos de engenharia relacionadas aos empreendimentos (usinas, linhas e subestações) da Empresa.

A contratação de serviços de migração e atualização do sistema para a nova plataforma (ESRI), como também o suporte técnico especializado, prevista inicialmente para ocorrer no ano de 2016, foi reprogramada para o ano em curso.

Gestor: Paulo Roberto Vieira Oliveira

Criticidade: Alta

5- Rede de Detecção de Descargas Atmosféricas (RINDAT)

A RINDAT tem por principal finalidade possibilitar a detecção, o registro e análise da incidência de descargas atmosféricas ocorridas nas áreas onde Furnas detém os seus ativos, possibilitando proteções mais eficientes quanto a esse tipo de evento.

A contratação de serviços de administração e suporte técnico, como também de aquisição de sensor para expansão da rede prevista inicialmente para o ano de 2016, foi reprogramada para o ano em curso.

Gestor: Paulo Roberto Vieira Oliveira

Criticidade: Média

O principais Sistema de Informação utilizado pela DO é o ERP SAP (ver sistema 1 acima), os demais sistemas computacionais essenciais à Diretoria de Operação e Manutenção são classificados como sendo de Controle de Processos, cujas principais diretrizes e critérios são emanados dos Procedimentos de Rede, os quais são aprovados pela Agência Reguladora - ANEEL e geridos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Os processos de avaliação e monitoramento de riscos em Furnas são estabelecidos seguindo as diretrizes dispostas pela Gerência de Riscos e Controles Internos (GRI.P), uma das gerências ligadas à Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P).

Por sua vez, a Gestão de Riscos é realizada a partir de deliberação do Comitê de Gestão de Riscos, pela priorização dos eventos de risco, posteriormente aprovados pela alta administração. Quanto à metodologia de gerenciamento, a Nota Técnica ARC.F.001.2015 define os conceitos para implantar um sistema automatizado de mapeamento, coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais Furnas está submetida.

Adicionalmente, vale fazer o registro, Furnas passou a adotar (2015), na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, o sistema COSO 2013.

Feita essa abordagem inicial, no que se refere aos riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes, foi realizado levantamento para inclusão do Evento de Risco “Gestão da Informação” na Matriz de Riscos de Furnas com os fatores de risco e seus respectivos impactos, relacionados à Segurança da Informação (ver tabela 1 a seguir).

Tabela 1

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
Operacional	Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC)	Gestão da Informação	Gestão das atividades de criação, alteração, divulgação, guarda e manuseio das informações produzidas ou recebidas pela Empresa, até o seu descarte, contemplando a Continuidade do Negócio, a necessidade de transparência, critérios de conformidade e processos de tomada de decisão pela alta administração.	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação de recursos (orçamentários, de pessoal, tecnológicos); - Inexistência de divulgação das políticas e procedimentos de Segurança da Informação; - Ausência / Inadequação de mecanismos / procedimentos que garantam o cumprimento das políticas e processos de gestão da Informação; - Inexistência de mapeamento dos processos de negócio e fluxo de informações; - Pouco envolvimento / “patrocínio” da Alta Administração; - Ausência de Treinamento / Capacitação e Conscientização; - Ausência de cultura empresarial focada em segurança da Informação; - Indefinição / desconhecimento dos planos de negócio da Companhia; - Complexidade das operações / dimensão da Companhia, relacionadas a Segurança da Informação; - Ausência de Plano de Continuidade de Negócio ligado à gestão da informação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de imagem, Reputação ou Boa fé; - Atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Empresa; - Desconfiança dos investidores e do mercado; - Perda de credibilidade junto ao mercado e stakeholders; - Redução do valor de mercado da Companhia; - Não aderência às melhores práticas de governança corporativa; - Não consecução dos planos de negócio; - Não aderência às regras e procedimentos internos; - Processo decisório mais lento; - Perda de competitividade e eficiência;

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de mapeamento de informações estratégicas/sensíveis relacionadas ao negócio; - Ausência da prática contínua de mapeamento / melhoria de processos; - Ausência de identificação de ameaças potenciais para a empresa e os possíveis impactos nas operações de negócio, caso estas ameaças se concretizem (impacto x custo); - Ausência de equipe de tratamento de resposta à incidentes; - Ausência / Inadequação de levantamento de ativos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de Propriedade Intelectual; - Não aderência às exigências da Lei nº 12.527/2011 e seus Decretos, bem como requisitos / atendimentos de exigências e / orientações da SOX, OCDE, CVM, CPC, de Órgãos Reguladores, o programa de integridade da Eletrobras e demais normatizações de mercado; - Impactos de interrupção do negócio da empresa; - Falta de resposta eficiente para minimizar impactos; - Ausência de capacidade de gerenciar risco que não podem ser segurados;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de adoção de melhores práticas que atendam aos requisitos/exigências previstas na 4ª iniciativa do PDNG (Plano Diretor de Negócio e Gestão) da Eletrobras; - Vazamento de Informações; - Divulgação indevida de Informações equivocadas ou imprecisas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de procedimento de testes para monitoramento; - Ausência de capacidade de demonstração de manter a entrega de seus produtos e serviços.

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de contato com autoridades relevantes e grupos especializados em Segurança da Informação; - Não inclusão da Segurança da Informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos, independentemente do tipo de projeto; - Ausência de processo disciplinar formal, específico para casos de violações de Segurança da Informação; - Ausência de mecanismos tecnológico que suporte o processo de Classificação da Informação; - Ausência de política formal de Backup; - Ausência de relatórios / Indicadores de: tráfego de dados e de incidentes de TI; - Comunicação deficiente; - Falta de autonomia para implementação / contratação de teste de Intrusão e de investigações forenses. 	
Fonte: Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P					

No exercício de 2015, não foi implementada qualquer ação relativa à continuidade do negócio ligada à Segurança da Informação.

No que se refere a 2016, após tratativas, foi realizado um levantamento inicial, contemplando as medidas de mitigação (matriz de riscos apresentada adiante), validado pela Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A, no contexto da Certificação SOx, os riscos e seus respectivos controles associados para a mitigação dos mesmos foram revisados e testados pelo Auditor Externo (KPMG) no ano de 2016, sendo apresentado conforme **tabela 2** a seguir:

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.01	<u>Concessão de acesso no SAP:</u> A solicitação de acesso ao SAP é feita por meio do SAP GRC AC, onde será analisado e validado pelo gerente imediato do usuário final ou favorecido, passando pela avaliação do Process Owner (líder de processo) posteriormente. Caso envolva risco de acesso de segregação de função ou de ação crítica, o Process Owner identifica a existência de controle compensatório.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.02	<u>Concessão de acesso a perfil FireFighter:</u> A concessão de acesso em um perfil FireFighter é solicitada por meio do SAP GRC AC pelo usuário e é avaliada pelo Controlador de FireFighter.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.03	<u>Criação/alteração de controle compensatório (SAP GRC AC):</u> Elaboração de controle compensatório pelo Process Owner caso o acesso envolva uma ação crítica ou risco de segregação de função. Nesses casos os controles compensatórios são validados pela GRI.P.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.04	<u>Revogação de acesso ao PwSati:</u> A revogação de acesso ao PwSati ocorre por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu substituto, ou pelo gerente da GPG.F, e é executada pela DDSC.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.06	<u>Revogação de acesso automática no SAP:</u> A revogação dos acessos no SAP em função de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de urnas diariamente.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.07	<u>Parametrização de senha:</u> Configuração de senha forte na Rede, Plataforma Distribuída (Active Directory), SAP, PwSati, Portal SAP e sistemas não SAP por meio de parâmetros configurados em políticas e procedimentos vigentes.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.08	<u>Revogação de acesso no SAP:</u> A revogação de acesso no SAP ocorre por meio de abertura de chamado na ferramenta ITIL ou SAP GRC AC pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Contole	Descrição da Atividade de Controle
alçada competente.				substituto.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.09	<u>Concessão de acesso ao PwSati:</u> A solicitação de concessão de acesso ao PwSati é realizada por meio de: incidente registrado na ferramenta ITIL; Correspondência Interna do gerente do Departamento; ou e-mail do gerente da Divisão solicitante (em casos de urgência), direcionado à DDSC.A, responsável pela execução da concessão.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.10	<u>Revisão de acesso às transações críticas do SAP:</u> A revisão de acesso às transações críticas e perfis de acesso SAP é realizada, por meio do SAP GRC AC, pelo respectivo <i>Process Owner</i> de cada área de negócio, sendo coordenada pela área de Controles Internos (GRI.P).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.11	<u>Concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u> A solicitação de concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio da ferramenta TINET por um gerente, sendo executada a concessão pela equipe da Coordenação de Produção da GIR.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.12	<u>Revisão de acesso ao Jazz:</u> A revisão dos acessos ao sistema Jazz é realizada pela GDS.A e registrado em ata de reunião da área.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.13	<u>Concessão de acesso ao SIRO:</u> A concessão de acesso ao sistema SIRO é registrada por meio de log no próprio sistema e o acesso é concedido pelo Administrador Geral ou pelo Administrador de Órgão, conforme perfil adequado.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.14	<u>Restrição de acesso ao Control-M:</u> Restrição de acesso ao Control-M aos colaboradores da Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.15	<u>Concessão de acesso de administrador de ambiente:</u> A concessão de acesso ao perfil de Administrador do Ambiente da Plataforma Distribuída é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Gestor Funcional do colaborador e direcionada ao Grupo de Administradores de TI responsável.
Assegurar adequada restrição de acesso aos	R.01	Acesso indevido e/ou não	C.16	<u>Restrição de acesso aos logs - trace de segurança e tabelas</u>

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.		autorizado aos sistemas de informação.		SAP: O SAP gera trace de segurança e de tabelas a fim de registrar o acesso e as alterações realizadas por um usuário no sistema. A restrição de acesso aos logs de trace de segurança e trace de tabelas do Ambiente SAP ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores Basis possuam acesso. Adicionalmente, os colaboradores lotados na Equipe de Auditores Internos de Furnas podem acessar os logs de segurança do SAP.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.17	Concessão aos sistemas Service Manager A concessão de acesso aos sistemas Service Manager é realizada por meio da solicitação de um gerente no sistema TINET.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.20	Solicitação de revisão de acessos à Rede: A solicitação de revisão de acesso à Rede Corporativa é enviada pela DDRS.A as áreas DASE.N, DIRC.F, GCT.N, DEFI.F, DVCT.N e GFS.F.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.21	Revogação de acesso automática na Plataforma Distribuída: A revogação dos acessos na Plataforma Distribuída em função de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de furnas diariamente.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.22	Revogação de acesso de administrador de ambiente: A revogação de um perfil de Administrador de TI é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da Coordenação de Produção pelo gestor funcional da DDRS.A (Plataforma Distribuída), sendo executado pelo respectivo grupo de administradores.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.23	Revogação de acesso à Plataforma Distribuída: A solicitação de revogação de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio da ferramenta TINET por um gerente, sendo direcionada para equipe da Coordenação de Produção da GIR.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.24	Revisão de acesso ao Service Manager: A revisão de acesso ao sistema Service Manager é realizada semestralmente pela GIR.A e registrada em ata de reunião.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Contole	Descrição da Atividade de Controle
alçada competente.				
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.25	<u>Concessão de acesso à Plataforma Distribuída:</u> A concessão de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio de solicitação na TINet, na intranet, pelo gerente do colaborador (Seu substituto ou por colaboradores com designação para tal), sendo direcionada para equipe de Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.26	<u>Restrição de acesso ao Banco de Dados:</u> Restrição de acesso ao banco de dados por meio de utilitários de modo que apenas usuários lotados nos grupos Administradores de TI de Banco de Dados e Administradores de TI de Controle da Produção possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.27	<u>Monitoramento de banco de dados:</u> Monitoramento dos acessos e atividades (definidas no Processo de Gestão e Administração de Segurança) realizadas nos bancos de dados por meio do registro de logs de segurança.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.28	<u>Concessão de acesso de Administrador de Banco de Dados:</u> A concessão do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.29	<u>Concessão de Senha de Superusuário:</u> Caso haja necessidade de utilizar uma conta de Superusuário para qualquer intervenção no ambiente sob sua responsabilidade, o Administrador de TI abre um incidente na ferramenta ITIL, informando a conta desejada, o motivo e o tempo previsto de utilização, solicitando a senha da respectiva conta de superusuário. A senha é liberada caso o administrador de TI requisitante seja previamente autorizado a utilizá-la.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.30	<u>Revisão de acesso aos Bancos de Dados:</u> Revisão dos usuários com acesso aos banco de dados do SQL Server (Control-M, SAP e Ferramenta ITIL) e Oracle (PwSati e SIRO), realizado pelo gerente da DBDS.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.31	<u>Monitoramento dos Superusuários:</u> As atividades dos superusuários nos ativos de TI e das senhas de superusuários são monitoradas pelo gerente, ou seu substituto, da DBDS.A e evidenciado por meio de relatório.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
alçada competente.				
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.32	<u>Concessão de acesso ao Control-M:</u> A solicitação de concessão de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Coordenador de Produção, ou seu substituto, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.33	<u>Revisão de acesso ao Control-M:</u> A revisão de acesso do Control-M é realizada pelo Coordenador de Produção e registrada em ata.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.34	<u>Restrição de acesso aos logs do Active Directory:</u> O Active Directory (AD) possui log que registra eventos relevantes ocorridos no sistema. A restrição de acesso aos logs de segurança do Active Directory (AD) ocorre de modo que apenas os Administradores de TI lotados na DDRS.A e Administradores de TI da Coordenação de Produção possuam acesso. O backup dos logs de dados é armazenado por 6 meses.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.36	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança do Firewall:</u> Os logs de dados do sistema de Firewall são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso ao Servidor de logs de segurança dos Firewalls ocorre de modo que somente os colaboradores lotados nos grupos Administradores de Segurança ou Administradores de Backup possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.39	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY:</u> Os logs de dados do sistema de Proxy de Furnas são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores de Segurança e Administradores de Backup possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.42	<u>Revogação de acesso ao Control-M:</u> A solicitação de revogação de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Coordenador de Produção, ou substituto, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.43	<u>Revogação de acesso ao sistema Service Manager:</u> A revogação de acesso ao sistema Service Manager é realizada por meio de solicitação de um gerente na ferramenta TINET, sendo executada pelo Administrador da Ferramenta.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
alçada competente.				
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.44	<u>Revogação de acesso ao SIRO:</u> A revogação dos acessos no SIRO ocorre de forma automática, durante o login de um usuário no sistema, sendo registrada por meio de log do sistema.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.45	<u>Revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u> A revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio de solicitação na ferramenta TINet por um gerente, sendo executada pela equipe da Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.46	<u>Revogação de acesso de Administrador de Banco de Dados:</u> A revogação do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.47	<u>Revogação da Senha de Superusuário:</u> A revogação da senha de superusuário acontece na data prevista de encerramento do acesso, conforme presente na solicitação de concessão de acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.48	<u>Revisão de acessos à Rede:</u> Revisão periódica dos usuários com acesso à Rede Corporativa pelos gerentes, ou substitutos formais, do escritório central das áreas DASE.N, DIRC.F, GCT.N, DEFI.F, DVCT.N, GFS.F, mediante a solicitação de revisão enviada pela DDRS.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.49	<u>Implementação da revisão dos acessos à Rede:</u> Após a revisão de acesso à Rede Corporativa, a DDRS.A realiza os ajustes necessários nos acessos à Rede Corporativa, de acordo com a revisão recebida, a fim de garantir que somente colaboradores com a devida autorização possuam acesso.
Fonte: Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P				

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação.

Em função das novas diretrizes que estão sendo implantadas na Empresa, como a reestruturação organizacional, com a criação de novos órgãos e redefinição das funções dos órgãos existentes, faz-se necessária uma detalhada reavaliação do PDTI por parte da TI.

Com esse foco, será montado um novo PDTI a partir de agosto, visando atender às novas necessidades das áreas de negócio e à adequação do processo de Governança aos objetivos estratégicos de Furnas.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Furnas segue as diretrizes de sua Política ambiental desde 1998, tendo a mesma sido atualizada em 2015. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/frmMAPoliticaAmbiental.aspx>

A Empresa também atende aos princípios da Política Ambiental e de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras. Disponível em:

http://www.furnas.com.br/arcs/pdf/Politica-Ambiental-das-Empresas-Eletobras_2013.pdf

<http://www.furnas.com.br/frmPUPoliticaSustentabilidade.aspx>

Quadro A.6.4 – Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais Furnas elabora relatórios semestrais do Programa da Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5.940/06), desde 2008 e relatórios anuais do Programa A3P, desde 2012 (ano de adesão ao programa), todos esses relatórios estão disponíveis no site externo da Empresa. Pela segunda vez, Furnas foi vencedora do Prêmio A3P do Ministério do Meio Ambiente. A 6ª edição da premiação contemplou dois projetos da Empresa, um no eixo temático Gestão de Resíduos – Projeto da Bateria de Lítio no Sistema de Telecomunicações, e o outro no eixo temático Inovação na Gestão Pública – Projeto do Ônibus Urbano com Tração Elétrica.			
Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E			

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Ainda que não se tenha constituído o PLS (art 16), Furnas observa as práticas e diretrizes de desenvolvimento sustentável do Decreto nº 7.746/2012 em todas as suas contratações.

Todas as licitações de Furnas são regidas pelas Leis nº 8.666, de 21.06.93, Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, e Lei nº 12.349, de 15.12.2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também atendem ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal: Lei nº 8.666, de 21.06.93 e Lei nº 12.349, de 15.12. 2010.

Os Princípios e Normas de Conduta Empresarial de Furnas e o Código de Ética das Empresas Eletrobras (www.furnas.com.br, opção “A Empresa”). são partes integrantes dos editais e contratos na

relação de Furnas com seus Fornecedores (www.furnas.com.br, opção “Fornecedores”), os quais estabelecem compromissos entre as partes referente às boas práticas socioambientais.

As diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, norteiam as ações das Empresas Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeira e ambiental.

7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas atua como canal de pós-atendimento aos seus diversos colaboradores, bem como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão em geral, consolidando-se como um importante instrumento à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, um importante serviço aos gestores de Furnas e reforçando o compromisso da Empresa com toda a sociedade.

O livre acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou qualquer outro documento. Em todas estas formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, onde fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Programa “Ouvidoria Itinerante”

Diante dos resultados obtidos no ano anterior, foi mantido o Programa de Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é divulgar e esclarecer a forma de atuação da Ouvidoria junto às áreas regionais da Empresa, incentivando o acesso do público interno e ampliando, assim, a escuta em todas as usinas e subestações da Empresa.

Em 2016, foram realizados cinco encontros regionais com a presença de toda a força de trabalho das usinas e subestações localizadas no Estado de São Paulo (Itaberá, São Roque, Campinas, Guarulhos e Mogi das Cruzes).

Lei nº 12.527/11 – Acesso à Informação

Com o advento da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu um sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei.

Em Furnas, a Ouvidoria foi designada para coordenar as ações de implantação das medidas previstas na Lei de Acesso à Informação, bem como para supervisionar sua aplicação.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em obediência à nova legislação, Furnas disponibilizou diversas informações de interesse público em seu *website*, acessíveis por meio de *banner* específico em sua página principal.

Caso o cidadão não encontre disponível a informação pretendida na página do SIC Furnas, poderá solicitá-la, preferencialmente por meio do sistema eletrônico do Governo Federal, no endereço <http://www.acessoainformacao.gov.br>, cujo *banner* pode ser acessado no *website* de Furnas.

Poderá ainda, solicitá-la por correio, telefone ou pessoalmente. Para tanto, o interessado deverá preencher um formulário de cadastramento com seus dados pessoais, indicará a empresa que detém a informação pretendida e formulará sua solicitação, que será retransmitida para o endereço eletrônico sic@furnas.com.br, para análise da Ouvidoria.

A fim de atender à transparência passiva, Furnas adotou o sistema e-SIC, da Controladoria-Geral da União, que tem por propósito registrar pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da empresa. Este sistema gera relatórios das informações solicitadas de diversos órgãos e entidades públicas, inclusive Furnas.

Canal Denúncia – Fraude e Corrupção

O Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

“Fale com o Presidente”

Além de suas competências naturais, a Ouvidoria administra o canal “Fale com o Presidente”. Este canal é exclusivo para comunicação do público interno da Empresa, compreendendo funcionários efetivos, contratados e estagiários. As mensagens encaminhadas via canal “Fale com o Presidente” podem ser dúvidas, comentários ou sugestões.

Informações Gerenciais e Estatísticas

Em 2016, foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 822 demandas, sendo 703 manifestações postadas na Ouvidoria e 119 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As 703 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (193), solicitação (371), sugestão (15), denúncia (116), elogio (7) e agradecimento (1). No que tange à origem, das 703 manifestações, 424 (60%) foram de origem externa, 236 (34%), interna e 43 (6%), não identificada.

Os Relatórios das Atividades da Ouvidoria estão publicados na página de Furnas, no link <http://www.furnas.com.br/frmOuvidoria.aspx>.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica.

Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

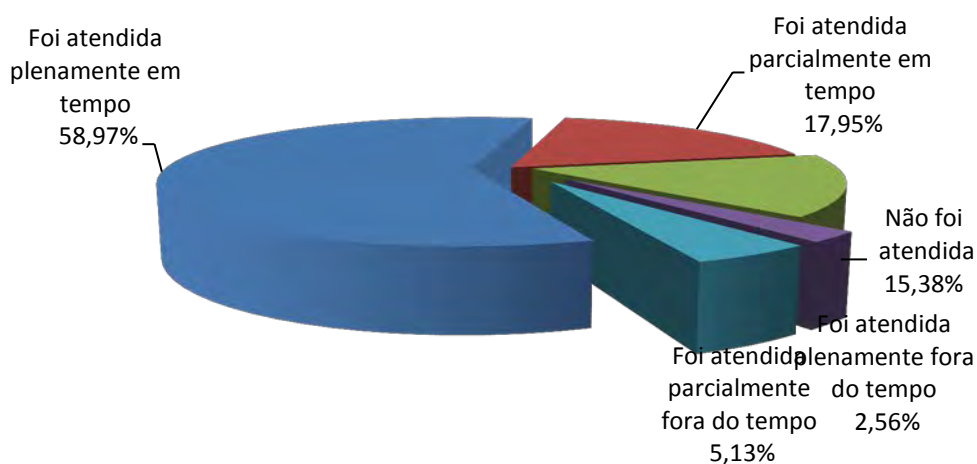
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação relativa a prazo, atendimento e usabilidade do canal, não tendo por competência realizar pesquisas de satisfação do cidadão quanto ao serviço prestado pela Empresa. Contudo, é disponibilizado à alta administração, anualmente, relatório contendo dados das demandas recebidas pelo referido canal, que podem ser úteis para tomada de decisão e melhoria dos processos e serviços da Empresa. O relatório é disponibilizado no *website* de Furnas, após a apresentação aos órgãos de administração da Empresa.

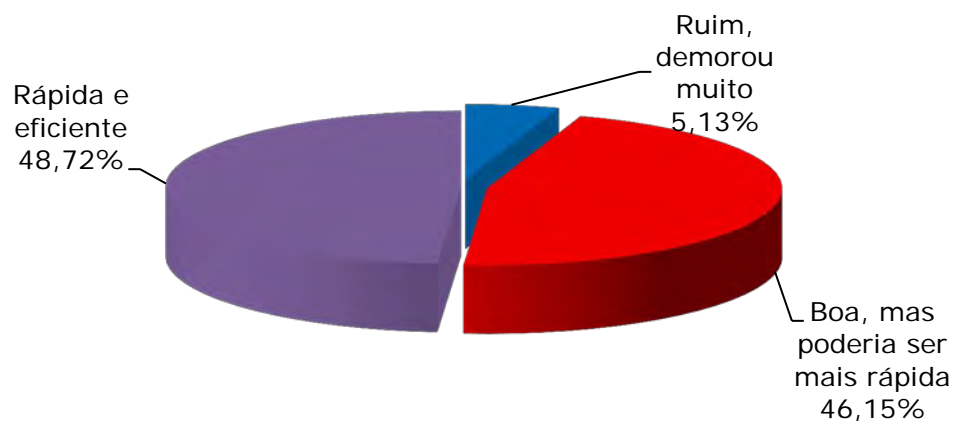
Avaliações dos Manifestantes

Após a conclusão de uma manifestação, é solicitado ao manifestante que responda ao questionário de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria. As respostas estão consolidadas nos gráficos a seguir, para o conjunto daqueles que responderam à pesquisa.

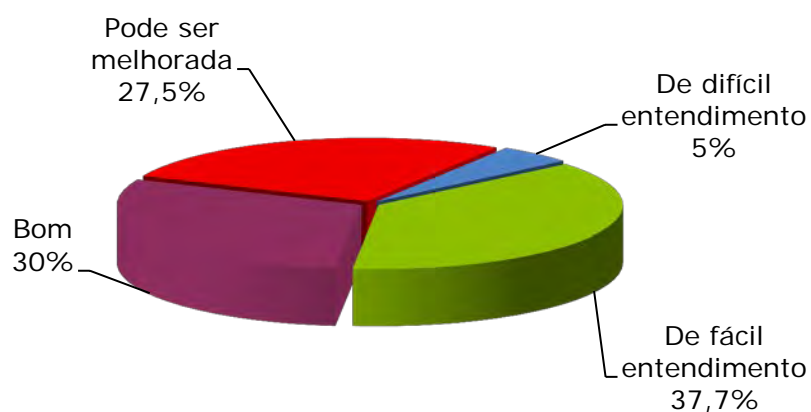
Quanto à Forma de Atendimento da Manifestação:



Quanto à Satisfação com o prazo de solução:



Quanto à Forma de Navegação no Website:



7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O caminho de acesso é o *website* institucional de Furnas www.furnas.com.br, aba "Publicações".

8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro do exercício

O Resultado do Exercício de 2016 foi positivamente impactado pelo reconhecimento, por parte da Aneel, de receita adicional de R\$ 14.031 milhões advinda da parcela não depreciada dos ativos reversíveis de transmissão abrangidos pelo contrato de concessão prorrogado no âmbito da Lei 12.783/2013. Esses ativos foram atualizados e remunerados de acordo com o estabelecido na Portaria MME nº 120/2016.

O reconhecimento desta receita adicionada ao valor base anteriormente contabilizado de R\$ 4.530 milhões, totaliza o montante de R\$ 18.561 milhões na rubrica RBSE (posição Dez/2016) em contas a receber.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, a Receita Bruta atinge a cifra de R\$ 20.426 milhões, o que representa um aumento de 182% em relação ao exercício anterior.

Impulsionado por esta receita extraordinária, o Resultado do Exercício atingiu o montante de R\$ 9.451 milhões, elevando assim o Patrimônio Líquido à cifra de R\$ 19.233 milhões nas demonstrações consolidadas, consubstanciando-se em um aumento de 88,2% frente ao exercício de 2015.

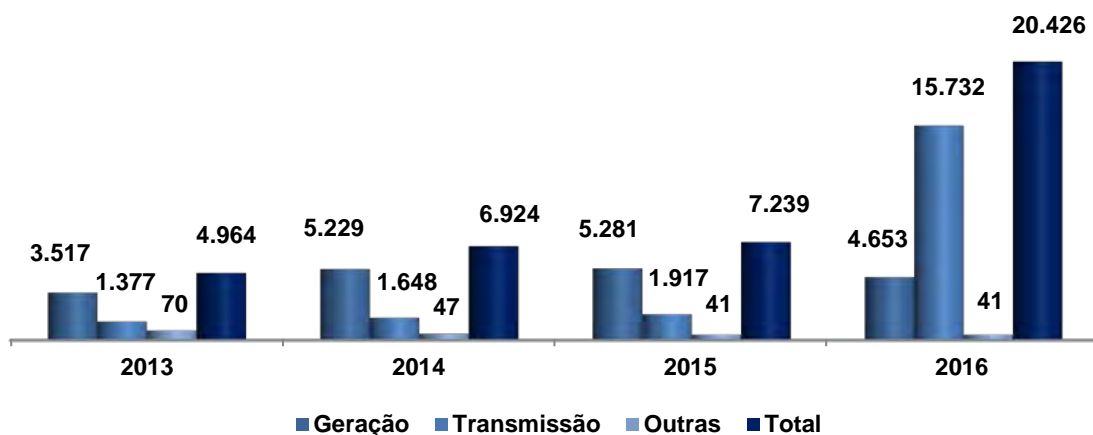
A Margem Bruta (Lucro Bruto/Receita Operacional Líquida) e de Resultado do Serviço (Resultado do Serviço/Receita Operacional Líquida) em Energia Elétrica atingiram expressivas marcas de 78,2% e 76,8%, respectivamente.

Receita Operacional

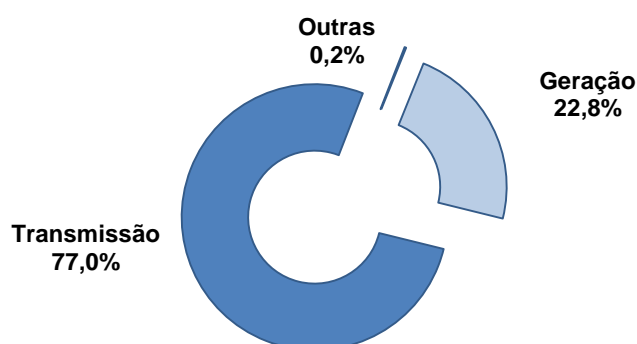
A Receita Operacional Bruta consolidada obtida em 2016, de R\$ 20.426 milhões, é constituída pelos segmentos de Transmissão (77,0%), Geração (22,8%) e Outras (0,2%).

Comparadas ao exercício anterior, as receitas dos ativos de Transmissão cresceram 721%, as de Geração reduziram-se em 12% e Outras cresceram 1%. A segmentação está demonstrada no gráfico a seguir.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta (R\$ milhões)



As receitas de transmissão, conforme citado acima, cresceram 721% no exercício, infladas de forma excepcional pelos recursos contabilizados da RBSE. Expurgado este efeito, a receita de transmissão seria de R\$ 1.504 milhões, em decréscimo de 21,6% frente ao exercício anterior.

A receita do segmento Geração em 2016 foi de R\$ 4.653 milhões, enquanto em 2015 havia atingido 5.281 milhões. Esta redução aproximada de 12% decorre principalmente das devoluções dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) ocorridas no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) devido à migração de alguns consumidores cativos que rescindiram seus contratos de energia com as concessionárias de distribuição e passaram a atuar no ambiente livre.

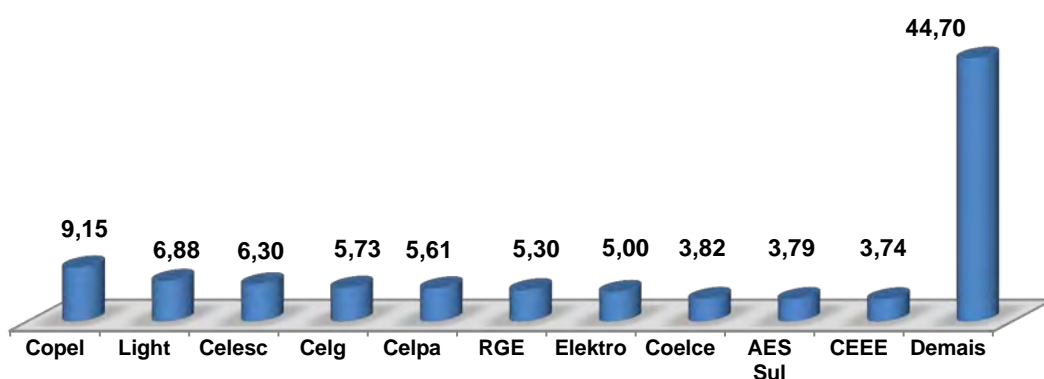
Somado a isso, houve significativa diferença no valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que baliza os pagamentos ou recebimentos dos agentes na contabilização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O PLD da região Sudeste/Centro-Oeste caiu, na

média, de R\$ 287,2/MWh em 2015 para R\$ 94,12/MWh em 2016. Deve-se considerar, portanto, uma variação de receita no âmbito da contabilização do Mercado de Curto Prazo da CCEE.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa detém 246 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Quanto ao regime de cotas, chegou-se ao pico de ter em carteira 495 contratos com as principais empresas de distribuição de energia do país e cuja liquidação se dá no ambiente da CCEE.

No âmbito do ACR, Furnas detém contratos da ordem de R\$ 3,5 bilhões, resultantes do relacionamento comercial com 46 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 55,3% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

Principais Clientes – ACR (%)



Custos e Despesas Operacionais

O custo de operação (composto por pessoal, material, serviços de terceiros, combustível, depreciação e outros) de 2016 correspondeu a R\$ 2.921 milhões, o que representa ligeiro decréscimo frente a 2015. Em termos reais ocorreu um decréscimo de 6,0% face à inflação de 6,29% medida pelo IPCA de 2016.

Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro do exercício, composto por Receitas e Despesas Financeiras, foi negativo em R\$ 981 milhões em 2016, decréscimo em torno de 25%, em valor absoluto, com relação aos R\$ 1.302 milhões negativos do ano anterior. O ocorrido é explicado por conta do crescimento cerca de 19% das Receitas Financeiras, que passaram de R\$ 365 milhões para R\$ 433 milhões, e do decréscimo de 81% na rubrica de Despesas de Variação Monetária e Cambial, cujo valor passou de R\$ 522 milhões para R\$ 98 milhões.

Há que se destacar a contribuição da queda do indexador de inflação, o IPCA, que atualiza 32% da dívida de Furnas, tendo este passado de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016, e também a dívida em moeda estrangeira, a qual, apesar de responsável por apenas 4% do endividamento financeiro,

sofreu, no exercício de 2016, os efeitos positivos da valorização do câmbio, de, aproximadamente, 17%.

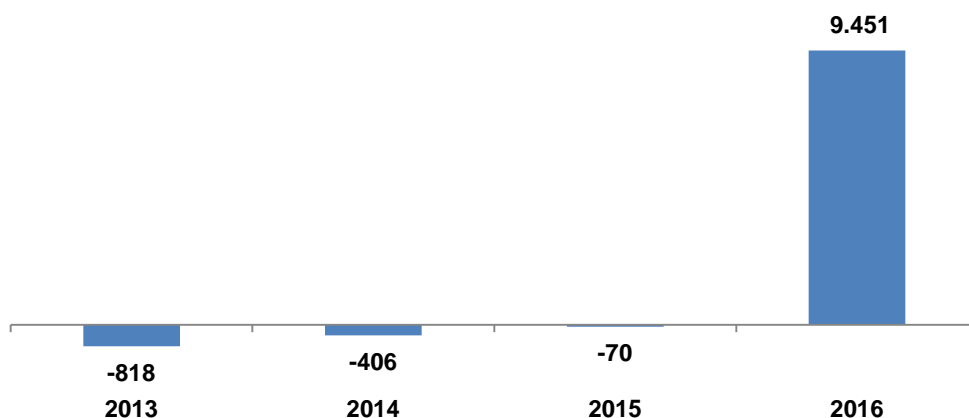
Resultado do Exercício

O Lucro Bruto de Furnas nas Demonstrações Financeiras consolidadas em 2016 foi de R\$ 15.362 milhões, representando crescimento de 713% em relação ao exercício anterior.

O resultado consolidado do exercício de 2016 foi de R\$ 9.451 milhões, fortemente alavancado pelo reconhecimento da receita adicional correspondente aos ativos de Transmissão ainda não depreciados ou amortizados da RBSE.

O gráfico a seguir apresenta os resultados líquidos obtidos pela Empresa desde a prorrogação das concessões, destacando-se a gradativa recuperação, fruto das iniciativas de restabelecimento das receitas e de aumento de eficiência e redução de custos nos últimos quatro anos.

Evolução do Resultado Líquido do Exercício (R\$ milhões)



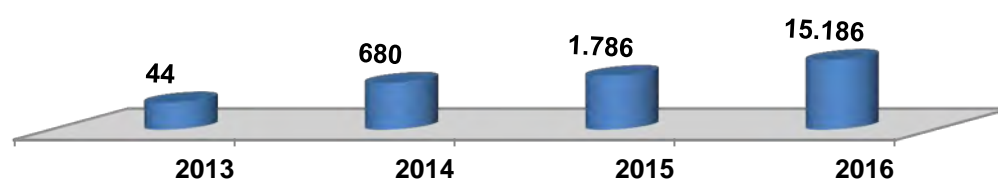
Para efeito de análise, o resultado líquido expurgado do efeito da parcela não depreciada da RBSE seria de R\$ 209 milhões.

EBITDA

O EBITDA, calculado segundo a metodologia definida pela CVM, atingiu, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 15.186 milhões, representando crescimento de 750% em relação ao obtido no exercício anterior. Os quadros a seguir demonstram a evolução do EBITDA.

Evolução do EBITDA - Critério CVM

	R\$ milhões			
EBITDA critério CVM	2013	2014	2015	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	(818)	(406)	(70)	9.451
(+) Tributos sobre o lucro	152	405	310	4.474
(+) Resultado financeiro líquido	524	458	1.302	981
(=) LAJIR ou EBIT	(142)	458	1.542	14.906
(+) Depreciação e amortização	186	222	245	280
(=) LAJIDA ou EBITDA	44	680	1.786	15.186



A seguir, cálculo do EBITDA Ajustado, suprimindo-se os efeitos não recorrentes, inclusive a parcela não depreciada da RBSE.

	R\$ milhões
EBITDA Ajustado	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	15.186
(-) Parcela não depreciada RBSE	14.031
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	185
(+) Parcela atribuída aos acionistas minoritários	18
(=) EBITDA Ajustado	1.358

Liquidez Financeira

No exercício de 2016, a Empresa realizou seu programa de investimentos corporativos e de inversões financeiras, tendo aplicado respectivamente R\$ 500 milhões e R\$ 1.304 milhões, totalizando R\$ 1.804 milhões, na expansão e modernização dos seus sistemas de Geração e Transmissão de energia e em suas Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Algumas SPEs tiveram como fato marcante a redução de capital social, o que permitiu a Furnas o recebimento de recursos, no total de R\$ 195,5 milhões, mantendo inalterado o seu respectivo percentual de participação societária nas SPEs. A título de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) também foram recebidos R\$ 175 milhões no exercício em comento, sendo R\$ 140 milhões em dividendos e R\$ 35 milhões em JCP.

Para realizar o programa de investimento do ano, a Empresa utilizou, como fonte de recursos, captação da ordem de R\$ 1.552 milhões, além de parte dos recursos que se encontravam aplicados em títulos e valores mobiliários.

O exercício de 2016 encerrou-se com disponibilidade líquida de caixa, mais títulos e valores mobiliários, de R\$ 701 milhões.

No que concerne a investimentos corporativos e inversões financeiras, estão elencados, a seguir, os montantes aplicados em 2016.

Investimentos Corporativos (realizado)

	R\$ milhões
Geração	61
Preservação da capacidade operativa do Sistema de Operação	35
Implantação do complexo UHE Simplício / PCH Anta	19
Outros	7
Transmissão	348
Preservação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	168
Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	165
Outros	15
Meio Ambiente e Infraestrutura	91
Conservação ambiental	46
Infraestrutura	45
Total	500

Investimentos em SPEs – Inversões Financeiras (realizado)

	R\$ milhões
Geração	652
UHE São Manoel	419
UHE Santo Antônio	152
UHE Teles Pires	69
Outros	12
Transmissão	652
IE Belo Monte	334
Mata de Santa Genebra	207
Outros	111
Total	1.304

Captação de Recursos e Endividamento

No exercício de 2016, foram realizadas operações de captação de recursos da ordem de R\$ 1.552 milhões para suportar os investimentos e inversões financeiras da Empresa, sendo R\$ 1.130 milhões oriundos de duas operações de financiamento com a Caixa Econômica Federal, R\$ 233 milhões junto ao BNDES, R\$ 159 milhões por conta de contrato de financiamento celebrado com a State Grid Brazil Holding, além de captação de curto prazo junto ao Banco ABC Brasil no valor de R\$ 30 milhões.

Adicionalmente, realizou-se operação de repactuação de contratos junto à Eletrobras no montante aproximado de R\$ 194 milhões, ressaltando-se que não houve ingresso de recursos no caixa da Empresa, mas tão somente a liberação econômica para quitação de parcelas inadimplidas por meio de encontro de contas.

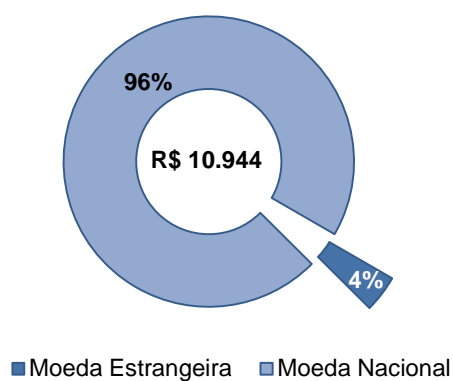
A composição do endividamento total, formado pelo principal acrescido de juros e encargos, ao final do exercício, está representada no quadro a seguir:

R\$ milhões	
Credor	Saldo em 31.12.2016
Eletrobras (Moeda Nacional)	3.801
Eletrobras (Moeda Estrangeira)	82
BID (Moeda Estrangeira)	369
Caixa Econômica Federal (CEF)	3.021
Banco do Brasil	1.359
BNDES	1.059
Outros	721
Cessão de Crédito	532
Total	10.944

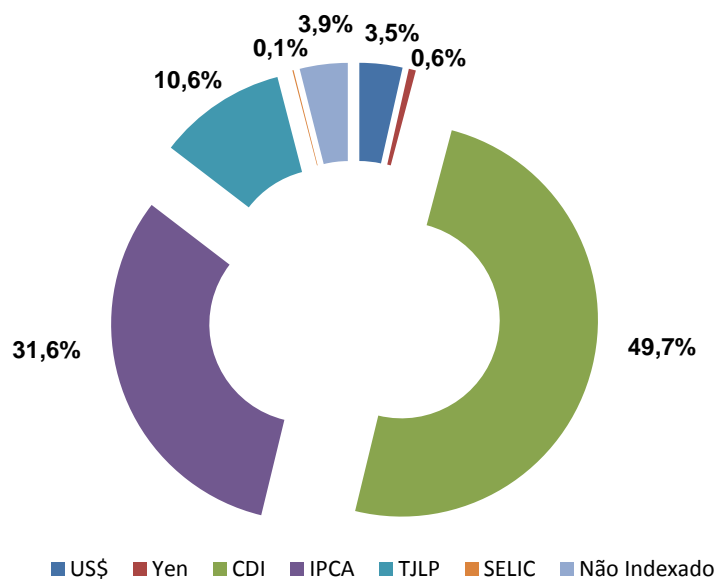
Os principais credores são Eletrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que, juntos, representam cerca de 76% do endividamento total.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro de Furnas atingiu o valor de R\$ 10.944 milhões, possuindo a seguinte configuração:

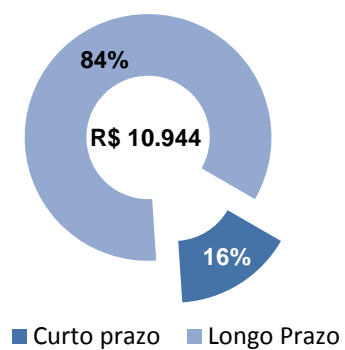
Composição da Dívida 2016 (R\$ milhões)



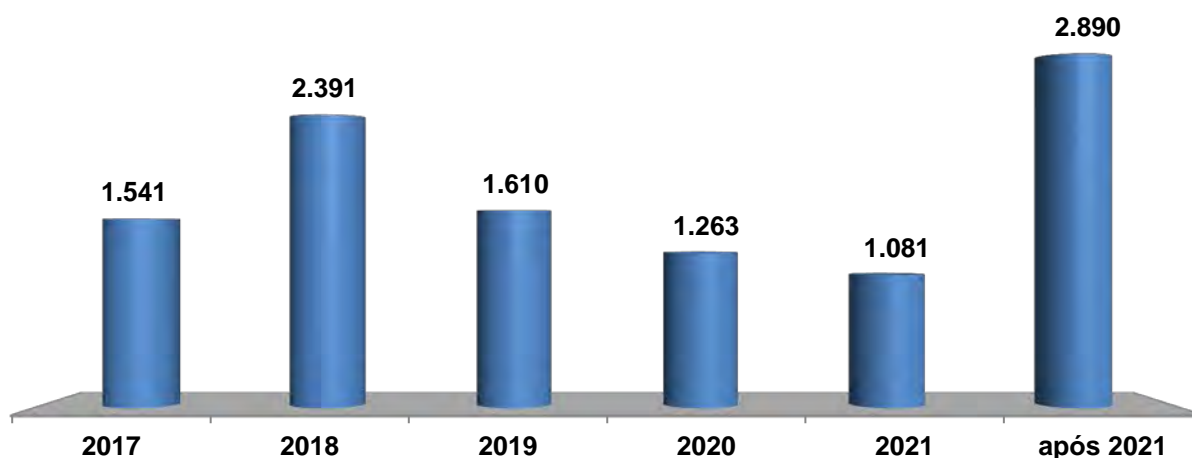
Indexadores da Dívida - 2016



Perfil da Dívida 2016 - R\$ milhões



Cronograma do Pagamento da Dívida (R\$ milhões) (*)



*Sem encargos

Saldo Não Depreciado dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados nas Condições da Lei 12.783/2013

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel homologou o valor de R\$ 8.999 milhões (base Dez/2012) correspondente à parcela dos ativos reversíveis de Transmissão ainda não totalmente depreciados, para fins de indenização a Furnas. Esses ativos correspondem à RBSE e pertencem ao contrato de concessão prorrogado no âmbito das regras estabelecidas pela Lei 12.783/2013.

O saldo não depreciado dos ativos da RBSE, aprovado por meio do Despacho Aneel nº 4.042/2015, alcança a cifra de R\$ 18.561 milhões a preços de Dez/2016, sendo que o saldo contábil é de R\$ 4.530 milhões a valores históricos já reconhecidos no Balanço Patrimonial.

De acordo com a Portaria MME nº 120/2016, os ativos da RBSE não depreciados até dezembro de 2012 passarão a compor a Base de Remuneração Regulatória de Furnas, o que ensejará uma adição à RAP da Empresa a partir de agosto de 2017, por ocasião do reajuste tarifário, e serão pagos por oito anos.

Durante o período de pagamento, haverá atualização pelo IPCA e remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital regulatório, atualmente, de 6,64% ao ano, reais.

Até o encerramento do exercício de 2016, restava pendente a definição dos valores correspondentes aos ativos de Geração não depreciados até dezembro de 2012 por parte da Aneel.

A Resolução Normativa Aneel nº 762/2017 foi publicada em 9 de março de 2017, portanto, após a data de referência deste Relatório. Cumpre ressaltar que essa Resolução define o cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei 12.783/2013, e que o método de cálculo adotado por Furnas para realizar a estimativa apresentada neste texto é praticamente idêntico ao que foi apresentado pela Agência. Desta forma, as demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2017, nas quais será empregado o método de cálculo apresentado pela Aneel, não deverão apresentar alterações significativas no que diz respeito ao saldo atualizado dos ativos da RBSE.

Indicadores apurados por Furnas conforme Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), elaborado de acordo com as novas regras de Governança Corporativa do Sistema Eletrobras

Ver Indicadores Econômico-Financeiros do CMDE no item 4.4

8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Não se aplica a Furnas, pois a depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa é calculada de forma linear e considera as taxas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Aneel.

Não há caso de exaustão na Empresa.

Importante destacar que a Empresa apresenta demonstrações contábeis obedecendo às normas societárias brasileiras, estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil – CPC, além das da ANEEL.

No caso das demonstrações societárias, alguns ativos de concessões são contabilizados como Ativos Financeiros.

Os ativos e passivos são avaliados e mensurados conforme as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil (CPC), em especial o pronunciamento CPC 00, o qual, em suma, determina que um ativo deve ser reconhecido quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa, e mensurado pelo seu valor de custo ou o recuperável, entre os dois o menor. De forma análoga, o passivo é reconhecido quando é provável a saída de recurso da Empresa, e mensurado pelo montante de caixa que se espera necessário para liquidar tal passivo.

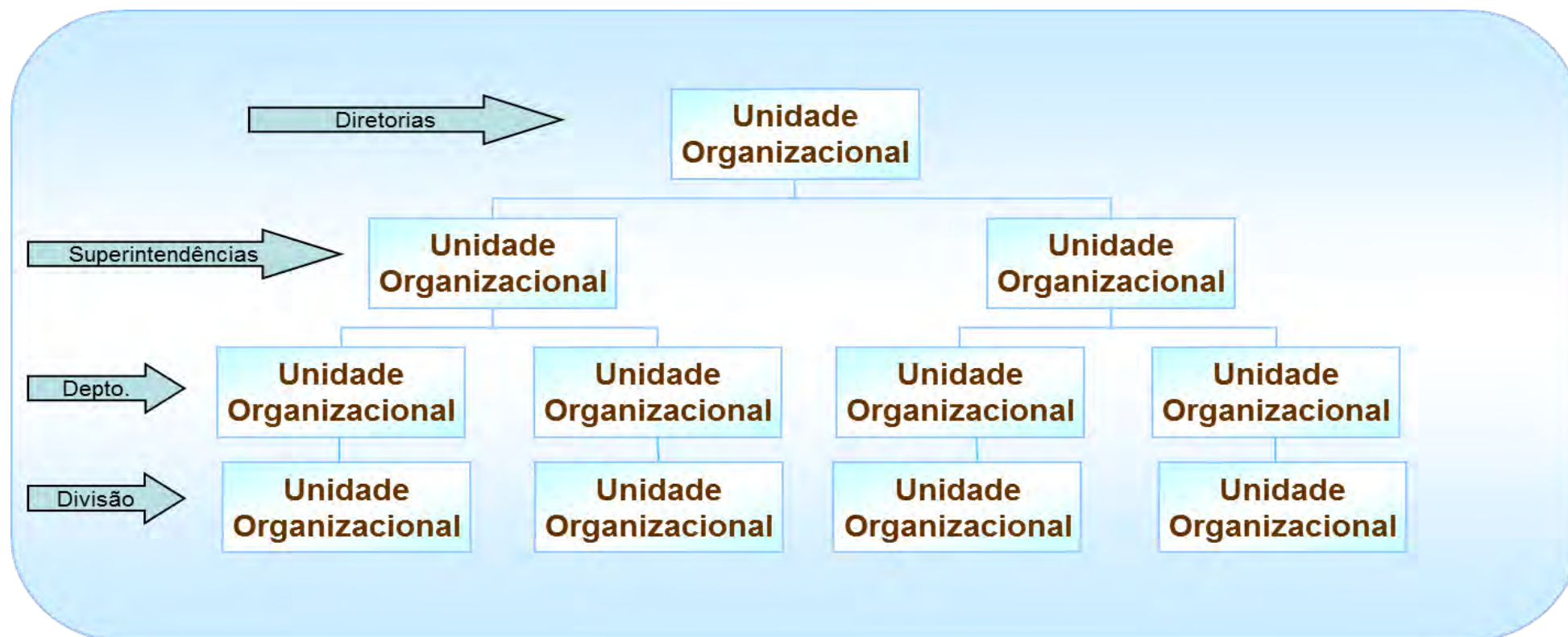
8.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Empresa se utiliza do sistema integrado SAP, e tem na sua estrutura de apuração de Custos o que segue:

Centros de Custo

- Representam os órgãos da estrutura hierárquica de Furnas, ou seja, onde está se alocando um custo ou despesa.
- São usados para registrar os gastos (custos e despesas) do órgão, desempenhando o papel de acumulador anual.
- Permitem o planejamento de valores físicos e financeiros, que servem de base para comparação com os gastos reais.
- Estão agrupados em:
 - Operacionais
 - Administrativos
 - Adm. Específica (Ex: órgãos de Produção)
 - Adm. Central (Ex: Presidência, Diretoria de Finanças e Diretoria de Administração)
- Possuem a característica de prestar atividades para outros objetos de custos, inclusive para outros centros de custos (órgãos).

Hierarquia de Centro de Custo





Representam os
"nós" da hierarquia,
que agrupam os
Centros de Custos



Representam os
centros de custos

▼	FURNAS_CC	Furnas Centros de Custos
▶	CONSELHO	Conselho de Administração
▶	DP	Presidência
▶	DE	Dir. de Engenharia
▶	DC	Dir. de Construção
▶	DO	Dir. de Operação do Sist. e Comerc. Ener
▶	DG	Dir. de Gestão Corporativa
▼	DF	Dir Financeira
	6000000001	DF-Administração
▼	SUPERIN-DF	Superintendências da Dir Financeira
▼	SC-F	Superintendência de Contab e de Controle
	6010000001	SC.F-Administração
▶	ACI-F	As. de Controle Int. e Análise Contábil
▶	DCP-F	Dpto de Custos e Controle Patrimonial
▶	DCB-F	Dpto de Contabilidade
▶	OC-F	Superint. de Operações e Capta. Recursos
▶	OP-F	Superint. de Planej. Financ. e Orçamento
▶	AS-DF	Assessorias da Dir Financeira

Outros coletores transitórios de custos para atendimento às normas do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da ANEEL e/ou gerenciamento interno de gastos.

Ordens Internas

- São coletores utilizados para detalhar determinados eventos ou ações que geram gastos (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Ordens Internas existentes:
 - ODA - Alienação
 - ODD - Desativação de Bens
 - ODI - Imobilização (aquisição de bens)
 - ODR - Gastos Reembolsáveis
 - ODS - Prestação de Serviços
 - Ordens de Manutenção
 - Ordens Estatísticas (vinculadas aos Centros de Custos)

Elementos PEP

- PEP é a sigla para Plano de Estrutura de Projetos (poderia também ser representada pela sigla EAP - Estrutura Analítica de Projeto).
- Representam projetos sob a forma de uma estrutura hierarquizada das atividades que serão executadas.
- Funciona como coletor de informações de planejamento físico ou financeiro.
- Nele são realizados os gastos de determinado projeto (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Elementos PEP existentes:
 - ODI - Ordem de Imobilização (aquisição de bens)
 - ODS - P&D
 - Estudos Preliminares

Coletor para apuração de Resultado das Unidades Operacionais da Empresa

Centros de Lucro

- O principal objetivo desse coletor é a determinação do resultado individualizado das **áreas de negócio** da Companhia:
 - Geração (em cada usina)
 - Transmissão (em cada SE e LT)
 - Comercialização
- Recebem lançamentos oriundos dos demais coletores (Centros de Custo, Ordens Internas e Elementos PEP), relacionados direta ou indiretamente a eles.
- Estão organizados hierarquicamente por **área/unidade de negócio**.

Hierarquia de Centro de Lucro



Representam os “nós” da hierarquia, que agrupam os Centros de Lucro



Representam os centros de lucro

Hierarquia standard	Denominação
▼ FURNAS_CL	Hierarquia Standard Centro d.
CL_DUMMY	CL_DUMMY
▼ GERACAO	Geração de Energia
▼ UHE	Usinas Hidrelétricas
11010001	UHE DE MARIN
11020001	UHE DE ITUMBIARA
11080001	UHE DE SERRA DA MESA
11090001	UHE DE FUNIL
11100001	UHE DE PRTO COLOMBIA
11120001	UHE DE FURNAS
11130001	UHE DE LUIZ C B CARV
11140001	UHE DE MASCAR MORAES
11160001	UHE DE CORUMBA
11320001	UHE DE MANSO
▶ UTE	Usinas Termelétricas
▶ TRANSM	Transmissão de Energia
▶ COMERCIAL	Comercialização de Energia
▶ ADMINIST	Administração
▶ PREST_SERV	Prestação de Serviço
▶ AT_NAO_VIN	Atividade Não Vinculada

Classes de Custo

- Representam o detalhamento do que foi gasto (custos, despesas e investimentos) nos coletores existentes.
- Estão agrupadas em Naturezas de Gasto de PMSO.

NATUREZA DE GASTO	CLASSE DE CUSTO
P ESSOAL	Salário; Férias; 13º Salário; etc.
M ATERIAL	Médico Hospitalar; Administrativo e de Expediente; Informática; Segurança e Saúde no Trabalho; etc.
S ERVIÇO	Mão de Obra Contratada; Empreiteiros; Consultorias; Tíquete Refeição; etc.
O UTROS	Aluguel de Bens Imóveis; Seguro de Instalações; Despesas com Estagiários; Depreciação; etc.

Alocação de Atividades

- Permite que os **custos e despesas** de determinado órgão sejam alocados para outro órgão, projeto (investimentos) ou unidade de negócio (Usinas, SEs ou LTs) que efetivamente consumiram suas atividades.
 - Esse direcionamento é efetuado tomando-se por base as atividades do órgão prestador do serviço interno via aplicação de **tarifas** pré-estabelecidas e apontamentos de horas (HH ou HM).
 - O valor da atividade a ser direcionado é determinado pela tarifa.
 - Tarifa representa o custo unitário de um Tipo de Atividade
 - Cálculo da Tarifa: Custos e despesas da Atividade
 - Capacidade de prestação de atividades

Rateio

- Processo pelo qual os custos e as despesas mensais **não direcionados pelos órgãos via ferramenta de Alocação de Atividades** são transferidos dos Centros de Custos Administrativos para os Operacionais, ou seja, para as Unidades de Negócio (Usinas, SEs e LTs).
 - ✓ **Critério utilizado:**

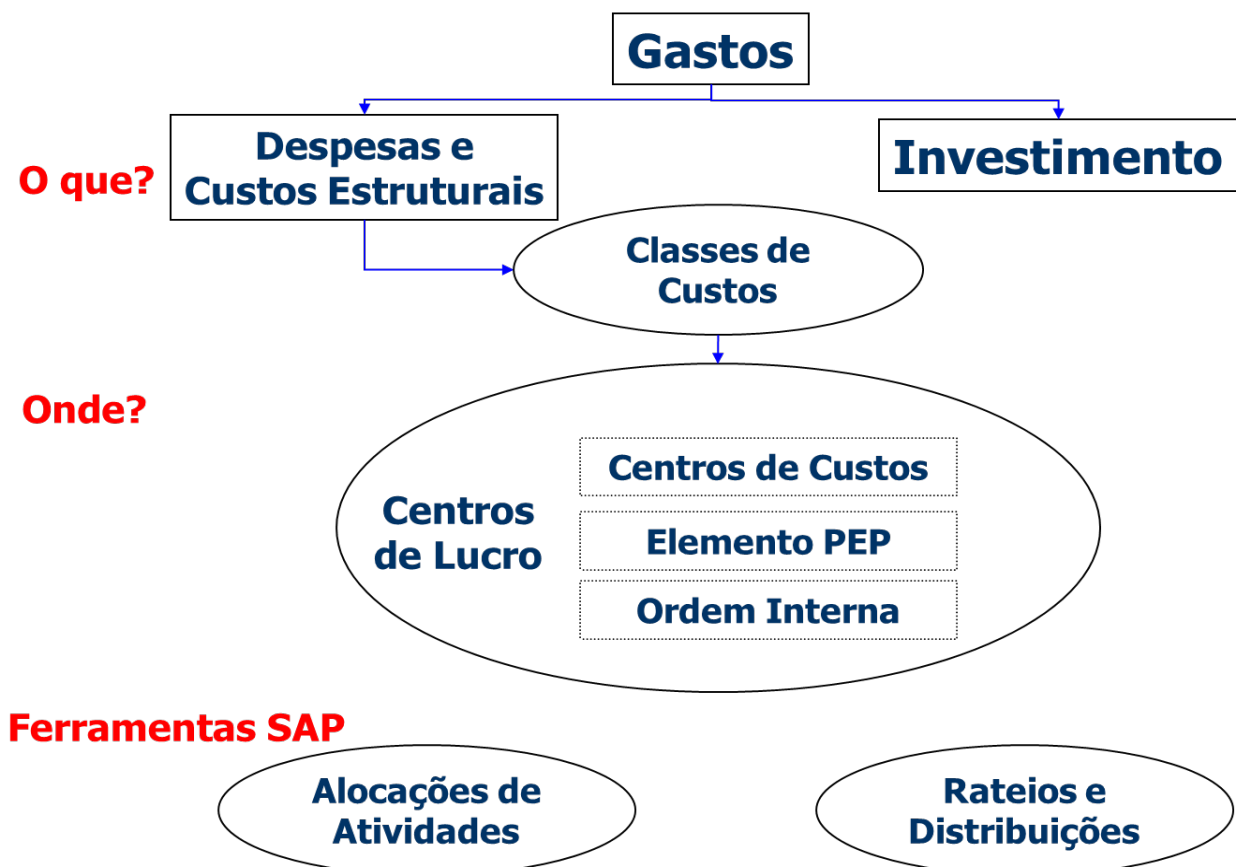
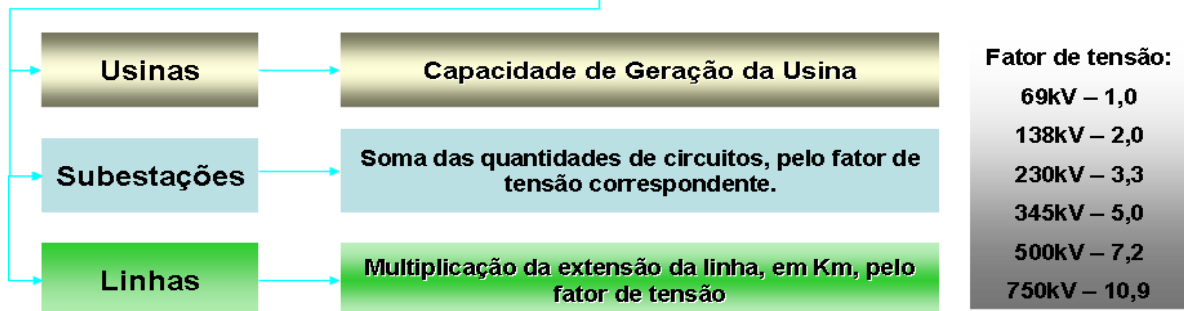
Operação e Manutenção (Centro de Lucro)

-Segregação por Atividade / Característica

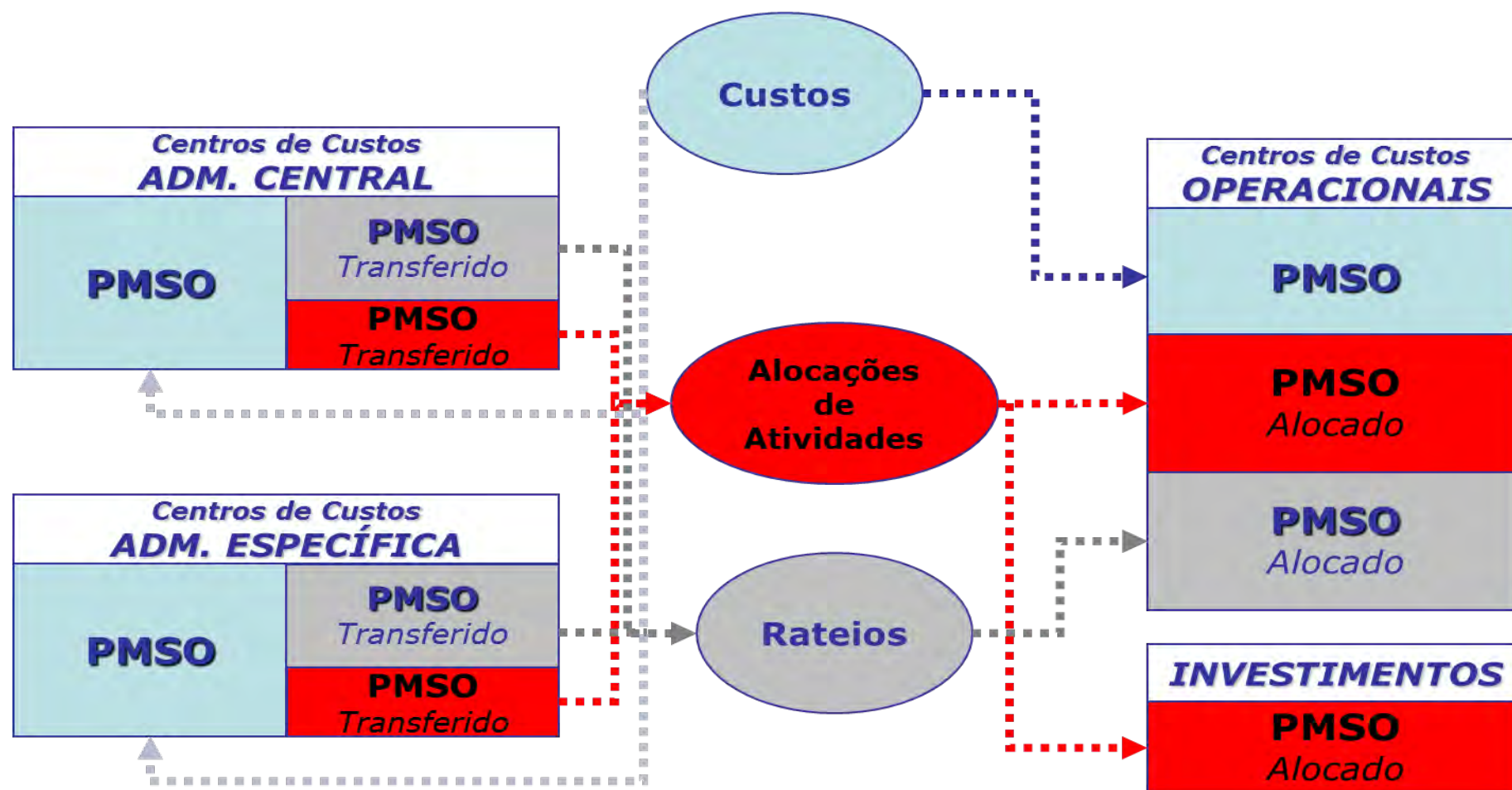
Base: Pessoal + Serviços de Terceiros apropriados mensalmente nos Centros Custos

- Distribuição na Atividade / Característica

Base: Parâmetro físico



Estrutura de Apuração de Custos



Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão

Furnas realiza sua análise de custos para tomada de decisão mediante a confecção mensal de um balancete de custo emitido pelo sistema SAP, que é exportado para uma planilha Excel e denominado de Demonstrativo de Custo Estrutural. Cabe destacar que este balancete pode ser emitido nas versões societária e regulatória, sendo:

- a) Societária – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária vigente;
- b) Regulatória – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária, excluindo os efeitos contábeis não aceitos pela Aneel para fins de confecção das Demonstrações Regulatórias.

De posse do demonstrativo de Custo mensal, é feita uma revisão analítica mensal, em que as variações de saldo relevantes são explicadas e, caso sejam encontradas distorções, principalmente provenientes de erros, são prontamente identificadas e regularizadas, além de ser informada a área de origem para alteração de processo, se necessário.

Ao fim de cada trimestre, também é feita uma análise da variação ocorrida em relação ao período de três meses anterior.

E, ao fim do exercício atual, é feita uma análise em relação ao exercício anterior.

Essas análises permitem também suportar a área de orçamento nas justificativas das variações entre Realizado e Orçado do custeio – mensal trimestral e anual.

A seguir, um exemplo do demonstrativo de custo por Classes de Custos mensal e acumulado, em 31 de dezembro de 2016:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (REGULATÓRIO) - DEZEMBRO/2016

CONTA DO RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4101001001	Salário	40.164.128,90	72.038,69	40.092.090,21	418.480.462,38	30.878.930,87	387.601.531,51
4101002001	Abono de Férias	2.192.973,42	2.319,45	2.190.653,97	25.423.606,87	1.186.407,30	24.237.199,57
4101003001	Outros Adicionais	2.108.691,57	57.429,10	2.051.262,47	20.663.092,81	1.565.076,86	19.098.015,95
4101003002	Outros Adicionais - Insalubridade	7.729,01	0,00	7.729,01	80.721,59	5.927,31	74.794,28
4101003003	Outros Adicionais - Periculosidade	8.006.514,41	3.867,74	8.002.646,67	84.367.187,17	6.130.341,74	78.236.845,43
4101003004	Outros Adicionais - Penosidade	368.848,64	948,61	367.900,03	4.014.146,02	300.460,12	3.713.685,90
4101003005	Outros Adicionais - Função Acessória	272.829,04	3.280,55	269.548,49	3.306.639,46	277.227,43	3.029.412,03
4101003006	Outros Adicionais - Ad. Noturno	447.047,13	0,00	447.047,13	5.083.791,56	377.006,10	4.706.785,46
4101004001	Horas Extras	5.537.895,17	1.641,80	5.536.253,37	56.927.442,66	4.227.426,32	52.700.016,34
4101004002	Horas In Itinere	6.785,38	0,00	6.785,38	71.990,05	6.084,33	65.905,72
4101005001	Férias	3.138.138,43	616.688,42	2.521.450,01	32.182.647,75	15.784.689,30	16.397.958,45
4101006001	13º Salário	55.810.553,22	49.391.789,95	6.418.763,27	111.871.036,48	54.133.651,28	57.737.385,20
4101007001	Previdência Social Empregados	24.970.847,41	204.229,40	24.766.618,01	249.504.132,08	18.292.092,25	231.212.039,83
4101008001	Contribuições ao FGTS	6.781.968,92	37.897,77	6.744.071,15	68.079.607,40	5.104.271,29	62.975.336,11
4101009001	Contribuições Sociais Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101010001	Abono Indenizatório	12,30	0,00	12,30	12,30	0,00	12,30
4101011001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano BD	1.256.595,42	2.091.478,97	-834.883,55	21.535.322,34	9.097.875,79	12.437.446,55
4101011002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	2.271.148,57	1.436.265,02	834.883,55	27.150.838,51	39.588.285,06	-12.437.446,55
4101012001	Contribuição a FRG - Plano Bem Estar Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101013001	Adicional D.L.1971	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101014001	Adicional de Transferência e Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101015001	Gratificação de Férias	4.664.066,04	29.476,04	4.634.590,00	48.202.936,87	3.572.636,65	44.630.300,22
4101016001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano BD	20.279.855,18	12.815.341,44	7.464.513,74	90.321.030,92	48.783.037,92	41.537.993,00
4101016002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	12.841.335,36	20.305.849,10	-7.464.513,74	50.656.659,82	92.194.652,82	-41.537.993,00
4101017001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Jôia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101018001	Incentivo a Renovação de Quadro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101019001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101020001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101021001	Adicional por Tempo de Serviço	6.376.699,78	2.909,46	6.373.790,32	67.655.158,42	4.962.917,47	62.692.240,95
4101022001	Pagamento de Reclamações Trabalhistas	8.023.690,38	1.639.362,17	6.384.328,21	69.538.618,59	10.613.491,63	58.925.126,96
4101023001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano CD	5.926.866,54	188,09	5.926.678,45	38.659.943,93	2.329.226,08	36.330.717,85
4101024001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano CD	1.066.997,68	46,22	1.066.951,46	6.989.932,18	436.980,21	6.552.951,97
4101025001	Gratificação de Função	6.080.926,57	630.943,40	5.449.983,17	40.481.779,14	3.764.082,97	36.717.696,17
4101026001	Participação nos Lucros e Resultados - PLR	101.157.834,96	45.936.293,58	55.221.541,38	102.421.721,68	45.936.293,58	56.485.428,10
4101027001	Previdência - Deficit ou Superavit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101999001	(-) Pessoal - Consumo Atividades	31.156.467,50	50.730.425,60	-19.573.958,10	124.872.187,56	170.100.800,00	-45.228.612,44
4101 Total Pessoal		350.917.446,93	186.010.710,57	164.906.736,36	1.768.542.646,54	569.649.872,68	1.198.892.773,86
4102001001	Honorários - Administradores	808.795,05	205.314,16	603.480,89	4.981.047,79	567.995,45	4.413.052,34
4102002001	Previdência Social - Administradores	101.688,87	41.062,86	60.626,01	723.329,63	92.820,04	630.509,59
4102003001	Contribuições ao FGTS - Administradores	37.931,43	17.944,55	19.986,88	254.949,84	33.610,09	221.339,75
4102004001	Contribuições Sociais Diversas - Administradores	24.569,84	10.780,43	13.789,41	143.990,02	17.635,16	126.354,86
4102005001	Auxílio Moradia - Administradores	0,00	0,00	0,00	66.700,00	0,00	66.700,00
4102999001	(-) Administradores - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102 Total Administradores		972.985,19	275.102,00	697.883,19	6.170.017,28	712.060,74	5.457.956,54
4111001001	Materiais	6.776.715,16	4.248.796,20	2.527.918,96	58.694.414,51	32.114.999,20	26.579.415,31
4111002001	Combustível e Lubrificantes	2.039.520,67	396.240,31	1.643.280,36	10.316.861,51	1.787.199,42	8.529.662,09
4111003001	Material Médico Hospitalar	12.172,65	178,07	11.994,58	186.527,76	6.958,59	179.569,17
4111004001	Material Administrativo e de Expediente	169.326,26	11.786,87	157.539,39	2.412.870,45	176.879,59	2.235.990,86
4111005001	Gastos com Obras - Contratos de Materiais com Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111006001	Material de Informática	169.573,25	16.914,80	152.658,45	453.806,60	62.119,99	391.686,61
4111007001	Material de Segurança e Saúde no Trabalho	60.272,51	3.304,67	56.967,84	1.592.268,45	133.578,27	1.458.690,18
4111998001	(-) Crédito de Colins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111999001	(-) Material - Consumo Atividades	10.332,62	10.332,62	0,00	4.110.754,76	4.110.754,76	0,00
4111 Total Material		9.237.913,12	4.687.553,54	4.550.359,58	77.767.504,04	38.392.489,82	39.375.014,22
4112001001	Combustível Convencional	48.614,44	48.614,44	0,00	9.688.761,13	9.688.761,13	0,00
4112003001	Água para Produção de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4112005001	Gás para Produção de Energia Elétrica	49.144.845,50	6.121.201,00	43.023.644,50	479.944.630,26	29.171.620,62	450.773.009,64
4112998001	(-) Crédito de Colins	13.079.187,92	16.348.984,90	-3.269.796,98	44.068.139,69	78.326.888,44	-34.258.748,75
4112998002	(-) Crédito de Pasep	2.839.560,52	3.549.450,65	-709.890,13	10.156.403,10	17.594.157,75	-7.437.754,65
4112 Total Matéria-Prima e Insumos p/Produção de Energia Elétrica		65.112.208,38	26.068.250,99	39.043.957,39	543.857.934,18	134.781.427,94	409.076.506,24

8.12 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 encontram-se disponíveis em <http://www.furnas.com.br/frmPUDemonstracoesContabeis.aspx>

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Identificamos 16 acórdãos envolvendo Furnas no exercício de 2016, dos quais um estabelece determinação (Acórdão nº 3027/2016 - TCU - Plenário), dois pedem manifestação da Empresa e os demais não apresentam determinações ou recomendações. Adicionalmente, identificamos cinco acórdãos de exercícios anteriores, para os quais não houve conclusão de atendimento. Não foi identificada recusa manifesta no atendimento dos acórdãos, sendo acompanhados os procedimentos adotados visando o cumprimento das deliberações do TCU.

As deliberações recebidas do Tribunal de Contas da União – TCU são acompanhadas pela administração da Empresa através de profissionais que atuam junto ao Comitê de Atendimento a Órgãos Externos de Fiscalização - CAOEF, e pela Superintendência de Auditoria Interna - AD.

A Auditoria Interna acompanha as implantações das determinações e recomendações do TCU por meio da emissão periódica de Relatórios de Monitoramento que são encaminhados aos gestores visando obter informações e evidências da implantação dessas determinações. O acompanhamento das determinações do TCU é registrado em sistema de gestão de auditoria (software ACLGRC).

Quadro A.9.1 – Acompanhamento das determinações do TCU

Processo	Acórdão	Determinação	Resposta da Área Gestora	Situação
012.643/2005-4	Acórdão 0100/2013 - Plenário	Determinar a Furnas a instauração de Tomada de Contas Especial no tocante ao apontado no item 9.4.6 do Acórdão nº 354/2006 - Plenário, parágrafo 30, fls. 351/353 - Volume 1, consoante arts. 8 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 249, inciso II do Regimento Interno/TCU.	Quanto à determinação do TCU no acórdão 2317/2015 - Plenário, quanto a instauração de Tomada de Contas Especial (UHE Batalha) a TCE foi determinada para ser instaurada pelo próprio TCU, ou seja, o processo foi CONVERTIDO em TCE, tanto assim, que o mesmo já foi instaurado e está em trâmite sob o nº TCE 26.407.2015-9.	Em atendimento
028.352/2010-6	Acórdão 1089/2012 - Plenário	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S. A. que promova, até decisão final, o acompanhamento da Ação de Cobrança em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas (Caefe), a qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram, encaminhando imediata comunicação a esta Corte de Contas na oportunidade do desfecho da ação de cobrança.	Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Furnas em face da CAEFE, em 13.05.2011, por dependência à ação nº 01916000-93.2009.8.19.0001, cujo objeto é o ressarcimento do valor de R\$1.843.219,03, referente às despesas não pagas pela CAEFE, decorrentes do convênio 13.578 (cessão de empregados), conforme determinação do Tribunal de Contas da União. A CAEFE contestou a ação e Furnas apresentou a réplica, estando os autos conclusos para sentença, que será prolatada em conjunto com as dos outros processos movidos pela CAEFE, nos quais a mesma cobra de Furnas importâncias não repassadas por força da decisão do TCU, bem como pretende o restabelecimento do convênio por força de decisão judicial. Nesse sentido, o juízo prolatou em 07.07.2015 a seguinte decisão: " <i>Aguarda-se andamento regular do processo principal. Com término da instrução probatória daquele processo, voltem para prolação de sentença conjunta.</i> " Quanto ao processo principal, a fase atual é a pericial, estando os autos em poder do perito para elaboração do laudo desde 30.09.2015.	Em atendimento Ver Nota 1 abaixo
<u>017.725/2010-0</u>	Acórdão 3813/2014 - 1ª Câmara	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A que observe, quando do enquadramento dos trabalhadores admitidos antes de 21.12.1993 constantes do 017.725/2010-0, a Decisão Monocrática proferida pelo STF no MS nº 27.066.	O enquadramento está sendo efetuado de acordo com a proposta apresentada ao STF em 31.08.2015. Ver Quadro A.6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	Em atendimento

Processo	Acórdão	Determinação	Resposta da Área Gestora	Situação
<u>027.891/2011-9</u>	Acórdão 2317/2015 - Plenário	Determinar a instauração, a partir de cópias das peças destes autos, de tomada de contas especial relativa às questões concernentes ao 3º Termo Aditivo ao Contrato 17.967/2008, firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - CCCC, no valor de R\$ 64.065.958,78, sem que fossem comprovados o fato gerador da obrigação de indenizar e a adequação do valor indenizatório concedido;	Quanto ao determinado pelo TCU no Acórdão 100/2013 - Plenário, quanto a instauração de Tomada de Contas Especial (CPMI):a TCE não foi instaurada, à época.	Em atendimento
<u>032.732/2011-2</u>	Acórdão 0576/2012 - Plenário	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados;	Para os exercícios de 2012 a 2015 foi atendida a determinação constante no Acórdão. Ver Quadro A.6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	Em atendimento
<u>044.331/2012-6</u>	Acórdão 4400/2016 - 2ª Câmara	Adote, no prazo de 6 (seis) meses, providências para verificar se foram efetivamente atendidos na celebração do Contrato 8000003850 os parâmetros assentados pelo Tribunal no Acórdão 3116/2013-Plenário, e, em verificando que essa contratação não atendeu a tais parâmetros, adotar as medidas necessárias para reaver junto aos beneficiários dos serviços prestados pelo escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados os gastos incorridos com essa contratação, dando-se ciência, no próximo Relatório de Gestão daquela entidade, das providências empreendidas e dos resultados delas decorrentes, com fundamento no art. 197, § 2º, do RI/TCU; Abstenha-se de efetuar o pagamento de serviços advocatícios para defesa de dirigentes e ex-dirigentes quando o processo judicial ou administrativo decorrer da prática de atos contrários ao ordenamento constitucional, legal ou regulamentar, bem aos Acórdãos deste Tribunal, por não se configurarem presentes os requisitos estabelecidos no parágrafo único do art. 21 do Estatuto Social da Companhia;	Está sendo efetuado o ajuizamento das ações de cobrança.	Em atendimento Ver nota 2 abaixo
035.938/2015-3	Acórdão nº 3027/2016 - TCU - Plenário	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de	O enquadramento está sendo efetuado de acordo com a proposta apresentada ao STF em 31.08.2015. Ver Quadro A.6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	Em atendimento

Processo	Acórdão	Determinação	Resposta da Área Gestora	Situação
		terceirizados;		
024.273/2015-5	Acórdão nº 1330/2016 - Plenário	Realizar oitiva Furnas Centrais Elétricas S.A, para que, em relação ao projeto da UHE Inambari, se manifeste, sobre as constatações apuradas nestes autos. Dar ciência à Furnas de que, caso pretenda manter a SPE Igesa, se assegurem de que o acordo de acionistas esteja em conformidade com as boas práticas de gestão e de governança pública, inclusive compatibilizando-o com as orientações do manual de gestão de SPEs editado pela Eletrobras Holding em abril de 2015, repactuando eventuais cláusulas que atentem contra o interesse público.	Foi iniciado procedimento interno em Furnas para aprovação, pelos seus colegiados competentes, do encerramento da SPE Igesa. No que tange à forma de manutenção dos ativos gerados nos estudos de viabilidade da UHE Inambari, foi informado que já existe uma proposta de Memorando de Entendimentos sobre a forma de utilização futura dos estudos técnicos desenvolvidos pelo projeto Inambari, tendo Furnas providenciado a custódia em seu arquivo técnico, dos referidos projetos, até que haja a definição acerca da sua futura utilização.	Em atendimento
005.537/2016-9	Acórdão 2451/2016 - 1ª Câmara	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>001.637/2016-9</u>	Acórdão 0520/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>002.564/2011-4</u>	Acórdão 2280/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>006.930/2016-6</u>	Acórdão 0745/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>014.403/2015-3</u>	Acórdão 2522/2016 - 1ª Câmara	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>020.183/2010-0</u>	Acórdão 5628/2016 - 1ª Câmara	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>029.649/2013-7</u>	Acórdão 0654/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
<u>029.649/2013-7</u>	Acórdão 2938/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
016.223/2016-0	Acórdão nº 5963/2016 - TCU - 1ª	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-

Processo	Acórdão	Determinação	Resposta da Área Gestora	Situação
	Câmara			
012.428/2016-7	Acórdão nº 5149/2016 - TCU - 1ª Câmara	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
007.633/2016-5	Acórdão nº 1694/2016 - TCU - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
011.812/2016-8	Acórdão nº 4249/2016 - TCU - 1ª Câmara	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-
002.742/2015-2	Acórdão nº 1368/2016 - Plenário	Determinações/Recomendações/Orientações: não há	-	-

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

Notas:

1. CAEFE

Ação de Cobrança ajuizada em 13.05.2011 por Furnas, tombada sob o nº 0142728-76.2011.8.19.0001, em face da CAEFE, distribuída por dependência a ação nº 0191600-93.2009.8.19.0001, cujo objeto é o ressarcimento do valor de R\$ 1.843.219,03, referentes às despesas não pagas pela CAEFE, decorrentes do convênio 13.578(cessão de empregados), conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

A CAEFE contestou a ação e Furnas apresentou a réplica, estando os autos conclusos para sentença que será prolatada em conjunto com as dos outros processos movidos pela CAEFE, nos quais a mesma cobra de Furnas importâncias não repassadas por força da decisão do TCU, bem como pretende o restabelecimento do convênio por força de decisão judicial.

Nesse sentido o juízo prolatou em 07.07.2015 a seguinte decisão:

"Aguarda-se andamento regular do processo principal. Com término da instrução probatória daquele processo, voltem para prolação de sentença conjunta".

Quanto ao processo principal, a fase atual é a pericial. O perito entregou o laudo e Furnas apresentou indagações sobre o mesmo, tendo o Perito retirado o processo do cartório para prestar os devidos esclarecimentos em 15.03.2017.

2. Contratação do escritório jurídico Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados

No tocante às medidas cabíveis relativamente à **contratação do escritório jurídico Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados** para prestação de serviços técnicos e jurídicos na defesa de dirigentes e ex-dirigentes de Furnas, no âmbito do processo TC 22.849/2006-0, informamos que ajuizamos as seguintes ações de cobrança:

- 0036501-52.2017.8.19.0001 - 41 VCível - Espólio de Luiz Paulo Fernandez Conde
- 5172098-35.2016.8.13.0024 - 9 VCível Belo Horizonte - José Pedro R. de Oliveira
- 0404931-17.2016.8.19.0001 - 2ª VCível - Luiz Fernando S. M. Couto
- 0014268-59.2016.8.19.0207 - 1ª VCível Ilha do Governador - Alderizio C. dos Santos

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As deliberações recebidas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União são acompanhadas pela administração da empresa através de profissionais que atuam junto ao Comitê de Atendimento a Órgãos Externos de Fiscalização - CAOEF, e pela Superintendência de Auditoria Interna - AD.

O Plano de Providências Permanente - PPP emitido pela Controladoria Geral da União – CGU tem sua implantação acompanhada pela Auditoria Interna por meio da emissão periódica de Relatórios de Monitoramento que são encaminhados aos gestores visando obter informações e evidências da implantação desse plano.

A Auditoria de Furnas registra o acompanhamento do PPP em sistema de gestão de auditoria (software ACLGRC). O Plano também é acompanhado pela CGU por meio de sistema próprio (Sistema Monitor), alimentado pela Auditoria Interna de Furnas com base nas alterações identificadas.

A avaliação quanto ao atendimento das recomendações deste órgão fiscalizador é feita preliminarmente pela Auditoria Interna, e posteriormente, submetido ao próprio quando da revisão do Plano de Providências Permanente – PPP e/ou auditoria anual de contas.

Furnas possui 25 recomendações em monitoramento, conforme registrado no Sistema Monitor. Destas cinco (20%) foram consideradas como atendidas segundo avaliação preliminar da Auditoria Interna e cinco (80%) permanecem em monitoramento tendo em vista as características das recomendações efetuadas pelo órgão de controle.

Quadro A.9.2 – Acompanhamento das determinações do Órgão de Controle Interno

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Status da Implantação – CGU	Atuação	Status da Implantação – Auditoria Interna
201108792	63418	Criar no SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que a Eletrobras Furnas transfira recursos para que seja feita distinção no SAP dentre esses instrumentos, de modo que se possa extrair do sistema informações consistentes e fidedignas.	Monitorando	Foi criado no SAP o código 900 destinado aos contratos que possuem como objeto Convênios e o código 961 destinado aos contratos que possuem como objeto Patrocínios.	Atendida*
201203831	75385	Realizar a contratação por inexigibilidade apenas quando restar figurada a singularidade do objeto e demais exigências legais.	Não Consta		
201203831	75387	Formalizar, no caso do Contrato nº8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à Eletrobras Furnas dos valores dispendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensa aos princípios da administração pública.	Não Consta		
201307767	59468	Para os próximos relatórios de gestão, implementar e informar indicadores aptos a avaliar o desempenho da Empresa.	Atendida		Atendida
201307767	59470	Finalizar o Plano Estratégico com indicadores próprios da Empresa para nortear seu desempenho.	Atendida		Atendida
201307767	59471	Efetuar a revisão nos acordos de níveis de serviço considerando o novo cenário de Furnas.	Atendida		Atendida
201307767	59472	Criar procedimento periódico de verificação da adequação dos níveis de serviços dos contratos vigentes atualizando os acordos tempestivamente, quando necessário	Atendida		Atendida
201307767	59474	Realizar pesquisa para identificar se existe outras soluções de TI que atendem os requisitos de futuras contratações.	Não Monitorada		Atendida
201315583	62699	Nos próximos RAIN'T's, incluir avaliação do atendimento às determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle interno e externo, informando os respectivos trabalhos de auditoria realizados pela	Monitorando	Foi incluído no RAIN'T 2016 o subitem 7.1 Análise da Implantação das Recomendações	Atendida*

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Status da Implantação – CGU	Atuação	Status da Implantação – Auditoria Interna
		Auditoria Interna que atestaram ou não a implementação dessas determinações e/ou recomendações.			
201407944	137057	Aprimorar os Relatórios de Monitoramento de modo a inserir análise do atendimento ou não das recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo, relacionando as respectivas evidências.	Monitorando		Monitorando
201407944	137058	Para cada recomendação/determinação efetuada pelos órgãos de controle, identificar os riscos associados pelo seu não atendimento.	Monitorando	Os riscos associados ao não atendimento das recomendações efetuadas pelos órgãos de controle estão apresentados no item 7.2. do RAIN.T.	Atendida*
201407944	137059	Criar indicadores gerenciais capazes de acompanhar a eficácia e eficiência da implementação das recomendações/determinações dos órgãos de controle como por exemplo:Índice de Atendimento Dentro do Prazo, Índice de Não Atendimento, etc., fazendo-os constar no RAIN.T.	Monitorando	Foram inseridos no item 5.8 do RAIN.T indicadores de desempenho e atendimento às recomendações da Auditoria Interna e dos órgãos de fiscalização externos.	Atendida*
201503918	155814	Nos próximos relatórios de gestão, informar todas as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, estando pendentes ou não de atendimento.	Monitorando	A partir do exercício de 2015 o Relatório de Gestão contempla todas as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle, conforme também indicado no Sistema Monitor da CGU	Atendida*
201503918	155815	Faça constar, anualmente, em seu Relatório de Gestão informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram no curso da Ação de Cobrança em desfavor da CAEFE, até a decisão final, conforme determinação expedida no Acórdão 1089/2012 - Plenário.	Monitorando		Monitorando
201503918	155816	Estabelecer rotina no Conselho de Administração para	Monitorando		Monitorando

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Status da Implantação – CGU	Atuação	Status da Implantação – Auditoria Interna
		discutir a avaliação dos membros da Diretoria Executiva, após as avaliações individuais, conforme prevê o § 3º do art. 20 do Estatuto Social de Furnas e o item 2.2.3 do Manual de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Eletrobras.			
201505918	170334	Promover a divulgação das informações que sejam passíveis de divulgação (sigilos legais) e que sejam úteis à coletividade em local específico no sítio da empresa referentes à participação de Furnas em SPE, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, em conformidade com a Lei n.º 12.527/11.	Monitorando		Monitorando
201505918	170335	Inserir no Plano de Negócios da empresa a taxa mínima de atratividade estabelecida pela Holding para os leilões de empreendimentos eólicos, de modo garantir a transparência dos valores definidos.	Monitorando		Monitorando
201505918	170336	Implementar rotinas para verificar a compatibilidade da taxa de rentabilidade com a taxa de atratividade orientada pela holding.	Monitorando		Monitorando
201505918	170337	Avaliar a possibilidade de aditar os Acordos de Acionistas em vigor no sentido de incluir os critérios para revisão de PN estabelecidos na IN 013.2015.	Monitorando		Monitorando
201505918	170338	Atualizar os Planos de Negócios das SPEs das quais participa, de modo a observar o prazo estabelecido na Instrução Normativa - IN 013.2015	Monitorando		Monitorando
201505918	170339	Orientamos que, quando da celebração de futuros acordos de acionistas para a estruturação de Sociedades de Propósito Específico, Furnas avalie alternativas capazes de manter o equilíbrio de direitos e obrigações entre os sócios na SPE, a fim de evitar o potencial prejuízo.	Monitorando		Monitorando
201601432	170343	Elaborar/ consolidar normativo interno que regule todo o processo de gestão de patrocínios, incluindo a definição de critérios do edital de seleção dos beneficiários/patrocinados, dos responsáveis, prazos e fluxos para análise das prestações de contas parciais e	Monitorando		Monitorando

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Status da Implantação – CGU	Atuação	Status da Implantação – Auditoria Interna
		final, de avaliações técnicas referentes à execução física dos objetos pactuados, dentre outros.			
201601432	170344	Furnas deve adotar medidas necessárias para utilização do sistema CGU-PAD para registro dos processos administrativos doravante instaurados.	Monitorando		Monitorando
201601432	170345	Incluir no relatório de gestão 2016 informações detalhadas sobre os valores repassados à FRG a título de contribuições, sobre os valores repassados pela patrocinadora que não se referem às contribuições e as razões dos repasses e sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.	Monitorando		Monitorando
201601432	170346	Realizar avaliação de riscos relativos à atividade de previdência complementar.	Monitorando		Monitorando
201601432	170347	Instituir estrutura formal para acompanhamento e consolidação das ações de corretivas demandadas à Fundação Real Grandeza decorrentes de ações de fiscalização e supervisão de Furnas e dos órgãos externos de fiscalização e controle	Monitorando		Monitorando
201601432	170348	Instituir controles para garantir que os resultados das ações de fiscalização sejam encaminhados a todos os membros do conselho de administração de Furnas, do conselho deliberativo da Fundação Real Grandeza e à PREVIC.	Monitorando		Monitorando
201601432	170349	Instituir controles internos sobre os repasses referentes às contribuições de Furnas e dos participantes da Fundação Real Grandeza.	Monitorando		Monitorando
201601432	170350	Instituir área regimentalmente competente para fiscalizar e supervisionar de forma sistemática os processos relativos à atividade de previdência complementar	Monitorando		Monitorando
201601432	170351	Instituir manual ou normativo interno que oriente as ações de fiscalização e supervisão de Furnas sobre a Fundação Real Grandeza	Monitorando		Monitorando
201601432	170352	Instituir planejamento prévio baseado em avaliação de riscos inerentes à atividade de previdência complementar e critérios que orientem a sua	Monitorando		Monitorando

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Status da Implantação – CGU	Atuação	Status da Implantação – Auditoria Interna
		realização.			
201601432	170353	Instituir normativo interno que determine rito formal com definição de responsabilidades para a indicação dos representantes (efetivos e suplentes) de Furnas nos conselhos fiscal e deliberativo da FRG.	Monitorando		Monitorando
244090		Firmado o novo convênio, implementar a fiscalização rigorosa que assegure o cumprimento do objeto, de modo que a obrigação ambiental da empresa seja quitada e os recursos bem aplicados.	Não Consta		
Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD					

* A avaliação efetuada é de caráter preliminar devendo a mesma ser validada ou ajustada quando da análise a ser realizada pela equipe do órgão externo de controle durante a Auditoria Anual de Contas ou a revisão do Plano de Providências Permanente – PPP.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Para minimização e apuração de ocorrência de ilícitos administrativos, Furnas, em 22.12.2014, implantou o seu “Manual de *Compliance* Referente à Política de Anticorrupção”, em atendimento à legislação brasileira e à Foreign Corrupt Practices Act (FCPA, ou, em português, Lei de Prática Estrangeira Contra Corrupção), pelo fato de a *Holding* ter suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Para gerir o Programa de Integridade da Empresa, o Conselho de Administração de Furnas aprovou a alteração da estrutura organizacional que criou a Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P), vinculada à Presidência, com os seguintes órgãos subordinados: Gerência de Conformidade (GCF.P), Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRI.P) e a Coordenação de Segurança da Informação.

Ato contínuo, a RC.P promoveu treinamentos para a alta administração e para os colaboradores mais expostos aos riscos. Para viabilizar a apuração sobre todas e quaisquer denúncias que envolvessem o nome de Furnas, oriundas do Canal de Denúncias/Ouvidoria, a Diretoria Executiva aprovou a criação de uma Comissão Executiva de Correição (CEC), cujos processos de apuração são instaurados por determinação do Diretor-Presidente, a partir de solicitação formal do Gerente de *Compliance*. Nesta Comissão são investigados atos de pessoas jurídicas sob suspeita de serem lesivos a Furnas.

Por fim, cabe informar que a Diretoria Executiva também aprovou a contratação de uma consultoria externa para apoiar Furnas na avaliação das medidas de integridade já existentes e promover o aprimoramento e a integração das mesmas, através da implantação de um Sistema de Integridade Corporativa, com a finalidade de diminuir o risco de corrupção e fraudes e aumentar a capacidade da Empresa na detecção e remediação das irregularidades que possam ocorrer, cujo contrato teve início em 26 de outubro de 2016, com prazo de 12 meses.

Não foram instauradas, por Furnas, Tomadas de Contas Especiais – TCE no exercício em pauta.

Os processos em curso durante o exercício de 2016 estão listados no item 18 (Relatório de instância ou área de correição) deste Relatório.

Vale destacar que a apuração de infrações disciplinares porventura praticadas por colaboradores de Furnas fica a cargo do Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), conforme já afirmado no item 5.8 (Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativo) deste Relatório.

9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O Manual de Contas a Pagar disponível na intranet de Furnas é o instrumento que estabelece critérios e procedimentos para os compromissos assumidos pela Empresa. Destacamos a seguir os itens 4, 8 e 9, que dispõem sobre prazo, aceitação e liberação do processo de pagamento. A ferramenta de aprovação de pagamentos "Workflow", mencionada nos itens em questão, é um controle utilizado para acompanhamento do processo de pagamento.

4. PAGAMENTOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A assinatura de um Instrumento Contratual entre Furnas e terceiros deverá gerar um Compromisso formal, que será validado e controlado pelo Gestor do Instrumento Contratual. O fornecimento de Material, a Execução de Obras ou a Prestação de Serviços só poderá ser iniciado com a assinatura do Instrumento Contratual por Furnas e pela contratada, quando aplicada.

4.2. Os órgãos da Companhia deverão obedecer às orientações estabelecidas na IN 019.85 - Delegação de Competências, para assumirem Compromisso com terceiros, bem como observar a previsão de recursos orçamentários que assegurem os pagamentos decorrentes destas obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso.

4.2.1. Os Gestores deverão seguir, ainda, as orientações contidas no IN.002.2012 - Gestão de Instrumento Contratual.

4.3. No Instrumento Contratual firmado com terceiros deverão ser observadas as cláusulas financeiras necessárias para o cumprimento do contrato, tais como: CNPJ, valor, garantias, prazos, legislação pertinente, condições de pagamento e faturamento, domicílio bancário, entre outras.

4.4. O Habilitador do Compromisso deverá exigir, a cada pagamento efetuado por Furnas, a apresentação da documentação atualizada relativa à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão Negativa de Débito - CND e o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, respectivamente, acompanhadas das Guias de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias - GPS e Contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, estas referentes ao mês anterior, e das respectivas Folhas de Pagamento dos empregados envolvidos na prestação do serviço, objeto do Contrato, ou quando se tratar de serviços de execução continuada ou parcelada, e sempre que aplicável, os originais de Declaração do Simples ou de Instituição sem fins Lucrativos, conforme modelo definido na legislação vigente.

Assim sendo, por ocasião da habilitação de pagamento, caberá ao Gestor do Instrumento Contratual verificar a validade, pelo menos até a data do vencimento ou pagamento da obrigação em questão, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, da Certidão Negativa de Débito - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

4.5. Todo Instrumento Contratual, que exija garantia contratual, deverá ter os documentos dessa garantia devidamente analisados e validados, conforme a seguir:

- . Quando a garantia apresentada tratar-se de seguro-garantia, os requisitos de solidez e saúde econômico-financeira estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP deverão ser verificados e validados pela Divisão de Seguros - DISG.F para assegurar a capacidade da garantia do contrato segurado.

- . Quando a garantia apresentada tratar-se de fiança bancária deverá ser encaminhada à Gerência de Análise Financeira - GFI.F para validação, não só do estabelecimento bancário emissor, como também dos termos descritos na referida fiança.

- . Quando a garantia for apresentada na forma de caução, deverão ser enviadas as informações do Instrumento Contratual e do documento de contas a receber associado ao contrato à Divisão de Operações de Tesouraria – DDOT.F, para validação e conciliação do crédito.

4.5.1. Após a validação, a garantia contratual vinculada a compromissos que tramitem pela DCPG.F deverá ser encaminhada à Gerência de Tesouraria - GTE.F, através de Correspondência Interna e com cópia do parecer do órgão validador, para conferência quanto ao valor e prazo de validade.

4.5.2. O Gestor do Instrumento Contratual deverá, sempre que necessário, exigir a atualização da Garantia de Cumprimento do Instrumento Contratual pela contratada, tendo como referências o valor e a vigência atualizados.

4.5.3. Quando o Compromisso tramitar pela DCPG.F, a garantia de cumprimento de contrato deverá ser guardada pela GTE.F para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço, após solicitação formal do Habilitador do Compromisso, por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

. No caso de Compromisso administrado sem a interferência da DCPG.F, a garantia de comprimento de contrato deverá ser guardada pelo Órgão Gestor do Instrumento Contratual para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

4.5.4. Quando a garantia for apresentada em espécie, o valor a ser devolvido terá que ser atualizado monetariamente pela GFI.F, após solicitação formal pelo Habilitador do Compromisso e emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do compromisso.

4.6. As informações de domicílio bancário e retenção de tributos deverão estar previamente cadastradas conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual no registro do fornecedor e deverão ser verificadas no momento do registro de cada cobrança.

4.7. Caberá ao Gestor do Instrumento Contratual acompanhar os eventos sob sua administração desde o ciclo de aprovação até a confirmação da quitação. Caso a aludida confirmação não ocorra, o mesmo deverá tomar as medidas cabíveis.

8. ACEITAÇÃO DA COBRANÇA

8.1. O Habilitador do Compromisso deverá utilizar no sistema SAP o recurso “WorkFlow” que possibilita realizar a aceitação e aprovação do Documento de Cobrança.

. Caso o Documento de Cobrança não seja aceito por qualquer irregularidade e tenha que ser devolvido ao fornecedor, o Habilitador do Compromisso deverá providenciar o estorno do registro e a devolução do Documento de Cobrança, observando sempre a legislação pertinente.

8.2. Para o Compromisso Diverso sem Instrumento Contratual, o vencimento dar-se-á sempre 6 (seis) dias úteis após a entrada da cobrança de fornecedores em Furnas.

8.3. O Gestor do Instrumento Contratual deverá aprovar o processo de pagamento a fornecedores no mínimo 6 (seis) dias úteis antes do vencimento agendado para o pagamento. Caso a aprovação não ocorra no prazo estabelecido, o pagamento poderá automaticamente ser reprogramado para 6 (seis) dias úteis subsequentes à data de aprovação.

8.4. O Habilitador do Compromisso deverá registrar no SAP as glosas aplicadas aos fornecedores de materiais e bens, bem como solicitar a área responsável pela emissão do MIRO (registro contábil no SAP) a nota fiscal de devolução ao referido fornecedor, conforme legislação vigente.

8.4.1. A nota fiscal de serviço que apresente valores em desacordo com o contratado ou qualquer outra irregularidade quanto às exigências contratuais e legais será passível de devolução no momento de sua apresentação pelo prestador, não podendo ser apresentada novamente caso tal ação impacte em qualquer tipo de ônus financeiro ou administrativo.

9. LIBERAÇÃO DO PROCESSO DE PAGAMENTO

9.1. O Habilitador do Compromisso ou a DCPG.F deverá registrar o Documento de Cobrança no SAP. Quando se tratar de Compromisso Diverso, as informações geradas pelo SAP deverão ser conferidas e confrontadas com os demais documentos inerentes ao processo.

. Com as informações corretas cadastradas no SAP, o documento estará habilitado para seguir o rito de análises e dar continuidade ao ciclo de aprovações, via “WorkFlow”, para que o Habilitador do Compromisso e o Gestor possam liberar o documento para efetivo pagamento.

9.1.1. No caso de compromisso em moeda estrangeira ou vinculado a financiamento, o processo original com as informações geradas automaticamente pelo SAP, deverá ser encaminhado à DDOT.F, após as respectivas aceitações e aprovações para o rito de pagamento e contratação de câmbio.

9.2. O processo de pagamento liquidado, contendo todos os documentos originais, inclusive declarações específicas, quando aplicáveis, tais como optante do SIMPLES, instituição SEM FINS LUCRATIVOS, entre outros, deverá ser capeado com o Documento de Lançamento Interno – DLI, que é o resumo financeiro do processo gerado no SAP (transação ZFI184), e encaminhado à Divisão de Gestão do Conhecimento - DDGC.A, conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual, após confirmada a respectiva quitação, para o devido armazenamento.

9.3. O Habilitador do Compromisso deverá acompanhar, periodicamente, o processo de pagamento por meio de consulta ao SAP (transação ZWF100), para verificar se o pagamento do compromisso foi efetuado.

9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro A.9.14.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional*	Não se aplica	R\$ 0,00	R\$ 19.581.455,55
Legal*	Não se aplica	R\$ 0,00	R\$ 11.142.785,64
Mercadológica	Não se aplica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Utilidade pública	Não se aplica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - CR.P			

* Ver tabelas abaixo

Quadro A.9.14.1.1 – Publicidade Institucional

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106376437	R\$ 918.665,03	R\$ 916.136,47	05/02/2016	3919	26/01/2016	ADRIANA DEL NEGRO EVENTOS
5106376448	R\$ 988.800,00	R\$ 895.358,40	05/02/2016	3921	26/01/2016	BPDW EVENTOS CULTURAIS
5106376460	R\$ 370.800,00	R\$ 369.779,40	05/02/2016	3926	26/01/2016	BRISAFORTE PROMOÇÕES LTDA
5106376444	R\$ 247.200,00	R\$ 223.839,60	05/02/2016	3920	26/01/2016	CIELO & CIELO COMERCIO
5106376429	R\$ 247.200,00	R\$ 246.519,60	05/02/2016	3917	26/01/2016	DAIANE GARCIA DOS SANTOS
5106376467	R\$ 27.501,00	R\$ 27.425,30	05/02/2016	3927	26/01/2016	DIRETORIA DE CINEMATOGRAFICA
5106376431	R\$ 84.423,95	R\$ 84.191,58	05/02/2016	3918	26/01/2016	FOTOLAB ESTUDIO EIRELI
5106376483	R\$ 569.063,20	R\$ 515.286,73	05/02/2016	3934	26/01/2016	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO
5106376469	R\$ 283.147,00	R\$ 282.367,65	05/02/2016	3929	26/01/2016	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106376468	R\$ 275.937,00	R\$ 275.177,50	05/02/2016	3928	26/01/2016	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106376452	R\$ 244.161,50	R\$ 243.489,46	05/02/2016	3923	26/01/2016	MB PUBLICIDADE E LOCAÇÕES
5106376451	R\$ 61.800,00	R\$ 61.629,90	05/02/2016	3922	26/01/2016	MP PROJETOS E SERVIÇOS GRAFICOS
5106376485	R\$ 185.400,00	R\$ 184.889,70	05/02/2016	3931	26/01/2016	PEDRO H.M. VIANNA
5106376482	R\$ 54.487,00	R\$ 54.337,02	05/02/2016	3930	26/01/2016	PEDRO H.M. VIANNA
5106376456	R\$ 123.600,00	R\$ 123.259,80	05/02/2016	3925	26/01/2016	TUTI PRODUÇÕES E EVENTOS
5106376454	R\$ 271.796,40	R\$ 271.048,30	05/02/2016	3924	26/01/2016	WMIDIA COMUNICAÇÃO
5106376578	R\$ 247.200,00	R\$ 246.519,60	05/02/2016	3932	27/01/2016	ARTHUR NABARRETE ZANETTI
5106376579	R\$ 123.600,00	R\$ 123.259,80	05/02/2016	3933	27/01/2016	BEACH VOLLEY SERVIÇOS
5106376580	R\$ 185.400,00	R\$ 167.879,70	05/02/2016	3938	27/01/2016	FERNANDA OLIVEIRA ESPORTES
5106376584	R\$ 358.092,64	R\$ 324.252,88	05/02/2016	3935	27/01/2016	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO
5106376582	R\$ 258.909,84	R\$ 256.191,29	05/02/2016	3936	27/01/2016	VEILOC VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA
5106377867	R\$ 324.928,50	R\$ 294.222,74	29/02/2016	3955	17/02/2016	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO
5106377866	R\$ 58.184,29	R\$ 52.685,87	29/02/2016	3954	17/02/2016	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO
5106377862	R\$ 48.316,87	R\$ 43.750,92	29/02/2016	3953	17/02/2016	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO
5106377870	R\$ 540.237,62	R\$ 489.185,16	29/02/2016	3958	17/02/2016	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO
5106377869	R\$ 20.957,47	R\$ 18.977,00	29/02/2016	3957	17/02/2016	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO
5106382256	R\$ 122.863,88	R\$ 111.253,23	30/03/2016	3956	21/03/2016	INFOGLOBO COMUNICAÇÃO
5106382263	R\$ 206.000,00	R\$ 205.433,00	08/04/2016	3966	21/03/2016	K8 EVENTOS E PRODUÇÕES
5106382262	R\$ 72.100,00	R\$ 71.901,55	08/04/2016	3965	21/03/2016	LS ESPORTES EIRELLI
5106382588	R\$ 3.600,00	R\$ 3.259,80	08/04/2016	3990	23/03/2016	TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO
5106382319	R\$ 51.500,00	R\$ 51.358,25	11/04/2016	3984	21/03/2016	DAVIZINHO RADICAL
5106382308	R\$ 92.700,00	R\$ 92.444,85	11/04/2016	3980	21/03/2016	FERNANDA KELLER
5106382315	R\$ 27.810,00	R\$ 27.733,45	11/04/2016	3983	21/03/2016	FONTES PRODUÇÕES
5106382275	R\$ 81.259,20	R\$ 80.046,73	11/04/2016	3974	21/03/2016	GLOBAL BUSINESS
5106382310	R\$ 166.036,00	R\$ 165.579,00	11/04/2016	3981	21/03/2016	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106382289	R\$ 88.491,42	R\$ 88.247,86	11/04/2016	3978	21/03/2016	MB PUBLICIDADE
5106382293	R\$ 27.810,00	R\$ 25.181,95	11/04/2016	3979	21/03/2016	TATHICA LOGISTICA
5106382257	R\$ 309.000,00	R\$ 279.799,50	11/04/2016	3964	21/03/2016	TATHICA LOGISTICA
5106382285	R\$ 203.847,30	R\$ 203.286,23	11/04/2016	3977	21/03/2016	WMIDIA COMUNICAÇÃO
5106382265	R\$ 30.490,67	R\$ 27.609,30	13/04/2016	3972	21/03/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106382283	R\$ 93.100,00	R\$ 84.302,05	13/04/2016	3976	21/03/2016	RSC PUBLICIDADE
5106382325	R\$ 27.810,00	R\$ 25.181,95	14/04/2016	3986	21/03/2016	TATHICA LOGISTICA
5106382321	R\$ 46.350,00	R\$ 46.222,42	14/04/2016	3985	21/03/2016	VPRJ EVENTOS ESPORTIVOS
5106382462	R\$ 15.000,00	R\$ 13.582,50	14/04/2016	3988	22/03/2016	CINE CINEMATOGRAFICA
5106382461	R\$ 72.100,00	R\$ 71.901,55	15/04/2016	3987	22/03/2016	SILVANA SERVIÇOS ESPORTIVOS
5106382463	R\$ 130.550,00	R\$ 118.213,02	15/04/2016	3989	22/03/2016	SONIDO PRODUÇÕES ARTISTICAS
5106382312	R\$ 162.431,00	R\$ 161.983,92	03/05/2016	3982	21/03/2016	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA
5106382268	R\$ 266.962,50	R\$ 262.979,14	03/05/2016	3973	21/03/2016	VEILOC VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA
5106386308	R\$ 10.390,62	R\$ 10.235,58	03/05/2016	4001	25/04/2016	MENORAH COMUNICAÇÃO
5106386317	R\$ 11.380,65	R\$ 10.305,18	03/05/2016	4005	25/04/2016	RADIO ITATIAIA
5106386314	R\$ 8.392,26	R\$ 7.599,19	03/05/2016	4004	25/04/2016	RADIO NOVO MUNDO
5106386301	R\$ 11.642,25	R\$ 10.542,06	03/05/2016	3997	25/04/2016	SOCIEDADE ANONIMA
5106386304	R\$ 17.099,32	R\$ 15.483,43	09/05/2016	3998	25/04/2016	ROCKY MOUNTAIN
5106386688	R\$ 45.882,00	R\$ 41.546,15	11/05/2016	3993	27/04/2016	CINE CINEMATOGRAFICA
5106386318	R\$ 4.599,03	R\$ 4.164,43	12/05/2016	4006	25/04/2016	RADIO DIARIO DE PETROPOLIS
5106386311	R\$ 9.145,99	R\$ 8.281,69	12/05/2016	4003	25/04/2016	RADIO MPB
5106386726	R\$ 4.400,00	R\$ 3.984,20	12/05/2016	3996	27/04/2016	CINE CINEMATOGRAFICA
5106386707	R\$ 1.150,00	R\$ 1.041,32	12/05/2016	3995	27/04/2016	CINE CINEMATOGRAFICA
5106386703	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	12/05/2016	3994	27/04/2016	JAMUTE PRODUÇÕES
5106386321	R\$ 7.633,92	R\$ 6.912,51	13/05/2016	4007	25/04/2016	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106386730	R\$ 4.290,00	R\$ 4.290,00	16/05/2016	4010	27/04/2016	FERNANDA KELLER
5106392200	R\$ 91.960,85	R\$ 83.270,54	10/06/2016	4034	06/06/2016	TMBC 2003 PROJETOS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA
5106392221	R\$ 63.757,00	R\$ 63.581,51	10/06/2016	4036	07/06/2016	M4BR SERVIÇOS
5106392218	R\$ 23.255,81	R\$ 23.255,81	10/06/2016	4038	07/06/2016	STUDIO H FOTOGRAFIA
5106392215	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	14/06/2016	4040	07/06/2016	HENRIQUE MORENO MOREIRA
5106392988	R\$ 41.562,50	R\$ 40.942,33	16/06/2016	4022	13/06/2016	MENORAH COMUNICAÇÃO
5106382280	R\$ 456.014,25	R\$ 412.920,91	22/06/2016	3975	21/03/2016	IMX ESPORTE E ENTRETENIMENTO LTDA
5106386323	R\$ 15.561,00	R\$ 14.090,48	24/06/2016	4008	25/04/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
5106386309	R\$ 266.962,50	R\$ 262.979,14	24/06/2016	4002	25/04/2016	VEILOC VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA E LOCAÇÕES LTDA
5106382255	R\$ 608.199,74	R\$ 550.724,86	28/06/2016	3952	21/03/2016	Infoglobo comunicação
5106392997	R\$ 28.983,44	R\$ 26.244,51	07/07/2016	4020	13/06/2016	METRO JORNAL S/A
5106392991	R\$ 139.080,00	R\$ 125.936,94	07/07/2016	4021	13/06/2016	ARETE EDITORIAL S/A
5106392986	R\$ 266.962,50	R\$ 262.979,14	07/07/2016	4023	13/06/2016	VEILOC VEICULAÇÃO PUBLICITARIA E LOCAÇÕES LTDA
5106393032	R\$ 51.707,27	R\$ 46.820,93	07/07/2016	4027	13/06/2016	RÁDIO ITATIAIA LTDA
5106393171	R\$ 47.500,00	R\$ 43.011,25	07/07/2016	4028	14/06/2016	SOCIEDADE ANÔNIMA RADIO TUPI
5106393178	R\$ 56.494,26	R\$ 51.155,56	07/07/2016	4030	14/06/2016	RÁDIO DIÁRIO DE PETRÓPOLIS LTDA
5106393181	R\$ 38.000,00	R\$ 34.409,00	07/07/2016	4031	14/06/2016	NASSEH COMUNICAÇÃO LTDA
5106394635	R\$ 170,74	R\$ 154,60	07/07/2016	4051	27/06/2016	TVSBT CANAL 3

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106394638	R\$ 7.853,38	R\$ 7.111,24	07/07/2016	4052	27/06/2016	TVSBT CANAL11
5106392199	R\$ 1.150,00	R\$ 1.041,32	08/07/2016	4033	06/06/2016	WSL*
5106392198	R\$ 133.160,08	R\$ 120.576,46	08/07/2016	4026	06/06/2016	RAOIO MPB S.A
5106386305	R\$ 30.068,49	R\$ 27.227,02	11/07/2016	3999	25/04/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
5106393185	R\$ 286.046,51	R\$ 286.046,51	11/07/2016	4037	14/06/2016	STUDIO H FOTOGRAFIA LTDA
5106392984	R\$ 46.826,64	R\$ 42.401,52	12/07/2016	4024	13/06/2016	RAOIO PANAMERICANA S/A
5106392982	R\$ 56.486,25	R\$ 51.148,30	12/07/2016	4025	13/06/2016	RAOJO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO
5106393187	R\$ 29.695,73	R\$ 26.889,48	12/07/2016	4041	14/06/2016	RÁDIO NOVO MUNDO LTDA
5106393188	R\$ 52.348,61	R\$ 51.567,50	12/07/2016	4042	14/06/2016	ALOHA ESPORTES E INTERNET LTDA
5106394910	R\$ 23.194,64	R\$ 22.848,55	12/07/2016	4065	01/07/2016	CANAL ENERGIA
5106394616	R\$ 171.392,00	R\$ 170.920,25	14/07/2016	4046	27/06/2016	M4BR SERVIÇOS
5106394633	R\$ 21.630,00	R\$ 19.585,96	14/07/2016	4050	27/06/2016	TATHICA LOGISTICA
5106394604	R\$ 74.651,90	R\$ 67.597,29	20/07/2016	4043	27/06/2016	NEW SINGNS PAINEIS
5106386307	R\$ 30.490,67	R\$ 27.609,30	29/07/2016	4000	25/04/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
5106393182	R\$ 100.425,00	R\$ 100.148,59	29/07/2016	4032	14/06/2016	ONSPORTS EVENTOS LTDA
5106393174	R\$ 42.642,44	R\$ 38.612,73	29/07/2016	4029	14/06/2016	SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI
5106393183	R\$ 98.571,00	R\$ 89.256,04	29/07/2016	4035	14/06/2016	STUDIO H FOTOGRAFIA LTDA
5106393186	R\$ 54.590,00	R\$ 54.439,74	29/07/2016	4039	14/06/2016	PEDRO H. M. VIANNA - ESPORTIVA- ME
5106394624	R\$ 750,00	R\$ 679,12	29/07/2016	4048	27/06/2016	ADSTREAM SOLUÇÕES
5106394648	R\$ 61.654,99	R\$ 60.735,03	29/07/2016	4055	27/06/2016	ALOHA ESPORTES
5106394621	R\$ 29.870,00	R\$ 29.787,78	29/07/2016	4047	27/06/2016	FITI PRODUÇÕES ARTISTICAS
5106394657	R\$ 47.796,87	R\$ 47.083,69	29/07/2016	4057	27/06/2016	MENORAH COMUNICAÇÃO
5106394917	R\$ 62.762,56	R\$ 56.831,49	29/07/2016	4072	01/07/2016	ARETE EDITORIAL
5106394906	R\$ 30.843,29	R\$ 27.928,60	29/07/2016	4060	01/07/2016	RADIO DIARIO DE PETROPOLIS
5106394909	R\$ 47.743,58	R\$ 43.231,81	29/07/2016	4064	01/07/2016	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106394907	R\$ 40.326,63	R\$ 36.515,76	29/07/2016	4062	01/07/2016	RADIO ITATIAIA
5106394911	R\$ 24.824,12	R\$ 22.478,24	29/07/2016	4066	01/07/2016	RADIO MONTE DA GAVEA
5106394908	R\$ 28.404,60	R\$ 25.720,36	29/07/2016	4063	01/07/2016	RADIO NOVO MUNDO
5106395362	R\$ 95.062,70	R\$ 86.079,27	29/07/2016	4077	07/07/2016	ASP SOUTH AMERICA
5106395369	R\$ 42.999,39	R\$ 42.357,80	29/07/2016	4076	07/07/2016	FOREVER SURF EDITORA
5106395363	R\$ 53.436,65	R\$ 48.386,88	29/07/2016	4061	07/07/2016	RADIO MPB
5106395376	R\$ 35.200,78	R\$ 31.874,30	29/07/2016	4081	07/07/2016	TVSBT CANAL11
5106398056	R\$ 4.750,00	R\$ 4.679,12	09/09/2016	004115	01/08/2016	OH ARTES PUBLICIDADE
5106398053	R\$ 14.250,00	R\$ 14.037,37	09/09/2016	004114	01/08/2016	OH ARTES PUBLICIDADE
5106401811	R\$ 14.250,00	R\$ 14.037,37	09/09/2016	004078	30/08/2016	OH ARTES PUBLICIDADE
5106403552	R\$ 42.751,59	R\$ 38.711,55	18/10/2016	004158	12/09/2016	RADIO TRANSAMERICA
5106403550	R\$ 20.406,72	R\$ 18.478,29	18/10/2016	004159	12/09/2016	RADIO TRANSAMERICA
5106395377	R\$ 51.627,94	R\$ 46.749,10	28/10/2016	4082	07/07/2016	TVSBT CANAL11
5106395374	R\$ 14.136,57	R\$ 12.800,65	28/10/2016	4080	07/07/2016	TVSBT CANAL11
5106395372	R\$ 1.352,61	R\$ 1.224,78	28/10/2016	4079	07/07/2016	TVSBT CANAL13

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106396646	R\$ 45.627,31	R\$ 41.315,53	28/10/2016	4103	19/07/2016	A3 MARKETING
5106396632	R\$ 35.150,00	R\$ 34.625,52	28/10/2016	4091	19/07/2016	CANAL ENERGIA
5106396652	R\$ 72.105,00	R\$ 65.291,08	28/10/2016	4109	19/07/2016	PLUREX PUBLICIDADE
5106396635	R\$ 7.449,42	R\$ 6.745,46	28/10/2016	4093	19/07/2016	RADIO GLOBO SA
5106396655	R\$ 53.308,87	R\$ 48.271,17	28/10/2016	4112	19/07/2016	RADIO MPB
5106396651	R\$ 45.627,31	R\$ 41.315,53	28/10/2016	4108	19/07/2016	SKY MIDIA
5106396639	R\$ 14.136,57	R\$ 12.800,65	28/10/2016	4096	19/07/2016	TVSBT CANAL11
5106398066	R\$ 13.987,12	R\$ 12.665,34	28/10/2016	4119	01/08/2016	RADIO NOVO MUNDO
5106398058	R\$ 46.826,64	R\$ 42.401,52	28/10/2016	4116	01/08/2016	RADIO PANAMERICANA
5106403556	R\$ 45.627,31	R\$ 41.315,53	28/10/2016	004157	12/09/2016	A3 MARKETNG
5106403563	R\$ 56.976,50	R\$ 56.126,35	28/10/2016	004152	12/09/2016	ALOHA ESPORTES
5106403586	R\$ 285.000,00	R\$ 258.067,50	28/10/2016	004127	12/09/2016	FOLHA DA MANHÃ
5106403585	R\$ 665.000,00	R\$ 602.157,50	28/10/2016	004128	12/09/2016	FOLHA DA MANHÃ
5106403559	R\$ 4.750,00	R\$ 4.679,12	28/10/2016	004155	12/09/2016	OH ARTES PUBLICIDADE
5106403548	R\$ 35.588,24	R\$ 32.225,15	28/10/2016	004160	12/09/2016	RADIO ARCA
5106403565	R\$ 45.716,13	R\$ 41.395,97	28/10/2016	004150	12/09/2016	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106403587	R\$ 31.287,57	R\$ 28.330,89	28/10/2016	004131	12/09/2016	RADIO GLOBO
5106403588	R\$ 53.564,44	R\$ 48.502,61	28/10/2016	004130	12/09/2016	RADIO MPB
5106403589	R\$ 45.627,31	R\$ 41.315,53	28/10/2016	004129	12/09/2016	SKY MIDIA
5106403564	R\$ 189.525,00	R\$ 171.614,89	28/10/2016	004151	12/09/2016	SKY MIDIA
5106403562	R\$ 257.465,67	R\$ 253.624,02	28/10/2016	004153	12/09/2016	VEILOK VEICULAÇÃO
5106396637	R\$ 57.019,85	R\$ 56.169,06	31/10/2016	4095	19/07/2016	ALOHA ESPORTES
5106396640	R\$ 51.627,94	R\$ 46.749,10	31/10/2016	4097	19/07/2016	TVSBT CANAL11
5106394610	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	14/11/2016	4044	27/06/2016	ZQUADRO STUDIO
5106395379	R\$ 85.827,84	R\$ 85.591,60	14/11/2016	4083	07/07/2016	UMA RASA FILMES
5106396654	R\$ 190.000,00	R\$ 172.045,00	14/11/2016	4111	19/07/2016	ART RIO PROPAGANDA
5106396633	R\$ 38.550,39	R\$ 34.907,38	14/11/2016	4092	19/07/2016	DIAL BRASIL EMPRESA
5106396642	R\$ 47.743,58	R\$ 43.231,81	14/11/2016	4099	19/07/2016	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106396650	R\$ 189.525,00	R\$ 171.614,89	14/11/2016	4107	19/07/2016	SKY MIDIA
5106396641	R\$ 1.352,61	R\$ 1.224,78	14/11/2016	4098	19/07/2016	TVSBT CANAL 3
5106396631	R\$ 257.465,67	R\$ 253.624,02	14/11/2016	4090	19/07/2016	VEILOC VEICULAÇÃO
5106403582	R\$ 283.926,46	R\$ 283.144,97	14/11/2016	004145	12/09/2016	MB PUBLICIDADE
5106403591	R\$ 6.695,00	R\$ 6.676,57	14/11/2016	004125	12/09/2016	MP PROJETOS
5106403579	R\$ 75.705,00	R\$ 75.496,63	14/11/2016	004143	12/09/2016	PEDRO H.M. VIANNA
5106403567	R\$ 72.105,00	R\$ 65.291,08	14/11/2016	004149	12/09/2016	PLUREX PUBLICIDADE
5106403576	R\$ 86.623,00	R\$ 86.384,58	14/11/2016	004140	12/09/2016	UMA ROSA FILMES
5106403776	R\$ 37.927,67	R\$ 34.343,50	14/11/2016	004163	13/09/2016	DIAL BRASIL EMPRESA INTERATIVA
5106403577	R\$ 91.670,00	R\$ 83.007,18	18/11/2016	004141	12/09/2016	BPDW EVENTOS CULTURAIS
5106403592	R\$ 99.597,14	R\$ 99.323,00	18/11/2016	004124	12/09/2016	GLP MARKETING
5106386735	R\$ 30.068,49	R\$ 27.227,02	22/11/2016	4011	27/04/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
5106386740	R\$ 17.099,32	R\$ 15.483,43	22/11/2016	4012	27/04/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA

Documento Contábil	Valor Bruto		Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo	
5106396644	R\$	19.000,00	R\$	17.204,50	22/11/2016	4101	19/07/2016	TV CORCOVADO
5106396643	R\$	19.000,00	R\$	17.204,50	22/11/2016	4100	19/07/2016	TV CORCOVADO
5106403570	R\$	19.000,00	R\$	17.204,50	22/11/2016	004132	12/09/2016	TV CORCOVADO
5106396628	R\$	18.540,00	R\$	18.488,97	23/11/2016	4088	19/07/2016	JOÃO HENRIQUE ALMEIDA
5106393007	R\$	30.068,49	R\$	27.227,02	24/11/2016	4017	13/06/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTOA
5106393004	R\$	17.099,32	R\$	15.483,43	24/11/2016	4018	13/06/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
5106393000	R\$	30.490,67	R\$	27.609,30	24/11/2016	4019	13/06/2016	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTOA
5106394661	R\$	39.266,67	R\$	35.555,97	24/11/2016	4058	27/06/2016	NASSEH COMUNICAÇÃO
5106394640	R\$	17.099,32	R\$	15.483,43	24/11/2016	4053	27/06/2016	ROCKY MOUNTAIN
5106394912	R\$	46.783,92	R\$	42.362,83	24/11/2016	4067	01/07/2016	RADIO MONTE DA GAVEA
5106394915	R\$	42.754,71	R\$	38.714,38	24/11/2016	4070	01/07/2016	SOCIEDADE ANONIMA RADIO TUPI
5106394913	R\$	47.500,00	R\$	43.011,25	24/11/2016	4068	01/07/2016	SOCIEDADE ANONIMA RADIO TUPI
5106395365	R\$	78.453,19	R\$	71.039,36	24/11/2016	4074	07/07/2016	ARETE EDITORIAL
5106395367	R\$	42.754,71	R\$	38.714,38	24/11/2016	4075	07/07/2016	SOCIEDADE ANONIMA RADIO TUPI
5106396624	R\$	43.260,00	R\$	43.140,93	24/11/2016	4086	19/07/2016	CAIO GOUVEA IBELLI
5106396629	R\$	30.900,00	R\$	30.814,95	24/11/2016	4089	19/07/2016	DAKALM PRODUÇÕES
5106396636	R\$	23.925,93	R\$	21.664,93	24/11/2016	4094	19/07/2016	NASSEH COMUNICAÇÃO
5106396649	R\$	17.099,32	R\$	15.483,43	24/11/2016	4106	19/07/2016	ROCKY MOUNTAIN
5106396648	R\$	30.068,49	R\$	27.227,02	24/11/2016	4105	19/07/2016	ROCKY MOUNTAIN
5106396653	R\$	35.974,12	R\$	32.574,57	24/11/2016	4110	19/07/2016	SOCIEDADE ANONIMA
5106398069	R\$	46.783,92	R\$	42.362,83	24/11/2016	4120	01/08/2016	RÁDIO MONTE DA GÁVEA LTDA
5106398071	R\$	38.142,50	R\$	34.538,02	24/11/2016	4121	01/08/2016	RADIO MONTE DA GAVEA
5106403574	R\$	98.880,00	R\$	89.535,84	24/11/2016	004139	12/09/2016	ASSOCIAÇÃO LIGA MMA
5106403578	R\$	30.900,00	R\$	30.814,95	24/11/2016	004142	12/09/2016	CHLOE CALMON PROMOÇÕES
5106403571	R\$	27.211,15	R\$	26.805,14	24/11/2016	004148	12/09/2016	CORPORATIVA PARTICIPAÇÕES
5106403594	R\$	187.720,00	R\$	169.980,46	24/11/2016	004133	12/09/2016	EDITORIA O DIA
5106403581	R\$	15.450,00	R\$	15.407,47	24/11/2016	004144	12/09/2016	MARIA BRUNO
5106403557	R\$	48.216,08	R\$	43.659,67	24/11/2016	004156	12/09/2016	RADIO MONTE DA GAVEA
5106394642	R\$	30.068,49	R\$	27.227,02	25/11/2016	4054	27/06/2016	ROCKY MOUNTAIN
5106403584	R\$	30.900,00	R\$	27.979,95	25/11/2016	4147	12/09/2016	JVELOSO EMPREENHIMENTO
5106409100	R\$	190.000,00	R\$	172.045,00	28/11/2016	004172	27/10/2016	ART RIO PROPAGANDA
5106394629	R\$	98.571,00	R\$	89.256,04	02/12/2016	4049	27/06/2016	TMBC 2003 PROJETOS
5106394916	R\$	111.720,00	R\$	101.162,46	02/12/2016	4071	01/07/2016	ARETE EDITORIAL
5106403590	R\$	87.550,00	R\$	79.276,52	02/12/2016	004126	12/09/2016	TMBC 2003 PROJETOS
5106394914	R\$	41.436,25	R\$	37.520,52	06/12/2016	4069	01/07/2016	RADIO E TV BANDEIRANTES
5106398064	R\$	42.999,39	R\$	42.357,80	14/12/2016	4118	01/08/2016	FOREVER SURF EDITORA
5106398060	R\$	42.999,39	R\$	42.357,80	14/12/2016	4117	01/08/2016	FOREVER SURF EDITORA
5106403560	R\$	42.999,37	R\$	42.357,78	14/12/2016	004154	12/09/2016	FOREVER SURF EDITORA
5106410987	R\$	33.250,00	R\$	32.753,87	16/12/2016	004182	16/11/2016	ARCOS
5106410985	R\$	37.406,25	R\$	36.848,11	16/12/2016	004179	16/11/2016	ARCOS
5106415650	R\$	21.596,53	R\$	19.555,65	23/12/2016	004185	20/12/2016	RADIO TRANSAMERICA

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106415574	R\$ 43.770,39	R\$ 39.634,09	23/12/2016	004170	20/12/2016	RADIO TRANSAMERICA
5106395381	R\$ 10.145,50	R\$ 9.186,74		4084	07/07/2016	NEW SIGNS PAINEIS
TOTAL	R\$ 19.581.455,55	R\$ 18.493.217,87				

Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - CR.P

Quadro A.9.14.1.2 – Publicidade Legal

Documento Contábil	Valor Bruto	Valor Líquido	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada no Sistema	Veículo
5106371714	R\$ 1.192,78	R\$ 1.170,23	04/01/2016	773473	21/12/2015	O ESTADO
5106373903	R\$ 504,00	R\$ 456,37	12/01/2016	777122	04/01/2016	DIARIO DO VALE
5106373901	R\$ 504,00	R\$ 456,37	12/01/2016	777121	04/01/2016	DIARIO DO VALE
5106373915	R\$ 1.684,48	R\$ 1.525,29	12/01/2016	777125	04/01/2016	ESTADO DE MINAS
5106373911	R\$ 2.016,00	R\$ 1.825,49	12/01/2016	777124	04/01/2016	ESTADO DE MINAS
5106373906	R\$ 2.016,00	R\$ 1.825,49	12/01/2016	777123	04/01/2016	ESTADO DE MINAS
5106373862	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	12/01/2016	776727	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373833	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	12/01/2016	776726	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373824	R\$ 985,92	R\$ 892,75	12/01/2016	776725	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373820	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	12/01/2016	776724	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373818	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	12/01/2016	776723	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373787	R\$ 2.616,12	R\$ 2.368,91	12/01/2016	776722	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373785	R\$ 985,92	R\$ 892,75	12/01/2016	776721	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373687	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	12/01/2016	776719	04/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106373925	R\$ 853,20	R\$ 772,57	12/01/2016	777127	04/01/2016	O DIA
5106373920	R\$ 853,20	R\$ 772,57	12/01/2016	777126	04/01/2016	O DIA
5106373879	R\$ 995,40	R\$ 901,34	12/01/2016	777120	04/01/2016	O DIA
5106373684	R\$ 9.870,66	R\$ 8.937,88	12/01/2016	776508	04/01/2016	O GLOBO
5106373683	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	12/01/2016	776507	04/01/2016	O GLOBO
5106373694	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	12/01/2016	776720	04/01/2016	O POPULAR
5106373661	R\$ 941,88	R\$ 852,87	12/01/2016	776505	04/01/2016	O POPULAR
5106373666	R\$ 2.844,00	R\$ 2.575,24	12/01/2016	776506	04/01/2016	SUPER NOTICIA
5106349347	R\$ 821,60	R\$ 743,96	18/01/2016	762477	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349346	R\$ 985,92	R\$ 892,75	18/01/2016	762476	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349344	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	18/01/2016	762475	02/07/2015	Correio da Bahia
5106349343	R\$ 662,40	R\$ 599,80	18/01/2016	762474	02/07/2015	Tribuna do Norte
5106349341	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/01/2016	762473	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349339	R\$ 23.000,00	R\$ 20.826,50	18/01/2016	762472	02/07/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106349338	R\$ 1.507,01	R\$ 1.364,60	18/01/2016	763394	02/07/2015	O Popular
5106349337	R\$ 2.245,18	R\$ 2.033,01	18/01/2016	763393	02/07/2015	Correio do Povo (Porto Alegre)
5106349335	R\$ 331,10	R\$ 299,81	18/01/2016	763698	02/07/2015	Noticias do Dia (Florianópolis)
5106349333	R\$ 2.821,28	R\$ 2.554,67	18/01/2016	763156	02/07/2015	Correio da Bahia
5106349227	R\$ 1.913,94	R\$ 1.733,08	18/01/2016	763155	02/07/2015	O Tempo (Belo Horizonte)

5106349223	R\$	579,60	R\$	524,83	18/01/2016	762709	02/07/2015	Tribuna do Norte
5106349222	R\$	15.374,64	R\$	13.921,74	18/01/2016	762708	02/07/2015	Estado de Minas
5106349220	R\$	384,00	R\$	347,71	18/01/2016	764938	02/07/2015	O Debate Diário de Macaé
5106349219	R\$	384,00	R\$	347,71	18/01/2016	764937	02/07/2015	O Debate Diário de Macaé
5106348881	R\$	1.478,88	R\$	1.339,13	18/01/2016	764936	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348879	R\$	985,92	R\$	892,75	18/01/2016	764935	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348819	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	764934	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348802	R\$	331,10	R\$	299,81	18/01/2016	764683	30/06/2015	Noticias do Dia (Florianópolis)
5106348792	R\$	1.130,26	R\$	1.023,45	18/01/2016	764482	30/06/2015	O Popular (Goiânia – Gol
5106348789	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764335	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348788	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764334	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348787	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764333	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348786	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764332	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348785	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764331	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348784	R\$	2.710,26	R\$	2.454,14	18/01/2016	764330	30/06/2015	Jornal do Commercio (Recife)
5106348783	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	766717	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348782	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	766716	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348781	R\$	1.807,52	R\$	1.636,71	18/01/2016	766715	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348780	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	18/01/2016	766714	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348779	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	766713	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106348778	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	766712	30/06/2015	JORNAL DO COMMERCIO
5106375345	R\$	909,02	R\$	823,12	18/01/2016	779936	13/01/2016	GAZETA DO POVO
5106375337	R\$	909,02	R\$	823,12	18/01/2016	779935	13/01/2016	GAZETA DO POVO
5106375336	R\$	909,02	R\$	823,12	18/01/2016	779934	13/01/2016	GAZETA DO POVO
5106375334	R\$	909,02	R\$	823,12	18/01/2016	779933	13/01/2016	GAZETA DO POVO
5106375298	R\$	2.336,31	R\$	2.115,52	18/01/2016	780152	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375286	R\$	2.336,31	R\$	2.115,52	18/01/2016	780151	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375284	R\$	2.336,31	R\$	2.115,52	18/01/2016	780150	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375283	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	780149	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375281	R\$	985,92	R\$	892,75	18/01/2016	780148	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375280	R\$	1.314,56	R\$	1.190,33	18/01/2016	780147	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375278	R\$	821,60	R\$	743,96	18/01/2016	780146	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375276	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	780145	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375275	R\$	985,92	R\$	892,75	18/01/2016	780144	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375274	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	780143	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375272	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	18/01/2016	780142	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375271	R\$	985,92	R\$	892,75	18/01/2016	780141	13/01/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106375375	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	18/01/2016	779941	13/01/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106375374	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	18/01/2016	779940	13/01/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106375349	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	18/01/2016	779939	13/01/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106375347	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	18/01/2016	779938	13/01/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106375310	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	18/01/2016	780157	13/01/2016	O GLOBO
5106375305	R\$	32.902,20	R\$	29.792,94	18/01/2016	780156	13/01/2016	O GLOBO

5106375303	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	18/01/2016	780155	13/01/2016	O GLOBO
5106375300	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	18/01/2016	780154	13/01/2016	O GLOBO
5106375299	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	18/01/2016	780153	13/01/2016	O GLOBO
5106375269	R\$	1.318,62	R\$	1.194,01	18/01/2016	780140	13/01/2016	O POPULAR
5106375346	R\$	1.004,40	R\$	909,49	18/01/2016	779937	13/01/2016	O TEMPO
5106376918	R\$	800.000,00	R\$	724.400,00	03/02/2016	756639-2	01/02/2016	INFOGLOBO – 2015
5106378033	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	26/02/2016	774595	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378031	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	26/02/2016	790565	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378030	R\$	6.800,00	R\$	6.157,40	26/02/2016	790169	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378028	R\$	10.880,00	R\$	9.851,84	26/02/2016	790168	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378024	R\$	3.916,80	R\$	3.546,66	26/02/2016	778563	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378022	R\$	9.139,20	R\$	8.275,55	26/02/2016	783954	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378021	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	26/02/2016	783955	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378019	R\$	9.139,20	R\$	8.275,55	26/02/2016	783956	17/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106378682	R\$	2.561,41	R\$	2.319,36	01/03/2016	778562	23/02/2016	A TARDE
5106378681	R\$	2.561,41	R\$	2.319,36	01/03/2016	778561	23/02/2016	A TARDE
5106378642	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	01/03/2016	778250	23/02/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106378596	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	01/03/2016	778249	23/02/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106378578	R\$	2.821,28	R\$	2.554,67	01/03/2016	784236	23/02/2016	CORREIO DA BAHIA
5106378577	R\$	3.526,60	R\$	3.193,34	01/03/2016	784235	23/02/2016	CORREIO DA BAHIA
5106378568	R\$	544,32	R\$	534,03	01/03/2016	783952	23/02/2016	DIARIO DA MANHA
5106378573	R\$	1.554,88	R\$	1.407,94	01/03/2016	783957	23/02/2016	GAZETA DO POVO
5106378564	R\$	1.038,88	R\$	940,70	01/03/2016	783951	23/02/2016	GAZETA DO POVO
5106378561	R\$	156,52	R\$	153,57	01/03/2016	783732	23/02/2016	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106378680	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	01/03/2016	778398	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378679	R\$	985,92	R\$	892,75	01/03/2016	778397	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378678	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	01/03/2016	778396	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378677	R\$	985,92	R\$	892,75	01/03/2016	778395	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378676	R\$	985,92	R\$	892,75	01/03/2016	778394	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378670	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	01/03/2016	778393	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378663	R\$	985,92	R\$	892,75	01/03/2016	778392	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378594	R\$	3.491,46	R\$	3.161,52	01/03/2016	784483	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378593	R\$	2.725,70	R\$	2.468,12	01/03/2016	784482	23/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106378592	R\$	10.967,40	R\$	9.930,98	01/03/2016	784244	23/02/2016	O GLOBO
5106378591	R\$	11.845,44	R\$	10.726,04	01/03/2016	784243	23/02/2016	O GLOBO
5106378590	R\$	35.095,68	R\$	31.779,14	01/03/2016	784242	23/02/2016	O GLOBO
5106378587	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	01/03/2016	784241	23/02/2016	O GLOBO
5106378584	R\$	1.821,96	R\$	1.649,79	01/03/2016	784238	23/02/2016	O TEMPO
5106378583	R\$	1.406,16	R\$	1.273,27	01/03/2016	784237	23/02/2016	O TEMPO
5106378586	R\$	864,00	R\$	782,35	01/03/2016	784240	23/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106378585	R\$	662,40	R\$	599,80	01/03/2016	784239	23/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106336753	R\$	17.341,44	R\$	15.702,68	02/03/2016	743620	03/03/2015	Folha de São Paulo
5106336756	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	02/03/2016	744307	03/03/2015	JORNAL DO COMMERCIO

5106311787	R\$	985,92	R\$	892,75	07/03/2016	722317	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311784	R\$	985,92	R\$	892,75	07/03/2016	722316	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311783	R\$	985,92	R\$	892,75	07/03/2016	722315	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311781	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	07/03/2016	722123	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311779	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	07/03/2016	722122	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311777	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	07/03/2016	722121	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311776	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	07/03/2016	722120	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311775	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	07/03/2016	722119	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311773	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	07/03/2016	722118	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311772	R\$	985,92	R\$	892,75	07/03/2016	722117	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311790	R\$	1.130,26	R\$	1.023,45	07/03/2016	722662	05/09/2014	O POPULAR
5106311789	R\$	645,12	R\$	584,16	07/03/2016	722661	05/09/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106379007	R\$	1.035,30	R\$	937,46	08/03/2016	774105	25/02/2016	A GAZETA
5106379011	R\$	985,92	R\$	892,75	08/03/2016	774409	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379010	R\$	821,60	R\$	743,96	08/03/2016	774408	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379009	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	08/03/2016	774407	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379004	R\$	2.986,20	R\$	2.704,00	08/03/2016	774104	25/02/2016	O DIA
5106379020	R\$	318,60	R\$	312,58	09/03/2016	775419	25/02/2016	DIARIO DE TAUBATE
5106379019	R\$	318,60	R\$	312,58	09/03/2016	775418	25/02/2016	DIARIO DE TAUBATE
5106379040	R\$	985,92	R\$	892,75	09/03/2016	775426	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379038	R\$	821,60	R\$	743,96	09/03/2016	775425	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379025	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/03/2016	775424	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379024	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/03/2016	775423	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379023	R\$	985,92	R\$	892,75	09/03/2016	775422	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379022	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/03/2016	775421	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379021	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/03/2016	775420	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379017	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/03/2016	774411	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379016	R\$	985,92	R\$	892,75	09/03/2016	774410	25/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379018	R\$	6.580,44	R\$	5.958,59	09/03/2016	774731	25/02/2016	O GLOBO
5106379086	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	10/03/2016	781715	26/02/2016	CORREIO DO POVO
5106379084	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	10/03/2016	781714	26/02/2016	CORREIO DO POVO
5106379100	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	10/03/2016	781363	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379097	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	10/03/2016	781362	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379096	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	10/03/2016	781361	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379095	R\$	985,92	R\$	892,75	10/03/2016	781360	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379092	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	10/03/2016	781721	26/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106379091	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	10/03/2016	781720	26/02/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106379090	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	10/03/2016	781719	26/02/2016	O GLOBO
5106379089	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	10/03/2016	781718	26/02/2016	O GLOBO
5106379088	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	10/03/2016	781717	26/02/2016	O GLOBO
5106379129	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	11/03/2016	781369	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379125	R\$	985,92	R\$	892,75	11/03/2016	781368	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379122	R\$	985,92	R\$	892,75	11/03/2016	781367	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO

5106379112	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	11/03/2016	781366	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379106	R\$	985,92	R\$	892,75	11/03/2016	781365	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379102	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	11/03/2016	781364	26/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379408	R\$	1.318,63	R\$	1.194,02	11/03/2016	779267	29/02/2016	O POPULAR
5106379407	R\$	1.318,62	R\$	1.194,01	11/03/2016	779266	29/02/2016	O POPULAR
5106379176	R\$	1.427,27	R\$	1.292,39	11/03/2016	780969	26/02/2016	O POVO
5106379173	R\$	1.406,16	R\$	1.273,27	11/03/2016	780968	26/02/2016	O TEMPO
5106379409	R\$	579,60	R\$	524,83	11/03/2016	779268	29/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106379139	R\$	579,60	R\$	524,83	11/03/2016	781194	26/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106379504	R\$	821,60	R\$	743,96	14/03/2016	779105	29/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379498	R\$	985,92	R\$	892,75	14/03/2016	779104	29/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379491	R\$	985,92	R\$	892,75	14/03/2016	779103	29/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379486	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	14/03/2016	779102	29/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379484	R\$	985,92	R\$	892,75	14/03/2016	779101	29/02/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106379516	R\$	1.205,28	R\$	1.091,38	14/03/2016	779107	29/02/2016	O TEMPO
5106379509	R\$	1.205,28	R\$	1.091,38	14/03/2016	779106	29/02/2016	O TEMPO
5106379474	R\$	579,60	R\$	524,83	14/03/2016	779269	29/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106379087	R\$	579,60	R\$	524,83	15/03/2016	781716	26/02/2016	TRIBUNA DO NORTE
5106381951	R\$	26.079,90	R\$	23.615,35	22/03/2016	791943	17/03/2016	FOLHA DE SAO PAULO
5106381948	R\$	8.160,00	R\$	7.388,88	22/03/2016	787633	17/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106381944	R\$	21.900,00	R\$	19.830,45	22/03/2016	796843	17/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106381937	R\$	20.440,00	R\$	18.508,42	22/03/2016	796311	17/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106380869	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	28/03/2016	786655	09/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380868	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	28/03/2016	786656	09/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380866	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	786657	09/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380865	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787366	09/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380713	R\$	985,92	R\$	892,75	28/03/2016	787367	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380708	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787368	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380700	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787369	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380698	R\$	985,92	R\$	892,75	28/03/2016	787370	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380697	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787371	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380680	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787372	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380671	R\$	1.478,88	R\$	1.339,13	28/03/2016	787373	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380665	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	28/03/2016	787374	08/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106380870	R\$	6.800,00	R\$	6.157,40	28/03/2016	786380	09/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106382327	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	29/03/2016	781919	21/03/2016	CORREIO DO POVO
5106382326	R\$	909,02	R\$	823,12	29/03/2016	781918	21/03/2016	GAZETA DO POVO
5106382228	R\$	909,02	R\$	823,12	29/03/2016	781917	18/03/2016	GAZETA DO POVO
5106382225	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	29/03/2016	781916	18/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106382214	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	29/03/2016	776513	18/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106382210	R\$	9.520,00	R\$	8.620,36	29/03/2016	762062	18/03/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106382237	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	30/03/2016	782230	18/03/2016	CORREIO DO POVO
5106382221	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	30/03/2016	782229	18/03/2016	CORREIO DO POVO

5106382219	R\$	2.185,96	R\$	1.979,39	30/03/2016	782228	18/03/2016	CORREIO DO POVO
5106382337	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	30/03/2016	781926	21/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106382340	R\$	821,60	R\$	743,96	30/03/2016	791944	21/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106382338	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	30/03/2016	791945	21/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106382335	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	01/04/2016	781925	21/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106382334	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	01/04/2016	781924	21/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106382333	R\$	821,60	R\$	743,96	01/04/2016	781923	21/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106382331	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	01/04/2016	781922	21/03/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106382330	R\$	1.318,63	R\$	1.194,02	01/04/2016	781921	21/03/2016	O POPULAR
5106382329	R\$	1.318,63	R\$	1.194,02	01/04/2016	781920	21/03/2016	O POPULAR
5106383316	R\$	800.000,00	R\$	724.400,00	01/04/2016	756639	30/03/2016	PAGAMENTO 3º PARCELA BALANÇO PATRIMONIAL 2015
5106383382	R\$	8.773,92	R\$	7.944,78	04/04/2016	790166	30/03/2016	O GLOBO
5106383376	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	04/04/2016	790165	30/03/2016	O GLOBO
5106383374	R\$	9.870,66	R\$	8.937,88	04/04/2016	791674	30/03/2016	O GLOBO
5106383370	R\$	25.225,02	R\$	22.841,26	04/04/2016	791673	30/03/2016	O GLOBO
5106383366	R\$	6.580,44	R\$	5.958,59	04/04/2016	791672	30/03/2016	O GLOBO
5106383198	R\$	1.035,30	R\$	937,46	05/04/2016	780616	30/03/2016	A GAZETA
5106383184	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	05/04/2016	783953	30/03/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106383197	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	05/04/2016	780615	30/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106383196	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	05/04/2016	780614	30/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106383195	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	05/04/2016	780613	30/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106383191	R\$	2.561,41	R\$	2.319,36	06/04/2016	780826	30/03/2016	A TARDE
5106383190	R\$	2.561,41	R\$	2.319,36	06/04/2016	780825	30/03/2016	A TARDE
5106383194	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	06/04/2016	780612	30/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106383193	R\$	2.019,80	R\$	1.828,93	06/04/2016	780611	30/03/2016	DIARIO DO NORDESTE
5106383192	R\$	1.406,16	R\$	1.273,27	06/04/2016	780827	30/03/2016	O TEMPO
5106383187	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	07/04/2016	780404	30/03/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106383186	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	07/04/2016	780403	30/03/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106383189	R\$	3.128,40	R\$	2.832,76	07/04/2016	780406	30/03/2016	O DIA
5106383188	R\$	1.318,62	R\$	1.194,01	07/04/2016	780405	30/03/2016	O POPULAR
5106383185	R\$	1.205,28	R\$	1.091,39	07/04/2016	779737	30/03/2016	O TEMPO
5106384387	R\$	23.483,52	R\$	21.264,33	11/04/2016	795739	06/04/2016	FOLHA DE SAO PAULO
5106384391	R\$	1.706,40	R\$	1.545,15	11/04/2016	792993	06/04/2016	O DIA
5106384394	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	11/04/2016	795733	06/04/2016	O GLOBO
5106384388	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	11/04/2016	795940	06/04/2016	O GLOBO
5106384383	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	11/04/2016	795735	06/04/2016	O GLOBO
5106384380	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	11/04/2016	795736	06/04/2016	O GLOBO
5106384376	R\$	13.641,32	R\$	12.352,22	11/04/2016	795737	06/04/2016	O GLOBO
5106384184	R\$	8.773,92	R\$	7.944,78	12/04/2016	770230	05/04/2016	O GLOBO
5106384180	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	12/04/2016	770229	05/04/2016	O GLOBO
5106384176	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	12/04/2016	770228	05/04/2016	O GLOBO
5106384174	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	12/04/2016	770227	05/04/2016	O GLOBO

5106384171	R\$	6.580,44	R\$	5.958,59	12/04/2016	770226	05/04/2016	O GLOBO
5106384170	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	12/04/2016	793891	05/04/2016	O GLOBO
5106384207	R\$	5.483,70	R\$	4.965,49	13/04/2016	790167	05/04/2016	O GLOBO
5106384206	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	13/04/2016	796186	05/04/2016	O GLOBO
5106384205	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	13/04/2016	796185	05/04/2016	O GLOBO
5106384194	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	13/04/2016	795734	05/04/2016	O GLOBO
5106384190	R\$	26.042,52	R\$	23.581,51	13/04/2016	795738	05/04/2016	O GLOBO
5106384168	R\$	7.677,18	R\$	6.951,69	13/04/2016	793890	05/04/2016	O GLOBO
5106384165	R\$	8.773,92	R\$	7.944,78	13/04/2016	793889	05/04/2016	O GLOBO
5106385677	R\$	1.951,08	R\$	1.766,70	26/04/2016	794525	18/04/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106385674	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	26/04/2016	794526	18/04/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106385671	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	26/04/2016	794400	18/04/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106385672	R\$	909,02	R\$	823,12	26/04/2016	794399	18/04/2016	GAZETA DO POVO
5106385670	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	26/04/2016	793646	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385721	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	27/04/2016	793649	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385685	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	27/04/2016	793648	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385682	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	27/04/2016	793647	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385680	R\$	1.333,22	R\$	1.207,23	27/04/2016	792163	18/04/2016	O Popular (Goiânia – Gol
5106385679	R\$	985,92	R\$	892,75	27/04/2016	792245	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385759	R\$	1.035,30	R\$	937,46	02/05/2016	780617	18/04/2016	A Gazeta (Cuiabá. MT)
5106385747	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	02/05/2016	793653	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385741	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	02/05/2016	793652	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385736	R\$	985,92	R\$	892,75	02/05/2016	793651	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106385733	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	02/05/2016	793650	18/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106386135	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	06/05/2016	795018	20/04/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106386145	R\$	985,92	R\$	892,75	06/05/2016	795938	20/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106386144	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	06/05/2016	795939	20/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106386139	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	06/05/2016	792246	20/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106386142	R\$	1.333,22	R\$	1.207,23	06/05/2016	794689	20/04/2016	O POPULAR
5106386163	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	09/05/2016	796187	20/04/2016	O Estado do Maranhão (MA)
5106386161	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	09/05/2016	795540	20/04/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106386158	R\$	1.038,88	R\$	940,70	09/05/2016	795732	20/04/2016	GAZETA DO POVO
5106386150	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/05/2016	795936	20/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106386147	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	09/05/2016	795937	20/04/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396791	R\$	2.149.943,79	R\$	1.946.774,11	03/08/2016	104645	25/07/2016	2º E 3º PARCELA BALANÇO PATRIMONIAL INFOGLOBO
5106396972	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	15/08/2016	101461	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396971	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	15/08/2016	101692	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396968	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	15/08/2016	101693	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396967	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	15/08/2016	101694	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396966	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	15/08/2016	101695	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396958	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	15/08/2016	799039	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396956	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	15/08/2016	799040	26/07/2016	PGTO. O GLOBO

5106396955	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	15/08/2016	799038	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396954	R\$	6.200,60	R\$	5.614,64	15/08/2016	799683	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396951	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	15/08/2016	799037	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396950	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	15/08/2016	799036	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396947	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	15/08/2016	798308	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396941	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	15/08/2016	798309	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106394164	R\$	1.038,88	R\$	940,70	16/08/2016	770069	23/06/2016	GAZETA DO POVO
5106394967	R\$	4.386,96	R\$	3.972,40	16/08/2016	791947	01/07/2016	O GLOBO
5106392171	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	16/08/2016	102890	06/06/2016	O GLOBO
5106392086	R\$	19.009,20	R\$	17.212,83	16/08/2016	103107	06/06/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106392085	R\$	8.760,00	R\$	7.932,18	16/08/2016	103106	06/06/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106392079	R\$	27.740,00	R\$	25.118,57	16/08/2016	103105	06/06/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106392076	R\$	27.740,00	R\$	25.118,57	16/08/2016	103104	06/06/2016	O ESTADO DE SAO PAULO
5106392050	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	16/08/2016	103100	06/06/2016	O GLOBO
5106392036	R\$	32.616,00	R\$	29.533,79	16/08/2016	102097	06/06/2016	Folha de São Paulo
5106396934	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	16/08/2016	798311	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396932	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	16/08/2016	798101	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396928	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	16/08/2016	798102	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106395016	R\$	1.142,76	R\$	1.034,77	17/08/2016	793787	01/07/2016	O Popular (Goiânia – GO)
5106395010	R\$	433,06	R\$	392,14	17/08/2016	793788	01/07/2016	Jornal do Tocantins (TO)
5106394934	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	17/08/2016	791946	01/07/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396818	R\$	7.827,84	R\$	7.088,11	17/08/2016	105944	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396816	R\$	7.827,84	R\$	7.088,11	17/08/2016	105552	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396815	R\$	16.583,88	R\$	15.016,70	17/08/2016	100530	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396813	R\$	17.574,82	R\$	15.914,00	17/08/2016	100531	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396809	R\$	36.529,92	R\$	33.077,84	17/08/2016	797591	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396938	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	17/08/2016	798310	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396933	R\$	83.708,10	R\$	75.797,69	17/08/2016	798100	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396927	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	17/08/2016	798103	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106396925	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	17/08/2016	798104	26/07/2016	PGTO. O GLOBO
5106398441	R\$	10.220,00	R\$	9.254,21	23/08/2016	798823	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398438	R\$	10.220,00	R\$	9.254,21	23/08/2016	798822	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106396825	R\$	9.132,48	R\$	8.269,46	23/08/2016	107859	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396820	R\$	6.709,50	R\$	6.075,45	23/08/2016	107957	25/07/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106396878	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	23/08/2016	795336	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396877	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	23/08/2016	795335	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396876	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	23/08/2016	795334	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396875	R\$	985,92	R\$	892,75	23/08/2016	795333	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396873	R\$	985,92	R\$	892,75	23/08/2016	795331	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396872	R\$	985,92	R\$	892,75	23/08/2016	795332	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396870	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	23/08/2016	795330	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106396865	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	23/08/2016	795329	25/07/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106379477	R\$	2.468,62	R\$	2.235,33	24/08/2016	779270	29/02/2016	CORREIO DA BAHIA

5106396705	R\$ 58.000,00	R\$ 52.519,00	24/08/2016	105686	22/07/2016	FOLHA DE SÃO PAULO
5106392056	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	24/08/2016	103101	06/06/2016	O GLOBO
5106399220	R\$ 10.220,00	R\$ 9.254,21	24/08/2016	106749	09/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106399214	R\$ 27.740,00	R\$ 25.118,57	24/08/2016	104646	09/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398459	R\$ 8.760,00	R\$ 7.932,18	24/08/2016	798824	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398453	R\$ 11.680,00	R\$ 10.576,24	24/08/2016	798825	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398450	R\$ 10.220,00	R\$ 9.254,21	24/08/2016	798827	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398445	R\$ 11.680,00	R\$ 10.576,24	24/08/2016	798826	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398434	R\$ 11.680,00	R\$ 10.576,24	24/08/2016	799875	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106398431	R\$ 11.680,00	R\$ 10.576,24	24/08/2016	799874	03/08/2016	PGTO. Estado S.P
5106399227	R\$ 8.760,00	R\$ 7.932,18	24/08/2016	104647	09/08/2016	PGTO. ESTADO SÃO PAULO
5106394348	R\$ 2.276,26	R\$ 2.061,15	25/08/2016	794866	24/06/2016	Correio Braziliense (DF)
5106394343	R\$ 1.800,96	R\$ 1.630,77	25/08/2016	796442	24/06/2016	O liberal (PAI)
5106394337	R\$ 2.601,44	R\$ 2.355,60	25/08/2016	796571	24/06/2016	Correio Braziliense (DF)
5106394307	R\$ 3.318,00	R\$ 3.004,45	25/08/2016	790164	23/06/2016	Super Noticia (MG)
5106394305	R\$ 3.318,00	R\$ 3.004,45	25/08/2016	790163	23/06/2016	Super Noticia (MG)
5106394302	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	25/08/2016	790563	23/06/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106398906	R\$ 13.641,32	R\$ 12.352,22	25/08/2016	104507	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398902	R\$ 13.641,32	R\$ 12.352,22	25/08/2016	104508	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398897	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	25/08/2016	104509	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398890	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	25/08/2016	106211	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398885	R\$ 24.802,40	R\$ 22.458,57	25/08/2016	106212	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398990	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	26/08/2016	111733	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398989	R\$ 11.161,08	R\$ 10.106,36	26/08/2016	111734	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398988	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	26/08/2016	111735	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398980	R\$ 9.920,96	R\$ 8.983,43	26/08/2016	111736	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398977	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	26/08/2016	111737	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398968	R\$ 6.200,60	R\$ 5.614,64	26/08/2016	111738	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398966	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	26/08/2016	110250	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398962	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	26/08/2016	110251	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398958	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	26/08/2016	110252	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398953	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	26/08/2016	110253	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398907	R\$ 13.641,32	R\$ 12.352,22	26/08/2016	104506	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398893	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	26/08/2016	104510	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399393	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	29/08/2016	114407	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399390	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	29/08/2016	114408	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399386	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	29/08/2016	114412	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399382	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	29/08/2016	114413	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399377	R\$ 6.200,60	R\$ 5.614,64	29/08/2016	114411	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399374	R\$ 6.200,60	R\$ 5.614,64	29/08/2016	114414	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399368	R\$ 8.680,84	R\$ 7.860,50	29/08/2016	114409	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399349	R\$ 9.920,96	R\$ 8.983,43	29/08/2016	114410	10/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399212	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	29/08/2016	111727	09/08/2016	PGTO. O GLOBO

5106399205	R\$	89.288,64	R\$	80.850,86	29/08/2016	111728	09/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399201	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	29/08/2016	111729	09/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106399199	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	29/08/2016	111730	09/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398992	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	29/08/2016	111731	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398991	R\$	13.641,32	R\$	12.352,22	29/08/2016	111732	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106404963	R\$	2.988,32	R\$	2.705,92	04/10/2016	799515	21/09/2016	A Tarde
5106404959	R\$	2.988,32	R\$	2.705,92	04/10/2016	799516	21/09/2016	A Tarde
5106405105	R\$	1.625,90	R\$	1.472,25	04/10/2016	798498	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405103	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	04/10/2016	798499	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405100	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	04/10/2016	798500	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405099	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	04/10/2016	798501	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106404829	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	04/10/2016	797421	21/09/2016	Correio Brasileiro
5106404812	R\$	2.601,44	R\$	2.355,60	04/10/2016	796570	21/09/2016	Correio Brasileiro
5106404832	R\$	577,80	R\$	523,20	04/10/2016	797093	21/09/2016	Diário da manhã
5106404938	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	04/10/2016	798098	21/09/2016	Estado do Maranhão
5106404840	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	04/10/2016	796842	21/09/2016	Estado do Maranhão
5106404947	R\$	1.038,88	R\$	940,70	04/10/2016	798820	21/09/2016	Gazeta do povo
5106404945	R\$	1.038,88	R\$	940,70	04/10/2016	798821	21/09/2016	Gazeta do povo
5106404836	R\$	1.038,88	R\$	940,70	04/10/2016	796841	21/09/2016	Gazeta do povo
5106405093	R\$	985,92	R\$	892,75	04/10/2016	796568	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405092	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	04/10/2016	796567	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405090	R\$	821,60	R\$	743,96	04/10/2016	796566	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405078	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	04/10/2016	799873	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405070	R\$	170.731,68	R\$	154.597,54	04/10/2016	108220	22/09/2016	O DIA
5106405182	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	04/10/2016	798099	23/09/2016	O ESTADO DO MARANHÃO
5106405036	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	04/10/2016	799581	22/09/2016	O ESTADO DO MARANHÃO
5106405035	R\$	1.182,72	R\$	1.070,96	04/10/2016	799682	22/09/2016	O ESTADO DO MARANHÃO
5106405108	R\$	1.800,96	R\$	1.630,77	04/10/2016	798497	22/09/2016	O LIBERAL
5106404951	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	04/10/2016	798818	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404950	R\$	985,92	R\$	892,75	04/10/2016	798819	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404824	R\$	985,92	R\$	892,75	04/10/2016	796702	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404818	R\$	985,92	R\$	892,75	04/10/2016	796701	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404817	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	04/10/2016	796700	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404807	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	04/10/2016	796569	21/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106404933	R\$	782,77	R\$	708,80	04/10/2016	798307	21/09/2016	Valor Economico
5106405063	R\$	2.561,41	R\$	2.319,36	06/10/2016	104993	22/09/2016	A TARDE
5106405066	R\$	12.152,00	R\$	11.003,64	06/10/2016	104813	22/09/2016	A TRIBUNA
5106405115	R\$	592,80	R\$	581,59	06/10/2016	100334	22/09/2016	CORREIO PARANAENSE
5106405193	R\$	1.684,48	R\$	1.525,29	06/10/2016	114740	23/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405183	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	06/10/2016	103650	23/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405086	R\$	1.150,24	R\$	1.041,54	06/10/2016	799870	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405085	R\$	1.314,56	R\$	1.190,34	06/10/2016	799871	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405082	R\$	985,92	R\$	892,75	06/10/2016	799872	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO

5106405042	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	06/10/2016	104307	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405040	R\$ 985,92	R\$ 892,75	06/10/2016	104306	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405038	R\$ 27.033,24	R\$ 24.478,60	06/10/2016	104305	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405037	R\$ 1.800,96	R\$ 1.630,77	06/10/2016	800040	22/09/2016	O LIBERAL
5106405153	R\$ 849,82	R\$ 769,51	10/10/2016	120917	22/09/2016	A GAZETA
5106405062	R\$ 6.640,20	R\$ 6.012,70	10/10/2016	105551	22/09/2016	A GAZETA
5106405064	R\$ 2.561,41	R\$ 2.319,36	10/10/2016	104994	22/09/2016	A TARDE
5106405187	R\$ 2.590,00	R\$ 2.345,25	10/10/2016	116612	23/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405174	R\$ 2.960,00	R\$ 2.680,28	10/10/2016	115979	22/09/2016	Correio Braziliense
5106405060	R\$ 4.274,43	R\$ 3.870,49	10/10/2016	105550	22/09/2016	DIARIO DA AMAZONIA
5106405191	R\$ 674,10	R\$ 610,40	10/10/2016	118045	23/09/2016	DIARIO DA MANHA
5106405167	R\$ 577,80	R\$ 523,20	10/10/2016	117561	22/09/2016	Diário da manhã
5106405166	R\$ 770,40	R\$ 697,60	10/10/2016	117562	22/09/2016	Diário da manhã
5106405149	R\$ 18.264,96	R\$ 16.538,92	10/10/2016	120918	22/09/2016	FOLHA DE SÃO PAULO
5106405180	R\$ 15.915,40	R\$ 14.411,40	10/10/2016	116611	22/09/2016	Gazeta do povo
5106405157	R\$ 1.548,52	R\$ 1.402,18	10/10/2016	120914	22/09/2016	GAZETA DO POVO
5106405156	R\$ 909,02	R\$ 823,12	10/10/2016	120915	22/09/2016	GAZETA DO POVO
5106405155	R\$ 909,02	R\$ 823,12	10/10/2016	120916	22/09/2016	GAZETA DO POVO
5106405049	R\$ 985,92	R\$ 892,75	10/10/2016	106210	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405044	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	10/10/2016	105685	22/09/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106405190	R\$ 1.742,16	R\$ 1.577,52	10/10/2016	116997	23/09/2016	O DIA
5106405189	R\$ 2.468,06	R\$ 2.234,83	10/10/2016	116996	23/09/2016	O DIA
5106405188	R\$ 7.113,82	R\$ 6.441,57	10/10/2016	116995	23/09/2016	O DIA
5106405138	R\$ 871,08	R\$ 788,77	10/10/2016	120334	22/09/2016	O DIA
5106405135	R\$ 10.888,50	R\$ 9.859,54	10/10/2016	118740	22/09/2016	O DIA
5106404928	R\$ 10.220,00	R\$ 9.254,21	10/10/2016	120608	21/09/2016	PGTO. Estado S.P
5106404916	R\$ 10.220,00	R\$ 9.254,21	10/10/2016	120607	21/09/2016	PGTO. Estado S.P
5106404900	R\$ 11.161,08	R\$ 10.106,36	10/10/2016	120606	21/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106401152	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	10/10/2016	115063	24/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401033	R\$ 7.440,72	R\$ 6.737,57	10/10/2016	114883	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106405917	R\$ 985,92	R\$ 892,75	13/10/2016	789476	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405916	R\$ 985,92	R\$ 892,75	13/10/2016	789475	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405915	R\$ 985,92	R\$ 892,75	13/10/2016	789474	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405910	R\$ 985,92	R\$ 892,75	13/10/2016	789473	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405904	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	13/10/2016	789472	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405856	R\$ 1.183,20	R\$ 1.071,39	18/10/2016	789046	28/09/2016	A Gazeta (Cuiabá – MT)
5106405892	R\$ 1.142,76	R\$ 1.034,77	18/10/2016	788684	29/09/2016	O popular (GO)
5106405854	R\$ 1.130,26	R\$ 1.023,45	18/10/2016	787931	28/09/2016	O popular (GO)
5106405895	R\$ 24.612,20	R\$ 22.286,35	18/10/2016	788685	29/09/2016	PGTO. FOLHA DE SÃO PAULO
5106405858	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	18/10/2016	787631	28/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405857	R\$ 1.478,88	R\$ 1.339,13	18/10/2016	787630	28/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106405900	R\$ 6.580,44	R\$ 5.958,59	18/10/2016	788069	29/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405898	R\$ 5.483,70	R\$ 4.965,49	18/10/2016	788068	29/09/2016	PGTO. O GLOBO

5106405859	R\$	32.902,20	R\$	29.792,94	18/10/2016	787632	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405748	R\$	37.203,60	R\$	33.687,86	18/10/2016	121716	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405746	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	18/10/2016	121717	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405287	R\$	2.276,26	R\$	2.061,15	20/10/2016	789478	23/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405185	R\$	2.590,00	R\$	2.345,25	20/10/2016	102096	23/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405743	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	20/10/2016	121718	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405740	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	20/10/2016	121719	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405736	R\$	12.401,20	R\$	11.229,29	20/10/2016	121720	28/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405716	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	20/10/2016	121721	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405714	R\$	12.401,20	R\$	11.229,29	20/10/2016	121722	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405702	R\$	28.522,76	R\$	25.827,36	20/10/2016	121723	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405697	R\$	12.401,20	R\$	11.229,29	20/10/2016	121724	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405691	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	20/10/2016	121725	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405686	R\$	8.760,00	R\$	7.932,18	20/10/2016	121726	27/09/2016	PGTO. O GLOBO
5106405046	R\$	2.220,00	R\$	2.010,21	21/10/2016	106978	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405048	R\$	1.013,52	R\$	917,74	21/10/2016	106573	22/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405047	R\$	1.182,44	R\$	1.070,70	21/10/2016	106572	22/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405074	R\$	1.013,52	R\$	917,74	25/10/2016	108548	22/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405072	R\$	1.182,44	R\$	1.070,70	25/10/2016	108549	22/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405122	R\$	1.016,26	R\$	920,22	25/10/2016	108388	22/09/2016	O DIA
5106405120	R\$	2.988,32	R\$	2.705,92	26/10/2016	109073	22/09/2016	A TARDE
5106405121	R\$	985,60	R\$	892,46	26/10/2016	109074	22/09/2016	A TRIBUNA
5106405118	R\$	1.771,92	R\$	1.604,47	26/10/2016	109072	22/09/2016	O POPULAR
5106405158	R\$	2.220,00	R\$	2.010,21	01/11/2016	113375	22/09/2016	CORREIO BRAZILIENSE
5106405194	R\$	1.684,48	R\$	1.525,29	01/11/2016	114738	23/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405192	R\$	1.443,84	R\$	1.307,40	01/11/2016	114739	23/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405067	R\$	15.709,56	R\$	14.225,01	01/11/2016	108219	22/09/2016	ESTADO DE MINAS
5106405143	R\$	8.855,98	R\$	8.019,09	01/11/2016	113970	22/09/2016	O DIA
5106405170	R\$	1.596,98	R\$	1.446,07	03/11/2016	115553	22/09/2016	O dia
5106405168	R\$	1.887,34	R\$	1.708,99	03/11/2016	115552	22/09/2016	O dia
5106405172	R\$	1.574,40	R\$	1.425,62	03/11/2016	115554	22/09/2016	O Tempo BH
5106401045	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	03/11/2016	114885	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401039	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	03/11/2016	114884	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106405920	R\$	985,92	R\$	892,75	04/11/2016	789477	29/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401149	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	04/11/2016	115062	24/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401142	R\$	17.361,68	R\$	15.721,00	04/11/2016	114890	24/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401071	R\$	27.282,64	R\$	24.704,43	04/11/2016	114889	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401064	R\$	7.440,72	R\$	6.737,57	04/11/2016	114888	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401059	R\$	13.388,48	R\$	12.123,27	04/11/2016	114887	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106401053	R\$	9.920,96	R\$	8.983,43	04/11/2016	114886	23/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106398951	R\$	8.680,84	R\$	7.860,50	13/12/2016	108127	08/08/2016	PGTO. O GLOBO
5106403856	R\$	2.590,00	R\$	2.345,25	15/12/2016	799351	13/09/2016	Correio Braziliense
5106403855	R\$	2.590,00	R\$	2.345,25	15/12/2016	799350	13/09/2016	Correio Braziliense

5106403785	R\$ 1.038,88	R\$ 940,70	15/12/2016	100333	13/09/2016	Gazeta do povo
5106403779	R\$ 1.038,88	R\$ 940,70	15/12/2016	100332	13/09/2016	Gazeta do povo
5106403851	R\$ 4.692,60	R\$ 4.249,15	15/12/2016	799181	13/09/2016	O dia
5106403528	R\$ 18.980,00	R\$ 17.186,39	15/12/2016	117411	12/09/2016	PGTO. Estado S.P
5106403513	R\$ 21.900,00	R\$ 19.830,45	15/12/2016	117412	12/09/2016	PGTO. Estado S.P
5106403505	R\$ 18.980,00	R\$ 17.186,39	15/12/2016	118046	12/09/2016	PGTO. Estado S.P
5106403846	R\$ 1.314,56	R\$ 1.190,34	15/12/2016	799869	13/09/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401733	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103640	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401725	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103641	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401718	R\$ 985,92	R\$ 892,75	21/12/2016	103642	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401661	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103643	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401657	R\$ 985,92	R\$ 892,75	21/12/2016	103644	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401653	R\$ 985,92	R\$ 892,75	21/12/2016	103645	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401650	R\$ 985,92	R\$ 892,75	21/12/2016	103646	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401646	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103647	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401644	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103648	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106401629	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54	21/12/2016	103651	29/08/2016	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO
5106414294	R\$ 1.349.744,21	R\$ 1.222.193,38	28/12/2016	204645	12/12/2016	BALANÇO PATRIMONIAL INFOGLOBO
1900939177	R\$ 100.000,00	R\$ 90.550,00	28/12/2016	004645	20/12/2016	PGTO. O GLOBO
1900939165	R\$ 2.900.000,00	R\$ 2.625.950,00	28/12/2016	7104645	20/12/2016	PGTO. O GLOBO
5106396038	R\$ 985,92	R\$ 892,75		102327	11/07/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396040	R\$ 1.249,92	R\$ 1.131,81		102551	11/07/2016	O TEMPO
5106396036	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54		102328	11/07/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396033	R\$ 985,92	R\$ 892,75		102329	11/07/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396030	R\$ 1.150,24	R\$ 1.041,54		102330	11/07/2016	JORNAL DO COMMERCIO
5106396027	R\$ 20.905,92	R\$ 18.930,31		102094	11/07/2016	O DIA
5106396025	R\$ 2.032,52	R\$ 1.840,45		102095	11/07/2016	O DIA
5106396020	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102883	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106396016	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102882	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106396014	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102884	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106396008	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102885	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106396000	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102886	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106395987	R\$ 377,73	R\$ 342,03		102887	11/07/2016	Diário do Povo (PI)
5106395980	R\$ 1.713,60	R\$ 1.551,66		102553	11/07/2016	Gazeta (GO)
5106395970	R\$ 1.713,60	R\$ 1.551,66		102552	11/07/2016	Gazeta (GO)
5106392191	R\$ 2.220,00	R\$ 2.010,21		102891	06/06/2016	Correio Braziliense (DF)
5106392169	R\$ 1.351,36	R\$ 1.223,66		102889	06/06/2016	Estado de Minas (MG)
5106392167	R\$ 1.182,44	R\$ 1.070,70		102888	06/06/2016	Estado de Minas (MG)
5106392069	R\$ 16.058,00	R\$ 14.540,52		103103	06/06/2016	JORNAL DE BRASÍLIA(DF)
5106392064	R\$ 23.250,00	R\$ 21.052,88		103102	06/06/2016	Correio Braziliense (DF)
TOTAL	R\$ 11.142.786,64	R\$ 10.090.029,36				

Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - CR.P

11 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

Protocolos de indicadores CMDE

Protocolo de Indicador

Título	Participação dos Gastos com PMSO na ROL	Sigla	PMSO ROL	Descrição		Unidade	%
				Referência	Indicador com aplicação em quase todas as empresas do setor		
Fórmula	PMSO Ajustado ROL Ajustada (Controladora)			Descrição dos Parâmetros 1	PMSO Ajustado - Pessoal, Material, Serviços e Outros (Controladora) *(1)	(+) PMSO Controladora	
						(+) Pessoal e Encargos	
						(+) Participação nos resultados *(2)	
						(+) Materiais	
						(+) Serviços de Terceiros	
						(+) Outros:*(3)	
						(+) Outros Dispendios*(4)	
						(+) Compra de Energia	
						(+) Combustível	
						(-) Subvenção CCC	

*(1) PMSO Ajustado: o Custo com Construção não entra no cálculo do indicador. Neste indicador somente serão calculados os valores da Controladora (portanto não sendo contabilizados os valores das SPEs).

*(2) O montante da PLR que não for coberto pelo resultado da empresa, será incluído na despesa de pessoal.

*(3) Outros = Outros Dispendios + Compra de Energia + Combustível – Subvenção CCC + Doações e Contribuições
Outros exclui Royalties, Encargos de uso da rede e Taxa de Fiscalização.

* (4) Outros Dispendios = É tudo o que não é P, M, S, Compra de Energia, Combustível e Construção.

Protocolo de Indicador

Descrição

2	ROL - Receita Operacional Líquida Ajustada (Controladora) *(5)	(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA
		A) GERAÇÃO Comercialização Suprimento / Venda de Energia Repasse Itaipu Outras Receitas
		B) TRANSMISSÃO Receita de operação e manutenção Atualização de Taxas de retorno – Transmissão Outras Receitas
		C) DISTRIBUIÇÃO Fornecimento Receita de operação e manutenção Outras Receitas
		D) OUTRAS RECEITAS
		(-) DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL
		Reserva Global de Reversão - RGR Conta de Consumo de Combustível - CCC Conta de Desenvolvimento Energético - CDE PROINFA Impostos e contribuições sobre a receita Demais Tributos P&D Outras Deduções

Informações Técnicas		Esse indicador tem a finalidade de quantificar a participação dos Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da empresa. Os dados utilizados para esta informação são contábeis via demonstrações financeiras.	
Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral		
Meta do CMDE	Anual	Responsável pelas Informações	Empresas Eletrobras

*(5) ROL ajustada: a Receita com Construção não entra no cálculo do indicador.
Neste indicador somente serão calculados os valores da Controladora (portanto não sendo contabilizados os valores das SPEs).

Protocolo de Indicador – G&T

					Descrição				
Título	Dívida Líquida (Controladora)	Sigla	DIV LIQ	Referência		Índice clássico de alavancagem no mercado	Unidade	-	
					1	Dívida Líquida (Controladora)	(+) Dívida Líquida (Controladora) (+) Estoque da Dívida (-) Recebíveis (-) Caixa		
Fórmula	* ⁽¹⁾ Dívida Líquida (Controladora) EBITDA (Controladora) Ajustado			Descrição dos Parâmetros	2	EBITDA (Controladora) Ajustado*(3)	(+) EBITDA Controladora (+) Receita Operacional Bruta (+) Geração (incluindo Rec. Construção) (+) Transmissão (incluindo Rec. Construção) (+) Distribuição (incluindo Rec. Construção) (+) Outras Receitas (-) Encargos sobre a receita (=) ROL (-) Despesas Operacionais (+) Pessoal e Encargos (+) Participação nos resultados *(2) (+) Materiais (+) Serviços de Terceiros (+) Outros Dispendios (+) Compra de Energia (+) Combustível para produção de energia (+) Encargos do uso da rede da elétrica (+) Remuneração e ressarcimento (Royalties) (+) Construção (+) Operação e manutenção (+) Doações e contribuições (+) Taxa de Fiscalização ANEEL (+) Diversos (+) Equivalência Patrimonial		

Protocolo de Indicador – G&T

Descrição

Informações Técnicas		Esse índice é uma medida da alavancagem financeira da companhia. Ele indica o número de anos de fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da companhia.		Melhor
Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.	
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral			
Meta do CMDE	Anual	Responsável pelas Informações	Empresas Eletrobras	

*(1) Na impossibilidade de composição do indicador em decorrência de Ebitda negativo será considerado para efeito de estabelecimento de meta e apuração a componente Dívida Líquida.

*(2) O montante da PLR que não for coberto pelo resultado da empresa, será incluído na despesa de pessoal.

*(3) EBITDA (Controladora) ajustado: a Equivalência Patrimonial é somada ao EBITDA para cálculo do indicador.

Protocolo de Indicador

		Descrição						
Título	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Sigla	LL/PL	Referência	Índice clássico para apurar rentabilidade		Unidade	%
Fórmula	Lucro Líquido (Prejuízo Líquido) Patrimônio Líquido		Descrição dos Parâmetros	1	LL - Lucro Líquido (Prejuízo Líquido) *(1)	(+) Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido		
						(+) Patrimônio Líquido		
				2	PL - Patrimônio Líquido	(-) Dividendo Adicional Proposto (+) AFAC		
Informações Técnicas	Revela quanto à empresa teve de lucro líquido (prejuízo líquido) para cada Real de capital próprio. Trata-se de um indicador clássico de lucratividade para a análise de qualquer tipo de empresa.						Melhor	
Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização			Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.			
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral	Responsável pelas Informações			Empresas Eletrobras			
Meta do CMDE	Anual							

*(1) Na impossibilidade de composição do indicador em decorrência de PL negativo será considerado para efeito de estabelecimento de meta e apuração o componente Lucro Líquido.

Protocolo de Indicador

		Descrição										
Título	Investimento Realizado sobre Aprovado	Sigla	Invest. Real. / Invest. Aprov.	Referência	Indicador aplicado em quase todas as empresas do setor		Unidade	%				
Fórmula	Investimento Realizado Investimento Aprovado (Consolidado)			Descrição dos Parâmetros	1	Investimento Realizado	(+) Investimento Corporativo (+) Parcerias					
					2	Investimento Aprovado	(+) Investimento Corporativo (+) Parcerias					
Informações Técnicas		Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados.										
Periodicidade de entrega das informações		Mensal	Forma de Disponibilização		Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.							
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta		Trimestral										
Meta do CMDE		Anual	Responsável pelas Informações		Empresas Eletrobras							
Melhor												

Protocolo de Indicador – G&T

Título	Margem % do Ebitda	Sigla	Margem Ebitda	Descrição		Unidade	%
				Referência	Indicador clássico de geração de caixa operacional		
Fórmula	EBITDA (Controladora) Ajustado ROL (Controladora) Ajustada			Descrição dos Parâmetros	EBITDA (Controladora) Ajustado *(2)		
					(+) EBITDA Controladora (+) Receita Operacional Bruta (+) Geração (incluindo Rec. Construção) (+) Transmissão (incluindo Rec. Construção) (+) Distribuição (incluindo Rec. Construção) (+) Outras Receitas (-) Encargos sobre a receita (=) ROL (-) Despesas Operacionais (+) Pessoal e Encargos (+) Participação nos resultados *(1) (+) Materiais (+) Serviços de Terceiros (+) Outros Dispendios (+) Compra de Energia (+) Combustível para produção de energia (+) Encargos do uso da rede da elétrica (+) Remuneração e ressarcimento (Royalties) (+) Construção (+) Operação e manutenção (+) Doações e contribuições (+) Taxa de Fiscalização ANEEL (+) Diversos (+) Equivalência Patrimonial		

*(1) O montante da PLR que não for coberto pelo resultado da empresa, será incluído na despesa de pessoal.

*(2) EBITDA (Controladora) ajustado: a Equivalência Patrimonial é somada ao EBITDA para cálculo do indicador.

Protocolo de Indicador – G&T

Descrição

		(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA
		A) GERAÇÃO
		Comercialização
		Suprimento / Venda de Energia
		Repasse Itaipu
		Outras Receitas
		B) TRANSMISSÃO
		Receita de operação e manutenção
		Atualização de Taxas de retorno - Transmissão
		C) DISTRIBUIÇÃO
		Fornecimento
		Receita de operação e manutenção
		Outras Receitas
		D) OUTRAS RECEITAS
		(-) DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL
		Reserva Global de Reversão - RGR
		Conta de Consumo de Combustível - CCC
		Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
		PROINFA
		Impostos e contribuições sobre a receita
		Demais Tributos
		P&D
		Outras Deduções
2	ROL - Receita Operacional Líquida (Controladora) Ajustada *(3)	

Informações Técnicas

Esse indicador expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e amortização e a equivalência patrimonial, a margem do Ebitda pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.

Melhor

Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral		
Meta do CMDE	Anual	Responsável pelas Informações	Empresas Eletrobras

*(3) ROL (Controladora) ajustada: a Receita com Construção não entra na cooposição do denominador do indicador.

Protocolo de Indicador

Título		Descrição			
Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Econômica)					
Sigla	Ind. ISE Eco.	Referência	Índice de Sustentabilidade referência no país	Unidade	Pontos
Fórmula		-	Descrição dos Parâmetros	Critério	Peso Desempenho
				CRITÉRIO 1 - POLÍTICA	
				1 . Planejamento Estratégico	
				2 . Ativos Intangíveis	
				3 . Defesa da Concorrência	
				CRITÉRIO 2 - GESTÃO	
				4 . Riscos e Oportunidades Corporativos	
				5 . Crises e Plano de Contingência	
				6 . Ativos Intangíveis	
				7 . Gestão do Desempenho	
				8 . Defesa da Concorrência	
				CRITÉRIO 3 – DESEMPENHO	
				9 . Demonstrações Financeiras	
				10 . Lucro Econômico	
				11 . Equilíbrio do Crescimento (razão g/g*)	
				CRITÉRIO 4 – CUMPRIMENTO LEGAL	
				12 . Histórico	
				Total	
Informações Técnicas		O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.			
Periodicidade de entrega das informações		Anual	Melhor		
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta		Anual	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.	
Meta do CMDE		Anual			
Responsável pelas Informações					
Item	Parâmetros da Fórmula	Fonte	Periodicidade	Área	Responsável Pessoa
1	Pontuação	ISE Bovespa	Anual	PG	Alberto Jardim

Protocolo de Indicador – G&T

Título	Índice de Disponibilidade de Geração	Sigla	DISPGR	Descrição		Indicador aplicado em quase todas as empresas do setor	Unidade	Adimensional
				Referência				
						1	TEIFa	Valores médios mensais apurados pelo ONS para as taxas de indisponibilidade forçada.
Fórmula	$\text{DISPGR} = (1 - \text{TEIFa}) \times (1 - \text{TEIP})$ $(1 - \text{TEIFRef}^*) \times (1 - \text{TEIPRef})$			Descrição dos Parâmetros		2	TEIP	Valores médios mensais apurados pelo ONS para as taxas de indisponibilidade programada
							TEIP Ref	
						3	E	Valores de TEIP e TEIF estabelecidos como referência
							TEIF Ref	
Informações Técnicas		A Disponibilidade de Geração Relativa - DISPGR compara a disponibilidade de geração verificada das unidades geradoras, com a disponibilidade de geração de referência fixada pelo órgão regulador. Integra o painel dos indicadores do CMDE pactuado com as empresas Eletrobras.						Melhor
		Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização		Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.		
		Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral					
		Meta do CMDE	Anual	Responsável pelas Informações		Empresas Eletrobras		

*Ref = Referência

Protocolo de Indicador

Título	Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão	Sigla	Descrição		Indicador aplicado em quase todas as empresas do setor	Unidade	Percentual
			DISPLT	Referência			
Fórmula				Descrição dos Parâmetros	1	extLT	Extensão total do circuito da Linha de Transmissão i em km.
					2	Hdi	Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão i.
					3	Hpi	Número total de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão i no período considerado.
					4	N	Número total de circuitos de Linhas de Transmissão, sendo i o contador do número de circuitos de Linhas de Transmissão.
Informações Técnicas	A disponibilidade de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de Linhas de Transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede - Submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.						
Periodicidade de entrega das informações	Mensal	Forma de Disponibilização		Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.			Melhor
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Trimestral						
Meta do CMDE	Anual	Responsável pelas Informações		Empresas Eletrobras			

Protocolo de Indicador

Descrição								
Título	Parcela Variável Descontada em Transmissão	Sigla	PV	Referência	Indicador com aplicação em quase todas as empresas do setor		Unidade	%
Fórmula				Descrição dos Parâmetros	1	PV – Parcela Variável Descontada em Transmissão	-	
					2	PVI – Parcela Variável por Indisponibilidade	Calculada conforme o art.8º, parágrafo único, da Resolução Normativa ANEEL 270/2007.	
					3	Parcela Atraso de Obra	Parcela referente ao valor do desconto relativo ao período de atraso na entrada em operação de uma FT, calculada conforme o art. 11º da Resolução Normativa ANEEL 270/2007.	
					4	PB – Pagamento Base da FT	Equivalente a um duodécimo da RAP de uma determinada Função de Transmissão – FT, conforme definido em regulamentação específica da ANEEL e no contrato de prestação de serviço de transmissão - CPST.	
Informações Técnicas		Afere o percentual da parcela variável descontada dos ativos de transmissão em relação ao Pagamento Base da FT.						
Periodicidade de entrega das informações		Mensal		Forma de Disponibilização		Tabela e gráfico, recebidos por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso.		
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta		Trimestral		Responsável pelas Informações		Empresas Eletrobras		
Meta do CMDE		Anual						

Protocolo de Indicador

Descrição									
Título	Índice de Satisfação dos Colaboradores	Sigla	ISC	Referência	Aplicação em quase todas as empresas do setor, todavia os dados não são publicados.			Unidade	%
Fórmula	-	Descrição dos Parâmetros		Pesquisa unificada realizada periodicamente pela área de Recursos Humanos em todas as Empresas Eletrobras					
Informações Técnicas		O índice de satisfação dos colaboradores (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como output um plano de melhorias.							Melhor
Periodicidade de entrega das informações		Bianual <th colspan="2">Forma de Disponibilização</th> <td colspan="3">Em meio eletrônico</td>		Forma de Disponibilização		Em meio eletrônico			
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta		Bianual <th colspan="5"></th>							
Meta do CMDE		Bianual <th colspan="2">Responsável pelas Informações</th> <td colspan="3">Empresas Eletrobras</td>		Responsável pelas Informações		Empresas Eletrobras			

Protocolo de Indicador

Descrição				
Título	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)			
Sigla	Ind. ISE Soc.	Referência	Índice de Sustentabilidade referência no país	Unidade Pontos
Fórmula	-	Descrição dos Parâmetros	Critério	Peso Desempenho
			CRITÉRIO 1 - POLÍTICA	
			1 . Compromisso com Princípios e Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho	
			2 . Participação em Políticas Públicas	
			3 . Respeito à Privacidade, Uso da Informação e Marketing	
			CRITÉRIO 2 - GESTÃO	
			4 . Aplicação dos Compromissos com Princípios e Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho	
			5 . Relação com a Comunidade	
			6 . Relação com Fornecedores	
			7 . Relação com Clientes e Consumidores	
			CRITÉRIO 3 – DESEMPENHO	
			8 . Diversidade e Equidade	
			9 . Contratação de Trabalhadores Terceirizados	
			10 . Gestão de Fornecedores	
			11 . Resolução de Demandas de Clientes e Consumidores	
CRITÉRIO 4 – CUMPRIMENTO LEGAL				
12 . Público Interno				
13 . Clientes e Consumidores				
14 . Sociedade				
Total				
Informações Técnicas	O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.			
Periodicidade de entrega das informações	Anual			
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Anual	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.	
Meta do CMDE	Anual			

Responsável pelas Informações

Protocolo de Indicador

Item	Parâmetros da Fórmula	Fonte	Periodicidade	Área	Responsável
					Pessoa
1	Pontuação	ISE Bovespa	Anual	PG	Alberto Jardim

Protocolo de Indicador

Descrição				
Título	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)			
Sigla	Ind. ISE Amb.	Referência	Índice de Sustentabilidade referência no país	Unidade Pontos
Fórmula	-	Descrição dos Parâmetros	Critério	Peso Desempenho
			CRITÉRIO 1 - POLÍTICA	
			1 . Compromisso, Abrangência e Divulgação	
			CRITÉRIO 2 - GESTÃO	
			2 . Responsabilidade Ambiental	
			3 . Planejamento	
			4 . Gerenciamento e Monitoramento	
			5 . Sistemas de Gestão	
			6 . Comunicação com Partes Interessadas	
			7 . Compromisso Global: Mudanças Climáticas e Biodiversidade	
			CRITÉRIO 3 – DESEMPENHO	
			8 . Consumo de Recursos Ambientais - Inputs	
			9 . Emissões e Resíduos	
			10 . Emissões e Resíduos Críticos	
			11 . Seguro Ambiental	
			CRITÉRIO 4 – CUMPRIMENTO LEGAL	
			12 . Área de Preservação Permanente	
13 . Reserva Legal				
14 . Passivos Ambientais				
15 . Requisitos Administrativos				
16 . Procedimentos Administrativos				
17 . Procedimentos Judiciais				
Total				
Informações Técnicas	O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.			
Periodicidade de entrega das informações	Anual	Forma de Disponibilização	Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.	
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta	Anual			
Meta do CMDE	Anual			

Melhor

Protocolo de Indicador

Item	Parâmetros da Fórmula	Responsável pelas Informações			Responsável	
		Fonte	Periodicidade	Área	Pessoa	
1	Pontuação	ISE Bovespa	Anual	PG	Alberto Jardim	

Protocolo de Indicador

Descrição						
Título	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Mudanças Climáticas)					
Sigla	Ind. ISE Cli.	Referência	Índice de Sustentabilidade referência no país			Unidade Pontos
Critério						
Fórmula	CRITÉRIO I - POLÍTICA					
	INDICADOR 1. COMPROMISSO, ABRANGÊNCIA E DIVULGAÇÃO					
	CRITÉRIO II - GESTÃO					
	INDICADOR 2. RESPONSABILIDADE					
	INDICADOR 3. PLANEJAMENTO/GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES					
	INDICADOR 4. INVENTÁRIO DE EMISSÕES					
	INDICADOR 5. SISTEMAS DE GESTÃO					
	INDICADOR 6. DIÁLOGO COM PARTES INTERESSADAS					
	CRITÉRIO III - DESEMPENHO					
	INDICADOR 7. RESULTADOS					
	CRITÉRIO IV - REPORTE					
	INDICADOR 8. DIVULGAÇÃO					
Informações Técnicas		O mercado considera que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, e, essencialmente, porque trazem ao investidor mais segurança no momento de investir.				Melhor
Periodicidade de entrega das informações		Anual		Forma de Disponibilização Tabela recebida, por meio eletrônico, com dados históricos, resultado e meta do ano em curso, além de Gráfico com dados do ano em curso e a meta com os resultados do período.		
Periodicidade de medição e consideração do resultado em relação à meta		Anual				
Meta do CMDE		Anual				
Responsável pelas Informações						
Item	Parâmetros da Fórmula	Fonte	Periodicidade	Área	Responsável	
					Pessoa	
1	Pontuação	ISE Bovespa	Anual	PG	Alberto Jardim	

ANEXO II

Oficio Circular n° 95/2017-MP

16 MAR. 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar - 70.040-906 - Brasília/DF
Fone: (61) 2020-4142

Ofício Circular nº 95/2017-MP

Brasília/DF, 10 de março de 2017.

Aos Senhores Presidentes das Empresas Estatais Federais

Assunto: Estatutos sociais - Calendário de adaptação

Senhor(a) Presidente,

1. De modo a otimizar a implementação da Lei 13.303, de 2016, bem como do Decreto 8.495, de 2016, em todas as Empresas Estatais Federais, esta Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SESTIMP), flrme disposto no art. 40, inciso III e VIII, do Decreto 8.818, de 21 de julho de 2016, vem informar que foi aprovada na última reunião do Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - GE/CGPAR, realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, minuta de Resolução CGPAR que estabelece calendário da adaptação dos estatutos sociais das empresas.

2. A referida minuta encontra-se em análise para assinatura dos Ministros de Estado que compõem a CGPAR, nos termos do artigo 2º do Decreto 6.021/2007.

3. Segundo a referida minuta, as adaptações que necessitam de alterações estatutárias deverão seguir calendário e diretrizes definidos pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União - CGPAR, conforme determina o art. 64 do Decreto nº 8.945, de 2016.

4. Trata-se de medida que, além de racionalizar o trabalho dos órgãos encarregados de se manifestar a respeito das alterações pretendidas, garante que o prazo (2 anos) de adequação definido no art. 91 da Lei nº 13.303, de 2016, seja devidamente cumprido.

5. Nesse sentido, ficou aprovado pelo Grupo Executivo da CGPAR que as empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral para adaptação dos seus estatutos sociais à Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/2016 de acordo com o seguinte calendário:

Grupo Banco do Brasil: até julho de 2017;

Grupo Petrobras: até setembro de 2017.,
, Grupo Eletrobras: até novembro de 2017.,
Empresas dependentes: até dezembro de 2017;
Demais estatais: até fevereiro de 2018.

— 6. Sem prejuízo da regra geral disposta no item 2, as empresas estatais deverão observar o calendário abaixo, definido para dispositivos estatutários específicos:

6.1 nas empresas não dependentes e de maior porte (com receita operacional bruta igualou superior a R\$ 90 milhões), a instituição de Comitê de Auditoria deverá ser pautada até fevereiro de 2018;

6.2 nas empresas dependentes ou de menor porte (com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões), a instituição de Comitê de Auditoria poderá ser pautada até 30 de junho de 2018;

6.3 nas empresas de maior porte (com receita operacional bruta igualou superior a R\$ 90 milhões), o número mínimo de 7 (sete) membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018;

6.4 nas empresas de menor porte (com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões) o número mínimo de 3 (três) membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018;

6.5 as atribuições do Conselho de Administração, previstas no art. 142, II da Lei 6.404, de 1976, deverão ser introduzidas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018;

6.6 as atribuições da Assembleia Geral, previstas no art. 122, II da Lei 6.404, de 1976, deverão ser pautadas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018; e

6.7 a auditoria trimestral das demonstrações financeiras poderá ser implementada até 30 de junho de 2018.

7. Ademais, cabem algumas observações.

8. Os documentos relativos à proposta de alteração estatutária deverão ser colocados à disposição dos acionistas com antecedência mínima de 30 dias.

9. A proposta que deliberar sobre qualquer alteração estatutária deverá considerar, preferencialmente, a sugestão de texto contida em estatuto padrão disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10. As alterações estatutárias das subsidiárias deverão seguir, preferencialmente, o texto proposto para a empresa pública ou sociedade de economia mista controladora.

11. Por fim, as empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada concomitante à Assembleia Geral Ordinária de 2017, para:

11.1 definir competência da Assembleia Geral para as empresas estatais federais elencadas no art. 72 do Decreto 8.945/2016, ressalvado o previsto no art. 122, inciso II da Lei 6.404, de 1976;

11.2 definir competência do Conselho de Administração, ressalvado o previsto no art. 142, inciso II da Lei 6.404, de 1976;

1

11.4 definir o prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal, que deverá ser de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

Atenciosamente,

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Documento assinado eletronicamente por FERNANDO ANTONIO RIBEIRO SOARES, Secretário, em 10/03/2017, às 19:53.

~ill~

~ ~

 $\sim \bullet \sim$ $\cdot'!\cdot\dot{\sim}$ $\sim \sim$

A autenti~idade do ?ocumento pode ser conferida no site

. [https://selmp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador 3368654 e o código CRC E3164467.

3368654

*FURNA6 De ordem do DP. peço:
~!!NETED"" I^D lililino. Desp. Rúbr. I
~RESIDENC/A. JJ'
LOQI~!~Gr -S 10 D₁

 $2 \sim \sim AAI::,$

A (A6lQU5VAAj
C CcoNHeqR)
o (OeVOIVER.)
Ex (fJcAMJ,1AA)
P (PRCVICfNCAQ.)
I (INFORMAR)
O (OP1~\R)

GOES (11-11-11) 11-11-11

$$\text{CE}_{t,t'-J} =$$

ANEXO III

Regimento Interno AD

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO**1. DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO****1.5. Regimento Interno** da Auditoria Interna

Dt Vigência:

04/07/2013

Rev.: 01.02

Dt Revisão:

01/09/2016

x

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A (Furnas), visando o desenvolvimento de suas atividades de acordo com a legislação vigente e em cumprimento à Resolução CGPAR nº 2 e 3, de 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle **Interno** do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Companhia, fortalecendo seus controles e suas operações.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observada a legislação pertinente;

II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Companhia, acompanhando e avaliando a conformidade da execução e do cumprimento das metas estabelecidas em seus projetos e ações e zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

III - avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;

IV - promover a realização de trabalhos de auditoria interna, visando avaliar a regularidade da gestão, a eficácia e a eficiência dos serviços, recomendando providências necessárias ao aprimoramento dos processos;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;

VI - recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VII - avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna, pelos órgãos de controle **interno** e externo ou por outro órgão competente;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, quando convocada, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

IX - comunicar ao Sistema de Controle **Interno** do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;

X - acompanhar e apoiar os órgãos de controle **interno** e externo em sua missão institucional;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Companhia e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter à análise do órgão ou à unidade de controle **interno** a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter ao exame do Conselho Fiscal a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte;

XIV - submeter à aprovação do Conselho de Administração, a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, na forma da alínea b do Art. 1º da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010;

XV - encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício seguinte ao órgão ou à unidade de controle **interno** a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Companhia;

XVI - encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle **interno** a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Companhia;

XVII - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao Diretor da área auditada, ao Diretor Presidente, bem como ao órgão ou à unidade de controle **interno** a que estiver jurisdicionada e no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringirá à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo único. Os órgãos de direção da Empresa poderão fazer uso da Auditoria Interna no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia, quando for o caso.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A Auditoria Interna está estruturada em uma unidade: Superintendência de Auditoria Interna - AD. Constituída por um Coordenador de Programação de Auditoria; um Coordenador Operacional de Auditoria; por um corpo técnico capaz de atender suas finalidades, e provida de recursos materiais. Tem por objetivo fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§1º A designação ou exoneração do titular da Auditoria Interna será proposta pelo Diretor-Presidente e submetida à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 2º Será exigido como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna será substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os trabalhos de auditoria serão realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico estabelecendo os objetivos dos exames, identificação do universo a ser examinado, estabelecimento das técnicas apropriadas, e os resultados serão consubstanciados em atas e relatórios de auditoria a serem encaminhados ao Diretor Presidente, Diretorias e gestores das áreas responsáveis da Empresa para implementação das recomendações apresentadas.

Art. 8º Os auditores deverão, na fase de encerramento dos trabalhos de campo, apresentar ao gestor da área auditada todas as constatações consignadas em Ata, propiciando ao gestor condições de apresentar esclarecimentos adicionais ou justificativas a respeito dos atos e fatos administrativos sob sua responsabilidade.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão dos seus membros não possuírem capacitação para realização das revisões de assuntos técnicos ou de caráter singular poderá ser requerida a ajuda de outros empregados da Companhia.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, terão livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação, devendo as informações e documentos de que tiver conhecimento serem tratados de forma confidencial e serem utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realiza.

Art. 11º Os membros da Auditoria Interna além de portar-se nas regras estabelecidas pela Companhia para os demais empregados devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

Art. 12º O corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da Companhia.

Informação Reservada As Informações contidas neste documento são sigilosas e protegidas por Lei. É vedado a qualquer pessoa não autorizada usar, revelar, distribuir ou copiar, ainda que parcialmente, seu conteúdo.

ANEXO IV

Contribuições de Participantes e da Patrocinadora

CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORA PARA REAL GRANDEZA 2016

PLANO ASSISTENCIAL	
Mes	Valor
Janeiro	1.561.110,48
Fevereiro	1.555.574,32
Março	1.805.468,67
Abril	1.799.568,00
Maio	1.786.918,32
Junho	1.783.974,36
Julho	1.827.168,35
Agosto	1.816.144,82
Setembro	1.835.807,55
Outubro	1.835.274,78
Novembro	1.836.068,45
Dezembro	1.856.461,24
Total	21.299.539,34

PLANO BD	
Mes	Valor
Janeiro	4.496.061,36
Fevereiro	4.091.156,14
Março	4.190.529,94
Abril	-6.409.415,75
Maio	3.245.859,74
Junho	3.253.373,96
Julho	3.230.721,77
Agosto	3.187.266,50
Setembro	3.583.618,13
Outubro	3.396.611,79
Novembro	3.423.864,53
Dezembro	5.942.985,46
Total	35.632.633,57

PLANO CD	
Mes	Valor
Janeiro	7.799.501,47
Fevereiro	6.403.546,96
Março	6.856.870,31
Abril	6.661.916,90
Maio	6.977.174,96
Junho	6.807.553,72
Julho	7.179.471,82
Agosto	9.679.731,11
Setembro	8.956.932,31
Outubro	10.547.471,01
Novembro	7.619.215,40
Dezembro	15.589.171,08
Total	101.078.557,05

PLANO CD PARTICIPANTE	
Mes	Valor
Janeiro	3.500.425,25
Fevereiro	2.813.330,86
Março	3.031.233,69
Abril	2.855.855,18
Maio	3.012.059,66
Junho	2.909.699,86

CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORA PARA REAL GRANDEZA 2016

Julho	3.073.559,27
Agosto	4.351.400,35
Setembro	3.973.483,05
Outubro	4.744.276,90
Novembro	3.227.334,08
Dezembro	4.033.359,87
Total	41.526.018,02

PLANO CD PATROCINADORA

Mes	Valor
Janeiro	3.344.940,64
Fevereiro	2.688.825,13
Março	2.908.168,48
Abril	2.749.198,52
Maio	2.879.780,69
Junho	2.785.434,28
Julho	2.933.974,84
Agosto	4.173.475,82
Setembro	3.808.135,16
Outubro	4.550.927,39
Novembro	3.097.538,38
Dezembro	3.875.264,09
Total	39.795.663,42

PLANO BD PARTICIPANTE

Mes	Valor
Janeiro	1.740.603,56
Fevereiro	1.574.587,93
Março	1.625.589,54
Abril	-3.238.355,55
Maio	1.083.454,76
Junho	1.088.337,45
Julho	1.080.790,88
Agosto	1.057.080,11
Setembro	1.252.433,31
Outubro	1.131.139,04
Novembro	1.133.742,34
Dezembro	1.234.715,13
Total	10.764.118,50

PLANO BD PATROCINADORA

Mes	Valor
Janeiro	1.740.603,56
Fevereiro	1.574.587,93
Março	1.625.589,54
Abril	-3.238.355,55
Maio	1.083.454,76
Junho	1.088.337,45
Julho	1.080.790,88
Agosto	1.057.080,11
Setembro	1.252.433,31
Outubro	1.131.139,04
Novembro	1.133.742,34
Dezembro	1.234.848,53
Total	10.764.251,90

PLANO CD PARTICIPANTE 13º

CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORA PARA REAL GRANDEZA 2016

Mes	Valor
Janeiro	30.449,41
Fevereiro	4.502,48
Março	10.498,88
Abril	-891,37
Maio	224,93
Junho	680,72
Julho	3.356,45
Agosto	-59,16
Setembro	3.442,82
Outubro	135,82
Novembro	-22,92
Dezembro	3.256.907,81
Total	3.309.225,87

PLANO CD PATROCINADORA 13º

Mes	Valor
Janeiro	28.822,29
Fevereiro	4.385,25
Março	10.392,46
Abril	533,90
Maio	225,45
Junho	681,50
Julho	3.334,68
Agosto	-58,60
Setembro	3.489,32
Outubro	136,38
Novembro	-22,92
Dezembro	3.118.365,82
Total	3.170.285,53

PLANO BD PARTICIPANTE 13º

Mes	Valor
Janeiro	4.854,17
Fevereiro	1.857,89
Março	4.648,46
Abril	-476.127,96
Maio	-680,01
Junho	32,61
Setembro	186,74
Outubro	-22,51
Novembro	78,12
Dezembro	1.161.661,69
Total	696.489,20

PLANO BD PATROCINADORA 13º

Mes	Valor
Janeiro	4.854,17
Fevereiro	1.857,89
Março	4.648,46
Abril	-476.127,96
Maio	-680,01
Junho	32,61
Setembro	186,74
Outubro	-22,51
Novembro	78,12
Dezembro	1.161.661,69

CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORA PARA REAL GRANDEZA 2016

Total	696.489,20
-------	------------

Total Geral	268.733.271,60
-------------	----------------

Emitido por:FR21855

ANEXO V

Estudo Atuarial FRG

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefício Definido Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social

08 DE MARÇO DE 2017

Conteúdo

1. Introdução.....	1
2. Perfil dos Participantes	2
• Qualidade da Base Cadastral	2
• Participantes Ativos.....	2
• Participantes Autopatrocinados.....	3
• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido.....	3
• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
• Principais Riscos Atuariais	6
• Adequação dos Métodos de Financiamento.....	7
4. Posição das Provisões Matemáticas.....	8
• Variação nas Provisões Matemáticas	10
• Variação do Resultado	11
• Natureza do Resultado	11
5. Plano de Custeio para o Exercício de 2017	12
• Custos.....	12
• Evolução dos Custos	12
• Contribuições	13
• Vigência do Plano de Custeio	14



6. Conclusão.....	15
-------------------	----



1

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2016.



2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2016.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	
Número	1.430
Idade Média (anos)	53,6
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	28,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	28,1
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	4,1
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	15.166
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	15.012
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	20.117
Folha Anual de Salário de Benefício Médio (R\$) – (13x)	281.390.353
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio – com limite (R\$) – (13x)	279.079.053
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) – (13x)	373.984.210



PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	7
Idade Média (anos)	54,0
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	21,0
Tempo Médio de Contribuição (anos)	21,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	6,4
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.599
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	6.599
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	6.599
Folha Anual de Salário de Benefício Médio (R\$) – (13x)	600.500
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio – com limite (R\$) – (13x)	600.500
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) – (13x)	600.500

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	51
Idade Média (anos)	52,7
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	2.143
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	1.565
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	578

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	6.673
Idade Média (anos)	68,2
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	9.733
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	8.563
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	1.170
Aposentados Inválidos	
Número	209
Idade Média (anos)	66,1
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	3.672



DESCRIÇÃO	
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	3.454
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	218
Beneficiários	
Número	1.589
Idade Média (anos)	75,0
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	2.514
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	2.514
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	-
Total	
Número	8.471
Idade Média (anos)	69,4
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	8.230
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	7.303
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	927

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2016, com exceção dos salários que se referem ao mês de outubro/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

3

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,70% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	Furnas: 2,49% a.a. Eletronuclear: 3,03% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários ⁽³⁾	1,00
Fator de capacidade para os benefícios ⁽³⁾	1,00
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	T1 Service Table suavizada em 20%
Tábua de mortalidade geral ⁽⁵⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria ⁽⁶⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁷⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.



- (3) A presente avaliação reflete a utilização acumulada desde o último reajuste de benefícios e salários. O índice é utilizado igual a 1,00 para refletir a previsão do item 84.1 do Regulamento do Plano.
- (4) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano. Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.
- (5) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.
- (6) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 35% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 30% entre essas duas datas;
- (7) Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se tratam de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 23/11/2016, que tomaram como base a população existente no Plano de Benefício Definido e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real da Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. foi alterada de 3,52 % a.a. para 2,49 % a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pela Patrocinadora.

Adicionalmente, a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social aprovou a alteração das alíquotas de contribuição dos Participantes e Patrocinadoras, de forma a equilibrar as contribuições ao custo efetivo do Plano, conforme apresentado no item 5 deste parecer atuarial.

As alterações da hipótese atuarial mencionada acima, bem como das alíquotas de contribuição, acarretaram no aumento de aproximadamente R\$ 24.606.059 (0,2%) nas Provisões Matemáticas do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$ mil
Alteração da hipótese de crescimento salarial	(15.064.870)
Alteração das alíquotas de contribuição	39.670.929
Total	24.606.059

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 6,41%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício, entre 4,34% e 6,60%. Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,70% a.a.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese de crescimento salarial da Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Idade de Entrada Normal para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefício Definido.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefício Definido.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, posicionados em 31/12/2016.

	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.059.123.945,98
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	12.927.678.162,07
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	13.587.494.752,42
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	11.351.723.203,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11.351.723.203,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	10.621.953.877,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	729.769.326,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.235.771.549,42
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.185.769.546,86
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.347.551.882,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	80.891.167,57
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	80.891.167,57
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	50.002.002,56

	NOME	R \$
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	62.367.709,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	6.182.853,22
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	6.182.853,22
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(659.816.590,35)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(659.816.590,35)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	659.816.590,35
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	131.445.783,91
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	54.897.735,61
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	76.548.048,30

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefício Definido no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Benefício Definido mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, sofreu uma redução em aproximadamente 3,5%, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas Provisões Matemáticas se deve, principalmente, a ganhos atuariais decorrentes de ajustes na metodologia de cálculo do benefício da Previdência Social, diluição do reajuste salarial sobre o período de 36 meses utilizados para o cálculo do Salário Real de Benefício – SRB, ganhos



pela elegibilidade (benefícios não pagos para participantes já elegíveis à aposentadoria que optaram por permanecerem ativos) e alteração da hipótese de crescimento salarial.

Por outro lado, a alteração das alíquotas de contribuição mencionadas anteriormente resultou em uma pequena elevação do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2015.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

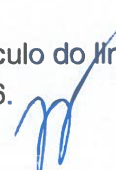
A situação deficitária do Plano foi reduzida em função da rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2016 e do ganho atuarial pela redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer.

NATUREZA DO RESULTADO

O déficit apresentado em 31/12/2016 tem origem conjuntural e foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originado, principalmente, em função da rentabilidade ocorrida no exercício de 2015 (4,87%) ter sido abaixo da meta atuarial (17,40%). No exercício de 2016 a rentabilidade ocorrida (23,70%) superou consideravelmente a meta atuarial (12,66%), contribuindo para a redução do déficit técnico acumulado.

Na avaliação atuarial de 31/12/2016 foi apurado déficit no valor de R\$ 659.816.590,35. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 10,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016.



5

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

CUSTOS

O método atuarial Idade de Entrada Normal, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, considera contribuições niveladas ao longo de toda a vida ativa do participante, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal			
Aposentadorias	5,96%	7,99%	22.925.488
Invalidez	1,03%	1,37%	3.940.891
Pensão por Morte	0,87%	1,17%	3.352.541
Pecúlio por Morte	0,05%	0,06%	184.553
Desligamento	0,10%	0,13%	369.763
Total Custo Normal	8,01%	10,72%	30.773.236
Extraordinário – Amortização do Déficit	-	-	-
Administrativo	-	-	-
Custo Total	8,01%	10,72%	30.773.236

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016. Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio pelo método Idade de Entrada Normal há uma expectativa de custos sejam constantes em moeda e decrescentes em percentual da folha salarial ao longo do tempo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016, ficando em um percentual próximo da folha dos salários de participação.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Contribuição Normal	4,10%	5,48%	15.736.135

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Contribuição Normal	4,10%	5,48%	15.736.135

As contribuições dos Participantes Ativos serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽¹⁾	1,25%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	2,50%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	7,50%

⁽¹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

As alíquotas de contribuição reduziram em relação ao apresentado para o exercício de 2016, quando os percentuais foram de 1,50%, 3,00% e 9,00%, para as faixas elencadas acima, respectivamente.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio dos benefícios.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para custeio dos benefícios de risco correspondente a 2,61% aplicado sobre o Benefício Proporcional calculado.

Participantes Assistidos

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE BENEFÍCIOS	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Contribuição Normal	1,63%	14.789.503

As contribuições dos Participantes Assistidos, com exceção dos Pensionistas, serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽¹⁾	0,42%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	0,83%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	2,50%

⁽¹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

As alíquotas de contribuição reduziram em relação ao apresentado para o exercício de 2016, quando os percentuais foram de 0,50%, 1,00% e 3,00%, para as faixas elencadas acima, respectivamente.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017.



6

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2016. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Jorge João da Silveira Sobrinho – MIBA nº 920

MERCER

Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
www.mercer.com.br

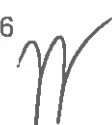
PARECER ATUARIAL

Plano de Contribuição Definida Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social

08 DE MARÇO DE 2017

Conteúdo

1. Introdução	1
2. Perfil dos Participantes	2
• Qualidade da Base Cadastral	2
• Participantes Ativos ⁽¹⁾	2
• Participantes Autopatrocinados	3
• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido	3
• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
• Principais Riscos Atuariais	6
• Adequação dos Métodos de Financiamento	6
4. Posição das Provisões Matemáticas	8
• Variação nas Provisões Matemáticas	10
• Variação do Resultado	11
• Natureza do Resultado	11
5. Plano de Custeio para o Exercício de 2017	12
• Custos	12
• Evolução dos Custos	13
• Contribuições	13
• Vigência do Plano de Custeio	16



6. Conclusão.....17



1

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2016.

2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2016.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS ⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	
Número	2 760
Idade Média (anos)	45,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	9,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	14,5
Salário de Contribuição Médio (R\$)	12 831
Folha Anual de Salários de Contribuição (R\$) – (13x)	460 384 154
Salário de Benefício Médio (R\$)	13 330
Folha Anual de Salários de Benefício (R\$) – (13x)	478 270 758

⁽¹⁾ Não foram considerados os Participantes com os seguintes status:

- Ativos não contribuintes: 3 participantes com idade média de 38,4 anos;
- Aguardando benefício (participante falecido): 7 participantes com idade média de 67,8 anos;
- Ativo cancelado com direito à reserva: 19 participantes com idade média de 47,1 anos.

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	22
Idade Média (anos)	42,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	12,0
Tempo Médio de Contribuição (anos)	11,1
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	17,8
Salário de Contribuição Médio (R\$)	7.117
Folha Anual de Salários de Contribuição (R\$) – (13x)	2 035 342
Salário de Benefício Médio (R\$)	7.117
Folha Anual de Salários de Benefício (R\$) – (13x)	2 035 342

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	25
Idade Média (anos)	43,3

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	RENDA VITALÍCIA	RENDA FINANCEIRA	TOTAL
Aposentados			
Número	45	47	92
Idade Média (anos)	64,9	60,7	62,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1 816	2 803	2 321
Aposentados Inválidos			
Número	8	4	12
Idade Média (anos)	56,7	59,4	57,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1 734	3 496	2 321
Beneficiários			
Número	19	10	29
Idade Média (anos)	54,3	60,2	56,3
Benefício Mensal Médio em R\$	2 841	1 156	2 260
Total			

DESCRIÇÃO	RENDA VITALÍCIA	RENDA FINANCEIRA	TOTAL
Número	72	61	133
Idade Média (anos)	61,2	60,5	60,9
Benefício Mensal Médio em R\$	2 077	2 579	2 307

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.



3

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,61% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	3,51% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	1,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria ⁽⁵⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁶⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes dos Planos.

W

Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tabela AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.

⁽⁵⁾ A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 50% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 15% entre essas duas datas,

⁽⁶⁾ Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura, na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez e benefício mínimo.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 01/12/2016, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 3,73% a.a. para 3,51% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras. A alteração de tal hipótese atuarial acarretou na redução de R\$ 354.172,00 (-0,6%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano e também na redução do nível do custo do plano.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,89%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício, entre 4,33% e 6,59%. Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,61% a.a..

Informamos que, excetuada a alteração da taxa de crescimento real dos salários mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o "Capitalização Financeira Individual" para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Contribuição Definida, exceto os benefícios de Projeção de Saldo por



Invalidez e Morte e Benefício Mínimo, que foram avaliados pelo método “Crédito Unitário Projetado”.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Contribuição Definida.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2016.

	NOME	R\$
2 3 0 0 00 00 00	PATRIMÔNIO SOCIAL	979 260 021,89
2 3 1 0 00 00 00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	957 683.947,16
2 3 1 1 00 00 00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	957 683.947,16
2 3 1 1 01 00 00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	36 116 534,25
2 3 1 1 01 01 00	Contribuição Definida	9 656 358,25
2 3 1 1 01 01 01	Saldo de Conta dos Assistidos	9 656 358,25
2 3 1 1 01 02 00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	26 460 176,00
2 3 1 1 01 02 01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	13 543 814,00
2 3 1 1 01 02 02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	12 916 362,00
2 3 1 1 02 00 00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	923 517 058,47
2 3 1 1 02 01 00	Contribuição Definida	892 707 001,47
2 3 1 1 02 01 01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	387 861 994,82
2 3 1 1 02 01 02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	504 845 006,65
2 3 1 1 02 02 00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	695,00
2 3 1 1 02 02 01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	841,00
2 3 1 1 02 02 02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	146,00
2 3 1 1 02 02 03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2 3 1 1 02 03 00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	30 809 362,00

	NOME	R\$
2 3 1 1 02 03 01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	50 959 853,00
2 3 1 1 02 03 02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	20 150 491,00
2 3 1 1 02 03 03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2 3 1 1 03 00 00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	1 949 645,56
2 3 1 1 03 01 00	(-) Serviço Passado	-
2 3 1 1 03 01 01	(-) Patrocinador(es)	-
2 3 1 1 03 01 02	(-) Participantes	-
2 3 1 1 03 02 00	(-) Déficit Equacionado - Total	10 903 604,15
2 3 1 1 03 02 00 1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2015	10 903 604,15
2 3 1 1 03 02 00 2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2015	-
2 3 1 1 03 02 00 3	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2016	-
2 3 1 1 03 02 01	(-) Patrocinador(es) - Total	5 458 985,81
2 3 1 1 03 02 01 1	(-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2015	5 458 985,81
2 3 1 1 03 02 01 2	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2015	-
2 3 1 1 03 02 01 3	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2016	-
2 3 1 1 03 02 02	(-) Participantes - Total	5 397 472,28
2 3 1 1 03 02 02 1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2015	5 397 472,28
2 3 1 1 03 02 02 2	(-) Participantes - 31/12/2015	-
2 3 1 1 03 02 02 3	(-) Participantes - 31/12/2016	-
2 3 1 1 03 02 03	(-) Assistidos - Total	47 146,06
2 3 1 1 03 02 03 1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2015	47 146,06
2 3 1 1 03 02 03 2	(-) Assistidos - 31/12/2015	-
2 3 1 1 03 02 03 3	(-) Assistidos - 31/12/2016	-
2 3 1 1 03 03 00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(8 953 958,59)
2 3 1 1 03 03 01	(+/-) Patrocinador(es)	(4 483 061,87)
2 3 1 1 03 03 02	(+/-) Participantes	(4 425 728,96)
2 3 1 1 03 03 03	(+/-) Assistidos	(45 167,76)
2 3 1 2 00 00 00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2 3 1 2 01 00 00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2 3 1 2 01 01 00	Superávit Técnico Acumulado	-
2 3 1 2 01 01 01	Reserva de Contingência	-
2 3 1 2 01 01 02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2 3 1 2 01 02 00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2 3 1 2 02 00 00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2 3 2 0 00 00 00	FUNDOS	21 576 074,73

	NOME	R\$
2 3 2 1 00 00 00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2 3 2 1 01 00 00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2 3 2 1 02 00 00	REVISÃO DE PLANO	-
2 3 2 1 03 00 00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2 3 2 2 00 00 00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	18 450 326,71
2 3 2 3 00 00 00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3 125 748 02

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Contribuição Definida vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Contribuição Definida no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- As provisões referentes à projeção dos saldos em caso de morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas de contribuição definida do Plano evoluíram com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates e portabilidades) e rentabilidade auferida.

Já em relação à parcela de benefício definido, não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando



comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A alteração da hipótese de crescimento real dos salários, mencionada anteriormente, resultou em uma ligeira redução do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2015.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2015 o Plano de Contribuição Definida encontrava-se deficitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um ganho financeiro, em função de a rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2016.

NATUREZA DO RESULTADO

O ganho financeiro apresentado em 31/12/2016 tem origem conjuntural e foi apurado a partir da rentabilidade do Plano no exercício de 2016.

O ganho financeiro de R\$ 8.953.958,59 foi utilizado, anteriormente à constituição de Reserva de Contingência, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 3º da Instrução Previc nº 26/2016, para redução dos planos de equacionamento em curso, proporcionalmente às respectivas provisões matemáticas a constituir.

Tal revisão do plano de custeio em relação às contribuições extraordinárias observou a segregação entre o montante atribuível aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, considerando a proporção dos compromissos de cada grupo contabilizados em Provisão Matemática a Constituir.

Os valores devidos e ainda não pagos pelas Patrocinadoras e Participantes deverão ser quitados, independente da amortização da dívida pelos ganhos financeiros.

DESCRIÇÃO	DÉFICIT EQUACIONADO	DÍVIDA EM ATRASO	PROPORÇÃO ¹¹⁾	GANHO FINANCEIRO UTILIZADO	PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR FINAL
Patrocinadoras	5 458 985,81	821 584,04	50,1%	4 483 061,87	975 923,94
Participantes Ativos	5 397 472,28	819 377,24	49,4%	4 425 728,96	971 743,32
Participantes Assistidos	47 146,06	423,29	0,5%	45 167,76	1 978,30

¹¹⁾ Proporção considerando o Déficit Equacionado líquido da dívida em atraso.

5

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

CUSTOS

O método de Capitalização Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de contribuição definida do Plano de Contribuição, sendo os benefícios obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício. Estas contribuições são determinadas conforme o Regulamento do Plano e estimadas para fins da Avaliação Atuarial com base no cenário real de adesão na data-base de dados.

O método atuarial Crédito Unitário Projetado, adotado para a apuração da parcela de benefício definido dos compromissos deste plano, pressupõe a acumulação do valor presente do benefício projetado, em parcelas anuais iguais, no período decorrido entre a data de admissão do participante na patrocinadora do plano e a data provável da concessão de cada benefício, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Aposentadorias – Básico	16,71%	77.711.708
Aposentadorias – Voluntário	0,42%	1.941.690
Benefício Mínimo	0,00%	60
Invalidez	0,32%	1.484.148
Pensão por Morte	0,36%	1.674.885
Total Custo Normal	17,81%	82.812.491
Extraordinário		
Amortização do Déficit	0,00%	26.855
Administrativo	0,88%	4.077.519
Custo Total	18,69%	86.890.010

Esclarecemos que os prazos adotados para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) correspondem a 25 anos, para déficit correspondente aos benefícios concedidos, e 18 anos referente ao déficit correspondente aos benefícios a conceder e são os prazos remanescente daqueles que vinham sendo adotados nas avaliações anteriores (26 anos e 19 anos, respectivamente, contados a partir de 31/12/2015).

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016. Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Em relação à parcela de contribuição definida, não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016 permanecendo em um percentual próximo da folha dos salários de participação.

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Crédito Unitário Projetado é esperado que haja uma estabilização do custo do plano em caso de manutenção do perfil da massa avaliada, devendo o custo ser crescente quando adotado para populações fechadas.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016, ficando em um patamar próximo em termos percentuais da folha dos salários de participação.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Contribuição Definida com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o item 5.2 do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Contribuição para Conta Individual	7,59%	35.144.900
Contribuição para Benefício Mínimo	0,00%	60
Contribuição para Saldo Projetado dos benefícios de Invalidez e Morte	0,68%	3.145.231
Extraordinária		



DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015)	0,00%	13 346
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,88%	4 066 214

Os pagamentos correspondentes à amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (Patrocinador) poderão variar entre:

Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015): R\$ 13.346,00, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir na data da avaliação.

A Contribuição Complementar de 9,60% do valor da Contribuição Básica do Participante será descontada da contribuição da Patrocinadora, representando 0,88% da folha de salário de contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das Despesas Administrativas do Plano e foi estimada em R\$ 4.066.214,00, em moeda de 31/12/2016.

Especificamente, para o exercício de 2017, o orçamento da Entidade para o custeio das despesas administrativas é de R\$ 5.319.477,00. Caso seja necessário, a diferença entre as contribuições devidas e o valor orçado será custeada pela rentabilidade auferida pelos recursos do Fundo Administrativo.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 9,15% da folha de salário de participação de Participantes Ativos, ou R\$ 42.369.751,00, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 5.1 do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
<i>Normal</i>		
Contribuição para Conta Individual – Básicas	9,15%	42 356 405
Contribuição para Conta Individual – Voluntárias	0,42%	1 930 646
<i>Extraordinária</i>		



DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015)	0,00%	13.279

Os pagamentos correspondentes à amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (Participantes) poderão variar entre:

Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015): R\$ 13.279,00, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir na data da avaliação.

As contribuições totais de Participantes equivalem à taxa média estimada em 9,57% da folha de salário de participação, ou R\$ 44.300.330,00, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração, conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Contribuição para Conta Individual – Regular	4,56%	92.648
Contribuição para Conta Individual – Básicas	5,79%	117.755
Contribuição para Conta Individual – Voluntárias	0,54%	11.044
Contribuição para Benefício Mínimo	0,00%	-
Contribuição para Saldo Projetado dos benefícios de Invalidez e Morte	0,68%	13.802
Extraordinária		
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015)	0,00%	117
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,56%	11.305



Os pagamentos correspondentes à amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (Participantes) poderão variar entre:

Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015): R\$ 117,00, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir na data da avaliação.

A Contribuição Complementar de 9,60% do valor da Contribuição Básica do Participante Autopatrocinado será descontada da contribuição que seria feita pela Patrocinadora, representando 0,56% da folha de salário de contribuição de Participantes Autopatrocinados. Esta contribuição é destinada ao financiamento das Despesas Administrativas do Plano.

As contribuições totais de Participantes equivalem à taxa média estimada em 12,13% da folha de salário de participação de Participantes Autopatrocinados, ou R\$ 246.671,00, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas sobre o último salário de contribuição do mês anterior à data do término do vínculo empregatício.

Participantes Assistidos (Renda Vitalícia)

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE BENEFÍCIOS VITALÍCIOS	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
<i>Extraordinária</i>		
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015)	0,01%	114

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017.

6

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Contribuição da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Jorge João da Silveira Sobrinho – MIBA nº 920

M E R C E R

Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP 04583-904

www.mercer.com.br



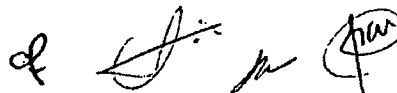
ANEXO VI

Aprovação do Orçamento 2016 FRG

ATA DA 2878ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIRETORIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2016
CNPJ nº. 23.274.194/0001-19
NIRE nº 3330009092-4

Aos dez dias do mês de março de 2016, às 15h, em cumprimento ao disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Empresa, reuniram-se na sala de reuniões do 17º andar do bloco "A" da Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, na sede social de FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., empresa registrada no NIRE nº 3330009092-4, sob a presidência do Sr. Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente, os senhores Flávio Eustáquio Ferreira Martins, Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos, Nilmar Sisto Foletto, Diretor de Finanças, Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Operação e Manutenção, Consuelo Garcia, Diretora Interina de Administração e Luiz Roberto Alves Correia, Diretor de Gestão de Novos Negócios e de Participações em exercício. Convidada a participar da reunião, a Sra. Denise Ururahy Póvoa de Almeida Paiva, Superintendente Jurídica. Dando início à reunião, o Diretor-Presidente colocou em discussão as propostas constantes da pauta previamente distribuída. **DELIBERAÇÕES:** A Diretoria Executiva resolveu: **(1) Por Proposta do Diretor-Presidente: (1.1)** Aprovar, nos termos da **PRD.DP.034.2016** (RD 003/2878), com vigência a partir 11.03.2016: (i) a **designação** da empregada Consuelo Garcia, matrícula 21.057-5, para exercer a Chefia da Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade - **ES.P**, em substituição ao empregado Celso de Oliveira Sant'Anna; (ii) a **efetivação**, nos respectivos cargos, dos empregados a seguir relacionados, que foram nomeados, em caráter interino, por meio da RD nº 007/2870, de 01.02.2016: Sergio Barata de Araújo, matrícula 15.153-6, na chefia da Superintendência de Gestão de Suprimentos - **GS.A**; Marcos Moura Carpenter, matrícula 20.650-2, na chefia da Gerência de Gestão de Fornecedores - **GFO.A**; Luis Daniel Kelner, matrícula 21.375-0, na chefia da Divisão de Gestão de Contratos - **DGCO.A**; Flavio Correia Cardoso, matrícula 20.687-2, na chefia da Divisão de Cadastros e Avaliação de Fornecedores - **DCAF.A**; e Raphael de Abreu Almeida, matrícula 22.261-3, na chefia da Divisão de Compras Especiais - **DCME.A**; (iii) a efetivação do empregado Luiz Fernando da Costa e Cunha, matrícula 21.639-0, que foi nomeado, em caráter interino, por meio da RD nº 001/2851, de 10.11.2015, na função de Chefe da Gerência de Compras - **GCM.A**. A Diretora Interina de Administração, Sra. Consuelo Garcia, absteve-se de votar. **(2) Por Proposta do Diretor de Gestão de Novos Negócios e de Participações e do Diretor de Operação e Manutenção: (2.1)** Aprovar, nos termos da **PRD.DN.033.2016** (RD 001/2878), a assinatura do **Termo Aditivo nº 01** ao Contrato de Compartilhamento de Instalações - CCI nº 40001345, a ser celebrado entre Furnas e a **CELG Geração e Transmissão S.A.** - CELG GT, com interveniência do **Operador Nacional do Sistema**

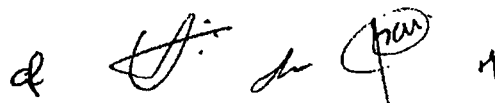
nsf.



A

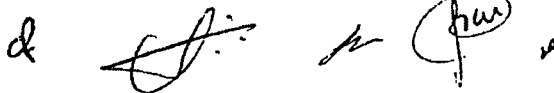
Elétrico - ONS. As partes celebraram Contrato de Compartilhamento de Instalações - CCI nº 40001345, em 06.12.2012, para o fim de estabelecer os procedimentos técnico-operacionais e responsabilidades comerciais e civis regulam o compartilhamento de instalações da Subestação Xavantes 230 kV, pertencente à Rede Básica e de concessão da CELG GT. O precitado Termo Aditivo tem por objeto: a) a inclusão no escopo do Contrato de Compartilhamento de Instalações - CCI nº 40001345, das instalações provisórias, representadas pela geminação dos circuitos 1 e 2 nos terminais das subestações Xavantes e Pirineus em 230 kV, pertencente à REDE BÁSICA, com a consequente alteração do Anexo II; b) o acréscimo, à Cláusula 4ª do CCI nº 40001345, dos anexos a seguir elencados: Diagrama Unifilar da SE Xavantes indicando as instalações provisórias (Anexo V); Desenho indicativo da SE Xavantes 230 kV, com indicação das instalações provisórias (Anexo VI); Ata da Reunião de Avaliação de Suprimento de Energia Elétrica ao Estado de Goiás, realizada em 16.07.2014 (Anexo VII); Análise da Operação em Paralelo dos 2 Circuitos 230 kV Xavantes - Pirineus ligadas nos mesmos vãos em ambas as subestações, realizado pelo ONS (Anexo VIII); Estudo técnico de viabilidade realizado por Furnas, anexo a correspondência GEE.E.I.960.2014 de 13.11.2014 (Anexo IX); Correspondência DE.E.054.2015 de 30.10.2015, enviada por Furnas à ANEEL (Anexo X); Ata de reunião realizada no MME em 22.01.2016 (Anexo XI); Cronograma básico de implantação de instalações de Furnas atualizado (Anexo XII). Furnas pagará, a partir do início da operação geminada (provisória), uma Taxa de Conservação mensal no valor de R\$1.992,04 para o rateio dos custos de manutenção e conservação da área da subestação, tais como limpeza, iluminação, controle da circulação de profissionais, vigilância patrimonial e água. O valor da Taxa de Conservação será atualizado anualmente, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas no período. Faz-se necessária a celebração do referido Termo Aditivo para regular a operação geminada (provisória) das instalações de Furnas, na qualidade de Acessante, na subestação Xavantes 230 kV, pois o início da operação geminada (provisória) só poderá ser efetivado após a assinatura deste contrato. **(3) Por Proposta da Diretora de Administração: (3.1)** Nos termos da **PRD.DA.022.2016** (RD 002/2878), validar o **Orçamento do Plano de Gestão Administrativa** (PGA) para 2015, da **Real Grandeza** - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), conforme Resoluções 003/329 de 27.07.2015; 009/329 de 27.07.2015; e 001/343 de 25.01.2016, editados pelo Conselho Deliberativo daquela entidade, implicando para Furnas desembolsos no montante originalmente estimado de até R\$71.784.391,00 (setenta e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais), dos quais Furnas já pagou, ao longo de 2015, R\$62.537.365,52 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), restando desembolso adicional de até R\$9.247.025,48 (nove milhões, duzentos e quarenta e sete mil e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos). Os valores que cabem a Furnas

mff.



referem-se aos seguintes itens: (i) **Reembolso de Despesas Administrativas Previdenciais**, conforme regulamento do Plano de Benefício Definido, até o total de R\$35.290.665,77 (trinta e cinco milhões, duzentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), além do valor relativo ao respectivo pagamento de PIS/COFINS, originalmente estimado em até R\$2.117.988,23 (dois milhões, cento e dezessete mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), perfazendo o total estimado de até R\$37.408.654,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), em consonância com o registro feito na Ata da 2861ª Reunião de Diretoria Executiva, de 18.12.2015; (ii) **Pagamento de Despesas Administrativas do Plano de Saúde** (exceto a implantação do projeto), no total de R\$29.078.798,00 (vinte e nove milhões, setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais), sendo R\$6.570.152,00 (seis milhões, quinhentos e setenta mil, cento e cinquenta e dois reais) de janeiro até abril de 2015 (custeio antigo), mais R\$22.508.646,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais) de administração do plano de saúde dos ativos e assistidos, oriundos do Convênio nº 9734, de 23.03.1991, alterado pelo 1º Termo Aditivo, de 25.08.2014 e respectivos valores referentes a PIS/COFINS; (iii) **Reembolso da implantação do Projeto Unificação da Gestão da Saúde de Furnas**, no total de R\$5.296.939,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais), sendo R\$4.294.716,00 (quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e dezesseis reais) conforme Resolução nº 003/329, do Conselho Deliberativo da FRG, e uma verba suplementar destinada ao Projeto Unificação da Gestão da Saúde de Furnas valor de R\$1.002.123,00 (um milhão, dois mil, cento e vinte e três reais), conforme Resolução 009/329 do Conselho Deliberativo da FRG, em consonância com o registro feito na Ata da 2861ª Reunião de Diretoria Executiva, de 18.12.2015; **(3.2) Aprovar, nos termos da PRD.DA.035.2016 (RD 004/2878), a implementação das alíquotas previstas no novo Plano de Custeio do Plano BD, administrado pela FRG, para os empregados vinculados a esse Plano, com vigência a partir de 01.07.2015, nos seguintes percentuais:** (i) Participantes Ativos e Patrocinadoras (LMSC=Limite máximo do salário de contribuição do INSS): 1ª faixa: Até ½ LMSC - 1,50% da parcela do seu salário real de contribuição que não exceder à metade do valor teto do salário de contribuição para a Previdência Social; 2ª faixa: De ½ LMSC a 1 LMSC - 3,00% da parcela do seu salário real de contribuição que se situar entre a metade do valor teto e o próprio teto do salário de contribuição para a Previdência Social; 3ª faixa: Acima de 1 LMSC - 9,00% da parcela do seu salário real de contribuição que exceder ao valor teto do salário de contribuição para a Previdência Social; (ii) Participantes Assistidos: 1ª faixa: Até ½ LMSC - 0,50% da parcela do seu salário real de contribuição que não exceder à metade do valor teto do salário de contribuição para a Previdência Social; 2ª faixa: De ½ LMSC a 1 LMSC - 1,00% da parcela do seu salário real de contribuição que se situar entre a metade

ndf.

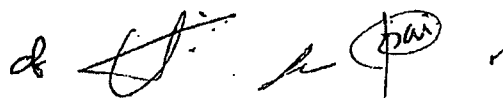


do valor teto e o próprio teto do salário de contribuição para a Previdência Social: 3ª faixa: Acima de 1 LMSC - 3,00% da parcela do seu salário real de contribuição que exceder ao valor teto do salário de contribuição para a Previdência Social. O Plano de Custeio ora proposto foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FRG em sua 328ª reunião, de 10.07.2015, com base na Avaliação Atuarial Extraordinária apresentada pela Towers Watson Consultoria, tendo sido determinada pelo mesmo Conselho a Implantação do novo custeio com vigência retroativa a 01.07.2015, conforme informado pela Real Grandeza em sua correspondência DP.E.159.2015 de 31.07.2015. Furnas em sua RD nº 006/2636, de 09.02.2012, e, posteriormente, em sua RCA nº 001/406, de 27.02.2012, aprovou alterações no Regulamento do Plano de Benefício Definido, incluindo novos valores para a parcela das contribuições paritárias da Empresa com os participantes ativos, conforme tabela a seguir:

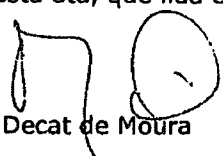
Faixas	Plano de Custeio	
	Anterior	Novo Plano
Até 0,5 LMSC	2,40%	1,50%
De 0,5 a 1,0 LMSC	4,60%	3,00%
Acima de 1 LMSC	13,00%	9,00%

Conforme Portaria 27 do DEST, o novo Plano de Custeio precisa ser submetido à aprovação das seguintes instâncias: representante legal da empresa estatal patrocinadora, com declaração de ciência e concordância em relação ao inteiro teor da proposta; Conselho de Administração ou órgão equivalente; empresa controladora, no caso de empresas controladas; Ministério de Minas e Energia, supervisor ao qual a empresa estatal está vinculada; e DEST. A Auditoria Interna concluiu, em seu relatório 023.2015, que já houve aprovação pelas instâncias necessárias, por meio da RD 006/2636, RCA 002/406 e Nota Técnica nº 97/CGPCE-MP, possibilitando, portanto, a implantação dos percentuais de desconto previstos no novo Plano de Custeio. **ASSUNTOS GERAIS: (1)** "Depósito Judicial – Tractebel Energia S.A. (RD 001/2877 – PRD.DP.026.2016)" - em atendimento à determinação da Diretoria Executiva em sua 2877ª reunião, realizada em 08.03.2016, a Superintendente Jurídica, Sra. Denise Ururahy Póvoa de Almeida Paiva, informou ter emitido Parecer Complementar GCI.P.716.2016 (09.03.2016) e ter enviado a matéria à submissão da Auditoria Interna, para emissão de Relatório. Em complemento, informou que, em decisão de 09.03.2016, o Juízo da 10ª Câmara Cível indeferiu o Agravo de Instrumento interposto por Furnas. Após o relato da Superintendente Jurídica, e diante da exiguidade de prazo, a Diretoria Executiva determinou que o pagamento seja efetuado na data de hoje, devendo ser submetido "ad referendum" ao Conselho de Administração. **(2)** "Reunião para tratamento de Temas Emergenciais – RTE" - o Diretor-Presidente informou que, em 09.03.2016, foi realizada a 7ª Reunião para tratamento de Temas Emergenciais -


ndf.



RTE. (3) "Despesas Administrativas Previdenciais da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG)" - por solicitação do Diretor-Presidente, o Assistente da Diretoria da Presidência, Sr. Daniel Leguisamo Daisson, realizou apresentação sobre a matéria. Em seguida, por proposta do Diretor-Presidente, a Diretoria Executiva aprovou a liberação de pagamentos referentes ao reembolso de despesas administrativas previdenciais da Real Grandeza, em valores mensais até R\$3.177.387,33 (três milhões, cento e dezessete mil, trezentos e oitenta e sete reais e três centavos), equivalentes a 1/12 avos do orçado para a mesma rubrica no orçamento do PGA da Real Grandeza em 2015. Em seguida, a Diretoria Executiva solicitou à Diretoria de Administração que seja apresentada Proposta de Resolução de Diretoria sobre o orçamento 2016 do PGA até 31.03.2016. Nada mais havendo a tratar, o Diretor-Presidente deu por encerrados os trabalhos, de que eu, Marco Antônio Fernandes da Costa, Secretário-Geral, lavro esta ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada.



Flavio Decat de Moura
Diretor-Presidente

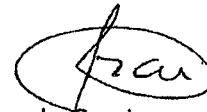

Flávio Eustáquio Ferreira Martins
Diretor


Cesar Ribeiro Zani
Diretor


Luiz Roberto Alves Correia
Diretor em Exercício


Marco Antônio Fernandes da Costa
Secretário-Geral


Nilmar Sisto Foletto
Diretor


Consuelo Garcia
Diretora Interina

RD – Resolução de Diretoria

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ASG.P - Assessoria de Secretaria Geral



[Página Inicial](#)



[Imprimir](#)

RD Nº
009/2966

Data:
05/07/2017

A Diretoria de Furnas-Centrals Elétricas S.A., na 2966ª. reunião, realizada em 05/07/2017, resolveu, nos termos da PRD.DA.073/2017, de 29/05/2017:

Aprovar o **pagamento à Real Grandeza** - Fundação de Previdência e Assistência Social – FRG, no valor de R\$4.129.339,00 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e trinta e nove reais) equivalentes à diferença entre o valor aprovado, provisoriamente, na ata da 2878ª RDE e o valor referente à despesa administrativa previdencial de responsabilidade de Furnas no PGA 2016, aprovado pela FRG, a fim de quitar os Avisos de Lançamentos (AVL's 005.12.2016 e 001.01.2017) emitidos pela Entidade.

Marco Antônio Fernandes da Costa

Secretário de Governança Corporativa

Assuntos: Fundação Real Grandeza - FRG - Pagamento